

**Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”**

**UNIGRANRIO**

**Maria Nair Rodrigues Salvá**

**Os Desafios da Feminização da Ciência no Brasil face o *Habitus*  
Feminino e as Condições Sociais de sua Constituição  
no Cenário Contemporâneo Brasileiro**

**Rio de Janeiro**

**2022**

MARIA NAIR RODRIGUES SALVÁ

**OS DESAFIOS DA FEMINIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL FACE O  
*HABITUS* FEMININO E AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE SUA CONSTITUIÇÃO  
NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO**

Tese de **doutorado** apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Grande Rio (PPGA/UNIGRANRIO), como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Administração.

Área de Concentração: Gestão Organizacional  
Linha de Pesquisa: Organizações e Sociedade  
Orientadora: Profa. Dra. Rejane Prevot Nascimento

Rio de Janeiro

Março, 2022

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS**

S182d

Salvá, Maria Nair Rodrigues.

Os desafios da feminização da ciência no Brasil face o *habitus* feminino e as condições sociais de sua constituição no cenário contemporâneo brasileiro / Maria Nair Rodrigues Salvá. – Rio de Janeiro, 2022.

197 f. : il. ; 31 cm.

Tese (Doutorado em Administração) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais e Aplicadas, 2022.

“Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Rejane Prevot Nascimento”.

Referências: f. 190-197.

1. Administração. 2. Feminização. 3. Igualdade de gênero. 4. Identitarismo. 5. Mulheres cientistas. I. Nascimento, Rejane Prevot. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 658

Maria Nair Rodrigues Salva

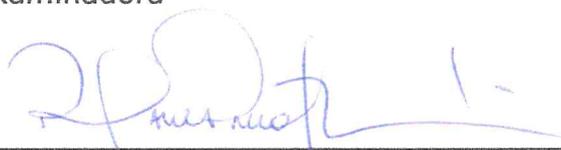
"Os Desafios da Feminização da Ciência no Brasil face  
o *Habitus* Feminino e as Condições Sociais de sua Constituição no  
Cenário Contemporâneo Brasileiro"

Tese apresentada à Universidade do  
Grande Rio "Prof. José de Souza  
Herdy", como parte dos requisitos  
parciais para obtenção do grau de  
Doutor em Administração.

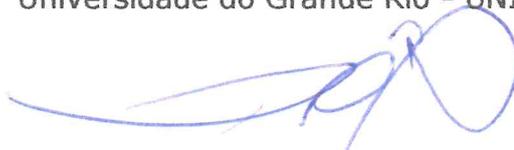
Área de Concentração:  
Gestão Organizacional.

Aprovada em 24 de março de 2022.

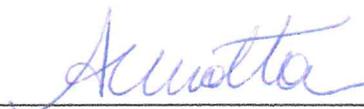
Banca Examinadora



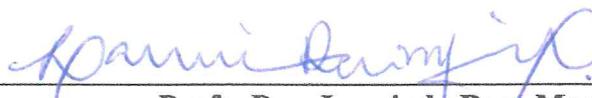
**Prof. Dra. Rejane Prevot Nascimento**  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



**Prof. Dr. Sergio Eduardo de Pinho Velho Wanderley**  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



**Prof. Dra. Ana Carolina de Gouvea Dantas Motta**  
Universidade do Grande Rio - UNIGRANRIO



**Prof. Dra. Laurinda Rosa Maciel**  
Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ



**Prof. Dra. Andrea Lopes da Costa Vieira**  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

*Dedico à minha querida mãe (in memoriam), ao meu querido pai (in memoriam) e ao Allan, anjo que Deus enviou à terra para iluminar os meus dias e que posso chamar de Meu Filho.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos renomado e capacitado Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em Administração da Unigranrio, o qual, generosamente, compartilhou seus conhecimentos, ao longo dos Cursos de Mestrado e Doutorado, realizados na instituição; bem como aos queridos colegas de turma pela troca de experiências, contribuindo, dessa forma, para tornar a minha trajetória acadêmica e científica mais enriquecedora.

Dedico um agradecimento especial à Profa. Rejane Prevot Nascimento, minha orientadora que, de forma competente e acolhedora, conduziu-me nesta caminhada de desafios e de cumplicidade.

Agradeço ao Cristiano, companheiro de lutas e vitórias e a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para a concretização de mais este sonho.

*“Pareceu-me ser necessário submeter a ciência a uma análise histórica e sociológica (...), para permitir aos que fazem ciência compreender melhor os mecanismos sociais que orientam a prática científica, tornando-se assim donos(as) e senhores(as), não só da natureza, velha ambição cartesiana, mas, também, e não menos difícil, do mundo social no qual se produz o conhecimento da natureza”.*

**Pierre Bourdieu**

## RESUMO

Os debates acerca das desigualdades sociais de gênero têm crescido, ao nível global, para o aprofundamento de discussões que busquem a promoção da reflexão sobre a importância da equidade entre homens e mulheres e das representações sociais do feminino, em especial, na academia, na qualidade de mediadora para as transformações da sociedade. Assim sendo, esta pesquisa buscou identificar os obstáculos enfrentados pelas mulheres cientistas brasileiras, através da análise da sua trajetória social, que se constituem em desafios ao processo da feminização da ciência no Brasil, considerando-se a perspectiva bourdieusiana de constituição do *habitus* feminino, no cenário contemporâneo brasileiro. Para tanto, através de uma abordagem qualitativa da pesquisa, sob a perspectiva relacional de Pierre Bourdieu, verificou-se o impacto do capital cultural herdado e adquirido das mulheres que se inseriram no campo acadêmico e científico no país, a partir da década de 1930, tendo como estudo de caso a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Concluiu-se que a herança cultural adquirida através da família e do sistema de ensino constituem-se em um duplo desafio enfrentado pelas mulheres cientistas brasileiras, sob os condicionamentos sociais, políticos e econômicos de constituição do *habitus* feminino, na contemporaneidade, harmonicamente orquestrados pelo Estado.

Palavras-Chave: Praxeologia de Pierre Bourdieu, *Habitus*, Feminização da Ciência, Trajetória Social, Realidade Social, Mulheres Cientistas.

## ABSTRACT

Debates about social gender inequalities have grown, at a global level, to deepen discussions that seek to promote reflection on the importance of equity between men and women and the social representations of women, especially in academy, in quality mediator for the transformations of society. Therefore, this research sought to identify the obstacles faced by Brazilian women scientists, through the analysis of their social trajectory, which constitute challenges to the process of feminization of science in Brazil, considering the Bourdieusian perspective of the female habitus' constitution, in the contemporary Brazilian scenario. Therefore, through a qualitative approach to the research, from the relational perspective of Pierre Bourdieu, was verified the impact of the cultural capital inherited and acquired from women who entered the academic and scientific field in the country, since 1930s, at Oswaldo Cruz Foundation (FIOCRUZ), as the research case study. It was concluded that the cultural heritage acquired through the family and education system constitutes a double challenge faced by Brazilian women scientists, under the social, political and economic conditionings of the female *habitus*' constitution, in contemporary times, harmoniously orchestrated by the State.

Key words: Pierre Bourdieu's Praxeology, *Habitus*, Feminization of Science, Social Trajectory, Social Reality, Women Scientists.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Sistema de Princípios Explicativos das Práticas dos Agentes.....	32
Figura 2-Estrutura que Simboliza a Tripartite Estatal .....	49
Figura 3-Sistema de Estratégias de Reprodução .....	69
Figura 4-Modelo de Análise da Trajetória Social das Mulheres Cientistas Brasileiras	104
Figura 5-Indicadores da Origem Social .....	106
Figura 6-Indicadores do Campo Escolar .....	107
Figura 7-Indicadores do Campo Acadêmico .....	107
Figura 8-Indicadores do Campo Profissional .....	108
Figura 9-Indicadores do Campo Científico .....	108
Figura 10-Unidades Técnico-Científicas e Escritórios Regionais da Fiocruz .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-População por Raça e Sexo no Brasil, 1940.....	57
Gráfico 2-População de 10 Anos ou Mais. Atividade Principal por Sexo no Brasil, 1940.....	58
Gráfico 3-Sufrágio Feminino por Ano. Países da América do Sul.....	61
Gráfico 4-A Representação Social das Mulheres na Academia.....	78
Gráfico 5-Concessão de Bolsa de Produtividade (BP) por Sexo no Brasil, 2015.....	82
Gráfico 6-Líderes dos Grupos de Pesquisa (GP) por Sexo. Brasil, 1995 a 2016.....	82
Gráfico 7-A Mobilidade Intergeracional ao Nível Mundial por Sexo/Grupo Determinado por Década/Faixa de Renda por País/Período 1940 a 1980.....	93
Gráfico 8-Distribuição dos Servidores da Fiocruz por Sexo, 2020.....	114
Gráfico 9-Characterização dos Servidores da Fiocruz por Sexo e Raça, 2020.....	114
Gráfico 10-Distribuição dos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas na Fiocruz, 2020.....	115
Gráfico 11-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Geração, de 1920 a 1980.....	118
Gráfico 12-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Função de Ingresso na Fiocruz, 1939 a 2019.....	120
Gráfico 13-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Ano de Ingresso na Fiocruz....	120
Gráfico 14-Distribuição da Origem dos Agentes da Pesquisa por Macrorregiões do Brasil.....	125
Gráfico 15-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Raça.....	129
Gráfico 16-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Estado Civil.....	131
Gráfico 17-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Número de Filhos.....	132
Gráfico 18-Escolas do Ensino Fundamental Frequentadas pelos Agentes da Pesquisa.....	134
Gráfico 19-Escolas do Ensino Médio Frequentadas pelos Agentes da Pesquisa.....	135
Gráfico 20-Distribuição das IES (Públicas ou Privadas) Cursadas pelos Agentes da Pesquisa.....	135
Gráfico 21-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por IES.....	136
Gráfico 22-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Área de Conhecimento.....	137
Gráfico 23-Formação Acadêmica dos Agentes da Pesquisa.....	137
Gráfico 24-Distribuição dos Agentes de Pesquisa por Titulação.....	140
Gráfico 25-Distribuição dos Agentes da Pesquisa Por Cargos em Exercício na Fiocruz.....	141
Gráfico 26-Distribuição de Bolsas de Produtividade por Agente de Pesquisa.....	145
Gráfico 27-Países de Intercâmbio Acadêmico-Científico Internacional por Agente de Pesquisa.....	145
Gráfico 28-Distribuição da Coordenação de Projetos por Agente de Pesquisa.....	146
Gráfico 29-Distribuição de Indicadores de Produção Acadêmica (%) por Agente de Pesquisa.....	146
Gráfico 30-Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade Unidas, por Natureza da União no Brasil, 1960-2000.....	149
Gráfico 31-Taxa de Fecundidade no Brasil, 1940-2010.....	149
Gráfico 32-Participação de Católicos, Evangélicos e Sem Religião no Brasil, 1940-2010.....	151
Gráfico 33-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Macrorregiões do Brasil.....	152
Gráfico 34- Relação Proporcional entre as Chances de Escolhas das Disciplinas e a Origem Social dos Agentes da Pesquisa.....	155

Gráfico 35-Proporção (%) de Publicações por Disciplina entre Homens e Mulheres no Brasil, 1999-2003 .....	156
Gráfico 36-Proporção (%) de Publicações por Disciplina entre Homens e Mulheres no Brasil, 2014-2018 .....	157
Gráfico 37-Frequência Proporcional (%) das Universidades por Classe Social dos Agentes da Pesquisa.....	159
Gráfico 38-As Chances (%) de Evolução na Carreira Segundo a Origem Social dos Agentes da Pesquisa.....	163
Gráfico 39-Relação (%) das Atividades de Gestão Segundo as Classes Sociais de Origem dos Agentes da Pesquisa .....	164
Gráfico 40-Participação em Eventos Científicos por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa .....	168
Gráfico 41-Participação em Banca de Mestrado e Doutorado por Origem Social e Raça dos Agentes .....	169
Gráfico 42-Orientação de Alunos por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa.....	170
Gráfico 43-Orientação dos Alunos(as) de Iniciação Científica por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa .....	171
Gráfico 44-Distribuição de Bolsa de Produtividade do CNPq por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa .....	172
Gráfico 45-Distribuição de Premiações e Homenagens por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa.....	173
Gráfico 46-Consultor e /ou Editor de Revista Científica por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa.....	174
Gráfico 47-A Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científica e a Capacitação Stricto sensu na Área de Atuação dos Agentes da Pesquisa .....	175
Gráfico 48-Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científico e Raça dos Agentes da Pesquisa.....	175
Gráfico 49-Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científico por Geração dos Agentes da Pesquisa .....	176
Gráfico 50-Correlação de Investimento na Carreira (obtenção de títulos) e a Publicação Acadêmica dos Agentes da Pesquisa .....	176
Gráfico 51-Correlação da Titulação por Geração dos Agentes da Pesquisa.....	177
Gráfico 52-Correlação da Classe Social por Titulação dos Agentes da Pesquisa.....	178
Gráfico 53-Chances de Realização dos Cursos de Pós-Graduação Stricto sensu por Raça dos Agentes da Pesquisa .....	179
Gráfico 54-Chances de Capacitação na Área de Atuação por Geração dos Agentes da Pesquisa.....	181
Gráfico 55-Correlação da Publicação Acadêmica Segundo a Origem Social dos Agentes da Pesquisa .....	182
Gráfico 56-Correlação Publicação Acadêmica e Raça dos Agentes da Pesquisa .....	182
Gráfico 57-Correlação entre Produção Acadêmica e Maternidade/Casamento dos Agentes da Pesquisa.....	183

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1-Cientistas da Fiocruz .....	79
Imagem 2-Alunos da Turma do Curso de Aplicação do IOC, 1938.....	112
Imagem 3-Alunos do Curso de Aplicação do IOC, 1950 .....	113
Imagem 4- Galeria de Fotos dos Presidentes da Fiocruz, de 1900 a 2022.....	116

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os Três Estados do Capital Cultural .....	41
Quadro 2 - Classificação das Classes Populares.....	45
Quadro 3 - Classificação das Classes Médias .....	46
Quadro 4 - Classificação das Classes Superiores (Elites).....	48

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Os Agentes da Pesquisa.....	101
Tabela 2-Mulheres no IOC por Categorias de Atividade e Período de Ingresso .....	113
Tabela 3-Distribuição dos Servidores da Fiocruz por Cargo de Nível Superior (NS) e Raça, 2020 .....	115
Tabela 4-Characterização dos Servidores que Recebem DAS e FG por Sexo na Fiocruz, 2020.....	116
Tabela 5-Characterização dos Servidores que Recebem DAS e FG por Cor e Raça da Fiocruz, 2020 .....	117
Tabela 6- Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Ano de Ingresso na Fiocruz, Formação Acadêmica e Classe Social de Origem .....	118
Tabela 7-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Área de Conhecimento, Raça e Classe Social.....	158
Tabela 8- Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Função, Ano de Ingresso na Fiocruz e Geração.....	162

## LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAAE	Certificado de Apresentação de Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COC	Casa de Oswaldo Cruz
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro
IES	Instituição de Ensino Superior
IFA	Ingrediente Farmacêutico Ativo
IPU	União Interparlamentar
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PNI	Programa Nacional de Imunizações
STEM	Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática
SUS	Sistema Único de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio
WEF	Fórum Econômico Mundial

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	23
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	24
1.2.1 <i>Objetivo principal</i> .....	24
1.2.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	25
1.3 DELIMITAÇÃO TEÓRICA .....	25
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DO ESTUDO .....	29
1.5 O PRESSUPOSTO DA PESQUISA .....	32
1.6 ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO .....	33
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>34</b>
2.1 A TRAJETÓRIA, A PRAXIOLOGIA, OS CONCEITOS E A SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO EM PIERRE BOURDIEU .....	34
2.1.1 <i>A teoria da prática de Pierre Bourdieu</i> .....	35
2.1.2 <i>Habitus, espaço social, campo e capital sob a perspectiva de Pierre Bourdieu</i> .....	37
2.1.3 <i>A sociologia da educação de Pierre Bourdieu</i> .....	43
2.2 O HABITUS FEMININO E AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE SUA CONSTITUIÇÃO NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO BRASILEIRO .....	51
2.2.1 <i>A gênese do habitus feminino</i> .....	52
2.2.2 <i>A realidade social das mulheres brasileiras, na contemporaneidade</i> .....	55
2.2.3 <i>A contribuição do Estado na construção da realidade social das mulheres brasileiras</i> .....	62
2.2.4 <i>O papel da família e os mecanismos de (re)produção da realidade social das mulheres brasileiras</i> .....	67
2.3 OS DESAFIOS DA FEMINIZAÇÃO DA CIÊNCIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO .....	72
2.3.1 <i>Mas, o que é ciência?</i> .....	74
2.3.2 <i>A (sub)representação social das mulheres brasileiras nas ciências</i> .....	80
2.3.3 <i>O arbitrário cultural presente na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras</i> .....	84
<b>3 METODOLOGIA .....</b>	<b>94</b>
3.1 DESCRIÇÃO DO CAMPO .....	95
3.2 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS .....	96
3.2.1 <i>Relação dos arquivos pessoais e seus arranjos</i> .....	97
3.3 OS AGENTES DA PESQUISA .....	99
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS .....	101
3.4.1 <i>O método biográfico de pesquisa</i> .....	102
3.4.2 <i>A construção de um modelo de análise</i> .....	103
3.4.3 <i>A produção dos bens simbólicos</i> .....	105
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>109</b>
4.1 O CASO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (FIOCRUZ) .....	109
4.1.1 <i>Caracterização institucional</i> .....	110
4.1.2 <i>A presença feminina na Fiocruz</i> .....	112
4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....	117
4.2.1 <i>A origem social</i> .....	118
4.2.2 <i>O Campo escolar</i> .....	134
4.2.3 <i>O Campo acadêmico</i> .....	135
4.2.4 <i>O campo profissional</i> .....	141
4.2.5 <i>O campo científico</i> .....	143
4.3 ANÁLISE DOS DADOS .....	147
4.3.1 <i>A origem social</i> .....	147
4.3.2 <i>O campo escolar</i> .....	154
4.3.3 <i>O campo acadêmico</i> .....	154
4.3.4 <i>O campo profissional</i> .....	161

4.3.5 <i>O campo científico</i> .....	165
<b>5. CONCLUSÕES</b> .....	<b>184</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>190</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As transformações dos padrões culturais de gênero, mesmo que ainda sejam insuficientes, auxiliaram na quebra de barreiras impostas ao modelo historicamente estabelecido à condição feminina. Dentre estas mudanças, destaca-se o fato de que “a dominação masculina não se impõe mais com a evidência de algo que é indiscutível” (BOURDIEU, 2014a, p. 53).

Neste contexto, evidencia-se a importância da contribuição dos movimentos feministas no processo de construção identitária das mulheres na sociedade ocidental, os quais tiveram início nos Estados Unidos e Europa na década de 1960 e, na América Latina, no final dos anos de 1970, através da desconstrução de modelos generalizados e na ressignificação das representações sociais das mulheres, inclusive nas ciências (SCHIEBINGER, 1999, p. 12–13).

Paradoxalmente, verifica-se que as mulheres estão entre os segmentos sociais mais marginalizados do ponto de vista político e socioeconômico em países da América Latina e, dentre estes, o Brasil, apesar do aprofundamento de discussões que buscam a promoção da reflexão sobre a importância da igualdade entre homens e mulheres, em especial, no campo acadêmico e científico, como parte das ações de organismos internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Haja vista os objetivos globais para o desenvolvimento sustentável, estabelecidos em assembleia geral da ONU e que compõem a “*Agenda para a Educação de 2030*”, nos quais se reconhece que a igualdade de gênero requer uma abordagem que garanta que meninas e meninos, bem como mulheres e homens, não apenas obtenham acesso e completem ciclos educacionais, mas que sejam capacitados igualmente na e por meio da educação (ONU, 2015).

Da mesma forma, a iniciativa “*Futuros da Educação: Aprendendo a se Tornar*”, promovida pela UNESCO, tem como objetivo repensar como o conhecimento, a educação e o aprendizado podem contribuir para o bem comum, para o futuro da humanidade e do planeta. Objetiva, ainda, mobilizar as muitas maneiras de ser e conhecer para alavancar a inteligência coletiva da humanidade. Para tanto, assume a prerrogativa de que a aprendizagem seja reconhecida como um processo de desenvolvimento contínuo, ao longo da vida, enfatizando-se os potenciais, rejeitando-se o determinismo e possibilitando uma abertura flexível ao novo (UNESCO, 2019).

No entanto, os resultados dos estudos realizados pela própria UNESCO revelam que, globalmente, as mulheres representam dois terços dos 750 milhões de adultos sem habilidades básicas de alfabetização, tendo as meninas duas vezes menos chances de ingressar na educação formal do que os meninos. Os resultados mostram, ainda, que cerca de 16 milhões de meninas entre seis e onze anos nunca colocarão o pé em uma escola (UNESCO, 2016).

Ademais, a pandemia<sup>1</sup> de COVID-19, doença infecciosa por Coronavírus que teve origem na cidade de Wuhan, na China, em 2019, com casos confirmados em 192 países e territórios, inclusive no Brasil, acabou por promover uma crise sem precedentes na história, capaz de reverter os ganhos substanciais obtidos na educação de meninas nas últimas décadas; inclusive, provocando efeitos mais amplos, tanto quanto imediatos, como de longo prazo, no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, previstos pela ONU (UNESCO, 2021a).

Outros indicadores sociais agregam-se aos obstáculos enfrentados pelas mulheres para o exercício pleno de sua cidadania, inclusive aqueles relacionados à pobreza, à saúde, ao isolamento geográfico, ao status de minoria, ao casamento precoce, à gravidez, e à violência baseada em gênero (UNESCO, 2021a).

O relatório do Fórum Econômico Mundial (WEF) de 2020 revela que ao se projetar as tendências atuais para o futuro, estima-se que serão necessários em torno de 257 anos para se atingir a paridade média global de gênero, em termos de participação econômica. Pois, globalmente, apenas 55% das mulheres compreendidas na faixa etária entre 15 e 64 anos estão inseridas no mercado de trabalho, contra 78% dos homens. Este fato é, em grande parte, atribuído à baixa proporção de mulheres em cargos gerenciais, ao congelamento de seus salários e à sua baixa representatividade política, ao nível parlamentar (WEF, 2020).

Acrescente-se a este fato que, como o impacto da pandemia de COVID-19 continua a ser sentido, o relatório do WEF de 2021 identificou o aumento da lacuna de gênero, ao nível mundial, passando de 99,5 para 135,6 anos. Isto é, outra geração de mulheres terá que esperar pela paridade média global de gênero (WEF, 2021).

---

<sup>1</sup> Pandemia é um termo que designa uma tendência epidemiológica. Indica que muitos surtos estão acontecendo ao mesmo tempo e espalhados por toda parte. Mas tais surtos não são iguais. Cada um deles pode ter intensidades, qualidades e formas de agravo muito distintas e estabelece relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais. Uma pandemia pode até mesmo se tornar evento em escala global. É o caso da Covid-19 (MATTA *et al.*, 2021, p. 15).

Tendo em vista que as desigualdades de gênero são o resultado combinado de variáveis socioeconômicas, políticas e culturais, percebe-se, neste cenário de exclusão, o reflexo do *ethos* dominante de séculos, o qual determina que as meninas sejam educadas para exercerem com perfeição o papel de mãe, esposa e dona de casa. Por outro lado, esse mesmo *ethos*, concentra nos meninos o incentivo à educação.

Globalmente, as mulheres superam os homens em nível de bacharelado, com os homens representando 47% dos diplomados, e as mulheres 53%. Do mesmo modo, as mulheres representam 55% dos egressos dos programas de mestrado. No entanto, acima deste nível de formação, há a representação maciça dos homens, com a presença masculina em 54% dos egressos dos programas de doutorado, e 71% de todos os pesquisadores. Apenas 29% dos pesquisadores do mundo são mulheres (UNESCO, 2021b).

O avanço das mulheres no campo da educação e, por conseguinte das ciências, pode ser verificado não apenas pela sua presença em percentual majoritário no ensino superior. De acordo com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, Ciência e Cultura<sup>2</sup> (OEI), o Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres, seja como autora principal ou como coautora. Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 50 mil artigos, dos quais 72% são assinados por cientistas mulheres (OEI, 2021).

Em especial, na área da ciência e tecnologia, as mulheres brasileiras ingressaram no século XXI com maior número de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado, conforme mostram os últimos dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período compreendido entre 2001 a 2017. Não obstante, os homens continuam à frente e mais numerosos no que concerne às concessões por bolsas de produtividade em pesquisa (destinadas a pesquisadores que se destacam na sua área de atuação), superando as mulheres em quase 50% nesta modalidade (CNPq, 2018).

---

<sup>2</sup> Criada em 1949, a Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura (OEI) é um órgão governamental internacional de cooperação entre os países ibero-americanos. Os Estados membros são todos os países latino-americanos que compõem a comunidade de nações, quais sejam: Andorra, Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Equador, El Salvador, Espanha, Guatemala, Guiné Equatorial, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela. In: OEI. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, Ciência e Cultura, 2021. Disponível em: <https://www.oei.es/acercade/que-es-la-oei>. Acesso em: 25/03/2021.

Por certo, este quadro descreve o fenômeno social caracterizado por Eagly e Carli (2007) como “teto de vidro”, pois apesar do avanço das mulheres na força de trabalho, em âmbito nacional, elas ainda enfrentam barreiras simbólicas que as impedem de chegar aos mais altos cargos de uma hierarquia organizacional, bem como de ter paridade salarial nas mesmas funções exercidas pelos homens. Esta situação também se reflete no campo científico, considerando que as mulheres são maioria na base, mas os homens dominam o topo das ciências no Brasil.

A atual realidade social das mulheres brasileiras põe em xeque as políticas de democratização implementadas no país e reafirmam a necessidade de uma renovação constante dos campos de investigação, com base na problematização abordada por Bourdieu e Passeron (1992), nos estudos realizados a partir do caso da França, concernente à função social do sistema de ensino e seu papel na reprodução das desigualdades sociais.

Haja vista o sistema de ensino ser o “reflexo de um estado do sistema econômico ou a expressão direta do sistema de valores da sociedade global” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 189), cuja aparente autonomia relativa, de independência e neutralidade, lhe permite servir às exigências externas ao sistema escolar.

Ademais, no âmago dos mecanismos de reprodução de práticas e representações, a origem social agrega-se ao sistema de ensino como herança cultural de relevância na determinação das trajetórias escolares e profissionais de meninos e meninas, legitimando a produção das hierarquias sociais, estas últimas sob aparentes hierarquias escolares (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Este fato traz como consequência às meninas, em idade escolar, a falta de igualdade de oportunidades de aprendizagem, trazendo consequências também para o trabalho, na fase adulta. Como reflexo deste cenário de iniquidades no qual se inserem as mulheres, pode-se citar sua pouca representatividade no campo da ciência e tecnologia, mais especificamente, no ensino de STEM (ciência, tecnologia, engenharia e matemática), tanto no âmbito da graduação quanto no âmbito das pesquisas, retratando o predomínio masculino nestas áreas do conhecimento (UNESCO, 2021b).

A sub-representação política das mulheres também é passível de observação na distribuição percentual, por sexo, dos líderes dos grupos de pesquisa nas universidades e centros brasileiros de pesquisa. Os dados do último censo realizado pelo CNPq mostram a liderança absoluta dos homens sobre as mulheres, no período compreendido

entre 1995 a 2016. Importante ressaltar que desta circunstância decorre a assimetria de poder na academia, relacionada aos condicionamentos ligados ao gênero, estimulando a competição, a perda da liberdade, da autonomia e da criatividade entre os pesquisadores (CNPq, 2021).

De fato, as mulheres continuam sendo minoria nos cargos de autoridade, de estratégia, e de poder de decisão. Destaque-se, ainda, a intensificação de sua participação nas profissões mais próximas de uma visão tradicional das atividades femininas, como extensão das atividades domésticas, as quais concentram-se na área do ensino, serviços e saúde (BOURDIEU, 2014a).

Sob este aspecto, lembra Bourdieu (2014a) que “as mudanças visíveis de condições ocultam, de fato, a permanência nas posições relativas” (p. 108). Ou seja, a igualdade de oportunidades de acesso das jovens ao ensino médio e superior, bem como o aumento de índices de representação do feminino, em determinadas profissões, podem mascarar as desigualdades de gênero que persistem na distribuição entre os diferentes níveis escolares e, simultaneamente, entre as carreiras possíveis.

Não obstante, em virtude do poder de selecionar e de formar, os docentes constituem-se nos produtos desse sistema de produção, na qualidade de “agentes capazes de exercer uma ação transformadora reprodutora da formação que eles próprios receberam” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 206).

Portanto, opondo-se às rotinas do pensamento corrente no mundo social, isto é, ao senso comum esclarecido, este estudo seguirá os pressupostos da filosofia relacional de Bourdieu (2008a) para a compreensão do fenômeno da feminização<sup>3</sup> da ciência no Brasil, face o *habitus* feminino<sup>4</sup>, e as condições sociais de sua constituição no cenário contemporâneo brasileiro.

Pois, como destaca Bourdieu (2014a), neste mundo sexualmente hierarquizado, as mulheres são preparadas a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis as

---

<sup>3</sup> O termo feminização é utilizado em alusão às “transformações ocorridas em um determinado tipo de ocupação, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante na época ou na cultura especificamente analisadas. Essa imagem pode implicar uma mudança no significado da profissão”. In: YANNOULAS, S. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 271-292, jul /dez 2011, p. 283.

<sup>4</sup> O *habitus* feminino, como referenciado por Bourdieu (2014a), concebe “o ser feminino como ser percebido” (p.79), trata-se de “uma construção social naturalizada (os “gêneros” como *habitus* sexuados), como o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade [...]”. In: BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertran. Brasil, 2014a, p.9.

normas e as condenações arbitrárias, as quais, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se duradouramente na ordem dos corpos, sob a forma de aptidões e/ou inclinações.

### 1.1 Problema de Pesquisa

Segundo Ferreira, Azevedo, Guedes e Cortes (2008a), o *status* educacional e profissional das mulheres no Brasil é fruto do processo de modernização da sociedade brasileira, realizado na era Vargas, colocando a educação como mediadora das mudanças operadas nos papéis femininos, resultando na expressiva inserção das mulheres no campo acadêmico e científico no país.

Este fato coaduna-se com a intensificação da escolarização feminina, que se deu a partir da década de 1930, em correlação às mudanças havidas no sistema de gênero, atualmente em curso, tais como a “alteração de hábitos e costumes familiares, associada à urbanização e à emergência de um novo estilo de vida burguesa” (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 44).

Nas décadas posteriores, a emancipação feminina que se concretizava no âmbito dos contextos socioculturais no Brasil acabou por estimular o acesso efetivo das mulheres às instituições científicas. No entanto, a subordinação social a qual eram submetidas adentrou as portas do espaço acadêmico e científico, refletida na assimetria de poderes, com base nas hierarquias sociais, caracterizada pela supremacia masculina, com a desvalorização da identidade feminina, atribuindo-lhes o estigma primordial de ser mãe e esposa (FERREIRA *et al.*, 2008).

No Brasil, o reconhecimento da presença feminina na institucionalização das ciências também está inserido dentro deste contexto. A sua invisibilidade ou seu anonimato caracterizou-se devido à escassez de estudos históricos, contribuindo, dessa forma, para a percepção social da ausência das mulheres na academia (FERREIRA *et al.*, 2008).

Certamente, a realidade das mulheres, de acordo como é abordada pela história, é percebida através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, sob uma flexibilidade cultural variável, por vezes não refletindo a realidade, mas o relativismo cultural aplicado à própria escrita da história, bem como a seus chamados objetos (BURKE, 1992).

Ressalta-se, portanto, a necessidade de abordagens sobre os limites auferidos às mulheres brasileiras e, em especial, às mulheres cientistas, tendo em vista o exercício

pleno de sua cidadania, seja no campo cultural, social, político e econômico, pois como destaca Bourdieu (1989), a violência simbólica de que as mulheres são vítimas não se manifesta somente pela divisão sexual do trabalho, mas também por detalhes informais do cotidiano, na tentativa de restringir suas ações.

O aprofundamento de discussões sobre a ampliação dos direitos e da cidadania feminina busca revelar a “realidade nua e crua” (SAFFIOTI, 2004, p. 11) dessas mulheres, nos seus diferentes campos de atuação; busca, ainda, a promoção da reflexão sobre a importância da equidade de direitos entre homens e mulheres nos estudos organizacionais, constituindo-se em importante ferramenta contra a imagem da racionalidade hegemônica exercida sobre as mulheres.

Portanto, com base na perspectiva praxiológica de Pierre Bourdieu e, considerando que a ciência é produto de uma visão ideológica do mundo, permeada pela dominação masculina, pergunta-se: **quais são os obstáculos enfrentados pelas mulheres cientistas brasileiras, ao longo de sua trajetória social, que se constituem em desafios ao processo da feminização da ciência no Brasil, face o *habitus* feminino e as condições sociais de sua constituição no cenário contemporâneo brasileiro?**

## 1.2 Objetivos da Pesquisa

### *1.2.1 Objetivo principal*

Este estudo inspirou-se na convicção proposta por Bourdieu (2008a) de que não se pode “capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada” (2008a, p. 12). Portanto, esta pesquisa tem por objetivo: **identificar os obstáculos enfrentados pelas mulheres cientistas brasileiras, no processo da feminização da ciência no Brasil, através da análise de sua trajetória social, considerando a perspectiva bourdieusiana de constituição do *habitus* feminino, no cenário contemporâneo brasileiro.**

### 1.2.2 *Objetivos específicos*

- a) fazer uma abordagem sobre os principais fatores históricos que contribuíram para a construção da realidade social das mulheres brasileiras, reflexo dos condicionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos de constituição do *habitus* feminino, no cenário contemporâneo brasileiro;
- b) analisar o impacto do capital cultural herdado e adquirido (através da origem social e do sistema de ensino) na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras que se inseriram no campo acadêmico e científico no país, após a década de 1930, através de uma abordagem qualitativa da pesquisa, sob a perspectiva relacional de Pierre Bourdieu;
- c) compreender o processo da feminização da ciência no Brasil, através da análise da trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, sob a perspectiva bourdieusiana de constituição do *habitus* feminino, no cenário contemporâneo brasileiro, à luz do referencial teórico.

### **1.3 Delimitação Teórica**

Segundo Santos (2002), evidencia-se nas ciências sociais, especialmente na sociologia contemporânea, um processo de transição de paradigmas norteadores de novas teorias, de desconstrução de dicotomias tais como indivíduo e sociedade, natureza e cultura, particular e universal, objetivo e subjetivo.

Assim sendo, as relações de gênero na sociedade têm sido palco para inúmeras pesquisas e estudos dentro da sociologia e em outros campos do conhecimento; mais especificamente, na administração, no que tange às repercussões das mudanças promovidas pela globalização e pela reestruturação produtiva, nas formas de inserção das mulheres no mercado de trabalho.

No Brasil, apesar do avanço das investigações contemporâneas sobre as desigualdades de gênero, bem como da sub-representação das mulheres nas ciências, a proposta do presente estudo vai ao encontro da lacuna existente no campo das ciências sociais aplicadas sobre o fenômeno da feminização da ciência no Brasil, na

contemporaneidade, o qual se deu sob a égide da racionalidade do capital vigente no país.

Concebem Bourdieu e Passeron (1992) que se “não existe ciência senão do que é oculto” (1992, p. 14), pode-se inferir uma certa similaridade da sociologia com as forças históricas, as quais, através de um processo contínuo, “constrangem a verdade sobre a relação de forças a se revelar, nem que seja pelo fato de obrigá-las a se ocultarem cada vez mais” (1992, p. 14).

Assim sendo, este estudo dará especial atenção às realidades históricas, bem como às realidades das pessoas, em especial, à realidade social das mulheres cientistas brasileiras, através da análise de sua trajetória social, a fim de fornecer uma compreensão fidedigna dos desafios inerentes ao processo de inserção e ascensão das mulheres no campo acadêmico e científico no país, na contemporaneidade.

Portanto, considerando-se que o objeto das ciências sociais é histórico, ou seja, que as “sociedades humanas existem num determinado espaço e tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que as instituições, leis, visões de mundo estão em constante dinamismo” (MINAYO, 2004, p. 20), é pertinente, *a priori*, a realização de uma abordagem histórica das estruturas objetivas (principalmente, da estrutura de distribuição do capital e dos mecanismos que tendem a garantir sua reprodução) e das formas cognitivas (das disposições dos agentes) que contribuíram para o estabelecimento do *habitus* feminino, reflexo dos determinantes socioculturais, políticos e econômicos, condicionantes da dimensão das desigualdades sociais de gênero e classe no Brasil contemporâneo.

Tal iniciativa deve-se ao fato de que para se construir um objeto científico requer, acima de tudo, romper com o senso comum, isto é, “escapar de certas abordagens científicas que enfatizam a dimensão racional do comportamento humano de que os indivíduos são seres autônomos e plenamente conscientes do sentido de suas ações” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 10); haja vista que “a noção de *habitus* exprime, sobretudo, a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e do mecanicismo” (BOURDIEU, 1989, p. 60).

Neste contexto, destaque-se o realismo com que as aparências biológicas são apresentadas e as consequências que um longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social produziu nos corpos e nas mentes, interagindo de

forma integrada na construção naturalizada dos gêneros, na qualidade de *habitus* sexuados, e na inversão das causas e efeitos desta relação. Segundo Bourdieu (2014a), este quadro reflete “o fundamento *in natura* da arbitrária divisão que está no princípio não só da realidade como também da representação da realidade e que se impõe por vezes à própria pesquisa” (2014a, p. 9–10).

Destarte a longa investigação filosófica implementada pela sociologia do conhecimento, no que tange ao interesse sociológico nas questões da realidade e do conhecimento, que remonta à década de 1920, na Alemanha (BERGER; LUCKMANN, 2004), destaca-se que, para efeito deste estudo, prevalecerá a ideia bourdieusiana de que para se fazer ciência é preciso realizar rupturas epistemológicas, evitando-se as aparências da cientificidade, contrariando mesmo as normas em vigor e desafiando os critérios correntes do rigor científico (BOURDIEU, 1989).

Para tanto, esta pesquisa seguirá os pressupostos epistemológicos contidos nos modelos construídos e aplicados por Pierre Bourdieu, em seus estudos desenvolvidos a partir da década de 1950 na região da Cabília, na África do Norte, ou nos anos de 1960 em Béarn, na França, considerando-se as particularidades existentes nas diferentes histórias coletivas, a saber, das mulheres cientistas brasileiras, e em seus diferentes contextos históricos.

Pois, observa Minayo (2004) que embora nas ciências sociais os seres humanos sejam muito diferentes por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, “eles têm substrato comum que os tornam solidariamente imbricados e comprometidos” (2004, p. 21).

Do ponto de vista sociológico, “a problemática teórica dos escritos de Bourdieu repousa essencialmente sobre a questão da mediação entre o agente social (indivíduo) e a sociedade” (ORTIZ, 1983, p. 8), emergindo o objetivismo e a fenomenologia como pontos centrais em suas reflexões, na qualidade de métodos epistemológicos antagônicos. Pois que o positivismo e o estruturalismo, enquanto perspectivas objetivistas, constroem as relações objetivas que estruturam as práticas individuais; e o interacionismo simbólico e a etnometodologia, enquanto epistemologias fenomenológicas, partem da experiência primeira do indivíduo no mundo social (ORTIZ, 1983).

O conhecimento praxiológico, a abordagem epistemológica proposta por Bourdieu (2002), explicita um outro gênero de conhecimento, diferente dos demais,

articulando o ator social e a estrutura social, tendo como objeto “as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las” (2002, p. 145), e não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói.

Somam-se a este contexto os estudos implementados por Bourdieu (1992; 2008b) sobre o papel do sistema de ensino na sociedade e o peso da origem social dos estudantes sobre os destinos escolares, constituindo-se hoje, passados quase 60 anos após sua primeira publicação sobre o assunto, “um dos mais importantes paradigmas utilizados na interpretação sociológica da educação” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 6).

Bourdieu oferece um novo modo de interpretação da escola e da educação, pois dados estatísticos acumulados a partir dos anos de 1950 e a crise de confiança do sistema de ensino ocorrida nos anos de 1960, na França, apontavam a forte relação entre desempenho escolar e origem social dos estudantes. Onde se via igualdade de oportunidades, meritocracia e justiça social, Bourdieu passa a ver reprodução e legitimação das desigualdades (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

Na teoria de Bourdieu (2007), a educação perde o papel de instância transformadora e democratizadora das sociedades, passando a ser vista como uma das principais instituições onde os privilégios sociais se mantêm, sancionando, desta forma, o dom social como dom natural (BOURDIEU; PASSERON, 1992; NOGUEIRA; CATANI, 2007; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

Logo, nesta investigação, também será considerado o impacto da origem social e do sistema de ensino no processo de construção da *trajetória social das mulheres cientistas brasileiras*, como objeto de estudo da presente pesquisa. Pois, segundo a assertiva de Bourdieu (2008b), só se pode haver uma verdadeira compreensão das diferenças, apesar de sua proximidade no espaço objetivo, se for levada em consideração, além do volume e da estrutura do capital, a evolução no tempo dessas propriedades, ou seja, “a trajetória social do grupo em seu conjunto e do indivíduo considerado e de sua linhagem, que se encontra na origem da representação subjetiva da posição objetivamente ocupada” (2008b, p. 424).

Mas, antes, para a apreensão e análise do fenômeno da feminização da ciência no Brasil, faz-se necessário explorar as condições sociais e históricas de constituição do *habitus* feminino, sob os condicionamentos do arbitrário cultural dominante, na

contemporaneidade. Por vezes, uma retrospectiva histórica permitirá perceber a “correspondência global entre o grau de racionalidade formal do sistema de ensino e o grau de desenvolvimento do sistema econômico [...] do valor que as sanções desses mercados conferem aos diferentes diplomas e às diferentes categorias de diplomados” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 192–193).

#### **1.4 Justificativa e Relevância do Estudo**

Este estudo é resultado de uma inquietação pessoal, adquirida ao longo de uma trajetória profissional de mais de 30 anos como servidora de uma Instituição Pública Federal de Saúde em Ciência e Tecnologia, a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

Porquanto, trabalhar na área de gestão, em uma de suas Unidades Técnico-Científicas Regionais, a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), no *campus* do Rio de Janeiro, propiciou participar do cotidiano de seus docentes e alunos.

Por consequência, o crescente interesse em compreender as mudanças ocorridas no processo do trabalho docente, diante da reestruturação produtiva e das reformas educacionais que começaram a tomar forma no Brasil nos anos de 1990, culminou na dissertação cujo tema baseou-se nos *“Impactos da Política de Avaliação da Pós-Graduação Stricto sensu sobre o Trabalho Docente no Brasil”*.

Esta linha de investigação perdurou durante toda a trajetória acadêmica, onde foi possível o aprofundamento dos estudos sobre o funcionamento das ciências, das instituições acadêmicas e, em especial, dos desafios enfrentados pelas mulheres brasileiras no processo de inserção e ascensão no campo acadêmico e científico no país, tema a ser abordado na presente Tese.

A escolha pela perspectiva bourdieusiana para explanação deste tema tem por objetivo entender o peso da origem social sobre os destinos escolares, através de um novo modo de interpretação da escola e da educação, “uma das principais instituições por meio da qual se mantêm e se legitimam os privilégios sociais” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 15).

Assim sendo, pode-se afirmar que esta pesquisa coaduna-se com Saffioti (2004) quando afirma que “na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômeno denominado sincronicidade por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa, é escolhido por ele” (2004, p. 42).

Discorre que, a partir das últimas décadas do século XX, é notória a progressiva conscientização de que a sociedade, caracterizada primordialmente pelo regime patriarcal, promoveu aos homens e mulheres papéis e poderes distintos, identificando-se a predominância do poder masculino, em suas diferentes esferas no tempo e espaço.

Em consequência deste fato, estruturaram-se modos de pensamento ligados à evolução concreta de homens e mulheres na sociedade. Estas reflexões possibilitam o entendimento dos aspectos culturais da não racionalidade da sociedade racional, tais como o sexismo, o qual desempenha papel análogo ao da exploração econômica, onde os homens assumem as tarefas exteriores, ao passo que as mulheres são confinadas aos papéis internos, ou seja, do lar (FOUREZ, 1995a).

Por conseguinte, verifica-se, no novo milênio, uma proliferação surpreendente de discursos que reafirmam as diferenças no âmbito estrutural das racionalizações fisicalistas que se evidenciam através dos processos de biologização das experiências sociais; bem como em matérias na grande mídia e/ou através de publicações científicas, por meio de uma busca incessante de demonstração e de comprovação da existência de marcos naturais intransponíveis, os quais assegurariam uma distinção radical entre os gêneros, traduzida em termos de características vinculadas ao sexo biológico (ROHDEN, 2001).

Outro aspecto também a ser destacado “se refere a como as pretensões relativas ao gênero também determinaram uma forma de acesso e tratamento diferenciado dos corpos de homens e mulheres por parte da ciência e da medicina” (ROHDEN, 2008, p. 171).

Mas, paradoxalmente a todos estes contextos, surge um questionamento: será que a maneira de se abordar a divisão entre os sexos, vista como o que há de mais natural na ordem social, não favoreceria a eternização e a ratificação deste estereótipo, através da exposição das constantes e invariáveis que estão no princípio da eficácia socioanalítica, a mesma que se condensa no “mito do eterno feminino”? (BOURDIEU, 2014a, p. 10).

Contudo, argumenta Bourdieu (2014a) que “lembrar os traços que a dominação imprime perduravelmente nos corpos e os efeitos que ela exerce através deles não significa dar armas a essa maneira, particularmente viciosa, de ratificar a dominação” (2014a, p. 52). Ao contrário, “é preciso assinalar não só que as tendências à submissão [...] são resultantes das estruturas objetivas, como também que essas estruturas só

devem sua eficácia aos mecanismos que elas desencadeiam e que contribuem para sua reprodução” (2014a, p. 52).

Portanto, para se fazer uma transposição dos padrões sociais dominantes, mister se faz rever os seus significados, através de uma análise crítica e reflexiva sobre as consequências da reprodução das diferenças sociais, chamando a atenção para o fato de que os acordos sociais refletem e reproduzem essas desigualdades (FIELDS; COPP; KLEINMAN, 2006).

Desta forma, suscita Fourez (1995a) que “talvez seja o caso de se refletir mais sobre o vínculo entre o patriarcado e a produção de uma sociedade gerida pela lógica da ciência e da tecnologia” (1995a, p. 246). E indaga o autor: “até que ponto a lógica da matemática e da ciência poderia ser a produção de uma cultura patriarcal?” (1995a, p. 246).

Ademais, observa-se que a educação superior, na qualidade de reprodutora do processo de transformação em curso na sociedade, reestruturou-se a partir de uma lógica de aproximações sucessivas do modelo organizativo do capital, considerando que as transformações ocorridas no cotidiano feminino impactaram também o espaço acadêmico e científico, promovendo a sub-representação social das mulheres nas ciências.

Assim sendo, através desta pesquisa, pretende-se contribuir com uma reflexão a respeito das mudanças dos padrões culturais e dos valores relativos às mulheres cientistas brasileiras, considerando-se, primeiramente, que se reconheça que a igualdade existe. No entanto, o “problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade” (SAFFIOTI, 2004, p. 44), contra a qual tem sido a luta feminina.

Esta pesquisa tem, ainda, o intuito não só de trazer a visão das mistificações impostas às mulheres brasileiras, em especial, às que atuam no campo acadêmico e científico no país, mas de promover uma revisão de suas relações sociais, através de um trabalho de negação teórica e de negação à prática do autoritarismo. Acrescente-se a este fato, a tentativa de compreender a origem e os efeitos do prestígio da ciência contemporânea como explicação do real e como instrumento para sua transformação.

E, parafraseando Federici (2017), acredita-se que “preservar essa memória é crucial se quisermos encontrar uma alternativa ao capitalismo. Pois essa possibilidade

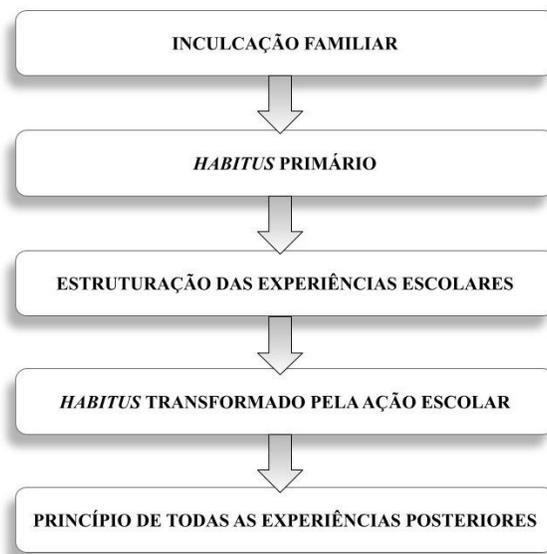
dependerá de nossa capacidade de ouvir as vozes daqueles que percorreram caminhos semelhantes” (2017, p. 11).

### 1.5 O Pressuposto da Pesquisa

Para fins de investigação, considerou-se o pressuposto estabelecido por Bourdieu (1996a), ilustrado na Figura 1, no que confere:

O *Habitus* constitui a matriz que dá conta da série de estruturações e reestruturações por que passam as diversas modalidades de experiências diacronicamente determinadas dos agentes. Assim como o *habitus* adquirido através da inculcação familiar é condição primordial para a estruturação das experiências escolares, incluindo desde a recepção das mensagens produzidas pela indústria cultural até as experiências profissionais. O objeto para análise não se restringe apenas às práticas dos grupos mas incide sobre os princípios de produção de que são o produto, vale dizer, o *habitus* de classe e os princípios de produção de tal *ethos*, a saber, as condições materiais de existência (BOURDIEU, 1996a, p. 47).

Figura 1-Sistema de Princípios Explicativos das Práticas dos Agentes



Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (1999).

A Figura 1 reflete a percepção de Bourdieu (1996a) a respeito das implicações existentes na “relação entre as leis de transformação do campo de produção econômica e as leis de transformação do campo de produção dos produtores, ou seja a escola e a

família” (1996a, p. 130), considerando-se que a escola tende a ocupar um lugar cada vez mais importante na estrutura econômica das sociedades contemporâneas.

## 1.6 Organização Geral do Trabalho

Este estudo está estruturado em cinco capítulos: o primeiro capítulo inclui a introdução, que contextualiza o problema de pesquisa; seus objetivos; a delimitação teórica da pesquisa; a justificativa e a relevância do trabalho proposto, o pressuposto da pesquisa e, por fim, a forma como ele está organizado.

No segundo capítulo se encontra o referencial teórico da pesquisa, dividido em três partes, a saber:

- a) *a priori*, é dada especial atenção à explanação sobre o legado sociológico deixado por Pierre Bourdieu, bem como à praxiologia por ele utilizada (juntamente com os conceitos por ele abordados e adotados neste estudo) e a apresentação da sociologia da educação por ele defendida;
- b) em seguida, é feita a análise das condições sociais de constituição do *habitus* feminino no cenário contemporâneo brasileiro, perpassando pelos mecanismos de dominação social e as estratégias de reprodução utilizadas por instituições como a família, o sistema de ensino, a igreja e o Estado e sua contribuição na construção da realidade social das mulheres brasileiras;
- c) por fim, serão apresentados os constructos pertinentes à proeminência do que vem a ser a “ciência” na cultura ocidental, bem como a manifesta sub-representação das mulheres brasileiras no campo científico. Antes, porém, será apresentado o termo “feminização”, relacionando-o, primordialmente, à trajetória social das mulheres cientistas brasileiras.

No terceiro capítulo, é apresentada a metodologia empregada e sua relevância para o desenvolvimento da pesquisa, a descrição do campo, os instrumentos de coleta de dados, os agentes da pesquisa e os procedimentos de análise dos dados.

No quarto capítulo, são apresentados o estudo de caso, a apresentação dos dados e a análise dos resultados da pesquisa, à luz do referencial teórico.

No quinto e último capítulo, são consolidadas as conclusões do presente estudo.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, pretende-se fazer uma reflexão sobre os desafios da feminização da ciência no Brasil contemporâneo. Para tanto, será viabilizada a análise da constituição do *habitus* feminino, sob os condicionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos, a fim de auxiliar na compreensão sobre a influência do capital cultural (herdado e adquirido) na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu.

### 2.1 A Trajetória, a Praxiologia, os Conceitos e a Sociologia da Educação em Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (1930-2002) foi um dos grandes sociólogos do século XX, com amplo reconhecimento em escala mundial, cujos trabalhos sustentam o pensamento e a prática científica de sua sociologia, centrada no tripé teoria-história-empíria, sob diferentes campos disciplinares, como sociologia, antropologia, educação, história e economia.

Bourdieu, além de incorporar muitos de seus próprios ensinamentos e de suas inovações teóricas em sua prática de pesquisa e em sua produção científica através da crítica reflexiva, teve como base um fiel compromisso com a ciência, com o “*institutio-building*” intelectual e com a justiça social (WACQUANT, 2002, p. 96). Ele ainda possui uma tripla dimensão sociológica em suas técnicas e conceitualizações; antropológica, em suas descrições; e, ainda, histórica, em suas perspectivas (CHARTIER, 2002).

Importante ressaltar que ao longo de quase cinco décadas, Pierre Bourdieu produziu sólida obra, englobando os mais variados domínios da realidade social. Por meio de suas análises, ele procurou entender e explicar a sociedade francesa de seu tempo, tornando possível este mesmo entendimento a outras realidades geográficas, através da aplicação dos seus modelos de estudo (BOURDIEU; DARBEL, 2007a).

Bourdieu nasceu em agosto de 1930, em Béarn, uma região rural no sudoeste da França; cursou a escola fundamental junto aos filhos de camponeses, de operários e de pequenos comerciantes em outra vila remota conhecida por seu arcaísmo, e que, mais tarde, se tornaria o local de seus primeiros estudos etnológicos e assunto de seu último livro publicado, por ocasião de sua morte em 23 de janeiro de 2002.

Em 1951, Bourdieu ingressou na faculdade de letras, em Paris, e na Escola Normal Superior. Três anos depois, graduou-se em filosofia. Prestou serviço militar na Argélia, então colônia francesa, onde retomou a carreira acadêmica e escreveu o primeiro livro sobre a sociedade Cabília, região situada ao norte da Argélia, país da África do Norte. De volta à França, assumiu a função de assistente do filósofo Raymond Aron (1905-1983) na Faculdade de Letras em Paris e, simultaneamente, filiou-se ao Centro Europeu de Sociologia, do qual veio a ser secretário-geral. Bourdieu publicou mais de 300 títulos, entre livros e artigos (WACQUANT, 2002).

A obra de Bourdieu tem se afirmado, ao longo dos últimos decênios, como uma das mais estimulantes e inovadoras na área das ciências sociais, influenciando numerosas pesquisas sociológicas, antropológicas e históricas, em todo o mundo.

O destaque encontra-se na escolha dos objetos de análise, a saber: sociedades tribais, sistemas de ensino, processos de reprodução, critérios de classificação, modos de dominação e lógicas de distinção. Destacando-se, ainda, na reorientação do olhar aos fenômenos de percepção social, da produção simbólica e das relações informais de poder, bem como na formulação de noções operatórias, tais como *habitus*, poder simbólico, capital, campo e espaço social (BOURDIEU, 1989).

O objetivo máximo dos trabalhos de Bourdieu (2009) é trazer a todos uma compreensão rigorosa do mundo, utilizando-se da mais preciosa ferramenta de que dispõe a humanidade: “a representação realista da ação humana, condição primeira de um conhecimento científico do mundo social” (2009, p. 10).

### *2.1.1 A teoria da prática de Pierre Bourdieu*

Nas obras de Bourdieu (2002; BOURDIEU, 2008a; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a; CATANI *et al.*, 2017) é possível observar um constante desafio teórico central, de forma mais ou menos explícito, direcionado à constituição de uma abordagem sociológica capaz de superar a antinomia entre ação e sistema na teoria social, ou seja, entre as distorções e os reducionismos associados ao que o autor chama de formas subjetivistas e objetivistas de conhecimento, propondo, como alternativa, uma teoria da prática centrada no conceito de *habitus*.

A convicção de Bourdieu é a de que as ações dos sujeitos têm um sentido objetivo que lhes escapa, isto é, eles agem como membros de uma classe, mesmo quando não possuem consciência clara disso; exercendo o poder e a dominação

econômica e, sobretudo simbólica, frequentemente, de modo não intencional (CATANI *et al.*, 2017).

Essa compreensão é a base de uma epistemologia que, através da filosofia da ciência de Bourdieu (2008a), poderia denominar-se de relacional, pois o autor atribui primazias às relações, opondo-se às rotinas do pensamento corrente no mundo social, ou seja, ao senso comum esclarecido.

Refere-se o autor às relações que se encontram vinculadas às realidades substanciais, indivíduos, grupos, mais do que às relações objetivas que não se pode mostrar ou tocar e que precisam ser conquistadas, construídas e validadas por meio do trabalho científico (BOURDIEU, 2008a).

A filosofia da ciência de Bourdieu (2008a) também poderia denominar-se como uma filosofia da ação, “às vezes chamada de disposicional, pois atualiza as potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais eles atuam ou, mais precisamente, em sua relação” (BOURDIEU, 2008a, p. 8).

Sem rejeitar a construção objetivista, mas superando-a, a perspectiva bourdieusiana visa reposicionar a prática no âmago do questionamento, ao modo de conhecimento praxiológico. Desta forma, o autor integra suas reflexões à “questão da experiência primeira do mundo como natural, como óbvia e, portanto, o ponto de vista dos atores como fazendo parte da realidade a ser observada” (CATANI *et al.*, 2017, p. 127).

Haja vista o “lugar que Bourdieu atribui ao ponto de vista dos agentes, à sua visão do mundo, na construção do objeto e na metodologia de investigação” (CATANI *et al.*, 2017, p. 127).

Portanto, constituem seu objeto de pesquisa não somente o sistema de relações objetivas, mas também o processo de interiorização desse sistema, sob a forma de disposições. Estas disposições, ao servirem de estrutura ao comportamento, encarnando-se nas práticas individuais, e à percepção dos agentes, fazem com que esse sistema lhes pareça como natural (CATANI *et al.*, 2017).

No entanto, há de se observar que o modo de conhecimento praxiológico, ao analisar as condições de possibilidade da percepção do mundo como óbvia, tem como análise as práticas e representações dos agentes, apreendidas de fora para dentro, mas também as que atuam no processo de sua interiorização, como a educação (CATANI *et al.*, 2017).

Para tanto, esta filosofia utiliza-se de conceitos fundamentais, tais como *habitus*, espaço social, campo e capital, os quais figuram como pontos centrais da relação, de mão dupla, entre as estruturas objetivas, ou seja, entre os campos sociais, e entre as estruturas incorporadas, isto é, do *habitus*, os quais serão contextualizados na seção que se segue.

### *2.1.2 Habitus, espaço social, campo e capital sob a perspectiva de Pierre Bourdieu*

Após uma prévia sobre a trajetória social de Pierre Bourdieu e a praxiologia por ele utilizada em seus estudos, verifica-se sua pretensão ao distanciamento do subjetivismo e do objetivismo por meio de uma teoria da prática centrada no conceito de *habitus*. Neste caso, os agentes seriam imbuídos de um poder de atuação com base no *habitus*, isto é, estrutura incorporada que reflete as características da realidade social na qual os indivíduos foram anteriormente socializados. Este entendimento refuta a ideia de que os indivíduos seriam seres autônomos, bem como autoconscientes de suas ações, assim como seres mecanicamente determinados pelas forças objetivas (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

A noção de *habitus* refere-se a uma ideia filosófica antiga, originária no pensamento Aristotélico e na Escolástica<sup>5</sup> medieval, recuperada e retrabalhada nos estudos realizados por Pierre Bourdieu para engendrar uma teoria disposicional da ação capaz de reintroduzir na antropologia estruturalista a capacidade inventiva dos agentes, “sem com isso retroceder ao intelectualismo cartesiano que enviesa as abordagens subjetivistas da conduta social, do behaviorismo ao interacionismo simbólico passando pela teoria da ação racional” (CATANI *et al.*, 2017, p. 106).

Portanto, a noção de *habitus* para Pierre Bourdieu traduz-se, essencialmente, em um modo estenográfico de pesquisa empírica, ou seja, o estudo descritivo dos aspectos culturais e comportamentais, entre outros fatores, de um povo ou grupo social, a fim de

---

<sup>5</sup> De acordo com Bourdieu (2011c), a visão escolástica é uma expressão utilizada para tratar de um “ponto de vista muito específico sobre o mundo social, sobre a linguagem ou sobre qualquer objeto do pensamento [...] expõe-se pura e simplesmente a destruir seu objeto ou a engendrar artefatos a práticas que são produtos de uma outra visão” (2011c, p. 204), quando aplicados sem uma reflexão crítica.

identificar as categorias implícitas através das quais as pessoas constroem, continuamente, o seu mundo vivido (CATANI *et al.*, 2017, p. 215).

Na teoria bourdieusiana, “*habitus* não é um mecanismo autossuficiente para a geração da ação, pois ele opera como uma mola que necessita de um gatilho externo e pode, portanto, ser considerado isoladamente dos mundos sociais particulares, ou campos, no interior dos quais evolui” (CATANI *et al.*, 2017, p. 216).

Para Bourdieu (1989), “*habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista); o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim o de um agente em ação” (1989, p. 61).

Desta forma, *habitus*, como referenciado por Bourdieu (2014a), funciona como sistema de esquemas de percepção, de pensamento e de ação, configurando-se na concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, do espaço social, segundo as condições sociais de sua possibilidade e que se reproduzem através dos tempos. “Essa experiência apreende o mundo social e suas arbitrarias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos como naturais, evidentes” (2014a, p. 17), adquirindo, assim, todo um reconhecimento de legitimação.

Mas, para um entendimento mais apurado deste contexto, há de se considerar o modelo de *espaço social* construído por Bourdieu, a partir do caso particular da sociedade francesa, nos anos de 1970, como segue:

Um espaço multidimensional, conjunto aberto de campos relativamente autônomos, quer dizer, subordinados quanto ao seu funcionamento e às suas transformações, de modo mais ou menos firme e mais ou menos direto ao campo de produção econômica: no interior de cada um dos subespaços, os ocupantes das posições dominantes e os ocupantes das posições dominadas estão ininterruptamente envolvidos em lutas de diferentes formas (sem por isso se constituírem necessariamente em grupos antagonistas) (BOURDIEU, 1989, p. 153).

A noção de espaço social utilizada por Bourdieu (2011c) tem a pretensão de romper com a tendência de se pensar o mundo social de forma substancialista; constituiu-se, ainda, em uma oposição à tradição marxista; pois “podemos negar a existência das classes sem negar o essencial do que os defensores da noção acreditam afirmar através dela, isto é, a diferenciação social” (2011c, p. 49).

Assim sendo, Bourdieu (2011c) reivindica promover o princípio de uma apreensão relacional do mundo social. Haja vista que “toda realidade por ela designada reside na exterioridade mútua dos elementos que a compõem” (2011c, p. 48), princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos, os quais ocupam posições relativas em um espaço de relações, existindo e subsistindo na e pela diferença.

Portanto, à ciência social caberá a construção teórica de espaços sociais, isto é, das sociedades empiricamente observadas, nas quais as classes possam ser recortadas através da construção do princípio gerador que funda as estruturas de diferenças na objetividade. Este princípio “é o da estrutura da distribuição das formas de poder ou dos tipos de capital eficientes no universo social considerado e que variam, portanto, de acordo com os lugares e os momentos” (BOURDIEU, 2011c, p. 50).

De acordo com o modelo definido por Bourdieu (1989, 2008b, 2011c), a construção do espaço social se dá com a distribuição dos agentes ou dos grupos em função dos dois princípios de diferenciação que se encontram em evidência nas sociedades mais desenvolvidas: o capital econômico e o capital cultural.

Neste caso, “os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nestas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas. As distâncias espaciais no papel equivalem a distâncias sociais” (2011c, p. 17).

Mas, indaga Bourdieu (2011c) se, para se aceitar a ideia de um espaço social unificado, não seria preciso o estabelecimento das condições sociais de possibilidade e os limites de tal espaço?

De fato, Bourdieu (2011c) observa que o processo de unificação entre os diferentes campos, dentre eles, o social, o econômico, o cultural (ou escolar), o político, o acadêmico, o científico, entre outros, está atrelado à gênese do Estado, sob a “constituição progressiva do monopólio estatal da violência física e simbólica legítima” (2011c, p. 52), considerando-se as transformações sociais ocorridas ao longo do tempo e espaço, ao nível global.

Por conseguinte, a noção de campo para Bourdieu (2004b) traduz-se em um espaço relativamente autônomo, um microcosmo dotado de leis próprias, diferentemente do macrocosmo que é submetido a leis sociais. Pois, conforme conceitua o autor:

Os campos apresentam-se à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços e que podem ser analisadas

independentemente das características dos seus ocupantes - em parte determinadas por elas (BOURDIEU, 2003, p. 119).

Neste contexto, destacam Bourdieu e Darbel (2007a) que a condição na qual se encontra inserido o indivíduo no espaço social, de forma precoce e durável, por meio das possibilidades oferecidas ou rejeitadas por tal condição, acaba por instituir nos corpos as disposições *de ser*, segundo suas potencialidades, definindo assim, o *habitus*.

Ademais, ao realismo do ajustamento dos condicionamentos impostos pelas condições de existência, se acrescentam às intervenções educativas da família, do grupo de pares e dos agentes escolares, tais como conselhos, sistemas de avaliação, normas e diretrizes. Este alinhamento de conduta e de pensamento tem o propósito de favorecer o “ajustamento das aspirações às oportunidades, das necessidades às possibilidades, a antecipação e a aceitação dos limites visíveis ou invisíveis, explícitos ou tácitos” (BOURDIEU; DARBEL, 2007a, p. 265–266).

Portanto, o sistema escolar, o Estado, a igreja, a família, os partidos são caracterizados como campos, onde “agentes e instituições estão em luta, com forças diferentes, e segundo as regras constitutivas desse espaço de jogo, visando apropriar-se dos ganhos específicos que estão em jogo no jogo” (BOURDIEU, 2003, p. 142)

Assim sendo, as potencialidades objetivamente oferecidas a cada jogador, suas possibilidades e impossibilidades são comandadas pelo poder, isto é, pelo capital, a energia social que define os graus *de ser* em potência e os graus de potência *para ser* de cada jogador “e, ao mesmo tempo, seu desejo de potência que, profundamente realista, está grosseiramente ajustado às suas potências” (BOURDIEU; DARBEL, 2007a, p. 265).

Desta forma, Bourdieu (2008b, 2014a, 2020) considera que os indivíduos ocupariam diferentes posições na estrutura social, de acordo com o volume e a natureza dos seus recursos (capital social, capital econômico, capital simbólico e capital cultural).

Ao capital econômico infere-se ser um indicador de posição econômica e acúmulo patrimonial, apesar de vincular-se também a outros universos, como o cultural (como por exemplo, no processo de capacitação do indivíduo). Não obstante seu poder de aproximação a outros capitais, “o capital econômico está sujeito a taxas de câmbio variáveis. Neste sentido, as estratégias de denegação do seu uso e ação latente variam no tempo e no espaço” (CATANI *et al.*, 2017, p. 107).

Neste contexto, destaca-se que na década de 1980, a sociologia de Bourdieu (1992) se aproximou da nova sociologia econômica que se estabelecia no cenário anglo-saxão, no tocante à importância das instituições na explicação do funcionamento das esferas econômicas ou política, porém, com a inserção de novas metodologias de investigação, através da noção de *habitus*.

Em especial, ao capital social referem-se o conjunto de relações sociais mantidas por um indivíduo, tais como amizades, laços de parentesco, contatos profissionais, redes de conhecimento, entre outros. A ideia é que o indivíduo, ao manter estas relações, poderia favorecer-se de benefícios materiais, como por exemplo, um empréstimo, uma bolsa de estudos, uma indicação de emprego/função; ou poderia favorecer-se de benefícios simbólicos tal como o prestígio decorrente da participação em círculos sociais dominantes; ambos determinantes do volume de capital social que cada indivíduo possui (BOURDIEU, 2011c).

Em suma, o indivíduo teria o volume de capital social definido em função da “amplitude de seus contatos sociais e, principalmente, da qualidade desses contatos, ou seja, da posição social (volume de capital econômico, cultural, social e simbólico) das pessoas com quem ele se relaciona” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 51).

Consoante ao capital cultural, este compreende o conjunto de qualificações intelectuais produzidas pelo sistema escolar ou transmitidas pela família, podendo caracterizar-se sob três diferentes formas, quais sejam: a) em estado incorporado, como disposição duradoura do corpo, como por exemplo, o domínio da linguagem; b) em estado objetivado, como bem cultural, como por exemplo, a posse de obras de arte, livros, computadores; c) em estado institucionalizado, ou seja, socialmente sancionado por instituições, como por exemplo, diplomas, certificados e títulos escolares (BOURDIEU, 1979), conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 - Os Três Estados do Capital Cultural

DIMENSÃO	CATEGORIAS	BENS SIMBÓLICOS
CAPITAL CULTURAL	Capital Cultural Incorporado	Determinantes sociais das oportunidades de acesso às posições ocupadas, isto é, os determinantes da formação do <i>habitus</i> e do sucesso escolar, o capital econômico e sobretudo o capital cultural e social herdado: a origem social.
	Capital Cultural Objetivado	Determinantes escolares, a instituição de ensino superior frequentada e os títulos escolares.
	Capital Cultural Institucionalizado	Determinantes da autoridade científica: poder e prestígio científico, poder político ou econômico.

Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (1979).

Por sua vez, ao capital simbólico, remete Bourdieu (2011c) à concentração de autoridade reconhecida que, ignorado por todas as teorias sobre a gênese do Estado, surge como a condição ou, pelo menos, como o acompanhamento de todas as outras formas de concentração. Isto é, o capital simbólico é uma propriedade qualquer, de qualquer tipo de capital (físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor.

Da mesma forma, aplica-se esta análise ao capital econômico, pois:

A riqueza nunca age apenas como riqueza, há uma forma variável, conforme as sociedades e os momentos, de reconhecimento atribuído à riqueza que faz com que a força econômica mais bruta exerça, ademais, um efeito simbólico atribuído à riqueza pelo reconhecimento (BOURDIEU, 2014b, p. 290–291).

Posto isto, sugere Bourdieu (2011c) o conhecimento da noção de capital simbólico “enquanto princípio objetivo da violência simbólica” (2011c, p. 6). Pois, de acordo com o autor, os problemas aparentemente insolúveis apresentados tanto pelas contradições da relação do cidadão com o Estado, quanto pela dominação simbólica, evidenciam-se através de dominação ao mesmo tempo sofrida sob pressão e aceita através do reconhecimento ou da obediência.

Haja vista o Estado ser o detentor da capacidade de regular o funcionamento dos diferentes campos, dado que nele se concentra um conjunto de recursos materiais e simbólicos, por meio de intervenções financeiras como no campo econômico, nos auxílios públicos a investimentos ou, no campo cultural, investimentos no ensino, como estratégias educativas; e por meio de intervenções jurídicas como as diversas regulamentações do funcionamento de organizações ou, ainda, do comportamento dos agentes individuais (BOURDIEU, 2011c).

Outrossim, destaca Bourdieu (2014b) a importância das análises em torno da relação entre a distribuição do capital cultural e a posição dos indivíduos no espaço social, considerando que todas as análises da escola são, verdadeiramente, análises do Estado e, por conseguinte, da reprodução do Estado.

Pois, considerar estes fundamentos como parte de um guia prático permitirá ao indivíduo uma compreensão rigorosa do mundo, na qualidade de instrumentos de liberação (BOURDIEU, 2011c).

Através da sociologia da educação, Bourdieu (1989; 1992; 2007) postula a importância do sistema escolar ocupar-se apenas de alunos iguais em direitos e em deveres; se limitando, na maior parte das vezes, a reduplicar e a sancionar as desigualdades iniciais; desta forma, constituindo-se a instituição escolar como um fator de reprodução e não de democratização da sociedade. Tópico este que será abordado na seção seguinte.

### *2.1.3 A sociologia da educação de Pierre Bourdieu*

A França da década de 1960 foi o palco de um acelerado processo de desenvolvimento para o campo das ciências sociais, observando-se, neste período, considerável volume da produção científica, bem como o aumento do número de pesquisadores, levando ao aparecimento de inomináveis pensadores como Pierre Bourdieu. Sua obra “Os Herdeiros”, cuja primeira edição se deu em 1964, é considerada uma das principais fontes de inspiração dos estudantes universitários rebelados em maio de 1968, naquele país (BOURDIEU, 1979).

A crise de Maio de 1968 foi o resultado de uma crítica feroz ao sistema educacional e contribuiu para a eclosão do amplo movimento de contestação social dos estudantes, particularmente no contexto das reformas no sistema de ensino francês. Nesse período, a massificação do sistema educacional, fruto do acesso da primeira geração de alunos do pós-guerra ao ensino secundário e à universidade e o baixo retorno social e econômico auferido no mercado de trabalho aos certificados escolares, acabou gerando decepção entre os estudantes, os quais viam na escola a possibilidade de uma mobilidade social (NOGUEIRA, NOGUEIRA, 2009).

Dentro deste contexto, destaca-se o papel dos sistemas de ensino na sociedade contemporânea que, até meados do século XX, encontrava-se sob postulado do pensamento funcionalista. Esta corrente filosófica creditava à escolarização o processo de superação do atraso econômico associado às sociedades tradicionais, e na construção de uma sociedade justa, moderna e democrática; determinando que é “através da escola pública e gratuita que seria resolvido o problema do acesso à educação e, assim, garantida, em princípio, a igualdade de oportunidades entre todos os cidadãos” (BOURDIEU; PASSERON, 1992; BOURDIEU, 2008b; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 12).

Bourdieu (2008b; BOURDIEU; PASSERON, 2014c) relata em seus estudos, os diferentes aspectos evidenciados no campo da educação, vislumbrando a necessidade de uma nova interpretação do papel do sistema de ensino diante da sociedade, tornando-se imperativo o reconhecimento de que o desempenho dos alunos na escola não depende somente dos dons individuais, mas também da origem social dos seus alunos (classe, etnia, gênero, raça, local de moradia, entre outros indicadores).

Pois, a definição tradicional do sistema de educação como “o conjunto dos mecanismos institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, segundo a expressão de Durkheim, *a conservação de uma cultura herdada do passado*” (BOURDIEU, 1999, p. 296), ou seja, a transmissão entre gerações da informação acumulada, permite às teorias clássicas dissociar a função de reprodução cultural que cabe a qualquer sistema de ensino, de sua função de reprodução social.

A crítica do mito do dom, incitada por Bourdieu (2007), teve a intenção de renovar o pensamento sociológico que se baseia nas explicações das aptidões naturais e individuais dos estudantes. O autor, ao desvendar as condições sociais e culturais que permitiram o desenvolvimento desse mito, pretende desmontar também os mecanismos através dos quais o sistema de ensino transforma as diferenças iniciais (resultado da transmissão da herança cultural familiar) em desigualdades de destino escolar.

Assim sendo, o “conceito de *habitus* permite a Bourdieu sustentar a existência de uma estrutura social objetiva, baseada em múltiplas relações de luta e dominação entre grupos e classes sociais” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 29).

Pois, na perspectiva bourdieusiana, a posição que cada agente ocupa na estrutura das relações objetivas, promove um conjunto de vivências típicas que tenderiam a se consolidar na forma de um *habitus* adequado à sua posição social.

Esta afirmação contraria qualquer perspectiva subjetivista, na medida em que nega, simultaneamente, o caráter consciente e autônomo da orientação dos indivíduos na ação. Por outro lado, o objetivismo seria superado porque as estruturas sociais deixariam de ser vistas como produzindo comportamentos de uma forma mecânica. A posição que o sujeito ocupa na estrutura social não o conduziria, diretamente, a agir em determinada direção, mas faria com que ele incorporasse um conjunto específico de disposições para a ação que o orientariam, ao longo do tempo, nas mais diversas situações sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 31).

Destacam Nogueira e Nogueira (2009a) a importância de se observar, face à perspectiva bourdieusiana, as diferentes disposições e estratégias de investimento

escolar adotadas tendencialmente pelas classes sociais, sob três diferentes grupos: das classes populares, das classes médias e das elites (culturais ou econômicas), nesta ordem, conforme discriminado a seguir.

*As Classes Populares classificam-se segunda a lógica da necessidade*, como mostra o Quadro 2:

Quadro 2 - Classificação das Classes Populares

a) Caracterizam-se pelo pequeno volume de seu patrimônio
b) Suas condições de existência condicionam um estilo de vida marcado pelas pressões materiais e pelas urgências temporais
c) Ao manifestarem sentimentos de incompetência ou de indignidade cultural, do reconhecimento da cultura legítima (isto é, do desconhecimento da arbitrariedade cultural), inculcado pela própria experiência escolar restrita
d) No processo de internalização das chances objetivas, essas classes desenvolvem um senso prático relativo ao que lhes é possível alcançar, bem como ao que lhes é inacessível
e) Encaram a ascensão social como possibilidade de evitar postos instáveis e degradantes, que não garantem uma vida com dignidade
f) O senso de realismo governa suas aspirações e condutas escolares, evitando aquilo que, de toda maneira, lhes seria negado pela sociedade
g) Há uma relação resignada com o sistema de ensino e um envolvimento moderado com os estudos
h) O investimento relativamente baixo das classes populares na escola determinam a redução das chances de sucesso escolar, pois faltam, objetivamente, os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho na escola. Temem pelo retorno muito incerto, porém, com o risco muito alto deste investimento. Considerando que o retorno do investimento escolar se dá no longo prazo, isto implicaria no adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho
i) Há a prática de se auto eliminar, objetiva e subjetivamente, da competição escolar, pois o retorno alcançado com os títulos escolares depende, ainda que parcialmente, da posse de recursos econômicos e sociais
j) As aspirações escolares desse grupo seriam moderadas. O investimento nos(as) filhos(as) se daria apenas para que estudassem o suficiente para se manter os avanços nas taxas de escolarização. Isto já significa, de qualquer forma, alcançar escolarização superior à dos pais; ou seja, elevar-se ligeiramente em relação ao nível socioeconômico alcançado pelos pais
k) Privilegiam as carreiras escolares mais curtas, com vistas à rápida inserção profissional
l) Há o Liberalismo permissivo em relação à educação da prole
m) A ajuda (escolar) fornecida pela família reveste-se de formas diferentes, nos diferentes meios sociais e cresce à medida em que o nível social se eleva

Fonte: elaborado pela autora com base na análise sintética apresentada por Nogueira e Nogueira (2009a).

As *Classes Médias classificam-se pela lógica da ascensão*, como mostra o Quadro 3:

Quadro 3 - Classificação das Classes Médias

a) Ocupam uma posição intermediária entre os dois polos do espaço das classes sociais, os dominantes e os dominados
b) A luta constante para não se integrar, nem se confundir com as massas populares, por um lado, e para diminuir as distâncias que as separam das elites, por outro, estruturará suas disposições, que são duplamente comandadas
c) A necessidade (ou o <i>ethos</i> ) de ascensão social se imporia, assim, a elas com muita força, determinando um conjunto de estratégias
d) Nas sociedades capitalistas modernas, a classe média divide-se em três frações: <b>a) classe média em declínio, a classe média de execução (ou de promoção), e a nova classe média</b>
e) A <b>Classe Média em Declínio</b> é composta pelos pequenos proprietários (pequenos comerciantes). Suas características principais decorrem de sua situação de declínio econômico e social (com sua correlativa diminuição numérica) em virtude das transformações na estrutura socioeconômica que levam ao desaparecimento tendencial e gradual do pequeno comércio tradicional, e, do fato de que são mais providas de capital econômico do que de capital cultural
f) A <b>Classe Média De Execução (ou de Promoção)</b> é constituída pelos empregados terceirizados e pelos quadros médios dos setores público e privado (quadros administrativos, técnicos, professores). Essas frações caracterizam-se pela posse de um capital cultural que, embora maior do que o das frações anteriores, é menor do que aquele dos quadros superiores com quem mantêm uma relação de tipo execução/concepção. Mas é a esse capital cultural que seus membros devem a posição que ocupam na estrutura social, e o fundamento das expectativas de elevação social que nutrem
g) A <b>Nova Classe Média</b> , a terceira fração é formada por subgrupos diversificados dentre os quais se destacam: a) profissões de apresentação e representação por requisitarem boa aparência pessoal e certo capital de conhecimentos gerais ligado às artes, ao bom gosto, a viagens, com frequência proveniente de uma herança cultural e social familiar (publicitários, relações públicas, especialistas de moda, vendedores de grifes, antiquários, decoradores, designers, fotógrafos, guias turísticos, apresentadores de rádio e televisão); b) os profissionais dedicados à oferta de bens ou serviços mais recentemente criados (terapeutas, conselheiros conjugais, sexólogos, nutricionistas, <i>personal trainers</i> ), que tendem a apresentar uma origem social e um nível de instrução mais elevados. Essa terceira fração exerce uma função vanguardista, no seio das classes médias (em matéria de vida familiar, relações entre os sexos e entre as gerações, educação dos filhos), e se volta para o consumo de bens (materiais e simbólicos) capazes de propiciar distinção (ditos refinados ou de classe)
h) No que concerne às estratégias educativas, contrapondo-se às classes populares, as classes médias ou pequena burguesia tenderiam a investir pesada e sistematicamente na escolarização dos filhos. Esse comportamento explicar-se-ia, em primeiro lugar, pelas chances objetivamente superiores (em comparação com as classes populares) dos filhos das classes médias alcançarem o sucesso escolar. As famílias desse grupo social já possuiriam volume razoável de capitais que lhes permitiria apostar no mercado escolar sem correr tantos riscos
i) No entanto, o comportamento das famílias das classes médias não pode ser explicado apenas por suas chances comparativamente superiores de alcançar o sucesso escolar. É necessário considerar, igualmente, as expectativas quanto ao futuro sustentadas por esses grupos sociais

j)	Originárias, em grande parte, das camadas populares e tendo ascendido às classes médias por meio da escolarização, as famílias das classes médias nutririam esperanças de continuarem sua ascensão social. Agora, em direção às elites. Todas as suas condutas poderiam, então, ser entendidas como parte de um esforço mais amplo com vistas a criar condições favoráveis à elevação na escala social. Como componentes desse esforço, destacam-se o <b>ascetismo</b> , o <b>malthusianismo</b> e a <b>boa vontade cultural</b>
k)	O <b>Ascetismo</b> designa o princípio que está na base da maneira austera de viver própria dessas classes que, propensas à poupança, bem como a todos os tipos de entesouramento, renunciam aos prazeres imediatos em benefício de seu projeto de futuro. Por serem pouco providas das diferentes espécies de capital (econômico, cultural ou social), necessitam, para realizar sua trajetória ascensional, constituir uma acumulação inicial e, para isso, fazem uso de recursos morais (na forma de privações, renúncias, sacrifícios) como meio de compensação. Essa disposição pode ser claramente ilustrada pelos sacrifícios (renúncia à compra de bens de luxo, redução de gastos com passeios) que essas famílias realizam para garantir boa escolarização da prole. Esse ascetismo se traduziria, ainda, em termos da forma de educar os filhos, num rigorismo ascético, numa valorização da disciplina e do autocontrole, e na exigência de uma dedicação contínua e intensiva aos estudos;
l)	O <b>Malthusianismo</b> seria a propensão ao controle da fecundidade. As famílias das classes médias, por uma estratégia inconsciente de concentração dos investimentos, tenderiam, mais do que as das classes populares e menos do que as das elites, a reduzir o número de filhos, já que se vêm obrigadas a conter os gastos de modo a investir em cada filho o máximo possível de recursos, para que eles possam realizar o futuro que se almeja para eles
m)	Por <b>Boa Vontade Cultural</b> , subentende-se a docilidade, o esforço e a tenacidade com que as classes médias se entregam ao trabalho de aquisição da cultura legítima para compensar as desvantagens relativas decorrentes de um capital cultural limitado. Mas se, de modo geral, as classes médias caracterizam-se pela adesão intensa aos valores escolares, cuja natureza laboriosa e esforçada de suas práticas escolares, cabendo um tratamento analítico que capte as diferenças mais sutis entre as frações que as compõem
n)	As frações mais ricas em capital econômico (pequenos proprietários) investem prioritariamente em estratégias econômicas (poupança, investimentos) e apenas secundariamente no mercado escolar, dado seu menor grau de dependência em relação a ele. Além disso, por não dispor de um capital de informações sobre o funcionamento do sistema de ensino, estão sempre sujeitas a fazer investimentos escolares menos rentáveis: descobrem, por exemplo, com atraso, estabelecimentos, cursos, diplomas e especialidades mais rentáveis no mercado escolar e no mercado de trabalho
o)	Já as frações, cujo capital escolar (diploma) é relativamente importante para uma herança cultural relativamente restrita (a pequena burguesia de execução), investem sobretudo em estratégias culturais (escola). No interior desse grupo, encontraremos os " <b>Convertidos</b> " (aqueles que devem à escola o essencial de seu capital cultural) e os " <b>Oblatos</b> " (que nela depositam todas as suas expectativas de ascensão social). Parcela de fração mais rica em capital cultural, os convertidos são representados pelos filhos de professores e de intelectuais (a "pequena burguesia intelectual") e possuem todo um patrimônio de informações sobre o mundo escolar (seus modos de funcionamento, seus valores, suas hierarquias), do qual depende a (boa) aplicação de seus investimentos escolares (escolha do estabelecimento, do ramo de estudos, dos cursos). Muito próximos dos convertidos na dependência do reconhecimento e da consagração escolares, os oblatos caracterizam-se, no entanto, pela posse de um capital escolar mais limitado e mais recente, graças ao qual desfrutam da situação atual de quadros médios, e no qual investem esforços crescentes, uma vez que são obrigados a esperar tudo dos investimentos escolares (mesmo se seu capital cultural é relativamente fraco).

Fonte: elaborado pela autora com base na análise sintética apresentada por Nogueira e Nogueira (2009a).

*As Classes Superiores (Elites) classificam-se segundo a lógica da distinção*, como mostra o Quadro 4:

Quadro 4 - Classificação das Classes Superiores (Elites)

a) Classificam-se como classes superiores ou "dominantes"
b) No interior dessas classes, uma oposição fundamental separa as frações mais bem providas de Capital econômico (exemplo os empresários), de capital cultural (exemplo profissões acadêmicas, artísticas e os intelectuais em geral), ou seja, as primeiras constituem as "frações dominantes das classes dominantes" e as segundas suas "frações dominadas"
c) Uma característica comum, essas duas frações compartilham um <i>habitus</i> de classe que orienta suas disposições segundo o princípio da "distinção", que está na base de todas as suas condutas - conscientes ou inconscientes - de cultivo da diferença ou, em outros termos, da busca por se diferenciar dos demais (isto é, do vulgar), nas diversas esferas da vida social: linguagem, costumes, posturas corporais, vestuário, decoração, alimentação, consumos em geral
d) Enquanto os detentores de capital econômico priorizam os investimentos econômicos, as práticas "mundanas" e o consumo de bens (de luxo) que sinalizam a posse de meios materiais, as frações mais equipadas em capital cultural "são propensas a investir mais na educação de seus filhos e, ao mesmo tempo, em práticas culturais propícias a manter e aumentar sua raridade específica. Em outras palavras, o primeiro grupo caracteriza-se por certo hedonismo e o segundo por um "ascetismo aristocrático"
e) Essas diferenças de atitude têm implicações importantes no que se refere à relação com a educação:
f) Enquanto as frações mais ricas em capital econômico autorizam e estimulam um estilo de vida cujas seduções são de molde a competir com as exigências ascéticas do sistema segundo o estilo de vida, ou seja, conjunto unitário de preferências distintivas (tais como mobiliário, vestuário, linguagem ou <i>hexis</i> corporal)
g) O estilo de vida encerra, ao mesmo tempo, uma ética e uma estética escolar, ao mesmo tempo que asseguram e prometem garantias diante das quais as garantias escolares não valem grande coisa ("o diploma não é tudo"), as frações mais ricas em capital cultural nada podem opor à atração exercida pelos signos de consagração escolar que sua dedicação escolar lhes assegura. As condições objetivas, configuradas na posse de um volume expressivo de capitais econômicos, sociais e culturais, tornariam o fracasso escolar bastante improvável. Além disso, as elites estariam livres da luta pela ascensão social. Elas já ocupam as posições dominantes da sociedade, não dependendo, portanto, do sucesso escolar dos filhos para ascender socialmente
h) Distribuem-se entre as frações dominadas (mais ricas em capital cultural) e as dominantes (mais ricas em capital econômico). As primeiras seriam propensas a um investimento escolar mais intenso, visando o acesso às carreiras mais longas e prestigiosas do sistema de ensino. Já essas últimas tenderiam a buscar na escola, principalmente, uma certificação que legitimaria o acesso às posições de comando já garantidas pela posse de capital econômico

Fonte: elaborado pela autora com base na análise sintética apresentada por Nogueira e Nogueira (2009a).

Nos estudos de Bourdieu (2007a) que abordam o tema, é passível de se observar um fator comum entre os mesmos, isto é, a ordem social na qual toda a prática humana se encontra submersa: a economia. Segundo o autor, é necessária a compreensão de que a sociologia e a economia se constituem em uma única e mesma disciplina,

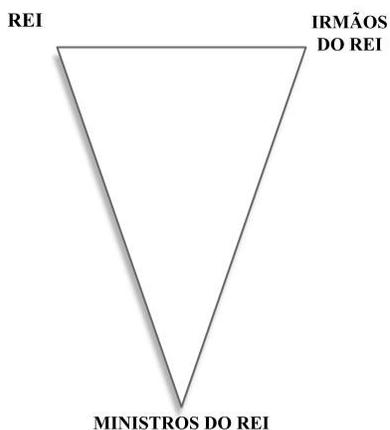
indispensável para a análise dos fatos sociais, cujas transações econômicas são apenas um de seus aspectos.

Dentro deste contexto, inserem-se os bens/necessidades culturais dos indivíduos, os quais, segundo evidências científicas auferidas por Bourdieu e Darbel (2007a), através dos estudos realizados na França, são produtos da educação e do sistema escolar. Portanto, indagam os autores em quais condições são produzidos os consumidores dos bens culturais, ou seja, são apropriados os bens e os gostos desses consumidores, “considerados, em determinado momento, obras de arte e, por outro, as condições sociais da constituição do modo de apropriação, reputado como legítimo” (2007a, p. 9).

Através de uma visão crítica sobre os sistemas de ensino, Bourdieu e Darbel (2007a) consideram que em decorrência da atuação de uma ação escolar que age sobre indivíduos, previamente dotados de diferentes aptidões, herdadas por jovens já iniciados pela ação familiar, que se encontram em diferentes níveis de domínio cultural, ou seja, do grupo social de origem, é passível de se observar que através de uma distribuição desigual da educação, a ação escolar acaba por transformar as desigualdades diante da cultura em desigualdades de sucesso.

Para ilustrar esta situação, Bourdieu (2014b) utilizou-se de uma homologia com a estrutura tripartite estatal, composta por um lado pelo rei e, nos outros dois vértices da figura, pelos irmãos do rei, herdeiros legítimos, cujo poder repousa no princípio dinástico, do sangue, da natureza; e pelos Ministros do Rei, os managers, isto é, aqueles que para assentar sua autoridade devem evocar outros princípios de autoridade, a saber, o mérito e a competência, como representado na Figura 2.

Figura 2-Estrutura que Simboliza a Tripartite Estatal



Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2014b).

Ao analisar a estrutura simbólica, verifica-se que o rei (a autoridade estatal) precisa dos ministros (escola) para firmar seu poder diante dos irmãos (família), “mas estes podem voltar-se contra o rei, tanto com a competência que o rei lhes pede para pôr a seu próprio serviço, como com a legitimidade que essa competência lhes garante” (BOURDIEU, 2014b, p. 387). Todos constitutivos da divisão do trabalho de dominação.

Desta forma, a ação de determinado agente social tenderia a refletir e a atualizar as marcas de sua posição social e as distinções estruturais que o definem. À princípio, esta ação não seria uma estratégia deliberada de distinção e/ou de dominação, mas, principalmente, porque “essas marcas se tornaram parte constitutiva de sua corporeidade e de sua subjetividade” (CATANI *et al.*, 2017, p. 25).

Considera, ainda, Bourdieu (1989), que a *razão* e a *razão de ser* de uma instituição e dos seus efeitos sociais, não está na vontade de um indivíduo ou de um grupo, mas sim em um campo de forças antagônicas ou complementares. E é neste campo de força que são geradas as vontades, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, “nos quais a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais, previstos e imprevistos, são definidos e redefinidos continuamente, na luta e, também, através da luta” (1989, p. 81).

Este fato reverbera a teoria da prática centrada no conceito de *habitus* pois, “na perspectiva de Bourdieu, ao longo do tempo, as melhores estratégias acabariam por ser adotadas pelos grupos e seriam, então, incorporadas pelos agentes como parte do seu *habitus*” (CATANI *et al.*, 2017, p. 28).

Este *habitus*, por sua vez, funcionaria como mola propulsora da ação do indivíduo, nas diversas situações sociais, segundo seu pertencimento como um membro típico de um grupo ou classe social, ocupando uma posição determinada na estrutura social. Ao agir dessa forma, o indivíduo colaboraria, inconscientemente, na reprodução das propriedades intrínsecas ao seu grupo social de origem e a própria estrutura das posições sociais na qual ele foi formado (BOURDIEU, 2004a, 2008b, 2014a; CATANI *et al.*, 2017).

Catani *et al.* (2017) inferem que essa, aparentemente, paradoxal racionalidade não consciente ou intencional da ação individual seria explicável, segundo a teoria bourdieusiana, pelo fato de o *habitus* de cada grupo social ser fruto de um processo histórico de adequação do grupo às possibilidades e necessidades próprias a sua condição objetiva de existência.

Por conseguinte, pelo acúmulo histórico de experiências de êxitos e de fracassos, os grupos sociais tenderiam a constituir um conhecimento prático e relativo ao que é possível ou não de ser alcançado pelos seus membros, e a forma de atuação adequada à realidade social na qual encontram-se inseridos, “sem que tenham plena consciência disso, sem necessitar sustentar a existência de qualquer teologismo ou finalismo consciente de natureza individual ou coletiva” (CATANI *et al.*, 2017, p. 24).

Na seção seguinte, para melhor compreensão do estudo proposto, será apresentado o processo de construção do *habitus* feminino, face as condições sociais de sua constituição no cenário contemporâneo brasileiro.

## **2.2 O *Habitus* Feminino e as Condições Sociais de sua Constituição no Cenário Contemporâneo Brasileiro**

A abordagem a ser aqui discutida tem a finalidade de promover uma reflexão sobre a constituição do *habitus* feminino, através da perspectiva bourdieusiana, sob os condicionamentos sociais, políticos e econômicos, no cenário contemporâneo brasileiro.

Esta reflexão intenta, ainda, ressaltar o caráter contrastante dos papéis sociais das mulheres na sociedade, para melhor “compreensão do modo pelo qual os elementos femininos preenchem suas funções na formação socioeconômica capitalista já constituída, ou em fase de constituição” Saffioti (1984, p. 15).

Desta forma, buscar-se-á contextualizar a construção da realidade social das mulheres, através da análise dos mecanismos de dominação e das estratégias de reprodução da ordem social do reconhecimento e no desconhecimento da arbitrariedade que a institui; verificando-se, ainda, como se dá a contribuição do Estado para este fim.

Assim sendo, faz-se necessário, *a priori*, analisar as imagens idealizadas do corpo, *locus* de poder e dominação, o qual se encontra sobre um “caleidoscópio de épocas, uma divisão de sexos e raças, ocupando um espaço característico nas cidades do passado e nas atuais” (SENNETT, 2003, p. 22); em especial, ao longo da história do ocidente.

### 2.2.1 A gênese do *habitus* feminino

Concebe Bourdieu (2014a) que “tudo, na gênese do *habitus* feminino e nas condições sociais de sua realização, concorre para fazer da experiência feminina do corpo o limite da experiência universal do corpo-para-o-outro, incessantemente, exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (2014a, p. 79).

Isto posto, percebe-se que para entender o passado das mulheres, há de se observar sua experiência corporal como referência de sua própria história. Desta forma, analisar as estruturas sociais, por meio de sucessivas gerações, através da abordagem da corrente pós-moderna de pensamento, tem a pretensão de ultrapassar os dualismos e as oposições que se encontram profundamente enraizados nas coisas (estruturas) e nos corpos (BOURDIEU, 2014a).

Oposições estas inscritas na estrutura social dos campos e que servem de suporte às estruturas cognitivas e às adjetivações que permitem produzir julgamentos éticos, estéticos e cognitivos. É assim que a inserção das mulheres em diferentes campos, organizados de acordo com certas oposições (forte e fraco, grande e pequeno, hard e soft, entre outras), mantêm uma relação de homologia com distinções, como dominado e dominante, ativo e passivo (BOURDIEU, 2014a).

Outrossim, a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino e, mais especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Verifica-se, pois, que o corpo percebido é duplamente determinado socialmente. Por um lado, ele é um produto social (seu volume, seu peso, sua musculatura) que depende de suas condições sociais de produção; e o *hexis* corporal que é a conformação física do corpo à maneira de se servir dele (a postura, a atitude), ou melhor dizendo, é a correspondência entre o físico e o moral. Por outro, essas propriedades corporais são apreendidas através de esquemas de percepção, cujo uso nos atos de avaliação, depende da posição ocupada no espaço social, hierarquizando as propriedades mais frequentes entre os dominantes e as que são mais frequentes entre os dominados. A representação social do próprio corpo é, assim, obtida através da aplicação de um sistema de classificação social, cujo princípio é idêntico ao dos corpos aos quais se aplica (BOURDIEU, 2014a, p. 80–81).

Vale ressaltar que, na antiguidade, os corpos femininos vivenciaram diferentes contextos, desde o desprezo, até a devoção. Pois, à princípio, aliava-se a imagem do corpo feminino à depravação, aos costumes viciosos, à luxúria. Doravante, com o advento do Cristianismo, a matriz que antes era censurada nas mulheres, tornou-se santa aos olhos cristãos. A partir deste momento, o corpo das mulheres tornou-se objeto sacralizado pela religião, pelo matrimônio e pelo sistema econômico de transmissão dos bens (FOUCAULT, 2001).

Os discursos que se sucederam, após o Cristianismo, sustentavam a articulação direta entre a representação sagrada, mercantilista e econômica do corpo feminino na sociedade ocidental cristã, pois ele determinava o poder econômico da nação, através da reprodução de sua população (FOUCAULT, 2001).

Não obstante a imagem idealizada do corpo feminino sob a inspiração do Cristianismo, a definição social dos órgãos sexuais através da acentuação de certas diferenças, ou do obscurecimento de certas semelhanças, utilizava-se do princípio masculino tomado como padrão de medida de todas as coisas (BOURDIEU, 2013).

Predominaria um modelo, herdado dos gregos, que admitia a existência de apenas um sexo biológico, enquanto o gênero se apresentaria em pelo menos duas possibilidades. Neste caso, homem e mulher não seriam definidos por uma diferença intrínseca em termos de natureza, de biologia, de dois corpos distintos, mas apenas em termos de um grau de perfeição (ROHDEN, 2001, p. 31).

Destaca Rodrigues (1999) que uma das mais importantes revoluções culturais ligadas ao triunfo do Cristianismo e do posterior advento do capitalismo, talvez tenha sido a que se refere ao corpo. Salienta o autor que:

Mesmo as doutrinas da Antiguidade que privilegiaram a alma, não concebiam virtude ou bem que não fosse exercida através da mediação corporal. Nos tempos modernos, porém, houve um grande revolvimento na vida quotidiana dos homens, materializando-se em novas relações com a corporalidade (RODRIGUES, 1999, p. 161).

Contudo, é possível observar que os objetivos da “sociobiologia moderna e da ciência medieval”, como cita Sennett (2003, p. 22), não se distanciaram muito à medida que ainda se pesquisa como a sociedade deve funcionar sob as determinações da natureza. Ressalta o autor que é preciso entender como as imagens coletivas foram usadas no passado.

Pois, as imagens idealizadas do corpo humano levam à repressão mútua e à insensibilidade, especialmente entre aqueles cujos corpos se encontram diferentes e fora do padrão previamente determinado. E, ainda, em “uma sociedade ou ordem política

que enaltece genericamente o corpo, corre-se o risco de negar as necessidades dos corpos que não se adequam ao paradigma” (SENNETT, 2003, p. 22).

Diante deste cenário, sugerem Jaggard & Bordo (1997) o estabelecimento da concepção não somente de um corpo, mas de vários; alguns, inclusive, com nítido contraste com antigas noções históricas, quer dizer, “o corpo como lugar da *práxis* social, como texto cultural, como construção social, como sinal de união em vez de disjunção entre o mundo humano e o mundo natural” (1997, p. 10).

Ademais, além do trabalho incessante e, como tal, histórico, para o qual contribuem os homens, Bourdieu (2014a) considera também a família, a escola, a igreja e o Estado como lugares de elaboração e imposição de princípios que fundamentam um acordo das estruturas sociais e das estruturas cognitivas, e se reforçam com a violência simbólica que, através das estratégias e práticas determinam a construção social dos corpos.

Do mesmo modo, Le Breton (2007), ao voltar um olhar para o estudo filosófico do grau de dependência dos usos físicos de homens e mulheres sobre o conjunto de sistemas simbólicos que compartilham com os membros da sociedade, observa que do corpo nascem e se propagam as significações que fundamentam a existência individual e coletiva, pois ele é moldado pelo contexto social e cultural no qual o agente social se insere. O autor faz menção ao corpo como a composição conjugada de elementos como a educação recebida, o capital cultural herdado e adquirido, como refere-se Bourdieu e as identificações que condicionam o ator a assimilar comportamentos do seu círculo social. E acrescenta:

A aprendizagem das modalidades corporais, da relação do indivíduo com o mundo, não está limitada à infância e continua durante toda a vida conforme as modificações sociais e culturais que se impõem ao estilo de vida, aos diferentes papéis que convém assumir no curso da existência. Se a ordem social se infiltra pela extensão viva das ações do homem para assumir força de lei, esse processo nunca está completamente acabado (LE BRETON, 2007, p. 8).

Portanto, o processo de socialização da experiência corporal é uma constante da condição social do ser humano que acontece, principalmente, nos períodos da existência na infância e na adolescência (LE BRETON, 2007).

A criança cresce numa família, cujas características sociais podem ser variadas, e que ocupa uma posição que lhe é própria no jogo das variações que caracterizam a relação com o mundo da comunidade social em que está inserida. Os feitos e gestos da criança estão envolvidos pelo padrão cultural (*ethos*) que suscitam as formas de sua sensibilidade, a gestualidade, as atividades perceptivas, e desenha assim o estilo de sua relação com o mundo (LE BRETON, 2007, p. 8).

Atualmente, apesar do rompimento às normas e formas tradicionais de comportamento convencionadas às mulheres, alinhadas às maneiras de usar o próprio corpo associadas à atitude moral, elas ainda encontram-se sob o efeito do “consumo ostentatório, o preço da exclusividade” (BOURDIEU, 2014a, p. 41).

Pois, conforme ilustra Wolf (2018), “apesar de minhas colegas já não se importarem muito em demonstrar serem perfeitas donas de casa, o ideal de feminilidade contra o qual a geração de nossas mães tinha se rebelado, elas sofriam a obsessão por outro tipo de perfeição: a perfeição física” (2018, p. 8).

À vista disto, salienta Chauí (2002) que, para desmanchar o tecido da tradição filosófico-científica é preciso renunciar à herança do legado de dicotomias da realidade, para que possa nascer uma filosofia nova, ancorada nos “paradoxos e nas ambiguidades de uma consciência encarnada e de um corpo dotado de interioridade” (p. 159). Segundo a autora, ao desatar as amarras da tradição, passa-se a interrogar os fenômenos e as experiências, doravante percebidas como “nosso modo de ser e de existir no mundo” (p. 159).

Portanto, a proposta de análise que se desenvolverá na seção seguinte terá como base verificar como se configurou a realidade social das mulheres brasileiras, na contemporaneidade.

### *2.2.2 A realidade social das mulheres brasileiras, na contemporaneidade*

De acordo com a concepção de Bourdieu (2008b), “a representação que os indivíduos e os grupos exibem, inevitavelmente, através de suas práticas e propriedades, faz parte integrante de sua realidade social” (2008b, p. 445).

A construção social dos princípios de constituição da realidade, segundo a teoria bourdieusiana, prevê a articulação de três campos principais e seus respectivos subcampos, a saber: o campo político, o campo econômico e o campo cultural ou da produção simbólica. Embora apresentem homologias estruturais entre si, quer dizer, características semelhantes, “leis gerais invariáveis ou mecanismos universais que os estruturam, apresentam uma história e um desenvolvimento particulares, agentes e instituições sociais específicos, bem como lógicas de funcionamento peculiares” (CATANI *et al.*, 2017, p. 71).

Haja vista que a realidade social se estrutura em função de diferentes formas de riqueza, onde cada indivíduo, a cada momento, contaria com um volume e uma

variedade específica de recursos, trazidos do *berço* ou acumulados ao longo de sua trajetória, que lhe assegurariam determinada posição no espaço social. “Esses recursos seriam investidos pelos indivíduos em diferentes mercados (econômico, do trabalho, cultural, escolar, matrimonial, entre outros) de forma a garantir sua ampliação e acumulação” (CATANI *et al.*, 2017, p. 47).

Desta forma, é possível afirmar que “a lógica do mercado, do investimento, da rentabilidade e da acumulação não seria exclusiva do campo econômico, que as diferentes esferas da vida social funcionariam com uma dinâmica análoga à econômica” (CATANI *et al.*, 2017, p. 52).

Admite-se, pois, a considerável contribuição do Estado na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social do indivíduo. Pois, na qualidade de estrutura organizacional e instância reguladora das práticas, o Estado exerce uma ação formadora de disposições duradouras, através da imposição de constrangimentos, disciplinas corporais e mentais, de maneira uniforme, ao conjunto dos agentes (BOURDIEU, 2014b).

Melhor dizendo, o Estado impõe e inculca todos os princípios de classificação fundamentais segundo diversos fatores, tais como o sexo, a idade, a competência do indivíduo. Isto significa que o Estado é o fundamento da eficácia simbólica de todos os ritos institucionais, de todos os que alicerçam a família e também de todos os que operam no funcionamento do sistema escolar, “lugar de *consagração*, no qual se instituem, entre os eleitos e os eliminados, diferenças duradouras, frequentemente definitivas, à maneira daquelas instituídas pelo ritual de ampliação da nobreza” (BOURDIEU, 2011c, p. 118).

Dentro deste contexto, destacam-se os fundamentos patriarcais das instituições políticas, no auxílio ao enquadramento maternalista das mulheres nas políticas de desenvolvimento social, reforçando estereótipos e a promoção da divisão sexual do cuidado por parte do Estado (MARTINS, 2012).

Esta utilidade social das mulheres por meio da extensão moral da maternidade para a sociedade, ou seja, a capacidade de cuidar com a qual a natureza as dotou, reflete a visão adotada pelos países ocidentais sobre as mulheres. Em especial, no Brasil, a inserção das mulheres das classes mais privilegiadas na política, se deu no âmbito do Estado Novo (1937 a 1945), com base na racionalidade política dos Estados de bem-

estar social, a fim de prestar assistência às famílias dos soldados brasileiros que foram enviados à segunda guerra mundial, na Europa (MARTINS, 2012).

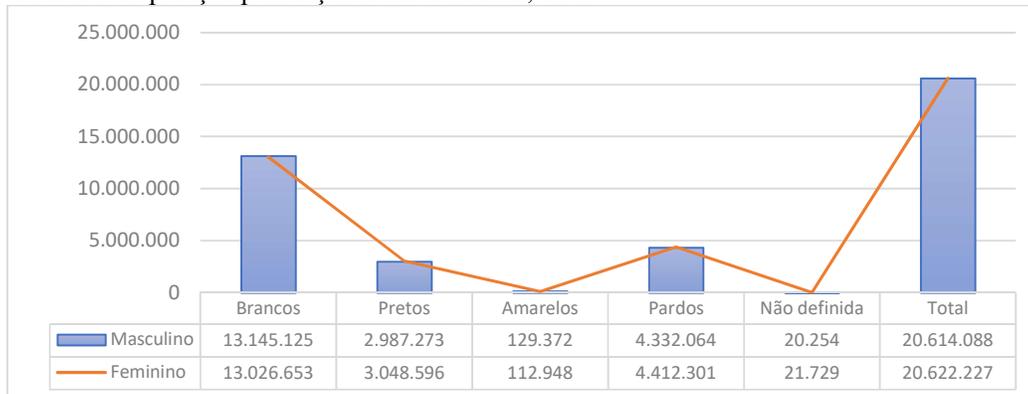
No entanto, apesar da tríade, teoricamente firmada entre o Estado, a assistência social e as mulheres, estes dificilmente seguiriam alinhados neste novo cenário, considerando que o “Estado remete ao léxico político; já mulheres e assistência compõem uma díade assimilável a outras instâncias da vida, a da reprodução e a dos cuidados, portanto, fora da política” (MARTINS, 2012, p. 17).

Este cenário retrata a visão de Aristóteles (2006) sobre a ordem política, onde as atividades do cuidar são circunscritas e bem localizadas no tempo e no espaço. Neste contexto, “o mundo da política é o oposto do mundo das particularidades, das necessidades, dos cuidados, o que estabelece uma profunda dicotomia ontológica e funcional entre ambos, marcada pela condição social e pelo gênero” (MARTINS, 2012, p. 18).

Ainda na concepção aristotélica, as diferenças entre o mundo patriarcal da família e o mundo político dos cidadãos têm o gênero como categoria central. Tendo em conta que, na família, o poder é do homem, sob os papéis de marido, pai e senhor da casa. Circunscritas a este mesmo espaço se encontram as mulheres, sob os limites de suas funções, atendendo aos ditames da natureza, isto é, desempenhando o seu papel na reprodução e na manutenção da vida (MARTINS, 2012).

De acordo com o censo demográfico da década de 1940, o Brasil contava com uma população total de 41.236.315 habitantes, proporcionalmente, igual entre o sexo feminino e masculino, conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 1-População por Raça e Sexo no Brasil, 1940



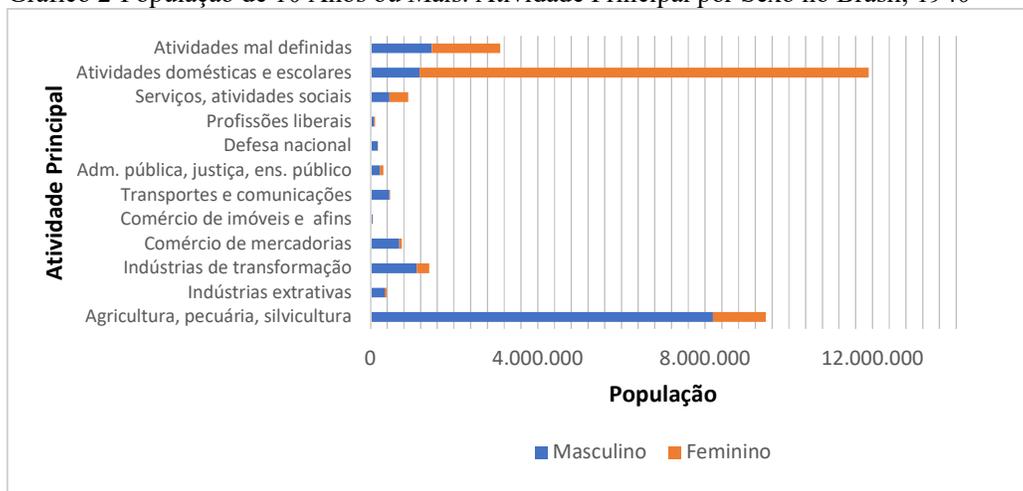
Fonte: Elaborado pela autora. Dados Dados da Comissão censitária nacional. Sinopse do Censo Demográfico, 1940. In: IBGE (1950).

A julgar pela migração de consideráveis contingentes femininos das áreas rurais para as áreas urbanas do Brasil, em decorrência do processo de industrialização que se desenvolvia no país, impactando de forma estrutural o emprego feminino, a "introdução da tecnologia agrícola reduziu o ritmo de absorção da força de trabalho no campo, permitindo, assim, uma nova distribuição dos trabalhadores pelos setores da economia" (SAFFIOTI, Heleieth, 1984, p. 97).

Desta forma, ao vertiginoso aumento populacional, ao acelerado processo de industrialização e de migração que se operavam no país, acrescente-se a intervenção do Estado na família, favorecendo a construção de uma esfera pública das mulheres nas cidades. A cidade de São Paulo, bem como a cidade do Rio de Janeiro representam a configuração deste novo "moderno, concretizado na intensa urbanização, com a introdução de hábitos e práticas de produção e consumo afeitas à nova ordem econômica capitalista" (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 221).

Mesmo diante deste novo cenário moderno que se desenhava no país, pode-se aferir que, na esfera pública, havia uma pequena participação da população feminina na indústria, nas atividades relacionadas ao setor primário (agricultura, pecuária e silvicultura), no ramo dos serviços e no setor social; pois a principal ocupação feminina concentrava-se no mundo do trabalho doméstico e nas atividades escolares com os filhos, na proporção de 90% para as mulheres, contra 10% para os homens, como mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2-População de 10 Anos ou Mais. Atividade Principal por Sexo no Brasil, 1940



Fonte: Elaborado pela autora. Dados da Comissão censitária nacional. Sinopse do Censo Demográfico, 1940. In: IBGE (1950).

De acordo com Bruschini (1979), "houve o aumento de ramos industriais nos quais a mulher não se via tão facilmente aceita; ou por serem enquadradas em posições

mais baixas da escala ocupacional, seja em termos de prestígio, seja no que se refere aos salários recebidos” (1979, p. 5).

Como consequência dos movimentos feministas e pelo aumento das mulheres nos espaços públicos, a década de 1970 funcionou como marco temporal das transformações ocorridas nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social das mulheres na sociedade. As mudanças que se processaram nas famílias e no perfil da força de trabalho feminina, promoveram a alteração da constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Neste contexto, destaca-se a queda da taxa de fecundidade, principalmente, nas regiões mais desenvolvidas do país. Em 1970, a proporção era de 5,8 filhos por família; no entanto, trinta anos depois, esta proporção caiu drasticamente para 2,3 filhos por família. Em decorrência, reduziu-se, consideravelmente, o tamanho das famílias, assim como houve um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

Diante das novas conjunturas econômico-político-sociais, “a família passava, assim, de bode expiatório a coadjuvante de um sistema econômico-social em que é nuclear a injustiça” (SAFFIOTI, 1984, p. 11), pois, na qualidade de cerne do modo de produção capitalista, às famílias das sociedades urbano-industriais do ocidente cabiam as responsabilidades pela discriminação das mulheres.

Ademais, a manutenção do modelo de família patriarcal até os dias atuais confere às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e a criação dos filhos, em conciliação às atividades profissionais. Tal fato coloca as mulheres em desvantagem no mercado de trabalho, em relação ao homem, relegando-a a uma posição secundária e expondo-a a situações precárias. A mulher de hoje, voltada tanto para o trabalho quanto para a família, provocou o casamento tardio (NEVES, 2013).

Portanto, diante de todas as mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas promovidas no país, do ponto de vista das mulheres brasileiras, a valorização da liberdade por elas conquistada se expressa na independência adquirida através de sua inserção no mercado de trabalho e no poder de tomada de decisão; ou seja, na liberdade de agir segundo seu desejo, na conquista dos direitos políticos e na igualdade de direitos em relação aos homens (SAFFIOTI, 2004). Mas, será que esta é a realidade social das mulheres brasileiras na atualidade?

Pois, mesmo embora tenha se passado mais de 50 anos desde o surgimento massivo das mulheres no mundo do trabalho, ainda permanece a visão masculina que estabelece a diferença entre funções e papéis a desempenhar por homens e mulheres, em distintas áreas de atuação, ou seja, na política, na empresa, nas ciências (HELLER, 2008).

Muitos debates são provenientes do questionamento quanto às causas desta situação: fatores familiares, obstáculos no ambiente de trabalho e até mesmo a falta de ambição feminina<sup>6</sup>. No entanto, apesar dos avanços no desenvolvimento profissional, permanecem limitações que comprometem a evolução na carreira, seja profissional, acadêmica ou científica. Pois, frequentemente, são expostas a situações de violência física e/ou simbólica, estando fortemente afetadas pela divisão sexual do trabalho e de cuidado com os(as) seus dependentes (HELLER, 2008).

Os dados do IBGE, de 2020 apontam que um dos fatores promotores da menor participação feminina no mercado de trabalho é decorrente do maior envolvimento das mulheres no trabalho não remunerado, isto é, nos cuidados de pessoas e afazeres domésticos. Em 2019, as mulheres brasileiras dedicaram quase o dobro de tempo dos homens a estas atividades, na proporção de 21,4 horas semanais para 11 horas semanais, subsequentemente (IBGE, 2020).

Ainda segundo os dados do IBGE (2020), também há diferenças marcantes por classes da população, em ordem crescente de rendimento domiciliar *per capita*. Pois, no mesmo período, entre as mulheres que faziam parte dos 20% com os menores rendimentos, a média de trabalho não remunerado era de 24,1 horas por semana ante a média de 18,2 horas entre as mulheres que se encontravam nos 20% com os maiores rendimentos (IBGE, 2020).

Além disto, a segregação horizontal delimita a participação das mulheres e as concentra em alguns setores da economia, como no ensino, na saúde, na assistência social e no emprego doméstico. Por outro lado, a segregação vertical segrega as mulheres à ocupação dos cargos mais estratégicos, promovendo a hierarquia de poderes nas instituições. Tais fenômenos recebem a denominação de *polarização do emprego feminino* e *teto de vidro* (conforme já citado); respectivamente, não sendo dado às

---

<sup>6</sup> Em recente pesquisa realizada pela Editora Elsevier (2020), as atitudes e os níveis de ambição das mulheres cientistas aparecem como o segundo principal motivo da desigualdade de gênero nas ciências, na opinião de seus grupos de entrevistados, constituídos por homens e mulheres.

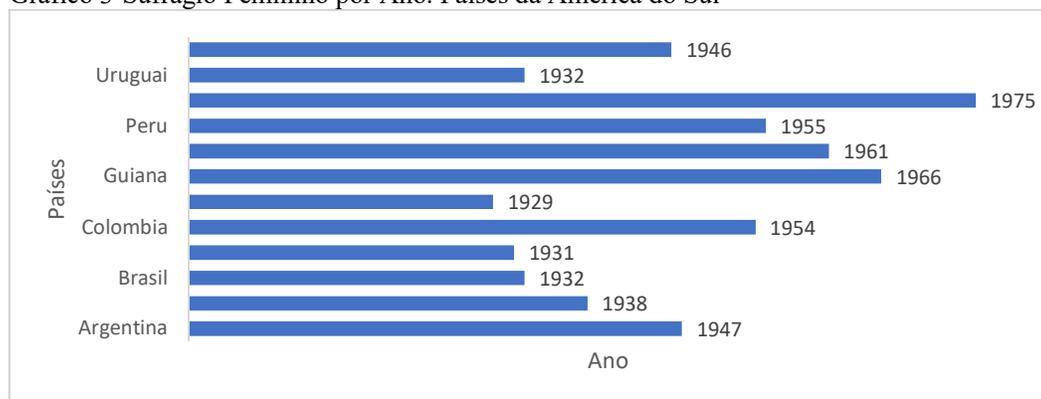
mulheres ter acesso às mesmas profissões que os homens, ficando restritas a um certo número de atividades (HIRATA, 2015).

Acrescente-se, que no Brasil, em 2019, as mulheres brasileiras receberam 77,7% menos do que o rendimento dos homens, considerando-se o ganho de todos os trabalhos. A desigualdade é maior entre as pessoas nos grupos ocupacionais com maiores rendimentos. Nos grupos de diretores e gerentes e profissionais das ciências e intelectuais, as mulheres receberam, respectivamente, 61,9% e 63,6% do rendimento dos homens (IBGE, 2020).

Da mesma forma, as mulheres permanecem sub-representadas na política. De acordo com a distribuição, por gênero, dos cargos eletivos políticos no Brasil, verifica-se que este espaço de poder permanece majoritariamente masculino, considerando-se que apenas 15% das mulheres ocupam o Congresso Nacional. No entanto, há de se considerar que a participação mais efetiva das mulheres, na implementação de políticas públicas, traria consideráveis benefícios em prol da efetiva igualdade de gênero no país (LUZ; CASAGRANDE, 2016).

O Brasil encontra-se na 141ª posição do *ranking* de 190 países de classificação mensal das médias globais e regionais da porcentagem de mulheres que possuem assento nos parlamentos nacionais. Em 2021, o percentual de parlamentares mulheres foi de 15,2% dos assentos na Câmara e de 12,2% no Senado. Mas, curiosamente, o Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a aderir ao sufrágio feminino, como mostra o Gráfico 3; isto é, ao direito das mulheres ao voto e a concorrer a cargos eletivos no país, de acordo com a *Inter-Parliamentary Union*<sup>7</sup> (IPU, 2021).

Gráfico 3-Sufrágio Feminino por Ano. Países da América do Sul



Fonte: Dados do IPU (2021). Organizado pela autora.

<sup>7</sup> A *Inter-Parliamentary Union* (IPU, 2021) é uma organização global dos parlamentos nacionais, fundada em 1889, em Paris, na França. Atualmente com sede em Genebra, na Suíça.

Na próxima seção, espera-se contribuir com uma reflexão crítica sobre a contribuição do Estado na construção da realidade social das mulheres brasileiras, através da promoção do enquadramento maternalista das mulheres na sociedade. Desta forma, reforçando estereótipos e a divisão sexual do cuidado, ratificando e reforçando as “prescrições e as proscricões do patriarcado privado com as de um *patriarcado público*, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica” (BOURDIEU, 2014a, p. 105).

### *2.2.3 A contribuição do Estado na construção da realidade social das mulheres brasileiras*

Na visão de Bourdieu (2014b), o Estado caracteriza-se como o principal produtor dos instrumentos de construção da realidade social do indivíduo, pois ele “organiza os grandes ritos de instituição que contribuem para produzir as grandes divisões sociais e inculcar os princípios de divisão segundo os quais elas são percebidas” (2014b, p. 546). Como código comum daqueles que o dominam, destacam-se a língua e a cultura nacionais, constituindo-se num conjunto oficial de instrumentos estruturados de conhecimento e de comunicação, através de um estreito laço de afinidade com as estruturas do Estado (BOURDIEU, 2016).

Mas, há de se indagar: o que é o Estado? A gênese do Estado é ilustrada, metaforicamente, por Bourdieu (2014b), como sendo a passagem “da casa do rei à razão de Estado” (2014b, p. 350). Refere-se o autor à transformação que se processou, durante séculos, quando da transição entre o Estado dinástico absolutista e o nascimento do moderno Estado do bem-estar; ou seja, do poder concentrado na pessoa do rei, aos poderes difusos e diferenciados partilhados entre diferentes pessoas, que mantêm entre si relações de concorrência, de conflito dentro do campo de poder.

Contrariamente às definições de Estado estabelecidas por autores clássicos que buscam caracterizá-lo pelas suas funções ou, ainda, pelas deliberações que determina, Bourdieu (2014b) concebe que para melhor compreendê-lo, deve-se interrogar sobre a estrutura dos mecanismos que supostamente produzem aquilo que o fundamenta.

Portanto, a fim de analisar os mecanismos da ideologia hegemônica, promotora da legitimação da exploração e da dominação, produzida e reproduzida ao longo dos séculos, Chauí (2002) recomenda um mergulho na história da sociedade, palco do

desenvolvimento histórico das forças produtivas, da ação da luta de classes, das relações de produção, as quais determinam as forças políticas da dominação.

Correlato a este contexto, Foucault (2005) salienta que o que está em jogo é “determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em diferentes campos e com extensões tão variadas” (2005, p. 19).

Destaca-se que desde a década de 1920, quando o positivismo e o funcionalismo emergiram como linhas de pensamento dominantes nas ciências sociais na sociedade ocidental, as discussões que tinham como foco as relações desiguais entre os indivíduos e, em especial, entre homens e mulheres, eram consideradas como um tabu na área acadêmica (MIES, 2016).

No entanto, esta abordagem se faz primordial nos dias de hoje, através de estudos científicos que contraponham as explicações sobre a assimetria social e a hierarquia entre os gêneros como algo biologicamente determinado. Pois, observa Mies (2016) que “sem o entendimento das origens, do desenvolvimento e dos mecanismos da desigualdade entre homens e mulheres, não estaríamos em condições de aboli-los” (2016, p. 839).

Não obstante, faz-se necessário ressaltar a assertiva de Bourdieu (2011a), segundo a qual, tornar-se consciente dos mecanismos que fazem a vida penosa, não significa neutralizá-los, pois trazer à luz as contradições, não significa resolvê-las.

Corroborando com esta premissa, Bauman (2007), utilizando-se de uma analogia, observa que, certamente, diagnosticar uma doença não é o mesmo que curá-la, regra geral utilizada para os diagnósticos sociológicos, assim como para os médicos, apesar da doença do corpo diferir da doença da sociedade. Mas, salienta o autor que a doença se torna fatal para a sociedade que deixa de se questionar, pois “a suspensão do autoquestionamento impede a consciência da autonomia com suas consequências fatalistas inevitáveis” (p. 245).

Ocorre que a legitimação da desigualdade no Brasil é reproduzida, cotidianamente, não mais por meio do uso do chicote do senhor de escravos ou do poder pessoal do dono da terra e gente, mas através de novas formas e modernos meios de dominação; ou, mais precisamente, por meios simbólicos, tornando possível a naturalização da desigualdade abissal brasileira. Ademais, observa Souza (2009) que a mudança dos jogos da dominação, que “pressupõe desconhecimento sistemático da

realidade sob a aparência de conhecimento” (2009, p. 15–16) se espelha em uma visão economicista e, redutoramente, quantitativa da realidade social, nos dias de hoje.

Visto que, de fato, através de uma teologia que foi se desenvolvendo progressivamente ao longo dos tempos, estabeleceu-se a matriz da exclusão das mulheres, criada à imagem e semelhança com Deus, fruto do pecado original. Esta matriz, associada a uma biologia e estratificação social aristotélicas, contribuiu para a construção de uma visão de inferioridade em relação aos homens, porém de forma tentadora, à semelhança de Eva. “Esta cosmovisão empurrou a maioria das mulheres para o domínio do privado, do lar, e para os papéis a ele relacionados” (TOLDY, 2010, p. 3).

Destaca-se que as mulheres, ao longo da história, tiveram sua natureza explorada na literatura, no teatro, na poesia, nas artes plásticas, tendo sido retratada sua representação através da sua constituição biológica, atrelando sua imagem à fragilidade e limitação física, se comparada à dos homens; situando-a através de um conceito cultural, político e econômico de desigualdade; desta forma, projetando-a estética e visualmente em uma esfera de inferioridade intelectual.

Este cenário evidencia o papel delegado às mulheres, sob a lógica da reprodução, considerando ser ela detentora da fonte de criação de valor e exploração, a saber, a força de trabalho, sob a influência de valores pautados na filosofia mecanicista, definindo uma nova concepção e uma nova política sobre o corpo, sob a iniciativa estatal (FEDERICI, 2017).

A expressão de Beauvoir (2009) “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (p. 307) ilustra este contexto, pois a autora observa que nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; considerando, pois, que é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Tal afirmativa, ainda segundo Beauvoir (2009), não tem a intenção de introduzir a discussão da liberdade apenas às mulheres; ao contrário, tem o objetivo de mostrar a influência da cultura sobre a condição do ser humano, suscitando, desta forma, todos os problemas vinculados à opressão cultural, tais como as Leis, as religiões e os costumes; numa tentativa de mostrar à sociedade a premente reforma dos alicerces nos quais ela está amparada.

Pois, apesar dos progressos sociais alcançados com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), há 70 anos, ainda é bastante evidente a discriminação enraizada contra as mulheres e meninas, na Lei e nas práticas, verificando-se o pouco progresso na proteção dos seus direitos.

Da mesma forma, ainda se observam diferenças que pesam contra as mulheres, não obstante os avanços auferidos à equidade de gênero proposta pelo princípio de isonomia de que trata a Constituição Federal, “todos são iguais perante a lei”. Pois, de acordo com o relatório do Fórum Econômico Mundial, o Brasil tem uma das maiores desigualdades de gênero na América Latina, ocupando o 22º lugar entre 25 países da região (WEF, 2020).

Neste contexto, Saffioti e Almeida (1995) ponderam que “a igualdade perante a Lei ocorre apenas no plano formal, posto que prevalecem desigualdades reais, que se expressam a partir dos antagonismos fundantes da sociedade brasileira” (p. 187). Ainda segundo as autoras, “é como se cada indivíduo de *per si* tivesse acesso a determinados benefícios pré-definidos na letra da Lei, sem considerar suas formas de inserção nas relações de classe, de gênero, étnico-raciais e as tensões delas derivadas” (p. 188).

Acrescente-se a este fato os sistemas simbólicos que cumprem a sua função política de imposição ou de legitimação da dominação, promovendo, desta forma, a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica), contribuindo, assim, “segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados” (BOURDIEU, 1989, p. 11).

Mas, para que estes mecanismos de dominação social funcionem, existe um verdadeiro trabalho de inculcação nos agentes para produzir herdeiros dispostos a herdar e dignos de fazê-lo. A aceitação da herança, no sentido figurado, implica na aplicação de diferentes estratégias (educativas, matrimoniais, sucessórias, de fecundidade, profiláticas, entre outras) por instituições interdependentes entre si, tais como a família, as religiões, a escola, o mercado e o Estado (BOURDIEU, 2004b).

A título de exemplo, pode-se citar a disciplinarização do prazer carnal, aplicada na Era Medieval pelo Clero, por meio do sacramento da confissão, caracterizada como estratégia matrimonial orientada para a manutenção do capital simbólico das famílias e de seus patrimônios, alinhada à estratégia de sucessão.

Esta prática coaduna-se com a intenção da igreja em manter a vigilância entre os casais, a fim de estabelecer o casamento como um sacramento entre duas pessoas,

sob os moldes de uma estabilidade, de fidelidade mútua, cuja sexualidade somente seria permitida com o objetivo da procriação, facultando às mulheres somente o papel de reprodutoras (BOURDIEU, 2014b; COSTA, 2012; FOUCAULT, 2020).

Tratam-se de técnicas cristãs educativas, exercidas tanto nos estabelecimentos de ensino como nos seminários (instituições voltadas para a formação dos padres), nos internatos e nas escolas, não só para o refrigério da alma, mas também como governo dos indivíduos, como mecanismo de poder, de controle da sexualidade, (BOURDIEU, 2014b; FOUCAULT, 2020).

Destarte, o surgimento da biopolítica na segunda metade do século XVIII, na qualidade de uma nova tecnologia de poder, retrata bem este contexto, cujo foco é o corpo imbuído dos mecanismos de vida, servindo de base aos processos biológicos tais como o nascimento, a mortalidade, a saúde, a expectativa de vida e a longevidade; promovendo, desta forma, as mudanças mais importantes da história das sociedades (FOUCAULT, 2005); problemas populacionais imbuídos da prática racional governamental, constituindo-se em desafios políticos e econômicos e que se estendem até os dias atuais (FOUCAULT, 1999).

Haja vista os impactos sociais gerados pela pandemia da COVID-19, ao nível global, pois os surtos pandêmicos estabeleceram relações com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas e até mesmo individuais na população incidente. E, para melhor compreensão da sua mecânica biológica e da sua transmissibilidade, há de se considerar a necessidade do estabelecimento de sua relação com outros marcadores sociais, como raça, gênero, classe social, etnia, sexualidade, territórios, dinâmica social e econômica (MATTA *et al.*, 2021).

Daí a importância da utilização de diferentes perspectivas e usos das ciências sociais, desde abordagens funcionalistas até estratégias fundadas em análises críticas baseadas na biopolítica, destacando o impacto diferenciado entre os agentes sociais. Neste contexto, destaque-se a vulnerabilidade social das mulheres brasileiras face à exacerbação da violência por elas vivenciada durante a pandemia no Brasil (MATTA *et al.*, 2021).

Na verdade, o exercício que se trata de praticar consiste, simplesmente, em ver que um modelo muito geral pode explicar fenômenos na aparência muito diferentes. Quando, por exemplo, se tem uma linhagem com um patrimônio material e um patrimônio simbólico; um patrimônio denominado de *coroa*, de uma lado e, de *casa*, no

outro, e que se trata de perpetuar mais além do tempo, observam-se lógicas de práticas muito parecidas; e os agentes sociais, possuam eles um reinado ou pequenos espaços de terra, vão ter comportamentos relativamente similares, segundo os mesmos princípios (BOURDIEU, 2014b).

Portanto, faz-se necessário desvelar “os mecanismos histórico-sociais complexos e os arranjos construídos para perpetuar os modos de dominação cada vez mais eficazes, porquanto mais dissimulados, pelo fato de legitimarem uma ordem simbólica que é incorporada” (BOURDIEU, 2014b, p. 155).

Assim sendo, na próxima, seção, com base na perspectiva teórica de Bourdieu (2020), será verificado de que forma a “autonomia das estruturas sexuais em relação às estruturas econômicas dos modos de reprodução em relação aos modos de produção” (2014a, p. 91) contribuíram para a construção da realidade social das mulheres brasileiras, constituída através dos mecanismos de dominação e estratégias de reprodução, objetivamente orquestradas pelo Estado.

#### *2.2.4 O papel da família e os mecanismos de (re)produção da realidade social das mulheres brasileiras*

Bourdieu (1989; 1994; 2008b, 2014a; 2014c; 2020), ao trazer para o debate a dominação como aquilo que permite a uma ordem social reproduzir-se no reconhecimento e no desconhecimento da arbitrariedade que a institui, faz referência aos mecanismos de produção e de reprodução das estruturas e como elas são (e estão) incorporadas nos indivíduos, agindo como um sistema de disposições práticas (o *habitus*), não meramente no plano da garantia da perpetuação econômica, mas sobretudo, no âmbito da reprodução cultural.

Como diziam os filósofos clássicos, o mundo social é dotado de um *conatus*, em outras palavras, uma tendência a perseverar no ser, um dinamismo interno inscrito nas estruturas objetivas e, ao mesmo tempo, nas estruturas subjetivas (nas disposições dos agentes) e, “continuamente, mantido e sustentado por ações de construção e de reconstrução das estruturas, que dependem, em seu princípio, da posição que aqueles que as realizam ocupam nas estruturas” (BOURDIEU, 2020, p. 22).

É na relação entre esses dois princípios que os diferentes modos de dominação se definem, assim como as estratégias de reprodução que os caracterizam. Mas, o elemento invariante é a luta pela acumulação e apropriação do capital econômico e do capital cultural, e das outras formas daí derivadas (BOURDIEU, 2014b, 2020).

Na convicção de Bourdieu (2020), “as estratégias de reprodução têm, por princípio, não uma intenção consciente e racional, mas as disposições do *habitus*, que tende espontaneamente a reproduzir as condições de sua própria produção” (2020, p. 20).

Para uma melhor compreensão a respeito do funcionamento macroestrutural da sociedade, Bourdieu (2004a) define estratégia como o produto de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando das atividades sociais e lugares afins. Uma invenção permanente, indispensável para se adaptar às situações indefinidamente variadas, mas nunca perfeitamente idênticas.

A noção de estratégia empregada por Bourdieu (2020) tem a intenção de registrar as restrições estruturais que pesam sobre os agentes, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de respostas ativas a essas restrições. Como indica a metáfora do jogo, “essas restrições estão inscritas, no essencial, no capital disponível (em seus diferentes tipos), isto é, na posição ocupada por uma determinada unidade na estrutura da distribuição desse capital e, portanto, na relação de forças com outras unidades” (BOURDIEU, 2020, p. 23).

Assim sendo, na perspectiva bourdieusiana, o conceito de estratégia é utilizado para designar os conjuntos de ações ordenadas, em vista de objetivos, em um prazo mais ou menos longo e não necessariamente estabelecido como tal, que são produzidos pelos membros de um coletivo tal como o lar.

A ação das estruturas sociais sobre o comportamento individual se dá, preponderantemente, de dentro para fora e não o inverso. A partir de sua formação inicial em um ambiente social e familiar que corresponde a uma posição específica na estrutura social, os indivíduos incorporariam um conjunto de disposições para a ação típica dessa posição (um *habitus* familiar ou de classe) e que passaria a conduzi-los ao longo do tempo e nos mais variados ambientes de ação (BOURDIEU, 2020, p. 23).

Portanto, admite Bourdieu (2020) uma relação de dependência entre as estratégias de reprodução e as condições sociais que originam o *habitus* (ou seja, do volume e da estrutura do capital possuído pela família); bem como uma relação de dependência entre as estratégias de reprodução e a sua evolução no tempo, de acordo

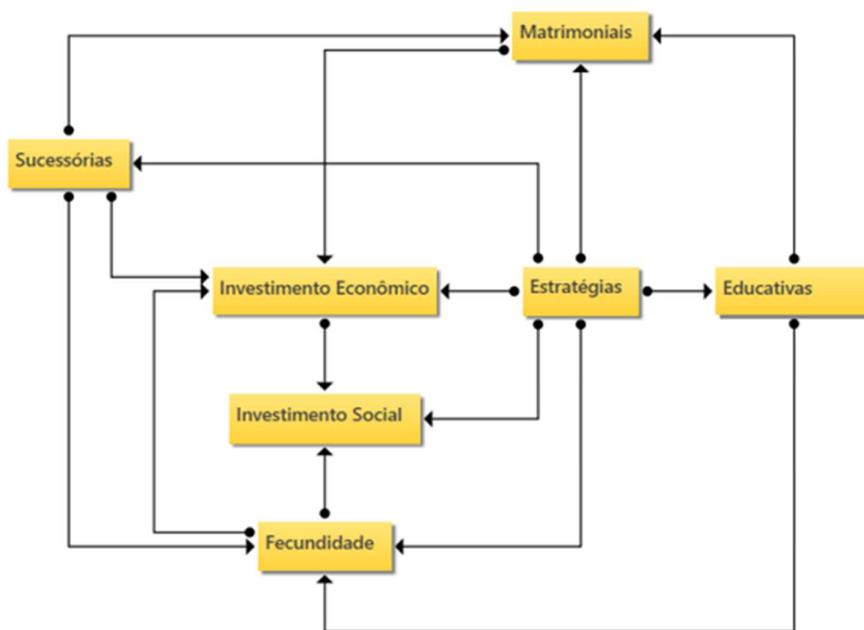
com as distintas sociedades; contribuindo, assim, para a perpetuação da identidade, e concorrendo, na prática, para a reprodução de todo o sistema das diferenças constitutivas da ordem social.

Apesar de possuírem, na prática, uma interdependência que se estende a várias gerações e, ainda, de serem mescladas entre si, Bourdieu (2020) esquematizou uma distribuição das estratégias de reprodução, “objetivamente orientadas para a reprodução deste corpo social, a família ou a casa, que constitui um sistema” (2020, p. 22).

Constatação esta que deu origem ao nome de seu livro “A Nobreza do Estado”, por conta de ainda subsistir nas sociedades burocratizadas, “mecanismos de transmissão do patrimônio econômico e cultural pela mediação da família, que não deixam de ter semelhança com os mecanismos que eram a condição da reprodução do Estado dinástico” (BOURDIEU, 2014b, p. 407).

A proposta teórica apresentada por Bourdieu (2020) baseia-se em uma série de análises históricas sobre as estratégias empregadas em contextos distintos e por diferentes agentes, a saber, pelos camponeses da Cabília, ou pelos franceses da região do Béarn, verificadas em seus estudos, os quais deram início na década de 1950. Através desta reflexão teórica do autor, é possível observar a classificação das estratégias de reprodução, face os mecanismos de reprodução, sob a ordem das sucessões e o grau de articulação entre os mesmos, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3-Sistema de Estratégias de Reprodução



Fonte: elaborado pela autora, com base na proposta teórica de Bourdieu (2020).

A construção do modelo de sistema de estratégias de reprodução idealizado por Bourdieu (2014a, 2014b, 2020) visa apreender “certos comportamentos humanos fundamentais, orientados para a conservação ou para o aumento da posição ocupada por uma família ou um indivíduo no espaço social” (2014b, p. 353).

Assim, a família possui um papel determinante na manutenção da ordem social, constituindo-se como o sujeito principal das estratégias de reprodução, não apenas biológica, mas social; na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais através da naturalização do arbitrário social. Em sua instituição legítima, a família é considerada como um privilégio constituído como norma universal para obtenção de um lucro simbólico da normalidade: o de ser como se deve dentro dos parâmetros estabelecidos como norma universal. (BOURDIEU, 2014b).

Portanto, as *estratégias de fecundidade* classificam-se como estratégias de investimento biológico, cujo objetivo é aumentar ou reduzir o número de filhos e, assim, a força do grupo familiar; mas, também, o número dos pretendentes potenciais ao patrimônio material e simbólico da família. Os mecanismos utilizados são de longo prazo, e envolvem o futuro da linhagem e o patrimônio familiar, pelas vias diretas (redução do número de filhos) ou por vias indiretas (casamento tardio), as quais têm a dupla vantagem de impedir a reprodução biológica e de excluir (ao menos na prática) da herança.

De outro modo, as *estratégias sucessórias* visam a garantia da transmissão do patrimônio material entre as gerações, porém, utilizam-se de mecanismos que assegurem o mínimo de desfalque possível dentro das possibilidades oferecidas pelo costume ou pelo direito. Especificam-se conforme o capital a transmitir e, portanto, conforme a composição do patrimônio familiar.

Assim sendo, as *estratégias educativas* têm o propósito de promover a educação aos filhos com o intuito de produzir agentes sociais dignos e capazes de receber a herança do grupo, ou ainda, de retransmiti-la, por sua vez, ao grupo. Os mecanismos empreendidos para este fim são de longo prazo e não necessariamente percebidas como tais, não se reduzindo apenas à sua dimensão econômica, ou mesmo monetária.

Dentro deste contexto, inserem-se as *estratégias de investimento social*, as quais visam a perpetuação ou aumento dos diferentes tipos de capital. Esta transformação é operada pela alquimia da troca (de dinheiro, de trabalho, de tempo) através de mecanismos de investimento social, a curto ou a longo prazo, por meio de todo um

trabalho de manutenção das relações sociais, transformando-as em obrigações duradouras, isto é, em capital social e em capital simbólico, subjetivamente percebidas (sentimentos de reconhecimento, de respeito, entre outros) ou institucionalmente garantidas (direitos).

Por sua vez, as *estratégias matrimoniais* têm o propósito de garantir, pela aliança com um grupo ao menos equivalente em todos os aspectos socialmente pertinentes, a manutenção do capital social (caso particular das estratégias de investimento econômico e de investimento social), cujos mecanismos visam a reprodução biológica do grupo sem ameaçar sua reprodução social com matrimônios desiguais.

Outrossim, a *sociodiceia*, assim como a define Bourdieu (2020), é o investimento simbólico intrínseco a todas as estratégias que têm como objetivo a conservação e o aumento do capital de reconhecimento (nos diferentes sentidos); melhor dizendo, a legitimação da dominação e seu fundamento (isto é, a espécie de capital sobre o qual ela repousa, naturalizando-o). Favorece, dessa forma, a reprodução dos esquemas de percepção e de apreciação mais propícios às suas propriedades.

Por certo, a partir da classificação das estratégias de reprodução, pode-se observar que a família é o lugar onde se encontram reunidas as condições sociais de acumulação e de transmissão de privilégios econômicos, culturais e simbólicos. Contudo, ela nada tem de universal, pois estas condições não são distribuídas uniformemente (BOURDIEU, 2014b).

Portanto, a família transformou-se em um dos lugares, por excelência, de acumulação de capital, sob diferentes tipos, e responsável principal de sua transmissão entre as gerações. Desta forma, a família promove a conservação de sua unidade pela transmissão e para a transmissão. Das práticas das quais ela tornou-se protagonista, destacam-se a fecundidade, a educação, o casamento e o consumo. Neste contexto, deve-se considerar a estrutura das relações de força existente entre os membros do grupo familiar, funcionando como campo (e, portanto, a história da qual esse estado é o resultado), estrutura que estará sempre em jogo nas lutas no interior do campo doméstico (BOURDIEU, 2014b).

Contudo, a observação comprova que estes fatores tendem a diminuir à medida que decresce a dependência objetiva do sujeito a determinada estrutura social, responsável pela produção e manutenção da dominação simbólica, seja ela de gênero, de raça, entre outras (BOURDIEU, 2014a).

Esta força simbólica, que é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, sem qualquer coação física, encontra suas condições de possibilidade e sua contrapartida econômica no trabalho prévio necessário para promover uma transformação duradoura dos corpos e produzir as disposições permanentes que ela desencadeia e desperta. Esta ação transformadora e invisível dos corpos se dá “através da insensível familiarização com um mundo físico simbolicamente estruturado e da experiência precoce e prolongada de interações permeadas pelas estruturas de dominação” (BOURDIEU, 2014a, p. 51).

O estabelecimento da relação de dominação entre os homens e as mulheres, que ocorre em todos os espaços e subespaços sociais, e não unicamente na família, mas também no universo escolar, no mundo do trabalho e no campo da mídia, cria uma imagem fantasiosa de um eterno feminino (BOURDIEU, 2014a).

Haja vista, a reflexão teórica de Bourdieu (2020) apoiar-se numa das questões mais fundamentais acerca do mundo social, que é “saber por que e como esse mundo dura, persevera no ser, como se perpetua a ordem social, isto é, o conjunto das relações de ordem que o constituem” (2020, p. 21).

Portanto, torna-se necessário “restituir à *doxa* seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural” (BOURDIEU, 2014a, p. 8).

Desta forma, dando continuidade à abordagem do tema, na próxima seção serão discutidos os desafios da feminização da ciência no Brasil, diante do arbitrário cultural presente nos diversos campos de atuação que compõem a trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, na contemporaneidade.

Antes, porém, será feita breve apresentação sobre o conceito de “feminização”, na forma como foi adotado e utilizado neste estudo.

### **2.3 Os Desafios da Feminização da Ciência no Brasil Contemporâneo**

Nas últimas décadas do século XX, além das transformações demográficas, o Brasil passou por importantes mudanças nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel das mulheres na sociedade, como consequência da instalação definitiva do processo de industrialização no Brasil, que se deu após a década de 1950, com grande

impacto sobre o aumento do trabalho feminino, fora da esfera doméstica, cada vez mais voltada para o trabalho remunerado (BRUSCHINI, 2007).

Destaque-se, também, dentre as grandes transformações do trabalho no pós-guerra, sobretudo a partir dos anos de 1970, a passagem do sistema taylorista-fordista de produção para o sistema de produção flexível ou toyotista, a chamada reestruturação produtiva, na promoção de consideráveis mudanças tecnológicas, com reflexos nas relações do indivíduo e da sociedade, principalmente no que tange à organização social e à divisão sexual do trabalho (HIRATA, 2015).

Por conseguinte, o termo feminização passou a ser utilizado nos estudos acadêmicos para quantificar a crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho, em seus diferentes campos de atuação. Em especial, no Brasil, a discussão sobre a feminização como categoria teórica de análise remonta à década de 1990, através da convergência entre os estudos de gênero e estudos do trabalho. Contudo, não se observa nesses estudos “uma avaliação homogênea sobre os significados e sentidos dos processos de feminização” (YANNOULAS, 2013, p. 38).

Dentre estes estudos, destacam-se os problemas resultantes da interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência. É importante evidenciar que “os estudos de gênero têm pouca inserção na história das ciências no Brasil” (BITENCOURT, 2008).

No entanto, observa Hirata (2015) que “não se pode pensar a divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos na sociedade e na família” (2015, p. 4).

Portanto, para efeito deste estudo, será utilizado o termo *feminização*, assim como sugere Yannoulas (2013), sob uma perspectiva estritamente relacional, a fim de enfatizar o caráter da interdependência entre indivíduo e sociedade, bem como as transformações de significado e valor social de uma profissão ou ocupação, em especial, das mulheres cientistas, originadas a partir da *feminilização* (ou seja, o aumento quantitativo do sexo feminino) no campo acadêmico e científico, no Brasil contemporâneo.

Pois, reflete Yannoulas (2013), que a polêmica sobre a feminização dos processos sociais não se trata apenas de uma questão epistemológica, mas fundamentalmente política, pois “coloca no centro da discussão a totalidade dos

trabalhos realizados pelos seres humanos e a sociabilidade construída em torno deles” (2013, p. 31).

Antes, porém, para melhor concepção sobre os desafios inerentes ao processo da feminização da ciência no Brasil, faz-se pertinente a apresentação do constructo aplicado ao termo “ciência”, conforme utilizado nesta pesquisa.

### *2.3.1 Mas, o que é ciência?*

Concebe-se que todas as ciências tiveram sua origem na filosofia, cujas suposições se referiam a abstrações além do universo natural, tais como Deus e formas ideais (BAUM, 2006).

No entanto, rompendo com estas suposições filosóficas, a ciência moderna surge no século XVII, emancipando-se da filosofia e gerando uma representação mecanicista e matematizada da natureza, legitimando uma percepção dualista da relação entre o mundo natural (objetivo) e o mundo humano (subjetivo) (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2007).

Assim sendo, a libertação do indivíduo de seus apoios estáveis nas tradições e nas estruturas, divinamente estabelecidas, se dá com o “nascimento do indivíduo soberano, entre o Humanismo Renascentista do século XVI e o Iluminismo do século XVIII” (HALL, 2006, p. 25), representando uma importante ruptura com o passado.

Considere-se, pois, que movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidentais contribuíram para a emergência de nova identidade para um sujeito indivisível, unificada no seu próprio interior, tais como:

A Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, liberto do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada (HALL, 2006, p. 26).

O surgimento da ciência rompe metodologicamente com a prática racionalista, puramente filosófica de aceitação das ideias sem a confrontação com os fatos. Na ciência, somente são aceitos os enunciados teóricos sustentados empiricamente, de

forma concreta e observável. Contudo, “mesmo que o objeto de estudo não seja, de fato, observável, a postura do cientista é a de buscar elementos para a confrontação dos enunciados com fatos concretos do mundo que observa” (VOLPATO, 2013, p. 65).

As ciências carregam em si o questionamento sobre o mundo, a produção de regimes de verdade livre dos dogmas, das crenças religiosas ou políticas, a qual constitui-se como papel central na origem das ciências modernas. No entanto, as ciências carregam consigo a ambição de dominar, transformar, através de um poder legitimado pela referência à busca da verdade (NUNES, 2002).

Porém, as representações “ingênuas das invenções, resumidas no paradigma da maçã de Newton” (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999, p. 25) acabaram por derrubar “a tese iluminista de que a ciência é um guia infalível para a verdade” (FREITAS, 1999, p. 53).

Pois, como observa Bourdieu (1983), o universo da ciência é supostamente um campo social como os demais, “com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros” (p. 122).

A utilização do conhecimento como instrumento de poder pelas elites e exclusão das minorias mostra-se bem explícito na abordagem feita por Burke (2003) quando menciona a métrica do conhecimento utilizada no início da Europa moderna. Cita o autor que as elites defendiam a limitação da propagação do conhecimento apenas à sua classe, incitando que o povo deveria ser poupado de sua transmissão para que não vislumbrassem o descontentamento de sua posição na vida.

Contudo, o caráter regulatório do conhecimento hegemônico que prevalecia no paradigma dominante da ciência moderna; ou seja, da sociedade patriarcal, da produção capitalista, do consumismo individualista e mercadorizado, das identidades, da democracia autoritária, enfim, do desenvolvimento global desigual e excludente, deu lugar ao paradigma do conhecimento fiel à real transcrição dos fenômenos, a fim de ampliar a base filosófica das ciências sociais. Através de uma subversão das concepções fundamentais e da proposição do rompimento de crenças, ideologias e valores, houve um aumento da importância do saber do homem nesse processo produtivo e emancipatório da humanidade. Destaca-se a ciência como um dos indicadores propulsores dessa transição (SANTOS, 2001).

Nessa perspectiva, para a conceituação de social, Latour (2012) sugere que se faça uma revisão do seu significado inicial, através do rastreamento das conexões que

foram agregadas sob a égide de uma sociedade, e que se encontram dentro dos limites dos “deveres da sociologia, ou seja, a ciência da vida em comum” (p. 18).

A multiplicação dos produtos da ciência e da tecnologia contribuiu para a mudança no entendimento de sociedade, colocando-se em dúvida a existência de “relações específicas o bastante para serem chamadas de sociais e agrupadas num domínio especial capaz de funcionar como uma sociedade” (LATOURET, 2012, p. 19).

Segundo Latour (2012), a fluidez do social por toda parte e, ao mesmo tempo por nenhuma, ocasiona a instabilidade na ciência e na sociedade, incapazes, dessa forma, de atenderem aos princípios da sociologia.

Contudo, o impulso crítico cedeu lugar às novas formas de dominação do mundo, “à medida que as ciências, o poder político e a ordem econômica capitalista se iam interpenetrando, a uma reafirmação da dominação sobre o mundo, agora legitimada por uma nova autoridade, a dos saberes científicos e técnicos” (NUNES, 2002, p. 189).

Bourdieu (2008a) descreve com maestria o desafio que requer a construção de um trabalho científico, no que confere à neutralidade, à imparcialidade e à responsabilidade advinda deste particular interesse. Pois, como cita o autor, para se pretender fazer pesquisa empírica, há de se ter a “intuição, isto é, uma forma mais ou menos controlada do conhecimento pré-científico do objeto diretamente envolvido e também do conhecimento erudito de objetos análogos” (2008a, p. 27). Ressalta, ainda, que a despeito da premissa de anular-se como sujeito, de tomar partido e colocar a ciência a serviço de interesses particulares, o princípio verdadeiro da fecundidade insubstituível da pesquisa empírica é “fazer sem saber completamente o que se faz; é dar-se uma chance de descobrir, no que se fez, algo que não se sabia” (2008a, p. 27).

Do ponto de vista de Foucault (1995a), a palavra ciência pode, por vezes, “aprimorar” (1995b, p. 21), devido a seu caráter de cientificidade, podendo dar a impressão de que tudo já foi dito e pensado, não havendo mais nada a fazer a não ser se submeter a ela. No entanto, como cita o autor, “um filósofo crítico ou emancipatório da ciência procurará, portanto, compreender como e por que as ideologias da cientificidade podem mascarar interesses de sociedade diversos” (1995, p. 21).

Nessa lógica, destacam-se os efeitos da codificação erudita e da homogeneização do estatuto social aplicados aos indivíduos, face às desigualdades sociais e de gênero que consagram a existência coletiva de determinados grupos (BOURDIEU, 2008a).

Considera Burke (1992) que o conhecimento, em nível individual, vem sofrendo avanços e retrocessos, em especial, a partir do século XX, época onde se ampliaram os cursos de especialização, bem como as universidades particulares, produzindo “estudiosos com um conhecimento bem mais limitado que o dos antigos (ainda que a menor amplitude tenha sido compensada pela maior profundidade” (1992, p. 20).

O universo da ciência está hoje ameaçado por uma regressão caracterizada pelo enfraquecimento da autonomia conquistada paulatinamente, face aos poderes religiosos, políticos ou até mesmo econômicos e, de forma parcial, às burocracia estatais, as quais lhe asseguram as condições mínimas de independência (BOURDIEU, 2004c).

Pois, à medida que a ciência se instalava, mecanismos sociais se afirmavam, tal como a lógica da concorrência entre os pares, irrompendo no o risco de serem colocados “a serviço de fins impostos a partir de fora; a submissão aos interesses econômicos e às seduções mediáticas ameaçam juntar-se às críticas externas e às difamações internas [...] em suma, a ciência está em perigo e, por isso, torna-se perigosa” (BOURDIEU, 2004c, p. 7).

Por conseguinte, indaga Bourdieu (2004c): “como é possível que uma atividade científica, uma atividade histórica, inscrita na história, produza verdades trans-históricas, independentes da história, fora de qualquer relação com o lugar e o momento, portanto eterna e universalmente válidas”? (2004c, p. 11).

Por isso, é preciso pensar as epistemologias do sul global, para além do esgotamento intelectual e político do norte global, o qual inviabiliza a capacidade de enfrentar os desafios deste século e as ameaças ao exercício pleno da democracia, e ao direito à dignidade humana. Ao contrário, é preciso repensar novas práticas de resistência e enfrentamento da violência causada pelas principais formas de opressão da humanidade, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (SANTOS; MENESES, 2013).

Por outro lado, a década de 1940, após a segunda guerra mundial, é considerada o período de participação de incontáveis anônimas nos laboratórios de pesquisa no país, deslocando o olhar de casos particulares para um fenômeno coletivo, o qual propiciou mudanças institucionais consideráveis, pois permitiu uma visão menos homogeneizadora e “mais inclinada a permitir a emergência de conflitos e diferenças que marcam as relações e os processos sociais” (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 45); em especial, as relações sociais fundadas nas diferenças de gênero, no campo científico.

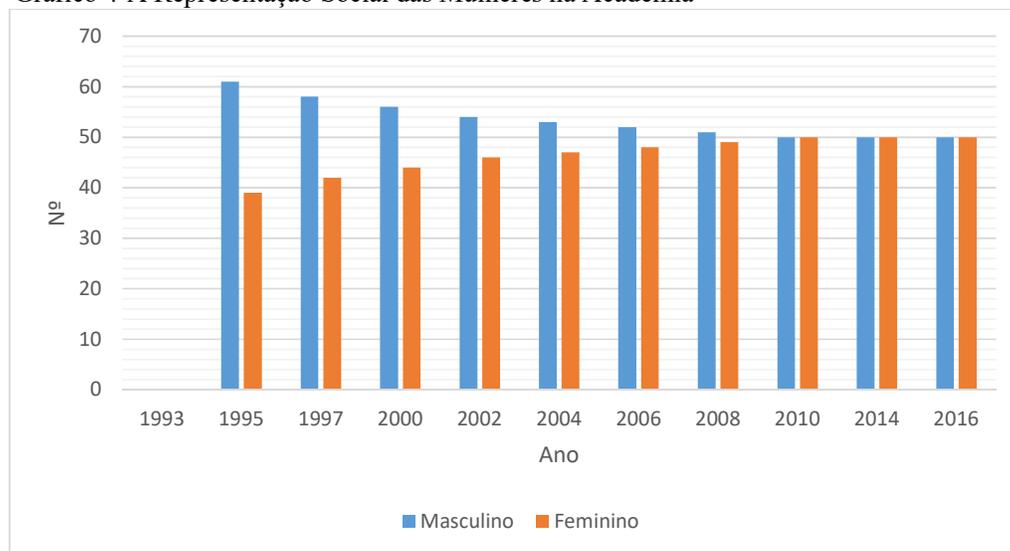
Não obstante a todas adversidades existentes no campo científico, o Brasil possui um consolidado sistema voltado para o desenvolvimento científico e tecnológico, além da oferta de cursos de pós-graduação pelas universidades e instituições de pesquisa em todos o país. Conta, ainda, com agências de fomento à pesquisa como o CNPq e CAPES.

O surgimento da profissão de cientista está estreitamente vinculado ao processo de institucionalização da ciência, que se deu no Brasil, indo ao encontro do processo desenvolvimentista nacional, promovendo a formação qualificada de professores para atender a expansão do ensino superior e estimulando o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores e formação de técnicos e intelectuais de alto nível (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

O campo de trabalho para as cientistas no Brasil só começaria a se ampliar, no entanto, após a segunda guerra mundial, com a valorização da ciência. Foi nesse contexto que algumas mulheres conquistaram espaço profissional que até então não existia no mundo dos laboratórios. É uma profissão que requer um longo processo de formação, com a graduação, a especialização, o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado, investimento que chega a passar de 10 anos de muita dedicação.

Ainda que as mulheres tenham entrado tardiamente no mercado de trabalho formal, o campo acadêmico e científico conta hoje um contingente de mulheres proporcional ao dos homens, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4-A Representação Social das Mulheres na Academia



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CNPq (2020).

Não obstante os avanços ocorridos, ainda permanecem desafios à feminização da ciência no Brasil, face aos obstáculos enfrentados pelas mulheres brasileiras no processo de inserção e ascensão no campo acadêmico e científico no país, cujas trajetórias foram “construídas em um ambiente baseado em valores e padrões masculinos, que restringem, dificultam e direcionam a participação das mulheres na ciência” (SILVA; RIBEIRO, 2014, p. 449).

Desta forma, faz-se premente a abordagem sobre a (sub)representação social das mulheres brasileiras nas ciências, tema a ser explorado na seção seguinte. Mas, antes, como forma de homenagem a todas as mulheres cientistas brasileiras, por vezes esquecidas e/ou silenciadas pela história, serão destacadas algumas das renomadas cientistas da Fiocruz, de grande reconhecimento em suas áreas de atuação, que fizeram avançar a ciência e a tecnologia no Brasil, como mostra a Imagem 1.

Imagem 1-Cientistas da Fiocruz



Fonte: Banco de Imagens da Fiocruz. Disponível em: [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br). Acesso em: 06/01/2022. Elaborado pela autora.

### 2.3.2 A (sub)representação social das mulheres brasileiras nas ciências

Destaca Burke (2003) que, embora a expressão *literata* só tenha sido cunhada ao final do século XVIII, existiram mulheres de letras ou damas instruídas (as mulheres não participavam da República das Letras<sup>8</sup> pois era raro que estudassem em universidades). As que demonstravam pretensões intelectuais eram repelidas e expostas ao ridículo pelos homens.

Ao longo da história, os conflitos sociais que contemplam as questões sobre raça, etnia, classe e gênero têm sido amplamente debatidos, através de diversas abordagens críticas. No entanto, por vezes, tais estudos refletem o senso comum da naturalização das diferenças, ocultando e/ou silenciando as relações de poder que constituem a construção social de uma determinada realidade, dentro de uma esfera política e cultural onde prevalecem a hierarquia de poderes, a dominação e a subjulgação de minorias menos privilegiadas. Dentre estes estudos, destacam-se os problemas resultantes da interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência.

Portanto, conhecer a realidade histórica das mulheres cientistas é perceber o senso comum como uma dentre as várias abordagens possíveis do passado. Por isso, pensar a sub-representação social das mulheres na ciência, na contemporaneidade, é rever a maneira de se fazer história, considerando os aspectos socioculturais de construção do sujeito, em especial, da mulher acadêmica, cientista, mãe e esposa, na qualidade de um fenômeno psicossocial, enfatizando o relativismo cultural intrínseco a cada indivíduo histórico, homem ou mulher.

Em especial, no Brasil, o caráter historicamente construído das diferenças sociais e entre os sexos enquadrava a sociedade e a cultura brasileira na dinâmica global, marcada pelo processo de modernização, através de uma civilidade racional e impessoal, “mantendo-se a subordinação da mulher ao poder masculino e, ao mesmo tempo, criando as condições institucionais, não ilusórias, que permitiram a alteração de

---

<sup>8</sup> República das Letras (*Respublica litteraria*), afirmação que expressava a sensação de pertencerem a uma comunidade que transcendia as fronteiras nacionais. Tratava-se essencialmente de uma comunidade imaginária, mas que desenvolvia costumes próprios, como a troca de cartas, livros e visitas, para não mencionar modos ritualizados pelos quais os mais jovens demonstravam respeito pelos colegas mais velhos, que podiam ajudar a lançar suas carreiras. In: BURKE, P. Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 26.

seus papéis sociais, notadamente, no que concerne à sua participação na esfera pública” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 224).

Ademais, observa Burke (1992) que nos anos de 1950 e 1960 evidenciava-se a história quantitativa, caracterizada pelas evidências estatísticas fidedignas tais como dados populacionais, dados eleitorais, entre outros. Mas, indaga o autor: será que estes dados revelam a realidade da nova história, em particular, da representatividade feminina na Academia? Pois que o mundo é visto através de uma estrutura de convenções, esquemas e estereótipos, sob uma flexibilidade cultural variável, não refletindo a realidade, mas, o relativismo cultural aplicado à própria escrita da história, bem como a seus chamados objetos (BURKE, 1992).

Haja vista que no universo das ciências, a representação das mulheres tem mudado substancialmente nos últimos 40 anos. Segundo dados da editora de publicações científicas Elsevier (2020), apesar das mulheres representarem 49% da produção científica brasileira, cenário de equidade apenas visto em Portugal, as mulheres têm carreiras mais tardias e passam por dificuldades para alcançar postos mais avançados nos laboratórios, pois conciliar a maternidade com a carreira acadêmica é um dos maiores desafios que as mulheres enfrentam ao escolher o caminho da ciência.

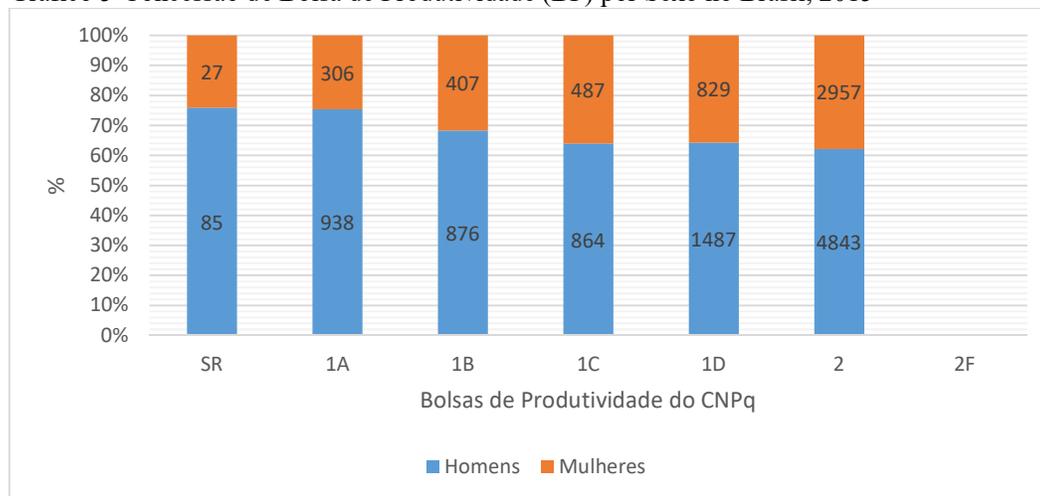
De acordo com a última atualização divulgada pelo CNPq, as principais categorias de Bolsas do órgão foram concedidas de forma equiparada entre homens e mulheres. No entanto, a Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), disponibilizada aos pesquisadores que desfrutam de alto reconhecimento entre seus pares, contabilizou um total de 5.013 concessões para mulheres contra 9.092 para os homens, ou seja, nessa modalidade de Bolsa a representatividade feminina foi de apenas 35,5% em 2015 (CNPQ, 2020).

Da mesma forma, conferem Ferreira *et al.* (2008a) que “o sistema meritocrático que governa as ciências distribui recompensas iguais para *performances* equivalentes, premiando desigualmente desempenhos diferentes” (2008b, p. 47), submetendo-se às regras e aos procedimentos da instituição acadêmica.

Em especial, a concessão da Bolsa de Pesquisador Sênior (PQ-SR) destina-se ao pesquisador que tiver permanecido no sistema por pelo menos 15 (quinze) anos, consecutivos ou não, na categoria 1A ou 1B, e continuar ativo no desenvolvimento de pesquisas científicas e/ou tecnológicas e na formação de pesquisadores em diversos níveis. Contudo, o Gráfico 5 mostra que a parcela de bolsas concedidas às mulheres

diminui em níveis mais altos da hierarquia científica pois, de um total de 112 bolsas foram destinadas às mulheres apenas 27 bolsas, cuja representatividade feminina cai para 24,2% em 2015.

Gráfico 5-Concessão de Bolsa de Produtividade (BP) por Sexo no Brasil, 2015

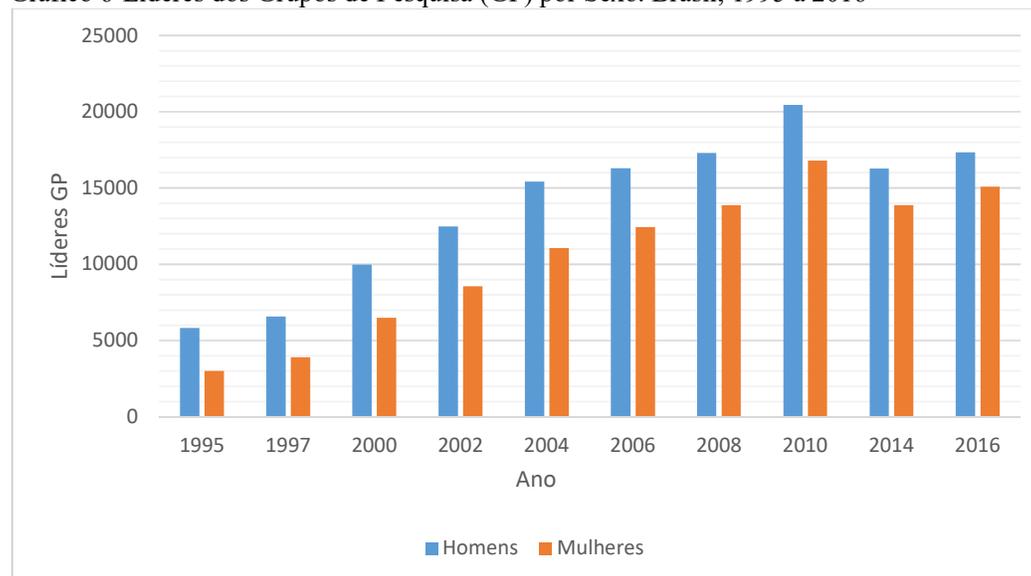


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CNPq (2020).

Este fato configura-se em um processo de decisão estritamente político, influenciado pela distribuição de poder entre grupos que possuem interesses distintos e, frequentemente, em conflito. (FERREIRA *et al.*, 2008).

Haja vista a distribuição percentual dos pesquisadores por sexo, segundo a condição de liderança de grupos de pesquisa, no período compreendido entre 1995 a 2016. O Gráfico 6 mostra a liderança absoluta dos homens no período relacionado.

Gráfico 6-Líderes dos Grupos de Pesquisa (GP) por Sexo. Brasil, 1995 a 2016



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do CNPq (2020).

Verifica-se, pois, que a participação das mulheres brasileiras na ciência está crescendo relativamente rápido em termos de resultados acadêmicos. No entanto, o atual cenário reflete a sub-representação das mulheres em áreas do conhecimento científico e tecnológico, remetendo a um cenário global de desigualdade de gênero na Academia, seja através do sistema meritocrático de desempenho, de produtividade, de popularidade ou dos papéis de gênero representados na sociedade, moldados pela tradição autoritária do patriarcalismo (BOURDIEU, 2014a).

Pois confere Bourdieu (2014a) que a diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho, conformando-a aos “princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres” (2014a, p. 20).

A promoção da mudança do perfil educacional e profissional da população feminina não abalou as estruturas da desigualdade com relação aos homens, mas ajudou a mascarar um processo em curso na sociedade brasileira: o da dominação masculina e, especificamente, do monopólio masculino nas profissões científicas (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

No Brasil, o reconhecimento da presença feminina na institucionalização das ciências também está inserido dentro deste contexto de lutas. No entanto, a sua invisibilidade, ou seu anonimato, caracterizou-se devido à escassez de estudos históricos, contribuindo, dessa forma, para a percepção social da ausência das mulheres na Academia. Contudo, logo após a segunda guerra mundial, a participação de incontáveis anônimas nos laboratórios de pesquisa no país deslocou o olhar de casos particulares para um fenômeno coletivo, o qual propiciou mudanças institucionais consideráveis, pois permitiu uma visão menos homogeneizadora e “mais inclinada a permitir a emergência de conflitos e diferenças que marcam as relações e os processos sociais”(FERREIRA *et al.*, 2008, p. 45).

A realidade histórica das mulheres ecoou na década de 1970 tornando possível o movimento das mulheres, proporcionando uma experiência feminina compartilhada, enfatizando a autonomia e a individualidade, em consequência, sua emancipação foi ao encontro à coleção de pessoas biologicamente similares. A história das mulheres confirmou, assim, a realidade da categoria “mulheres”, sua existência anterior ao movimento contemporâneo, suas necessidades (SCOTT, 1992).

Apesar da crescente produção científica das mulheres brasileiras, faz-se necessário uma análise crítica sobre a trajetória social das mulheres cientistas no Brasil, reflexo das construções sociais localizadas historicamente e estabelecidas de forma arbitrária através de processos advindos de correlações de poder existentes no mundo feminino. Discussão que será viabilizada na seção a seguir.

### *2.3.3 O arbitrário cultural presente na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras*

O termo arbitrário cultural, tal como é empregado por Bourdieu e Passeron (1992), na concepção da teoria do sistema de ensino, é utilizado para “designar o fenômeno social que consiste em erigir a cultura particular de uma determinada classe social (a classe dominante) em cultura universal” (CATANI *et al.*, 2017, p. 34).

Desta forma, através de uma acepção desprovida de referente sociológico, o termo arbitrário alude a um puro poder de fato, isto é, “a um outro *constructum*, graças ao qual pode-se colocar a questão das condições sociais e institucionais capazes de fazer desconhecer esse poder de fato e de fazê-lo ser reconhecido como autoridade legítima” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 13).

Estratégia esta que se encontra na “base do que Bourdieu chama de violência simbólica: a imposição da cultura (arbitrário cultural) de um grupo como a verdadeira ou a única forma cultural existente” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 38).

Na perspectiva de Bourdieu (2004a), o Estado, enquanto autoridade burocrática, concorre para ser o “detentor do monopólio dessa violência simbólica legítima. Ou, mais precisamente, um árbitro, porém muito poderoso, nas lutas por esse monopólio [...] na luta pela produção e imposição da visão legítima do mundo social” (2004a, p. 165).

Importante ressaltar que, não obstante os sujeitos sociais compreenderem o mundo social que os compreendem, sua caracterização não se limita à incidência das classificações e hierarquizações sociais dos bens culturais que possuem: quantidade de imóveis, veículos; ou, ainda, atributos corporais que lhes foram facultados (tamanho ou o volume do corpo, por exemplo). Mas, consiste também na incidência destas mesmas classificações e hierarquizações sobre todos os produtos simbólicos a eles associados, ou seja, às representações e práticas cotidianas (expressões corporais, opção de lazer, práticas esportivas, vestuário, hábitos culinários, prestígio, entre outros) (BOURDIEU, 2008b; NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

Neste contexto, Mello e Marques (2018) destacam as visões homogeneizantes e estereotipadas presentes nas relações de gênero, reflexo das construções sociais localizadas historicamente, e estabelecidas de forma arbitrária através de processos advindos de correlações de poder existentes no mundo feminino. Por conseguinte, este fato faz com que seja “atribuído às mulheres um conjunto delimitado de preferências, identidades ou interesses, incapaz de considerar, na maior parte das vezes, a multiplicidade de perspectivas e experiências que marcam as trajetórias femininas enquanto grupo social mais amplo” (2018, p. 8).

Mello e Marques (2018) salientam, ainda, que é preciso considerar que as formas com que “diferentes instâncias da vida social incorporam e lidam com imagens sobre alegadas especificidades femininas, delineiam as possibilidades de acesso a bens materiais e simbólicos por parte das mulheres” (2018, p. 8).

A julgar pelos princípios de divisão constitutivos da ordem social e instituídos entre os gêneros, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre duas diferentes classes de *habitus*, o masculino e o feminino. Estas relações sociais se inscrevem sob a forma de *hexis* corporais, cabendo aos homens, situados do lado do exterior, do oficial, do público, do direito; e, ao contrário, cabendo às mulheres, as atribuições dos trabalhos domésticos, do cuidado das crianças, ou seja, do privado, “condenando-as à aparência de fundamento natural à identidade minoritária que lhes é socialmente designada” (BOURDIEU, 2014a, p. 41).

Desta circunstância, destaca-se o papel do Estado na ratificação de um ordenamento social de gênero através de um conjunto de Leis que se pretendem objetivas e neutras. No entanto, esta arbitrariedade Estatal acaba por promover “o afastamento das mulheres das políticas de direitos humanos, segundo a premissa de que a desigualdade de fato entre homens e mulheres não existe na sociedade” (SAFFIOTI, 1994, p. 155).

O Estado não somente acolhe o poder masculino sobre a mulher, mas o normatiza, proibindo e até criminalizando seus excessos. A punição das extravagâncias integra o poder disciplinador da dominação masculina sobre a mulher, exercido pelo Estado. Este não faz, portanto, senão ratificar a falocracia em suas dimensões material e "ideacional", dando-lhe a forma jurídica que caracteriza a dominação legalizada (SAFFIOTI, 1994, p. 151).

Portanto, a quebra de paradigmas, como a crise dos direitos humanos, implementados há mais de setenta anos, continua na ordem do dia, trazendo à tona diversos questionamentos (LAFER, 1988). Dentre estes, pode-se destacar a imagem da racionalidade hegemônica exercida sobre as mulheres.

Logo, ressalte-se a necessidade de abordagens sobre os limites auferidos às mulheres, tendo em vista o exercício pleno de sua cidadania<sup>9</sup>, na esfera econômica, social, política, mas, especificamente, no campo cultural; pois, como destaca Bourdieu (1989), a violência simbólica de que as mulheres são vítimas não se manifesta somente pela divisão sexual do trabalho, mas também por detalhes informais do cotidiano, na tentativa de restringir suas ações.

No cenário contemporâneo brasileiro, o grande desafio é “o de explicar porque não se altera o padrão sexuado de carreiras escolares e profissionais, uma vez que os melhores resultados escolares são das mulheres” (AZEVEDO; FERREIRA, 2006, p. 215).

Pois, é no interior de um estado determinado do campo, definido por um certo estado do espaço de possíveis, em função da posição mais ou menos singular que ocupa; e que avalia diferenciadamente conforme as disposições que deve à sua origem social, que os sujeitos se orientam em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas, e isso, com frequência, de maneira inconsciente.

Deste contexto, ressalta Bourdieu (2011c) “a correspondência extraordinária entre a hierarquia de posições (a dos gêneros e, no seu interior, a de maneiras) e a hierarquia das origens sociais, logo, de disposições associadas” (2011c, p. 74).

É bom lembrar que para Bourdieu as experiências primitivas dos indivíduos (que costumamos designar por "socialização primária") pesam com força desmesurada sobre as experiências ulteriores, marcando-as duravelmente. Assim, a relação de intimidade com as coisas da cultura e com a linguagem só atinge o seu grau máximo quando produzida pela ação pedagógica familiar, permanecendo de modo duradouro porque encarnada no sujeito na forma do *habitus* (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 68).

---

<sup>9</sup> O exercício pleno de cidadania refere-se aos atos de autoridade, arbitrários, legitimados aos agentes Estatais e destinados a produzir um efeito de direito, como os atos do estado civil, de nascimento, casamento ou falecimento, ou os atos de venda; tem a capacidade de *criar* (ou de instituir), pela nomeação oficial, uma declaração pública, cumprida nas formas prescritas, pelos agentes autorizados e devidamente registrada nos registros oficiais, de identidades sociais socialmente garantidas (as de cidadão(ã), de eleitor(a), de contribuinte, de pai, de mãe, de proprietário(a), de estudante, de trabalhador(a), entre outras), ou de uniões e de grupos legítimos (famílias, associações, sindicatos, partidos entre outros) (BOURDIEU, 2011c). Atos estes, por vezes negligenciados às mulheres brasileiras, conforme relatado no capítulo 2 da presente pesquisa. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011b.

E é na família, matriz da trajetória social dos sujeitos e da relação a esta trajetória, o lugar das contradições genéricas (observáveis em todas as famílias) e das contradições específicas (variam segundo as características da herança), bem como dos dilemas, todos originários das discordâncias entre as disposições (*habitus*) do herdeiro e o destino encerrado em sua herança (BOURDIEU, 2011a).

De fato, cada agente social é caracterizado por Bourdieu e Passeron (2014c) em termos de uma bagagem socialmente herdada. Nela, encontram-se certos componentes objetivos, externos aos agentes, e que podem ser postos a serviço do sucesso escolar, tais como: o capital econômico (bens e serviços a que ele dá acesso), o capital social (definido como o conjunto de relacionamentos sociais influentes mantidos pela família) e o capital cultural institucionalizado (composto pelos títulos escolares, entre outros).

Mas, em contrapartida, “o patrimônio transmitido pela família inclui também certos componentes que passam a fazer parte da própria subjetividade do indivíduo, sobretudo, o capital cultural em seu estado incorporado” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 60).

Dentre os elementos constitutivos do capital cultural incorporado, destacam-se os de cultura geral, ou seja, os que designam saberes difusos e adquiridos de modo variado e informal; os de domínio maior ou menor da língua culta; o gosto e o bom-gosto em matéria de arte, lazer, decoração, vestuário, esportes, paladar, e as informações sobre o mundo escolar, entre outros. “Do ponto de vista de Bourdieu, o capital cultural constitui (sobretudo, na sua forma incorporada) o elemento da herança familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 60).

São inúmeras as práticas das quais a família é o sujeito, mas o funcionamento da unidade doméstica como campo encontra seu limite nos efeitos da dominação masculina que orientam a família em direção à lógica do corpo. “Sem dúvida, é preciso deixar de apreender a família como um dado imediato da realidade social, para ver nela um instrumento de construção dessa realidade” (BOURDIEU, 2011c, p. 135–136).

Isto posto, observe-se que um dos fatores determinantes das diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas está estreitamente ligado ao capital cultural herdado e adquirido, isto é, à origem social e escolar dos seus agentes (BOURDIEU, 2004b).

Assim, a origem social dos estudantes, particularmente, os do ensino superior, figura como o fator de diferenciação de maior relevância, mais que o sexo, a idade, a afiliação religiosa; ou seja, são os fatores culturais mais que os fatores econômicos que determinam as escolhas, o prolongamento da escolarização, o sucesso escolar. Pierre Bourdieu e Jean-Claude-Passeron observam que os filhos das classes altas adquirem a cultura como que por osmose [...] enquanto para os filhos das classes sociais desfavorecidas, a cultura escolar é aculturação e toda aprendizagem é vivida artificialmente, por estar distante de suas realidades concretas (BOURDIEU; PASSERON, 2014c, p. 10).

O sistema escolar, ao invés de ser um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da escola libertadora, ao contrário, mostra-se como um dos fatores mais eficazes de conservação social, fornecendo a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sancionando a herança cultural e o dom social como se fossem virtudes inatas ao indivíduo. Sem dúvida, as oportunidades de acesso ao ensino superior é “o resultado de uma relação direta ou indireta que, ao longo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais” (NOGUEIRA; CATANI, 2007, p. 41).

Alertam Bourdieu e Darbel (2007a) que “quanto mais a tarefa de transmissão cultural for abandonada pela Escola à família e tanto mais a ação escolar tenderá a consagrar e legitimar as desigualdades prévias” (2007a, p. 107).

Por certo, observe-se que a dupla marginalização delegada às mulheres, no cenário contemporâneo brasileiro, se deu sob dois eixos estruturantes, quais sejam: o de classe social e de gênero, fundamentados através dos aparelhos do Estado (pelos meios de comunicação, igreja, sistema educacional, e, sobretudo, a família). Todos imbuídos em um só propósito, o de “fazer penetrar na consciência feminina esta ambiguidade tão útil ao sistema de produção capitalista” (SAFFIOTI, 1984, p. 22).

Acrescentem-se, ainda, à complexa relação de gênero, outras categorias de opressão às mulheres brasileiras, como as relacionadas às questões raciais e étnicas, especialmente em um país tão desigual como o Brasil (AZERÊDO, 1994, p. 204).

No âmbito da educação, um grupo de intelectuais lançou, na década de 1930, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional em defesa da função essencialmente pública da educação; através de um modelo de escola única, laica e gratuita; obrigatória e sob a dinâmica da co-educação<sup>10</sup> “O Manifesto é um marco na política educacional

---

<sup>10</sup> Yannoulas (2012) refere-se à co-educação aos movimentos gradativos de instauração da educação mista entre crianças pequenas (ensino de meninos e meninas conjuntamente) para a qual se dava preferência às professoras que, aliados à saída dos homens da profissão, por causas externas, como as grandes guerras na Europa, contribuíram com o processo de feminização do magistério no Brasil. In:

brasileira porque coloca em evidência os princípios que devem servir de base para a organização, pelo Estado, de um mesmo tipo de escola e torná-la acessível, em todos os seus graus, a todos os cidadãos” (FERREIRA, 2020, p. 505–506), independentemente de suas condições econômicas e sociais

Não obstante, as oportunidades educacionais e profissionais proporcionadas às mulheres, na Era Vargas (1930-1945), representaram uma brecha para uma mudança efetiva de seus papéis sociais no Brasil. A escolarização da população feminina brasileira, como instância de mediação central entre a família e as transformações culturais, políticas e econômicas que ocorreram no país, marcaram a transição do patriarcalismo rural para a sociedade urbana e industrial no Brasil (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Portanto, as fontes de legitimação da dominação moderna estão associadas à ideia de nascimento e desenvolvimento de uma nova mulher no Brasil, particularmente, às mulheres de classe média, atingindo as mulheres de classe baixa de forma residual. Observe-se, no entanto, que a ideia de classe social aqui utilizada tem como base a perspectiva bourdieusiana, não a reduzindo somente à dimensão econômica da classe, de acordo com as variáveis de renda e escolaridade, mas também à sua dimensão sociocultural (MATTOS, 2006).

Pois, a acepção de classe social adotada por Bourdieu (2011c) permite compreender a apatia política e a invisibilidade da dominação social no capitalismo contemporâneo, dado que tanto a solidariedade quanto o preconceito de classe são produzidos e reproduzidos de modo naturalizado. “A desigualdade passa a ser justificada e naturalizada na medida em que é percebida, na dimensão consciente, como resultado do mérito e portanto como produto de qualidades individuais” (SOUZA, 2006, p. 74).

Contudo, ainda sob a perspectiva bourdieusiana, pode-se inferir que:

Os agentes sociais não seriam conduzidos de forma mecânica nem pelas condições objetivas nas quais eles foram originalmente socializados, nem pelas condições atuais nas quais eles agem [...] embora o *habitus* seja formado e reflita o universo social no qual o indivíduo foi originalmente socializado, ele não constituiria um conjunto de regras fixas que determinariam, a partir do passado, as ações atuais do indivíduo. Ao contrário, ele funcionaria como um

---

YANNOULAS, S. C.. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2011v11n22p271-292>.

princípio flexível (um senso do jogo) que permitiria ao indivíduo se adaptar ou mesmo improvisar, dentro de certos limites, diante de cada nova situação (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 104).

Desta forma, concebem-se que as estratégias de ação utilizadas pelos indivíduos, em especial, pelas mulheres, nas mais diversas esferas da vida social (educação, trabalho, matrimônio, fecundidade), bem como seu nível de aspiração social (notadamente, suas ambições no mercado de trabalho e no sistema educacional) refletem o modo como representam e avaliam a realidade, cujas escolhas são realizadas em função das oportunidades objetivamente associadas à posição social na qual foi socializada (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

E Bourdieu constata que, efetivamente, a interdependência entre as estratégias de fecundidade e as estratégias educativas, estabelecida pelas famílias, encontra respaldo na realidade, “uma vez que, as estatísticas comprovam que as oportunidades de uma vida escolar mais longa estão intimamente associadas - quando se controla todas as outras variáveis ao tamanho da família” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 78).

Bourdieu (2014a) destaca outro fator de considerável importância na promoção das desigualdades sociais ou na falta de oportunidades a elas associadas: as estratégias de reprodução impostas pela lógica da economia de bens simbólicos (do qual o casamento é uma peça central) permitindo à dominação masculina nela perpetuar-se, acima das transformações dos modos de produção econômica. Neste caso, a família se torna a principal guardiã do capital simbólico, com o apoio que recebe das Igrejas e do Direito (BOURDIEU, 2011c).

O Estado, especialmente através de todas as operações do *estado civil*, inscritas no registro de família, realiza milhares de atos de constituição que constituem a identidade familiar, representando um dos princípios de percepção mais poderosos do mundo social (BOURDIEU, 2011c).

Outrossim, o processo de institucionalização estatal da família pressupõe que a oposição tradicional entre o público e o privado mascara até que ponto o público está presente no privado, do qual a família moderna é o resultado; ou seja, o privado é um negócio público. Desta forma, observa Bourdieu (2011c) que “a visão pública está profundamente envolvida em nossa visão das coisas domésticas e as nossas condutas mais privadas dependem, elas mesmas, de ações públicas, como a política de habitação, ou, mais diretamente, a política da família” (2011c, p. 138).

Portanto, para a compreensão dos comportamentos humanos, os quais são orientados para a conservação ou para o aumento da posição ocupada por uma família ou um indivíduo no espaço social, é preciso levar em consideração as estratégias utilizadas para este fim, aparentemente sem relação. Dentre elas, destacam-se as estratégias de regulação dos nascimentos, que dizem respeito à fecundidade, passíveis por serem exercidas por estratégias matrimoniais (BOURDIEU, 2014b).

Haja vista que em diversas sociedades, a regulação dos nascimentos se dá através do retardo da idade do casamento. As estratégias de fecundidade podem exercer-se de modo direto ou indireto e têm por função, na lógica da reprodução, antecipar os perigos da partilha. Assim sendo, ao limitar os nascimentos, evidencia os laços relacionais com as estratégias sucessórias (BOURDIEU, 2014b).

Por sua vez, o papel das estratégias educativas é absolutamente capital, sendo necessário um verdadeiro trabalho de inculcação, principalmente quando se pensa na educação das moças nas sociedades em que o capital de honra é muito importante. A que ponto a educação delas é uma estratégia fundamental no sistema de estratégias de reprodução? Pois é do senso comum, que é pelas moças que se chega a desonra, adquirida pela fecundidade precoce ou tardia, ou até mesmo a falta de (por impossibilidade física ou por escolha) (BOURDIEU, 2014a).

*A illusio original, constitutiva da masculinidade, está sem dúvida na base da libido dominandi, sob todas as formas específicas que ela reveste nos diferentes campos [...] A alienação genérica está na base de seu privilégio específico: os homens são educados no sentido de reconhecer os jogos sociais que apostam em uma forma qualquer de dominação; jogos estes que lhes são designados, desde muito cedo, e sobretudo pelos ritos de instituição, como dominantes, e dotados, a este título, da libido dominandi; o que lhes dá o privilégio, que é uma arma de dois gumes, de se entregarem seguidamente aos jogos de dominação (BOURDIEU, 2014a, p. 92-93).*

O estímulo desigual dado aos meninos e às meninas a se engajarem nesses jogos, desde a educação primária, ilustra bem este contexto. Desde a infância, os meninos são estimulados e favorecidos nas diferentes formas da libido *dominandi*, que pode encontrar expressões sublimadas nas formas mais puras da libido social. Dado que diferentes expectativas coletivas giram em torno do sexo da criança, desde a mais tenra idade. Nota-se, em ambiente escolar, o tratamento privilegiado recebido pelos meninos considerando a maior dedicação por eles recebida por parte dos docentes, por serem são mais arguidos e, raramente interrompidos, participando mais nas discussões gerais (BOURDIEU, 2014a).

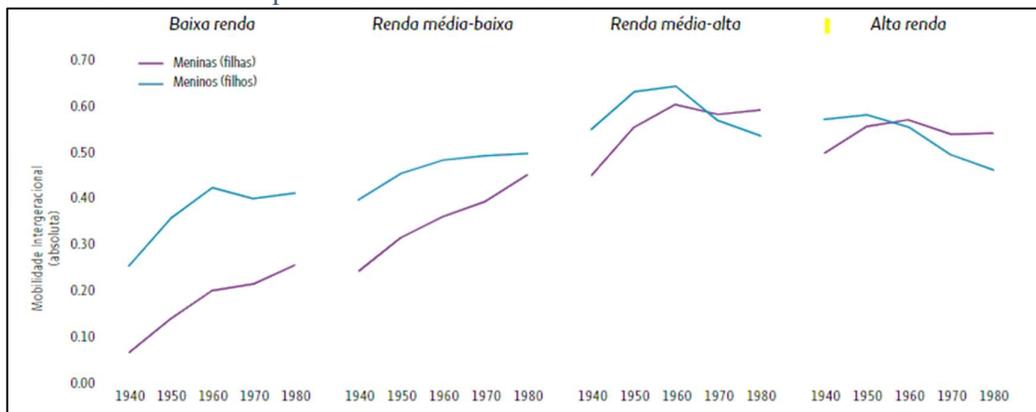
Dado este que se estende desde a infância até a fase adulta dessas crianças. Exemplo recente deste fato pode ser verificado quando da participação das mulheres na política, particularmente, das Senadoras na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, realizada em Brasília, Distrito Federal do Brasil. Não obstante a brilhante participação das Senadoras frente a bancada feminina dessa CPI, tornou-se comum a cena segundo a qual quando uma Senadora está falando e, antes mesmo de terminar, ser interrompida por outro Senador, que passa a explicar a mesma ideia. Ademais, em outras ocasiões, quando uma senadora discursa com um tom de voz um pouco mais efusivo, logo é taxada de nervosa e/ou descontrolada. Situações prontamente contestadas pelas Senadoras (BRASIL DE FATO, 2021).

A escola, de acordo com os sociólogos da educação, além de sua função de instruir, “inculca aos alunos todo um currículo oculto, isto é, um conjunto de valores e atitudes, desde automatismos intelectuais de base até a concepção que o indivíduo forja de si próprio pela confrontação cotidiana com os outros” (DURAND-DELVIGNE; DURU-BELLAT, 2003, p. 101).

Desta forma, a escola acaba promovendo a concepção da inteligência legitimando a divisão entre bons e maus alunos; transmitindo, ainda, uma certa concepção do masculino e do feminino, que permite perceber como normal o fato de desenvolverem determinados comportamentos e/ou determinadas competências. “Em particular, as disciplinas escolares têm conotação sexual, e, de fato, conforme o sexo, os alunos se esforçam e se destacam em matérias diferentes” (DURAND-DELVIGNE; DURU-BELLAT, 2003, p. 101).

Em recente estudo realizado pela Unesco (2021b), observou-se que, apesar da lacuna de gênero existente em países de renda baixa e média-baixa ainda persistir, houve um discreto aumento referente à mobilidade educacional por parcela de grupo geracional que alcança nível mais alto de educação do que os pais, ao nível mundial. Importante observar que a mobilidade relativa ainda é menor entre as filhas em relação à escolaridade materna e paterna, principalmente aos anos de escolaridade das mães, conforme demonstrado no Gráfico 7.

Gráfico 7-A Mobilidade Intergeracional ao Nível Mundial por Sexo/Grupo Determinado por Década/Faixa de Renda por País/Período 1940 a 1980



Fonte: Estimativas da equipe do Relatório GEM com base no Banco de Dados Global sobre Mobilidade Intergeracional (Banco Mundial, 2018). Não inclui adultos cujos pais têm educação terciária.

Portanto, destaque-se que a educação adquirida no âmbito familiar ainda se constitui no principal canal central de transmissão intergeracional entre os pais e seus filhos e filhas, responsáveis pela transmissão do capital sociocultural (habilidades, conhecimento, posturas, características, conexões através de redes de cooperação) e, ainda, do capital econômico (sistema garantidos da renda, saúde, sistema de ensino), dos quais são detentores (UNESCO, 2021b).

Este fato corrobora com a reflexão de Bourdieu (2008b, 2011c; CATANI *et al.*, 2017) quando, contrapondo-se à tradição marxista, considera que as posições ocupadas pelos agentes, em um determinado espaço social, não se definem apenas pela dimensão econômica (capital econômico, formado por recursos financeiros e bens materiais), mas também por diferentes tipos de capital, como o social, o simbólico e, sobretudo, o cultural. Pois, realça o autor, a importância deste último na posse da cultura legítima ou dominante, que se apresenta sob diferentes formas: incorporada, objetivada e institucionalizada, como critério definidor da posição ou classe social dos agentes.

Desta forma, no capítulo seguinte será apresentada a metodologia de pesquisa empreendida a fim de atingir o objetivo proposto no presente estudo. Considerar-se-ão, ainda, as estratégias de reconversão adotadas pelos agentes sociais, pelas famílias e, ainda, pelos grupos sociais (em particular, pelas mulheres cientistas brasileiras), ou seja, a adoção de práticas que tendem “a conservar ou aumentar seu patrimônio e, correlativamente, a manter ou melhorar sua posição na estrutura das relações de classe” (BOURDIEU, 2008b, p. 122).

### 3 METODOLOGIA

Os cientistas utilizam-se, rotineiramente, de uma variedade de artefatos em suas pesquisas, tais como mapas, tabelas estatísticas, fotografias, histórias de vida e outros materiais biográficos ou autobiográficos, como forma de representação e compreensão da realidade de determinado grupo social ou coletivo (BECKER, 2011).

Mas, de acordo com Bourdieu (2004a), a busca de formas invariantes de percepção ou de construção da realidade social pode mascarar diversas situações.

Primeiro, que essa construção não é operada num vácuo social, mas está submetida a coações estruturais; segundo, que as estruturas estruturantes, as estruturas cognitivas, também são socialmente estruturadas, porque têm uma gênese social; terceiro, que a construção da realidade social não é somente um empreendimento individual, podendo também tornar-se um empreendimento coletivo (BOURDIEU, 2004a, p. 158).

Portanto, indo ao encontro de uma construção mais fidedigna da realidade vivenciada pelas mulheres cientistas brasileiras, ao longo de sua trajetória social, esta pesquisa resolveu adotar o modo de conhecimento praxiológico de Bourdieu (2002), ou seja, a perspectiva construtivista-estruturalista ou, ainda, estruturalista construtivista de apreensão do mundo social.

Conhecimento este que teria como objeto "não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las" (BOURDIEU, Pierre, 2002, p. 1).

Através do modo estruturalista de conhecimento considerar-se-ão as estruturas objetivas existentes no mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos (como por exemplo, a linguagem, o mito), mas, "independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações" (BOURDIEU, 2004a, p. 149).

Por outro lado, no modo construtivista de conhecimento considerar-se-á a gênese social dos esquemas de percepção, de pensamento e de ação que são constitutivos do *habitus*, por um lado; e, por outro, das estruturas sociais, em particular, de campos e grupos, e do que se costuma chamar de classes sociais (BOURDIEU, 2004a).

Portanto, a escolha pela abordagem qualitativa para o desenvolvimento da pesquisa de campo está condicionada à assertiva de que a investigação será orientada para análise de casos concretos em sua temporalidade e localização, por meio de expressões e significados que os agentes deram a seus pensamentos, atitudes, comportamentos e práticas (MINAYO, 2004).

Outrossim, o foco da pesquisa qualitativa demanda compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos a partir da percepção dos seus agentes, ante um contexto natural e relacional da realidade que os rodeia, com base em suas experiências, opiniões e significados.

Ademais, a relevância da pesquisa qualitativa no estudo das relações sociais deve-se, preponderantemente, à mudança social acelerada e à diversificação das esferas de vida, fazendo com que os “pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais” de pesquisa (FLICK, 2009, p. 20–21).

Mas, para melhor compreensão do método de pesquisa proposto, será feita a apresentação da descrição do campo a ser explorado, no tópico a seguir.

### 3.1 Descrição do Campo

A opção de escolher a *trajetória social das mulheres cientistas brasileiras* como objeto de investigação, deu-se a fim de viabilizar a análise das relações dialéticas existentes entre as estruturas objetivas e as práticas (por meio das disposições dos agentes, o *habitus*) que se estabelecem entre a realidade social vivenciada por essas mulheres e o fenômeno da *feminização da ciência*, no Brasil contemporâneo.

Para tanto, foi realizada uma abordagem teórico-empírica, sob a perspectiva praxiológica de Bourdieu, do impacto do *capital cultural herdado e adquirido* (categoria de análise) pelas *mulheres cientistas brasileiras* (grupo social de pesquisa), no processo de inserção e ascensão no campo acadêmico e científico no país.

Além disso, assim como o fez Bourdieu (2014a) nos estudos frente aos berberes da Cabília, para a realização da análise proposta, considerou-se a premissa, segundo a qual, “*habitus* é o princípio gerador de respostas mais ou menos adaptadas às exigências de um campo; é produto de toda a história individual, através das experiências formadoras da primeira infância; de toda a história coletiva da família e da classe [...]” (BOURDIEU, 2004a, p. 131).

Em seguida, serão apresentados os instrumentos de coleta de dados utilizados na execução da pesquisa de campo, compilados conjuntamente à realização da consulta à literatura e legislação concernentes ao tema, bem como aos trabalhos de pesquisa existentes na área do estudo, ou em áreas similares, para a contextualização, comparação e generalização das descobertas.

### **3.2 Instrumentos de Coleta de Dados**

Diante do cenário de pandemia, onde a importância do isolamento e distanciamento social tornaram-se prioridades globais, surgiu o seguinte questionamento: como investigar o fenômeno da feminização da ciência no Brasil e dar voz àquelas que, por muitos anos, ficaram à sombra da prática científica no país, especificamente, às mulheres cientistas brasileiras?

À princípio, optou-se por se realizar as entrevistas aos agentes da pesquisa de forma remota, utilizando-se a internet como recurso tecnológico. Para a execução deste intento e em atenção ao estabelecido na Resolução 466 de 12 de outubro de 2012, expedida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), a qual prima pela regulamentação das pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, foi solicitada a autorização necessária para a realização desta fase da pesquisa ao Comitê de Ética da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), instituição proponente. Desta forma, o projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil e inscrito sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) nº 32735320.0.0000.5283; e, após as adaptações necessárias, foi aprovado em 19 de março de 2021, sob o Parecer nº 4.601.885.

Assim sendo, devido à pandemia, a internet acabou se tornando a “janela para o mundo”<sup>11</sup>, uma possibilidade para o trabalho empírico desta pesquisa. Contudo, diante de algumas tentativas de entrevistas on-line frustradas, o cenário pandêmico de medo e incertezas também inviabilizou esta nova alternativa, pois as atenções da área científica

---

<sup>11</sup> A utilização do termo “janela para o mundo” faz alusão ao Dia Mundial do Patrimônio Audiovisual, comemorado, anualmente, no mês de outubro, pela UNESCO, terá como tema “Sua janela para o mundo”, em referência ao papel dos materiais audiovisuais, que permitem “assistir a eventos em que não se pode participar, ouvir vozes do passado que não podem mais falar e criar histórias que informam e divertem”, conforme lembrou Audrey Azoulay, Diretora-Geral da Unesco. In: UNESCO: Preservar recursos audiovisuais é um dever | As Nações Unidas no Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/97664-unesco-preservar-recursos-audiovisuais-e-um-dever>. Acesso em: 15/10/2021

estavam voltadas às ações e políticas públicas no enfrentamento dos problemas e efeitos adversos decorrentes da pandemia de Covid-19, aos serviços à comunidade e aos cuidados dispensados aos seus próprios familiares.

No entanto, após consulta ao acervo arquivístico da Casa de Oswaldo Cruz (COC), Unidade Técnico-Científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), instituição pesquisada, verificou-se a possibilidade de utilização do vasto material ali disponível, à luz dos procedimentos possíveis e satisfatórios, e suficientes na avaliação das trajetórias individuais e de grupo, particularmente, a trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, sob a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu.

Devido à acessibilidade do material biográfico e histórico (FIOCRUZ, 2021a) disponível no acervo de arquivos permanentes da COC/FIOCRUZ, dedicado à preservação da memória da instituição e às atividades de pesquisa, ensino, documentação e divulgação da História da Medicina, História da Saúde Pública, História, Sociologia e Filosofia da Ciência no Brasil, foi feita a compilação de amplo material do gênero textual, iconográfico e audiovisual do grupo social pesquisado, ou seja, das mulheres cientistas brasileiras. A agregação de tão rico material à pesquisa possibilitou a abertura não somente de uma “janela para o mundo” (UNESCO, 2021c), mas de uma janela para a alma das cientistas analisadas; possibilitando, ainda, um recuo histórico da pesquisa que remonta ao início do século XX. Estes recursos, de acesso ao público, compõem o repositório singular de arquivos pessoais de cientistas, bem como de documentos institucionais da FIOCRUZ.

Inseriu-se, ainda, como parte do *corpus* da pesquisa, a compilação dos dados biográficos e dos indicadores de produção acadêmica disponíveis no currículo *Lattes*, e a forma como estes dados refletem o impacto do capital cultural (herdado e adquirido) através da contribuição feminina na representação, produção e divulgação científica brasileira.

### 3.2.1 *Relação dos arquivos pessoais e seus arranjos*

Os arquivos compilados são constituídos por documentos textuais, iconográficos e audiovisuais, cuidadosamente selecionados e organizados, a fim de que pudessem refletir a trajetória social das mulheres cientistas brasileiras que se inseriram no campo acadêmico e científico no país, a partir da década de 1930. A análise de suas trajetórias deverá abranger suas escolhas, tanto na esfera pública como na privada, sob os contextos

políticos, históricos e socioculturais que permeiam, além da sua origem social, seus diversos campos de atuação: escolar, acadêmico, profissional e científico.

**O Acervo dos Documentos Textuais** foi composto pelos documentos textuais institucionais<sup>12</sup> e pelos dados biográficos dos agentes da pesquisa, disponíveis na COC/FIOCRUZ; bem como pelos indicadores de produção acadêmica contidos na Plataforma *Lattes* do CNPq. Insere-se aqui, a consulta à literatura teórica e empírica, assim como à legislação incidente sobre o tema

**O Acervo dos Documentos Iconográficos** foi composto pelos documentos que se utilizam da linguagem fixa, como fotografias, disponíveis no Banco de Imagens da Fiocruz<sup>13</sup>, a fim de que pudessem ilustrar aspectos históricos, contribuindo para uma leitura sociológica de fatos e fenômenos sociais, tal como o processo da feminização da ciência no Brasil contemporâneo,

**O Acervo dos Documentos Audiovisuais** foi composto por 43 vídeos, os quais contém a narrativa de histórias de vida de 43 mulheres cientistas brasileiras, referências na área de ciência e tecnologia e que desenvolvem ou desenvolveram (por motivo de aposentadoria) suas atividades na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Neles, é possível vislumbrar algumas das competências compartilhadas por essas cientistas, de diferentes regiões do Brasil, que tiveram suas biografias contadas, por elas próprias, ao projeto *Mulheres na Fiocruz: Trajetórias*<sup>14</sup> e ao projeto *Trajetórias Negras na Fiocruz*<sup>15</sup>. As iniciativas documentam em vídeo as trajetórias das mulheres cientistas que contribuíram para o fortalecimento da instituição no passado e nos dias de hoje, cujas reflexões celebram vitórias e conquistas, mas, sobretudo, os obstáculos por elas enfrentados e que se constituem em barreiras para a inserção e ascensão das mulheres

---

<sup>12</sup> **Acervo Bibliográfico da COC/Fiocruz, 2021**. Disponível em: <https://coc.fiocruz.br/index.php/pt/patrimonio-cultural/acervo-bibliografico>. Acesso em 25/10/2021.  
**Manual de Organização de Arquivos Pessoais da COC/Fiocruz, 2015**. Disponível em: [http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual\\_organizacao\\_arquivos\\_fiocruz.pdf](http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/manual_organizacao_arquivos_fiocruz.pdf). Acesso em: 25/10/2021.

<sup>13</sup> Banco de Imagens da Fiocruz. In: Fiocruz (2021c).

<sup>14</sup> O projeto *Mulheres na Fiocruz: Trajetórias* foi idealizado por pesquisadores da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). A iniciativa contou com a produção de vídeos contendo entrevistas de história oral realizadas com mulheres representativas em suas áreas de atuação nas diversas unidades da Fiocruz, além de um documentário sobre mulheres que se destacaram por seu pioneirismo nas atividades de ensino e pesquisa na instituição, entre as décadas de 1940 e 1980.

<sup>15</sup> O projeto *Trajetórias Negras na Fiocruz* é promovido, periodicamente, pelo Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz e reúne iniciativas como palestras, debates e apresentações culturais. Os encontros contam, ainda, com os depoimentos de mulheres que apresentam suas histórias de vida, suas trajetórias, buscando dar visibilidade a vivências profissionais e pessoais de trabalhadoras negras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

brasileiras no campo acadêmico e científico no país. Os vídeos totalizam mais de 10 (dez) horas de áudios selecionados, organizados, transcritos e analisados.

Portanto, através da análise dos documentos relacionados, foi possível o estudo combinado de relatos individuais e processos objetivos de socialização, abarcando os principais fatores responsáveis por demarcar padrões comportamentais semelhantes, bem como a reconstrução compreensiva das inclinações e dos seus contextos de produção e reprodução.

Ademais, com vistas a melhor atender ao objetivo proposto, foi adquirida a licença do software Atlas/TI, versão 9.1.7, sob o registro L-B1A-09C, para auxiliar no processo de organização da análise qualitativa dos corpos de dados textuais, gráficos e audiovisuais, concernentes aos agentes de pesquisa e delimitados à discussão deste estudo.

### **3.3 Os Agentes da Pesquisa**

Esta pesquisa decidiu por adotar o termo “agente”, assim como é referido na sociologia contemporânea de Bourdieu (2009; CATANI *et al.*, 2017), por estar relacionado ao esforço empreendido pelo autor de construção de uma teoria da ação prática, ou seja, de um “conhecimento sobre o modo como agentes concretos, inseridos em uma posição determinada do espaço social e portadores de um conjunto específico de disposições incorporadas, agem nas situações sociais” (2017, p. 26).

Desta forma, o conhecimento praxiológico de Bourdieu (2009; CATANI *et al.*, 2017), aliado à noção de agente, conforme é por ele utilizado, permite a apreensão da articulação entre os planos da ação, ou das práticas subjetivas e o plano das estruturas, compreendidas ao longo da trajetória social dos agentes em estudo.

Assim sendo, para a transformação do pensamento social e os seus desdobramentos segundo o grupo que fala, os agentes da pesquisa são compostos pelas mulheres cientistas brasileiras que se inseriram no campo acadêmico e científico no Brasil, após a década de 1930 e que atuam ou atuaram (em função de aposentadoria) na área de ensino, pesquisa e gestão, em âmbito nacional, nas diversas Unidades Regionais da Fiocruz.

Este fato decorre da intenção de contribuir com a análise da passagem de um saber dentro do seu próprio domínio, o saber especializado, para debate na esfera

pública, migrando do seu universo específico para o do senso comum, tornando-se, desta forma, objeto de representação (ARRUDA, 2009).

Durante o processo de compilação dos dados constituídos do currículo *Lattes* dos agentes da pesquisa, bem como dos relatos sobre suas trajetórias, contidos em seus depoimentos e documentos afins, não houve definição quantitativa de participantes, pois:

[...] sem a preocupação da representatividade estatística, atribui ao pesquisador a flexibilidade de, tomando como base o desenvolvimento teórico do trabalho, voltar ao campo e ampliar o número ou aprofundar a conversação com os participantes. A evolução da compreensão analítica que dá consistência ao tema de investigação é, em última análise, o critério que orienta o trabalho de campo (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2007, p. 308).

Assim sendo, utilizou-se do princípio de saturação ou de redundância, estratégia habitualmente empregada para a definição da amostra teórica na pesquisa qualitativa, a qual sugere que, “à medida que vá vivenciando casos similares, o investigador adquire confiança empírica de que não mais se encontram dados adicionais que possam contribuir para o desenvolvimento de propriedades da categoria” (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2007, p. 309).

Desta forma, dentre os 43 áudios transcritos, somente 31 fazem parte do *corpus* da pesquisa, com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência das narrativas neles apresentadas.

Este estudo contempla as mulheres da geração de 1920 a 1980, de diferentes classes sociais, e raça; em sua maioria, oriundas de famílias de classe média. São cientistas de notável reconhecimento na área de atuação.

Apesar dos dados compilados serem de acesso ao público, optou-se por, doravante, os agentes da pesquisa serem identificados pela ordenação que varia de “Cientista 1” a “Cientista 31”.

Através da análise das narrativas, foi possível captar a percepção das relações existentes dentre o grupo social investigado, ou seja, das mulheres cientistas brasileiras, e as relações existentes entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e Estado, e os meios de engajamento social que correspondem à trajetória individual ou à trajetória coletiva de ação, condicionados pelos espaços de socialização e pela posição social dos agentes, de acordo com a classe social de origem, geração, raça e Estado de origem (naturalidade), conforme ilustrado na Tabela 1.

Tabela 1-Os Agentes da Pesquisa

CIENTISTA	CLASSE SOCIAL	GERAÇÃO	RAÇA	NATURALIDADE
1	Popular	1920	Branca	Ceará
2	Média	1940	Branca	Rio de Janeiro
3	Popular	1960	Negra	Estrangeira
4	Popular	1970	Branca	Brasília
5	Popular	1970	Branca	Brasília
6	Média	1930	Branca	Rio de Janeiro
7	Média	1940	Branca	Rio de Janeiro
8	Popular	1960	Negra	Rio de Janeiro
9	Popular	1970	Negra	Rio de Janeiro
10	Média	1940	Branca	Bahia
11	Popular	1960	Negra	Rio de Janeiro
12	Média	1950	Branca	Rio de Janeiro
13	Média	1950	Branca	Minas Gerais
14	Média	1960	Branca	Rio de Janeiro
15	Média	1960	Branca	Rio de Janeiro
16	Média	1960	Branca	Rio de Janeiro
17	Popular	1950	Branca	Estrangeira
18	Média	1960	Branca	Minas Gerais
19	Popular	1970	Branca	São Paulo
20	Popular	1950	Negra	Bahia
21	Popular	1980	Negra	Rio de Janeiro
22	Média	1950	Branca	Rio de Janeiro
23	Média	1960	Branca	Brasília
24	Média	1950	Branca	Bahia
25	Dominante	1960	Branca	Rio de Janeiro
26	Popular	1960	Negra	Pará
27	Dominante	1940	Branca	Rio de Janeiro
28	Média	1970	Branca	Paraná
29	Popular	1980	Negra	Rio de Janeiro
30	Média	1940	Branca	Paraná
31	Popular	1960	Negra	Minas Gerais

Fonte: elaborado pela autora.

A seguir, serão apresentados os procedimentos realizados para fins de análise dos dados aferidos na pesquisa de campo.

### 3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

Com base no objetivo proposto no presente estudo, nesta seção será apresentado o método utilizado para análise dos dados coletados na pesquisa de campo.

### 3.4.1 O método biográfico de pesquisa

De acordo com Bruner (1991), a segunda metade do século XX trouxe a dúvida das realidades sociais herdadas, trazendo também a dúvida sobre o verdadeiro modo como a realidade é construída ou apreendida. Portanto, a aplicação do método biográfico de pesquisa empreendido no presente estudo não tem a pretensão de trazer a solução aos problemas relacionados ao fenômeno social abordado, qual seja, a feminização da ciência no Brasil, mas a “compreensão de situações que, ao se tornarem interpretáveis, tornam-se suportáveis” (1991, p. 16) e, até mesmo, passíveis de mudança.

Ademais, a redescoberta do método biográfico de pesquisa pela Escola de Chicago, que se deu a partir da renovação paradigmática processada na década de 1970, promoveu o retorno da centralidade do sujeito nas investigações que compreendem as áreas de ciências sociais e humanas. Inserindo-se, neste contexto, a área de administração (POUPART; NASSER, 2008).

Em virtude disso, a escolha pelo método biográfico tem a finalidade de “contribuir para o conhecimento de dados básicos que permitam compreender as escolhas, crenças, atitudes, opiniões, estereótipos, hábitos, valores e motivações” (BAUER; GASKELL, 2013, p. 65) que permeiam o grupo social composto pelas mulheres cientistas brasileiras, através da análise de sua trajetória social, nos seus diversos campos de atuação (escolar, acadêmico, profissional e científico). Pois, como observa Bourdieu (2011c):

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. [...] Isto é, não podemos compreender uma trajetória (ou seja, o *envelhecimento social* que, ainda que inevitavelmente o acompanhe, é independente do envelhecimento biológico), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou (2011c, p. 85).

Portanto, para fins de análise metodológica sobre trajetórias de vida, há de se considerar a distinção entre o indivíduo concreto e o indivíduo construído, isto é, “a distinção entre o agente, eficiente num campo, e a personalidade como individualidade biológica, socialmente instituída pela nomeação e dotada de propriedades e de poderes que lhe asseguram uma superfície social” (BOURDIEU, 1996, p. 190); propriedade que lhe confere a capacidade de existir como agente em diferentes campos.

Outrossim, também há de se considerar que:

A relação entre biografia e história insere-se em um conjunto mais vasto de dualidades que percorrem a Sociologia desde muito tempo, baseadas na exploração da dialética indivíduo/sociedade, ação individual/coletiva, liberdade/determinismo, individual/coletivo, estrutura/indivíduo e outras. Neste último caso, aponta-se para a manutenção, no indivíduo, de componentes subjetivos sociais e ligados ao grupo onde ele vive, ou, inversamente, a busca do que é extremamente único e pessoal dentre um aparato mais vasto de representações da memória, internalizadas a partir da sociedade (MONTAGNER, 2007, p. 241).

Desta forma, cada indivíduo, a cada momento, contaria com um volume e uma variedade específica de recursos (capital social, capital econômico, capital cultural), trazidos da sua origem ou acumulados ao longo de sua trajetória social, que lhe assegurariam determinada posição no espaço social. “Esses recursos seriam investidos pelos indivíduos em diferentes mercados (econômico, do trabalho, cultural, escolar, matrimonial, entre outros) de forma a garantir sua ampliação e acumulação” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 52).

Portanto, a fim de proceder com a análise da relação dialética entre as estruturas e as estratégias, por meio das disposições dos agentes (o *habitus*), que se estabelece nas relações de força exercidas entre os protagonistas em luta, ou seja, as mulheres cientistas brasileiras, ao longo de sua trajetória social, foi feita a construção de um modelo de análise, descrito na seção seguinte.

#### 3.4.2 A construção de um modelo de análise

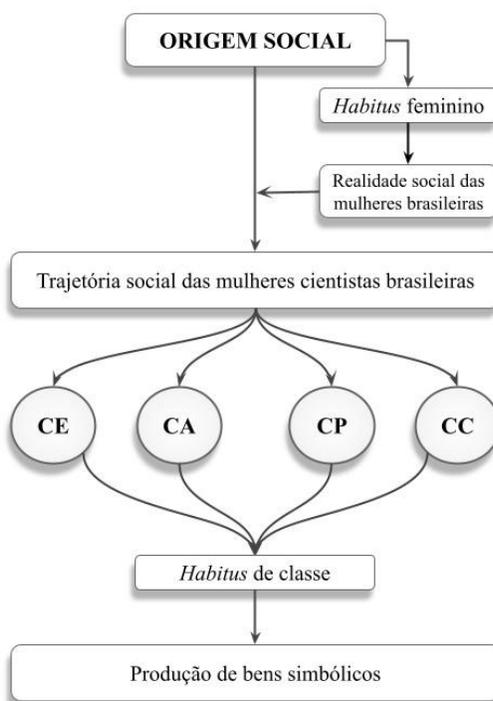
A definição funcionalista da educação que ignora a contribuição que o sistema de ensino traz à reprodução da estrutura social, acaba promovendo a transmissão hereditária do capital cultural, que, de fato, encontra-se implicado, desde a origem, numa definição do capital humano que, apesar das conotações humanistas, não escapa ao economicismo marxista. Ignora-se, desta forma, que o rendimento escolar da ação escolar depende do capital cultural previamente investido pela família e que o rendimento econômico e social do certificado escolar depende do capital social também herdado, podendo ser colocado a seu serviço (BOURDIEU, 1979).

Assim sendo, com base na abordagem teórico-metodológica adotada na pesquisa, para fins de análise, será considerado o pressuposto descrito no Capítulo 1, Seção 1.5, deste estudo, no que confere que o *habitus* adquirido através da inculcação

familiar é condição primordial para a estruturação das experiências escolares, não restringindo-se o objeto de análise apenas às práticas dos grupos; mas, incide ainda, “sobre os princípios de produção de que são o produto, vale dizer, o *habitus* de classe e os princípios de produção de tal *ethos*, a saber, as condições materiais de existência” (BOURDIEU, 1996a, p. 47).

Desta forma, a investigação da relação entre o capital cultural herdado e adquirido e as disposições dos agentes pela intermediação do *habitus*, permitirá verificar o impacto desta relação na produção dos bens simbólicos, ao longo da trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, nos seus diversos campos de atuação: campo escolar (CE), campo acadêmico (CA), campo profissional (CP) e campo científico (CC), conforme apresentado na Figura 4.

Figura 4-Modelo de Análise da Trajetória Social das Mulheres Cientistas Brasileiras



Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2020).

Pois, segundo a perspectiva bourdieusiana de ação, é “em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, que cada grupo social constituiria um sistema específico de disposições e de predisposições para a ação que

seria incorporada pelos indivíduos na forma de *habitus*” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 63).

Portanto, as escolhas, as percepções, as apreciações, as falas, os gestos, as ações e as interações dos agentes não serão analisados em si mesmos, de forma independente em relação às estruturas objetivas que os constituem, pois estariam sob o risco de se construir uma concepção enganosa do mundo social. A investigação das estruturas sociais que organizam, que estruturam a experiência subjetiva escapam não somente do senso comum, mas inclusive de certas abordagens científicas que enfatizam a dimensão racional do comportamento humano, da autonomia e consciência plena que supostamente comportariam os indivíduos do sentido de suas ações (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

Assim sendo, os grupos sociais, em especial, as mulheres cientistas brasileiras, a partir do acúmulo histórico de suas experiências de êxito e de fracasso, ao longo de sua trajetória social, constituiriam um conhecimento prático (não plenamente consciente) daquilo que está e daquilo que não está ao seu alcance, como membro de um grupo dentro da realidade social na qual está inserido.

Portanto, a fim de avaliar o impacto do capital cultural na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, faz-se necessário identificar e analisar os indicadores determinantes da origem social, bem como os indicadores determinantes de cada campo de atuação (escolar, acadêmico, profissional e científico), considerando que “as produções culturais refletiriam não apenas as condições objetivas da classe à qual estão ligadas, mas igualmente as condições historicamente variáveis do campo específico em que foram geradas” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 45–46).

### *3.4.3 A produção dos bens simbólicos*

As produções simbólicas seriam capazes de organizar (estruturar) a percepção dos agentes e de propiciar a comunicação entre eles exatamente porque seriam internamente estruturadas; apresentariam uma organização ou lógica interna, passível de ser identificada pela investigação científica. Ademais, “a estrutura presente nos sistemas simbólicos e que orienta (estrutura) as ações dos agentes sociais reproduz, em novos termos, as principais diferenciações e hierarquias presentes na sociedade, ou seja, as estruturas de poder e dominação social” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 34).

Na perspectiva bourdieusiana, concebe-se que cada campo de produção simbólica seria “palco de disputas entre dominantes e pretendentes, relativas aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos e, indiretamente, das pessoas e instituições que os produzem” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 37).

Em seguida, são relacionados os indicadores constituintes da origem social e dos campos (escolar, profissional, acadêmico e científico) previstos no modelo de análise proposto pela presente pesquisa e que compõem a trajetória social das mulheres cientistas brasileiras:

**a) Indicadores da origem social** - considerou-se como métrica da origem social dos agentes da pesquisa os seguintes marcadores sociais: classe social, raça, geração, nacionalidade, naturalidade, estado civil, se possui filhos (quantos), categoria socioprofissional do pai e da mãe, conforme mostra a Figura 5.

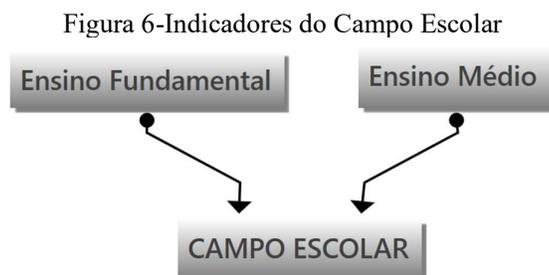
Figura 5-Indicadores da Origem Social



Fonte: elaborado pela autora com base em Bourdieu (2008b).

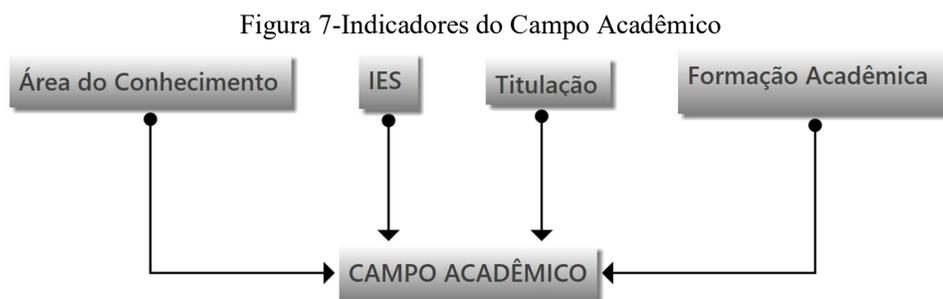
Outrossim, para efeito deste estudo, e para fins de definição da classe social dos agentes da pesquisa (considerando a dificuldade de se obter o perfil socioeconômico da família de origem de todos os agentes analisados), foi utilizada a perspectiva bourdieusiana de classificação das disposições e estratégias de investimento escolar, tendencialmente adotadas pelas diferentes classes ou frações de classes sociais (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a), quais sejam, a classe popular, a classe média e frações e, por fim, a classe dominante (as elites) e frações, conforme relacionado nos Quadros 2, 3 e 4, constantes à subseção 2.1.3, do Capítulo 2, deste estudo.

**b) Indicadores do campo escolar** – compuseram este acervo os dados concernentes às instituições do ensino fundamental<sup>16</sup> e do ensino médio<sup>17</sup> frequentadas pelos agentes da pesquisa, durante o período escolar, considerando seu caráter administrativo: se pública (municipal, estadual ou federal) ou privada, conforme mostra a Figura 6.



Fonte: elaborado pela autora com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (SENADO FEDERAL, 2020).

**c) Indicadores do campo acadêmico** – compuseram este acervo os dados concernentes às instituições de ensino superior (IES) frequentadas pelos agentes da pesquisa (considerando seu caráter administrativo: se pública (municipal, estadual ou federal) ou privada; e, ainda, a formação acadêmica, a área de conhecimento e titulação dos agentes, como mostra a Figura 7.



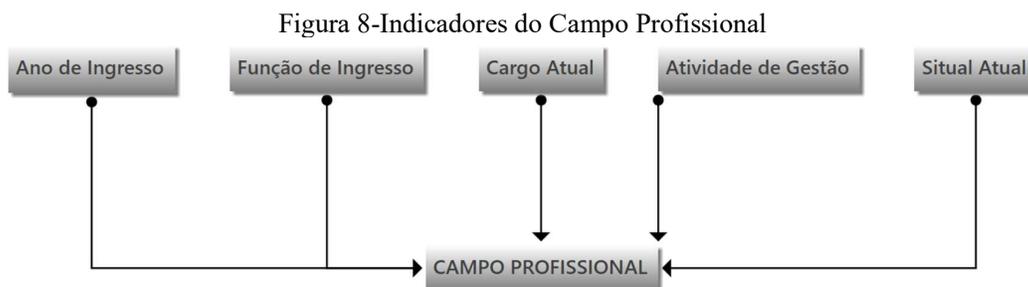
Fonte: elaborado pela autora.

**d) Indicadores do campo profissional** – compuseram este acervo os dados concernentes ao tempo de exercício na instituição pesquisada (utilizando-se como parâmetro a data de ingresso na instituição), a função que exercia na data de ingresso e o cargo que exerce atualmente, as atividades de gestão exercidas na instituição (segundo

<sup>16</sup> Para fins deste estudo, e em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, considerou-se como “*Ensino Fundamental*”, atual denominação dada aos anos letivos concernentes ao antigo “*Primário*” e “*Ginásio*”, antes de sua promulgação. In: LDB (1996).

<sup>17</sup> Da mesma forma, para fins deste estudo, e em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, considerou-se como “*Ensino Médio*”, atual denominação dada aos anos letivos concernentes ao antigo “*2º Grau*”, antes de sua promulgação. In: LDB (1996).

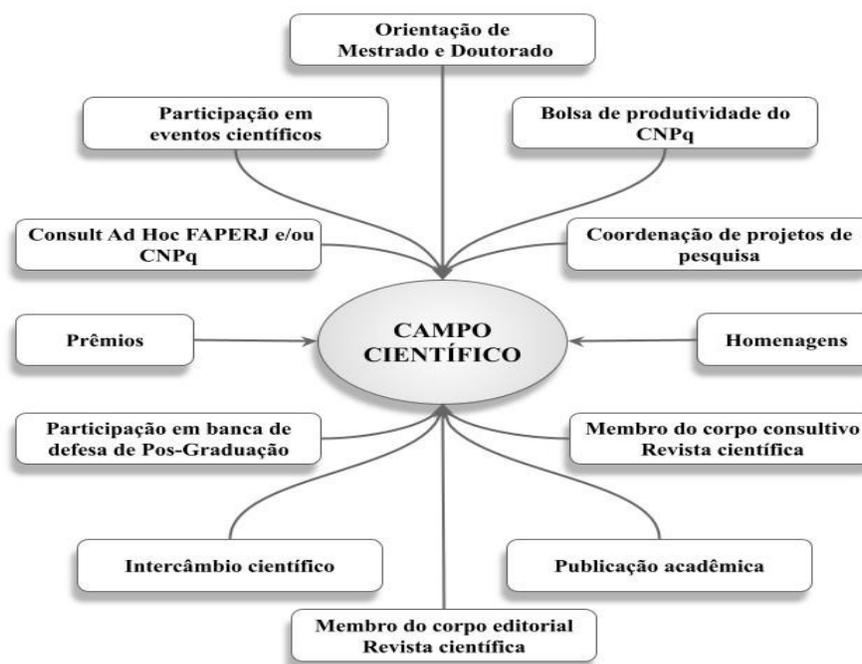
a hierarquia institucional de poder e estratégia), situação atual na empresa (ativa, aposentada), como mostra a Figura 8.



Fonte: elaborado pela autora.

*e) Indicadores do campo científico* – compuseram este acervo os dados concernentes aos intercâmbios científicos realizados no exterior, coordenação de projetos de pesquisa, participação em eventos científicos, participação em bancas de defesa de pós-graduação (mestrado e doutorado), orientação dos alunos de mestrado e doutorado, orientação dos alunos de iniciação científica, se possui bolsa de produtividade do CNPq, aos prêmios adquiridos, às homenagens concebidas, à mensuração da publicação acadêmica, se membro do corpo consultivo de revista científica, se membro do corpo editorial de revista científica, se consultora Ad hoc da FAPERJ e/ou CNPq, como mostra a Figura 9.

Figura 9-Indicadores do Campo Científico



Fonte: elaborado pela autora.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, será feita a apresentação dos dados obtidos no presente estudo. Em seguida, será feita uma análise destes mesmos dados, à luz do referencial teórico.

Mas, antes, será apresentado o estudo de caso.

### 4.1 O Caso da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

A escolha pela FIOCRUZ, conceituada instituição federal pública de ciência e tecnologia em saúde, como estudo de caso, não se restringiu à acessibilidade adquirida pela autora, na qualidade de servidora ativa da instituição, na área de gestão, no *campus* do Rio de Janeiro, há mais de trinta anos. Mas, ao longo deste tempo de efetivo exercício na FIOCRUZ, foi possível observar que, a despeito de sua belíssima missão e grande contribuição à humanidade, a história institucional contempla o reflexo da ordem patriarcal de gênero que assola a sociedade brasileira.

Pois, afere-se que com o passar dos anos, a presença feminina na instituição vem aumentando, considerando-se que 56% de seus servidores são mulheres. Deste montante, 54% ocupam cargos comissionados de gerência, contra 46% ocupados por homens. Porém, apesar das mulheres serem em maior número, os homens ocupam 61% dos postos institucionais de estratégia, decisão e poder (FERREIRA, 2021).

Outrossim, durante mais de um século de sua história, a Fiocruz teve em sua liderança, desde a sua criação, 27 célebres cientistas, médicos e pesquisadores, todos do gênero masculino. Contudo, somente em 2017, uma mulher assumiu a sua presidência, Dra. Nísia Trindade de Lima, renomada cientista, tendo sido reeleita por mais um mandato (2021 a 2024).

Ademais, devido à FIOCRUZ possuir Unidades Técnico-Científicas e Escritórios Regionais em todo o território nacional (ilustrado na Figura 10), possibilita a construção do atual retrato da mulher brasileira e cientista, através da análise dos impactos sociais, culturais e econômicos, refletidos sobre suas trajetórias de vida.

Figura 10-Unidades Técnico-Científicas e Escritórios Regionais da Fiocruz



Fonte: elaborado pela autora. Disponível em: <https://profissaobiotec.com.br/unidades-fiocruz-onde-encontrar-las/>. Acesso em: 25/11/2021.

(\*) O *campus* do Rio de Janeiro possui 11 Unidades Técnico-Científicas da Fiocruz.

Este fato permitirá a objetivação científica da pesquisa em uma sociedade cuja organização se estabelece, de cima para baixo, “segundo o princípio androcêntrico, como concebido pela tradição cabila<sup>18</sup>, como uma arqueologia objetiva de nosso inconsciente, isto é, como instrumento de uma verdadeira socioanálise” (BOURDIEU, 2014a, p. 9).

#### 4.1.1 Caracterização institucional

A Fiocruz é instituição pública e estratégica do Brasil, com personalidade jurídica de direito público, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede principal na cidade do Rio de Janeiro. Em 2020, a Fiocruz completou 120 anos, tendo por finalidade

<sup>18</sup> Designação dada aos povos berberes da Cabília, região situada ao nordeste da Argélia, país da África do Norte (BOURDIEU, Pierre, 2002).

desenvolver atividades no campo da saúde, do meio ambiente, da educação e do desenvolvimento científico e tecnológico.

Sua origem remonta ao ano de 1900, quando da criação do Instituto Soroterápico Federal, renomeado posteriormente para Instituto Oswaldo Cruz. Desenvolveu-se ao longo do século XX em diferenciadas configurações institucionais. Sua caracterização como fundação se deu em 1970, com o nome de Fundação Instituto Oswaldo Cruz e ganhou o seu nome atual, Fundação Oswaldo Cruz, em 1974.

O Estatuto vigente foi aprovado em dezembro de 2016. A Fiocruz é composta por diversas Unidades Técnico-Científicas e Escritórios no estado do Rio de Janeiro e em dez outras Unidades da Federação, de todas as regiões do país, além de um Escritório em Moçambique, na África.

Na Fundação Oswaldo Cruz são executados mais de mil projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, que produzem conhecimentos para o controle de doenças como Aids, malária, Chagas, tuberculose, hanseníase, sarampo, rubéola, esquistossomose, meningites e hepatites, além de outros temas ligados à saúde coletiva, entre os quais a violência e as mudanças climáticas, e à história da ciência.

A Fiocruz é a principal instituição não-universitária de formação e qualificação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a área de ciência e tecnologia no Brasil. Possui 32 Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em diversas áreas, uma Escola de nível técnico e vários Programas *lato sensu*.

Desde o início do enfrentamento da pandemia no Brasil, como um dos pilares na estratégia de combate ao vírus Sars-CoV-2, a Fiocruz tem feito parte das diversas frentes nacionais e internacionais de busca pela vacina contra a Covid-19. Com uma longa trajetória e tradição de mais de 70 anos na produção de vacinas, a Fundação tem se empenhado para manter os esforços nesse campo, em conjunto com o Ministério da Saúde (MS) e ressaltando a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro como a base de sustentação do desenvolvimento, da produção e da futura distribuição nacional de vacina para a enfermidade.

No campo da produção de vacinas para Covid-19, a Fiocruz firmou um acordo com a biofarmacêutica AstraZeneca, para produzir, no Brasil, a vacina contra o novo coronavírus, desenvolvida pela Universidade de Oxford. O acordo do Governo brasileiro com o Reino Unido foi anunciado, em 2020, pelo Ministério da Saúde, possibilitando uma entrega de quase 200 milhões de doses para a população brasileira em 2021, a partir do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do SUS.

Ademais, a Fiocruz recebeu, em janeiro de 2022, parecer favorável da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para alteração no registro da vacina Covid-19 (recombinante), através da inclusão da Fundação também como produtora do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA). Após a transferência de tecnologia da AstraZeneca e com o deferimento da Anvisa, a Fiocruz passa a ser a primeira instituição do país capacitada a produzir e distribuir uma vacina Covid-19 cem por cento nacional ao Ministério da Saúde.

#### 4.1.2 A presença feminina na Fiocruz

Falar sobre a história de mulheres da ciência nem sempre foi uma tarefa fácil, conforme ilustram Azevedo, Ferreira e Rossi (2020) pois “é comum encontrar os papéis pessoais de cientistas em meio à documentação do laboratório e dos arquivos pessoais de homens – colegas, chefes, e até mesmo parentes que exerciam a mesma atividade” (2020, p. 167).

Até final de 1930, o corpo técnico-científico do Instituto Oswaldo Cruz era exclusivamente masculino, como ilustra a Imagem 2.

**Imagem 2-Alunos da Turma do Curso de Aplicação do IOC, 1938**



Fonte: Acervo de imagens da Fiocruz. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/mosaico>. Acesso em: 25/10/2021.

Entre os anos 1910 e 1970, observam Azevedo *et al.* (2020) que, “das 130 mulheres contratadas como funcionárias efetivas ou temporárias, em diferentes espaços

institucionais, somente 34 atuavam em áreas finalísticas, tais como laboratórios de pesquisa, ensino e produção de vacinas e soros e no hospital de doenças tropicais” (2020, p. 170), como mostra a Tabela 2.

Tabela 2-Mulheres no IOC por Categorias de Atividade e Período de Ingresso

Categoria/Década de ingresso	1910	1921	1931	1941	1951	1961	Total
	a 1920	a 1930	a 1940	a 1950	a 1960	a 1970	
Assistência	1	13	4	11	2	1	32
Administração	2	0	2	14	2	1	21
Biblioteca	0	0	0	5	2	0	7
Pesquisa, produção, ensino	0	3	6	13	11	1	34
Serviço doméstico	1	8	2	19	6	0	36
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>24</b>	<b>14</b>	<b>62</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>130</b>

Fonte: COC/DAD/FIOCRUZ, Fundo IOC. In: Azevedo *et al.* (2020).

Na Tabela 2, observa-se, ainda, que as décadas de 1940 a 1960 representam o período de maior ingresso das mulheres nas atividades de ensino, pesquisa e produção. Período este que registra o ingresso das mulheres também em sala de aula.

A Imagem 3 ilustra o ingresso no Instituto Oswaldo Cruz (IOC) das jovens alunas dos Cursos de Ciências, provenientes das faculdades de Filosofia, para treinamento em seus laboratórios de pesquisa, mudando a história do próprio órgão (AZEVEDO; FERREIRA; ROSSI, 2020).

Imagem 3-Alunos do Curso de Aplicação do IOC, 1950

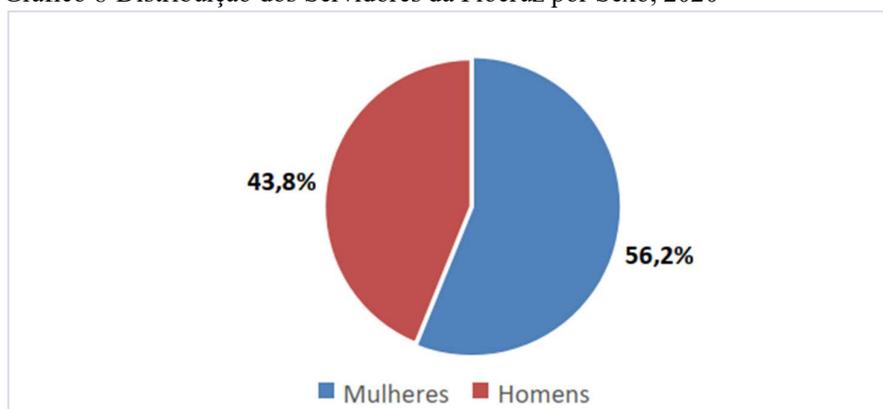


Fonte: Acervo do Instituto Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=215>. Acesso em 25/10/2021.

Atualmente, a Fiocruz conta com 11.934 funcionários, entre servidores, terceirizados, e beneficiários de projetos sociais distribuídos nas suas diversas Unidades Técnico-Científicas e Escritórios Regionais, com sede no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Bahia, Pernambuco e Paraná, inclusive na África.

Dentre os seus servidores, no montante de 4.720 em dezembro de 2020, quase a totalidade, 93,1% (4.394) possuem mais de 36 anos de idade e 56,2% são mulheres, como mostra o Gráfico 8.

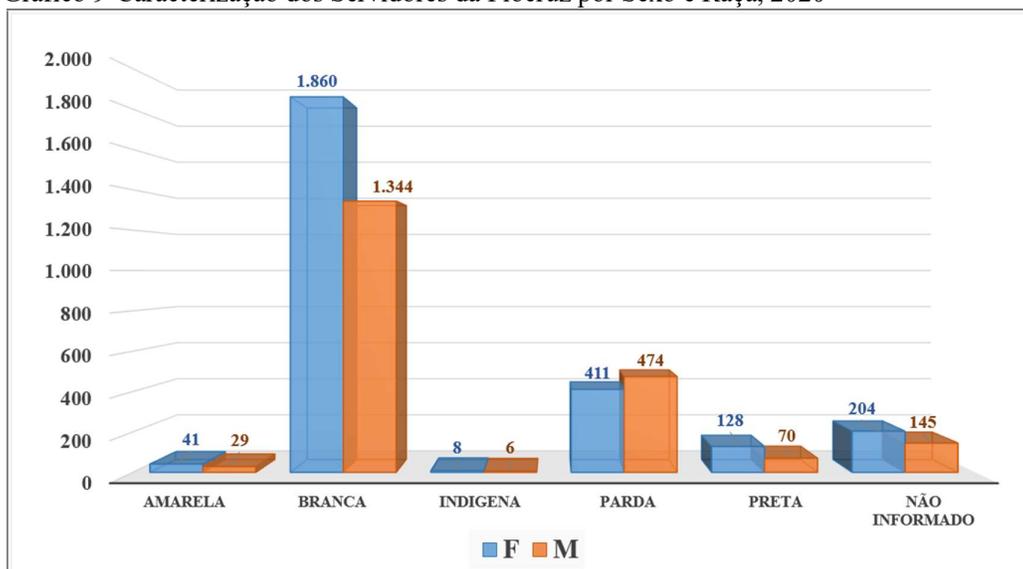
Gráfico 8-Distribuição dos Servidores da Fiocruz por Sexo, 2020



Fonte: SGA/RH, 2020. In: Fiocruz (2021b).

Entre o grupo de mulheres, 70,1% (1.860) se autodeclararam brancas, 15,5% (411) se autodeclararam pardas e 4,8% (128) se autodeclararam pretas, como mostra o Gráfico 9.

Gráfico 9-Characterização dos Servidores da Fiocruz por Sexo e Raça, 2020



Fonte: SGA/RH, 2020. In: Fiocruz (2021b).

Da mesma forma, observa-se que os servidores, em maior número, ocupantes do cargo de nível superior, se autodeclararam da cor branca, subsequentemente da cor parda e, em seguida, da cor preta. Em menor proporção, em cargos de nível superior, se encontram os servidores da cor indígena e amarela, como mostra a Tabela 3.

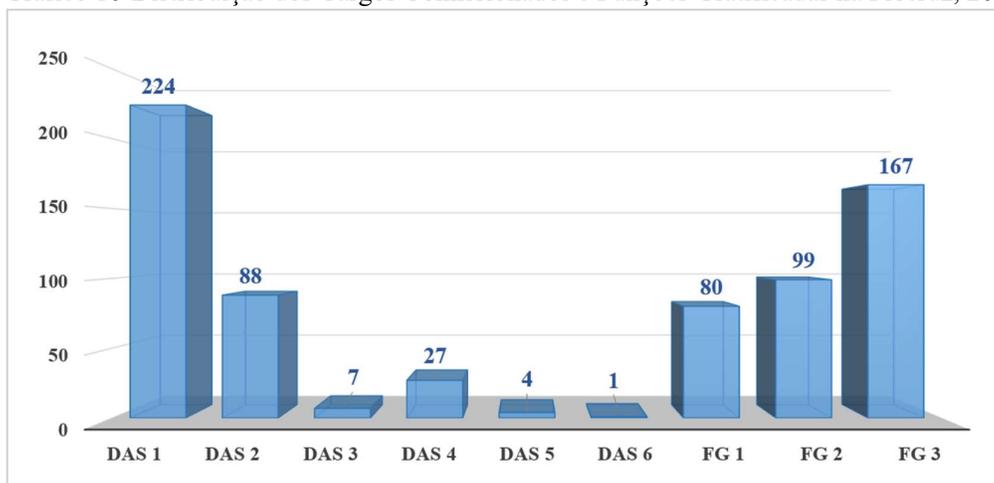
Tabela 3-Distribuição dos Servidores da Fiocruz por Cargo de Nível Superior (NS) e Raça, 2020

Cor/Raça Cargo	Nível Superior				
	Analista de Gestão em Saúde	Especialista em C&T	Pesquisador em Saúde Pública	Tecnologista em Saúde Pública	Outros Cargos de NS
Amarela	11	1	5	23	1
Branca	523	46	673	1170	86
Indígena	3	0	4	3	1
Parda	116	4	104	195	11
Preta	26	1	13	48	1
Não informado	14	2	100	85	3
<b>Total Geral</b>	<b>693</b>	<b>54</b>	<b>899</b>	<b>1524</b>	<b>103</b>

Fonte: SGA/RH, 2020. In: (FIOCRUZ, 2021b).

Considerando-se a totalidade de 351 Cargos Comissionados (DAS1, 2, 3, 4, 5 e 6) 55% são ocupados por mulheres e 45% por homens. Essa predominância também ocorre em relação às Funções Gratificadas (FG). Das 346 Funções Gratificadas disponibilizadas na Fiocruz, 52,6% são ocupadas por mulheres e 47,4% são ocupadas por homens, como mostra o Gráfico 10.

Gráfico 10-Distribuição dos Cargos Comissionados e Funções Gratificadas na Fiocruz, 2020



Fonte: SGA/RH, 2020. In: Fiocruz (2021b).

A Tabela 4 mostra que a proporção de mulheres ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas de gerência intermediária (DAS 1, DAS 2 e DAS 3/ FG1, FG2 e FG3) é maior (56,4%) do que a dos homens (43,6%). O mesmo não ocorre nos cargos de nível

estratégico, de poder e decisão da instituição, quais sejam: DAS 4, DAS 5 e DAS 6. Nestes últimos, prevalece a ocupação masculina (59,4%), enquanto as mulheres ocupam 40,6%, embora o maior cargo da Fiocruz (DAS 101.6) seja hoje ocupado por uma mulher.

Tabela 4- Caracterização dos Servidores que Recebem DAS e FG por Sexo na Fiocruz, 2020

Sexo	Cargos Comissionados (DAS) e Funções Gratificadas (FG)									Total
	DAS1	DAS2	DAS3	DAS4	DAS5	DAS6	FG1	FG2	FG3	
Mulheres	133	44	3	12	0	1	35	59	88	375
Homens	91	44	4	15	4	0	45	40	79	322
Total Geral	224	88	7	27	4	1	80	99	167	697

Fonte: SGA/RH, 2020. In: Fiocruz (2021b).

O maior cargo da instituição (DAS 6) somente foi ocupado por uma mulher em 2017. Desde a sua criação, há mais de 100 anos, a Presidência da Fiocruz tem sido, majoritariamente, masculina, como ilustra a Imagem 4.

Imagem 4- Galeria de Fotos dos Presidentes da Fiocruz, de 1900 a 2022



Fonte: Banco de Imagens da Fiocruz. Disponível em: [www.fiocruz.br](http://www.fiocruz.br). Acesso em: 06/01/2022. Elaborado pela autora.

Quanto à variável cor/raça, mais da metade dos cargos são ocupados por brancos (68,6%), correspondendo a 478 servidores, como mostra a Tabela 5.

Tabela 5- Caracterização dos Servidores que Recebem DAS e FG por Cor e Raça da Fiocruz, 2020

Sexo	Cargos Comissionados (DAS) E Funções Gratificadas (FG)									Total
	DAS1	DAS2	DAS3	DAS4	DAS5	DAS6	FG1	FG2	FG3	
Amarela	4	1	0	0	0	0	1	2	2	10
Branca	160	67	6	18	3	1	50	62	111	478
Indígena	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Parda	36	15	0	3	1	0	19	27	37	138
Preta	10	1	1	3	0	0	4	5	4	28
Não informado	12	4	0	3	0	0	6	3	13	41
<b>Total Geral</b>	<b>224</b>	<b>88</b>	<b>7</b>	<b>27</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>80</b>	<b>99</b>	<b>167</b>	<b>697</b>

Fonte: SGA/RH, 2020. In: Fiocruz (2021b).

Na seção seguinte, será feita a apresentação dos dados compilados na pesquisa de campo.

## 4.2 Apresentação dos Dados

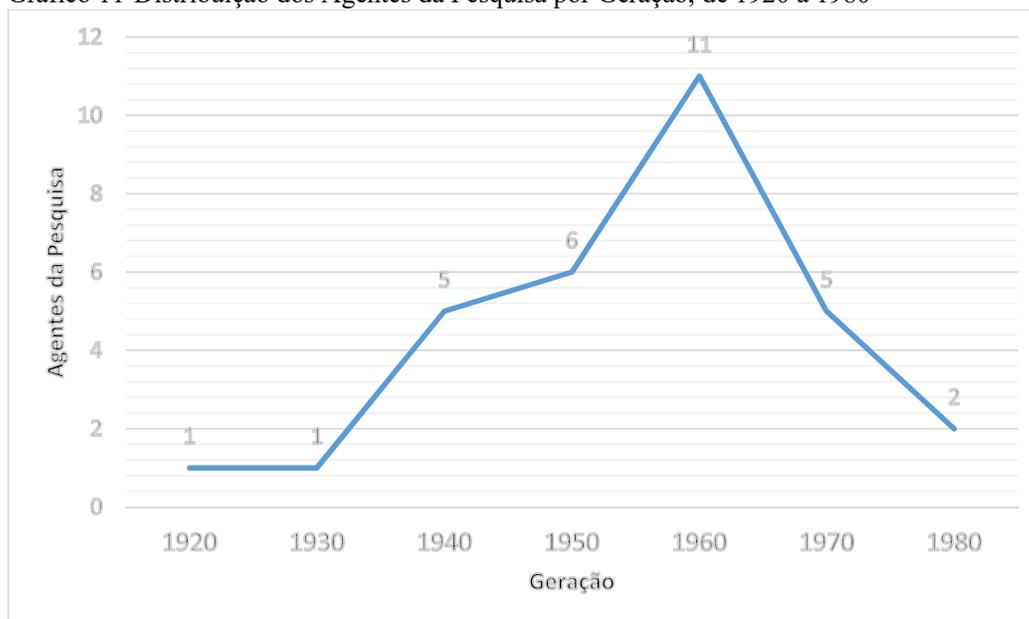
Nesta seção, serão apresentados os dados dos agentes da pesquisa aferidos neste estudo, resultantes de toda história individual, através das experiências formadoras da primeira infância e de toda história coletiva, da família e da classe (o *habitus* primário), e das disposições adquiridas e socialmente constituídas ao longo de sua trajetória social, seja no campo escolar, acadêmico, profissional e científico (segundo as transformações das condições estruturais ocorridas no tempo e espaço).

Pois, segundo a teoria bourdieusiana, os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. E, entre as vantagens sociais daqueles que nasceram em um determinado campo, está o fato de ter o domínio das leis ali imanentes. Porém, são leis não escritas, mas inscritas na realidade em estado de tendências, de se dominar o jogo, funcionando como sistemas simbólicos capazes de estruturar a percepção dos indivíduos, as quais serão analisadas a seguir.

#### 4.2.1 A origem social

A presença das mulheres cientistas no estudo de caso apresentado é retratada por diferentes gerações, compreendendo desde as mulheres nascidas na década de 1920 até as mulheres nascidas na década de 1980, como ilustrado no Gráfico 11.

Gráfico 11-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Geração, de 1920 a 1980



Fonte: elaborado pela autora.

O ingresso das mulheres nas instituições de pesquisa no Brasil, prioritariamente, para trabalhar nos laboratórios de pesquisa, reflete a proposta empreendida, na era Vargas, de modernização do Estado, e evidencia-se no presente estudo, no período compreendido entre 1930 a 1960, conforme ilustrado na Tabela 6.

Tabela 6- Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Ano de Ingresso na Fiocruz, Formação Acadêmica e Classe Social de Origem

INGRESSO NA FIOCRUZ	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CLASSE SOCIAL
1939	Não cursou Nível Superior	Popular
1960	História Natural	Média
1961	História Natural	Média
1963	História Natural	Média
1975	Psicologia	Dominante
1981	Farmácia	Popular
1981	História Natural	Média

<b>1982</b>	Biologia	Média
<b>1986</b>	Medicina	Média
<b>1986</b>	Farmácia	Popular
<b>1987</b>	Biologia	Média
<b>1987</b>	Medicina	Média
<b>1987</b>	Sociologia	Média
<b>1988</b>	Nutrição	Popular
<b>1996</b>	Biologia	Média
<b>1996</b>	Farmácia	Popular
<b>1998</b>	História	Média
<b>1998</b>	Sociologia	Popular
<b>2002</b>	Sociologia	Popular
<b>2002</b>	Educação Artística	Média
<b>2003</b>	Farmácia	Popular
<b>2006</b>	Biologia	Popular
<b>2006</b>	Química Industrial	Popular
<b>2008</b>	Enfermagem	Popular
<b>2009</b>	Medicina	Média
<b>2010</b>	Nutrição	Popular
<b>2016</b>	Nutrição	Popular
<b>2016</b>	Serviço Social	Popular
<b>2018</b>	Medicina Veterinária	Dominante
<b>2018</b>	Biologia	Média
<b>2019</b>	Medicina	Média

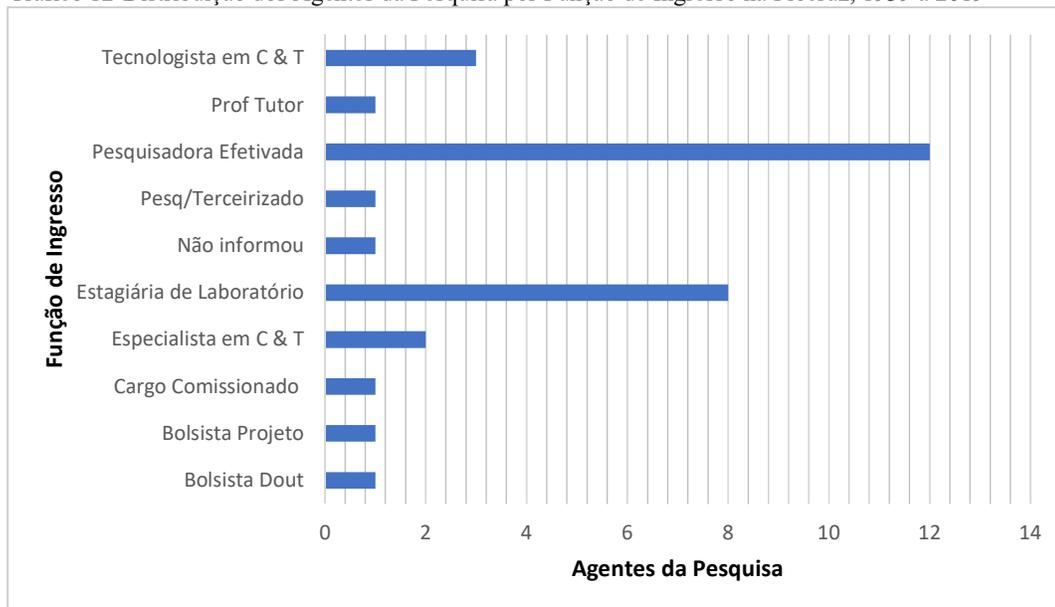
Fonte: elaborado pela autora.

Fato este decorrente da promoção da inserção das mulheres às salas de aula e, como consequência, da ampliação de seu acesso ao ensino superior, em sua maioria provindas de famílias de classes média e alta.

Não obstante, além da função de Estagiária de Laboratório (8), o ingresso das mulheres cientistas na Fiocruz se deu de diferentes formas e ocasiões, no período compreendido entre as décadas de 1930 a 2020: Pesquisadora em efetivo exercício (12), Tecnologista em C&T (3), Especialista em C&T (2), Bolsista de Doutorado (1), Bolsista de Projeto de Pesquisa (1), Cargo Comissionado (1), Pesquisadora Terceirizada (1),

Professora Tutora de ensino à distância (1), e não informou (1), conforme ilustrado no Gráfico 12.

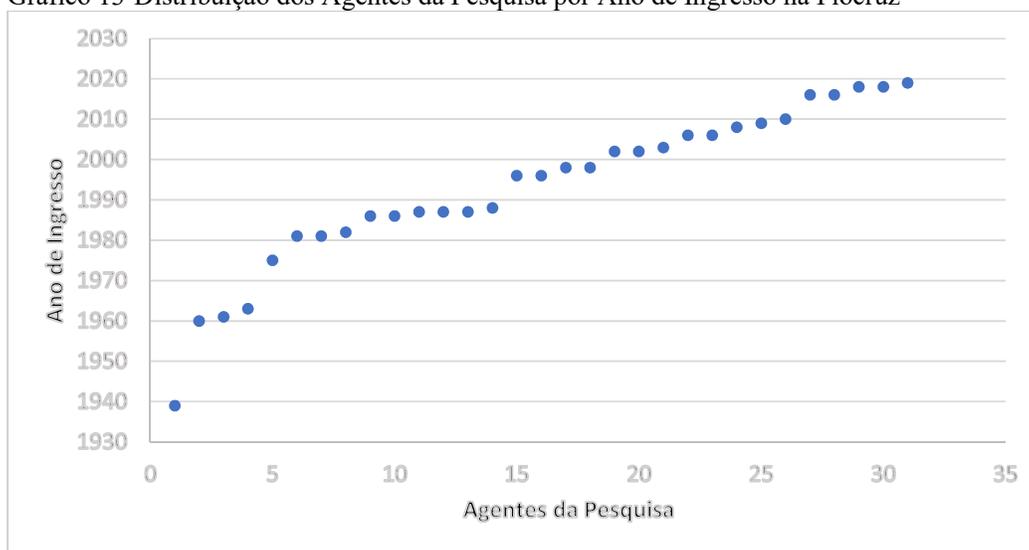
Gráfico 12-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Função de Ingresso na Fiocruz, 1939 a 2019



Fonte: elaborado pela autora.

Ademais, a presença significativa de mulheres cientistas na Fiocruz, nas décadas de 1950 e 1960, conforme ilustrado no Gráfico 13, traduz-se no processo de industrialização à época vigente no país, que propiciou o aumento da força de trabalho feminina fora da esfera doméstica e voltada para o mercado de trabalho remunerado.

Gráfico 13-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Ano de Ingresso na Fiocruz



Fonte: elaborado pela autora.

Acrescente-se, ainda, que a emancipação feminina que se concretizou no âmbito dos contextos socioculturais no Brasil, nas décadas posteriores a 1970, acabou promovendo o estímulo do acesso efetivo das mulheres às instituições científicas no país, processo este também evidenciado no presente estudo, devido ao volume expressivo de mulheres que ingressaram, a partir da década de 1980, na área científica da Fiocruz.

Concebe-se, contudo, que as desigualdades sociais que assolam o Brasil, agravam ainda mais a realidade social das mulheres brasileiras, impactando o processo de feminização da ciência no país. Haja vista o nível de aspiração social refletir o modo como representam e avaliam a realidade, cujas escolhas são realizadas em função das oportunidades objetivamente associadas à posição social na qual foram socializadas.

Por vezes, verifica-se que a subordinação social à qual as mulheres estão submetidas reflete uma espécie de *hysteresis*, ou seja, uma tendência do *habitus* a permanecer no indivíduo, ao longo do tempo, apesar das condições objetivas que o produziram e que estão nele refletidas tenham se alterado. Interpretando-se como uma obra do “*destino*” e o “*despertar*” para a possibilidade de uma “*chance*”, uma “*oportunidade*” de acesso e ascensão na carreira. Como pode ser observado nas narrativas transcritas a seguir:

[...] no que eu caí aqui (Fiocruz), eu caí direto dentro da pesquisa, e comecei direto dentro da pesquisa. Aí eu tive a possibilidade de fazer uma pesquisa e saber o que era. Isso foi muito importante para mim. Por isso que eu digo que eu acredito muito no destino, no sentido que você tem que saber aproveitar as “*chances*”. Mas o “*destino*” te dirige, né? (CIENTISTA 2).

Acreditei em algo que eu não sei ainda explicar bem, mas já aparece na nossa vida, aparece como uma coisa que nasce com a gente, mas que é despertada. Eu creio que esse “*despertar*” teve uma influência muito grande da minha família, que acreditou nos meus estudos, embora cobrasse de nós a necessidade de ter uma profissão. Mas ela muito cedo via que eu gostava tanto de ler e estudar que eu consegui convencer os meus pais e eles foram os meus grandes incentivadores disso (CIENTISTA 8).

O que aconteceu na minha graduação foi muito importante para definir a minha carreira, foram as mulheres que eu encontrei. Eu encontrei mulheres muito fortes que já estavam nessa luta antes de eu entrar. Essas mulheres me incentivaram muito [...] na verdade, eu fiz a graduação e entrei como professora. Fui para a Unicamp, fiz mestrado, doutorado, fiz um doutorado sanduíche na *Georgia*, nos Estados Unidos. Esse momento também foi muito difícil na minha carreira. Eu nunca tinha saído da Bahia, até ir para a Unicamp. Por isso eu disse: “*Meu Deus, eu estou pegando o avião e indo para os Estados Unidos*”. Foi um momento de coragem. E a minha lição é

para que não percam as “*oportunidades*”, elas aparecem somente uma vez nas nossas vidas, e a gente tem que ficar muito atento ao trem que está parando na estação. O trem parou, mesmo em dúvida, você deve entrar no trem e, se não der certo, você para na próxima estação e desce, mas não percam as “oportunidades”. Eu acho que isso foi uma coisa que aconteceu na minha carreira, eu peguei os trens. Tinha medo, muito medo né, do que poderia acontecer, mas terminou que deu certo. Então é uma lição que eu também deixo para as cientistas mais jovens (CIENTISTA 20).

[...] Nesse momento da seleção, também foi um momento difícil, porque ali eu competi com diversas alunas, na época, da universidade pública [...]. Estudar numa universidade privada, mesmo tendo uma bolsa de estudos, essa questão da cota... existe, realmente, uma diferença em relação ao ensino público e privado. Mas eu tive essa grande “*oportunidade*”, e eu abracei essa oportunidade dentro da Fiocruz para que eu pudesse fazer toda essa trajetória e chegar aqui e falar um pouco dessa minha vida com vocês (CIENTISTA 29).

Este panorama retrata as condições sociais de constituição do *habitus* feminino, sob o alicerce da restrição da emancipação intelectual feminina, fomentada através do sistema de ensino, vigente no país. As bases deste sistema educacional, criado sob inspiração funcionalista, tem o propósito de proporcionar igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, através da escola pública e gratuita.

No entanto, o peso da origem social sobre os destinos escolares acaba sancionando a igualdade de oportunidades, a meritocracia e a justiça social em estratégias de reprodução e legitimação das desigualdades sociais.

Pois, as estratégias educativas empreendidas pelas famílias às meninas, em idade escolar, atuam como obstáculo ou como reforço para a obtenção de uma carreira acadêmica e científica bem-sucedida, segundo o capital herdado, contribuindo para definir as possibilidades que lhes são destinadas pelo campo.

As narrativas das Cientistas 1 e 31, dispostas a seguir, ilustram bem este contexto, permitindo inferir serem pertencentes às famílias de “*Classes Populares*”, caracterizando-se pelo processo de internalização das chances objetivas (predominantemente, pelo pequeno volume de seu patrimônio), cujas condições de existência são marcadas pelas pressões materiais e pelas urgências temporais.

Carregam consigo o senso de realismo que governa suas aspirações e condutas escolares, evitando aquilo que lhes seria negado pela sociedade. Tendem a privilegiar os períodos escolares mais curtos, porém, superando aos dos pais, com vistas a obterem

uma rápida absorção profissional. Observa-se um liberalismo permissivo da família de origem, em relação à educação da prole.

Eu nasci em um lugar chamado Aracati, lá no Ceará, e fica à beira do rio Jaguaribe, que desemboca no Atlântico. Minha vida, quando eu era criança, era só na beira do rio [...]. Eu fui uma moça bem danadinha, mas se eu não tivesse tido aquele modo de criar da minha mãe, eu teria sido muito pior (risos) [...]. Eu comecei a namorar e [...] eu botei na minha cabeça que eu ia mesmo casar com ele... e casamos [...]. Com 14 anos eu fui trabalhar. Parei de estudar. Fui trabalhar no serviço de malária porque houve um surto de malária. Morria não sei quantas pessoas por dia. Comecei a trabalhar lavando vidro, sabe? O Diretor que era amigo de meu pai, foi quem me apresentou. Ele disse assim: “*essa menina é filha de um amigo meu*”. Essa menina... eu tenho tanta lembrança quando me chamava “*essa menina*”. Tão distante, né? (risos). [...] Eu gosto do trabalho que faço. Eu tenho verdadeira loucura e apego de não deixar ninguém mexer.. Sinto o maior orgulho de, de vez em quando, nós termos uns cursos de capacitação. Eu fico na maior satisfação quando vejo o retorno disso. Eles publicando, eles mandando o material para a gente, eles perguntando: “*isso é uma espécie nova?*” (Pesquisadora Emérita da Fiocruz) (CIENTISTA 1).

Eu nasci numa família que não tinha muitas posses, meus pais eram pobres [...].E eu sempre estudei em escola pública, e foi muito bom isso na minha vida. Então eu fiz o grupo... Depois eu fiz de 5ª a 8ª série no Instituto de Educação, que era uma escola clássica, tradicional, para formar professoras. [...] eu estudava em um anexo da periferia de Belo Horizonte, que era onde eu morava. Depois eu fui para o Colégio Técnico da UFMG, e depois eu fiz o Curso de Farmácia. Eu tinha uma professora que falava assim: “*Você não tem a menor chance, você não tem nenhuma vocação para ser farmacêutica. Você não leva nenhum jeito*”. E, por duas vezes, eu quis largar o Curso de Farmácia [...] e aí, o que eu iria fazer? História ou Ciências Sociais? E não fui firme o suficiente para sair do curso de farmácia. Primeiro, porque eu precisava do diploma. E a minha família falou assim: “*Que isso, você vai ser professora? Que isso, História, Ciências Sociais? Não, tem que formar em Farmácia. Ter o diploma e começar a trabalhar*”. Porque eu precisava começar a trabalhar [...]. Eu terminei o Curso de Farmácia e essa minha professora falou assim: “*Ah, você não tem muita vocação profissional, mas eu sei para onde você vai*”. E aí tinha uma vaga para Técnico no Instituto René Rachou, que é a Fiocruz em Minas Gerais, e ela: “*Você vai lá para fazer a entrevista*” (CIENTISTA 31).

Por sua vez, a narrativa da Cientista 25 retrata características de famílias pertencentes à “*Nova Classe Média*”, as quais tendem a investir sistematicamente na escolarização dos filhos por possuírem chances objetivamente superiores às demais designações da Classe Média de alcançarem o sucesso escolar. Possuem volume de capitais (social, econômico e cultural) que lhes permite apostar no mercado escolar dos

seus filhos sem correr tantos riscos. Exercem uma função vanguardista em matéria de vida familiar.

Eu sou natural do Rio de Janeiro. É preciso dizer que eu falo de um lugar de privilégio, como uma pessoa branca, uma pessoa de classe média, criada numa família, ainda que patriarcal e, de certa forma conservadora, centrada na figura do pai. Mas uma família que me permitiu desenvolver ou experimentar muito do que eu desejei fazer. A minha trajetória, do ponto de vista acadêmico, foi uma trajetória quase que compulsória; ou seja, ir para a universidade não tinha negociação, fazer um curso superior não era negociado, não foi negociado na minha família. Então esse é nitidamente um lugar de privilégio. O ensino superior, ainda que seja hoje um lugar de maior acesso, a gente vê grandes retrocessos acontecendo, e que, possivelmente, vão impactar algumas gerações no futuro. Mas, falando do meu lugar, da minha trajetória, sem dúvida, é um lugar de muito, muito privilégio também. Estudar em uma instituição pública também foi um caminho relativamente fácil, no sentido de que eu não precisei trabalhar para me sustentar. Então, eu acho que é importante o exemplo para a gente que está sempre questionando esse lugar da meritocracia, nesse lugar que não tem nada de óbvio, é uma condição que nos coloca em um caminho praticamente descortinado e de fácil trânsito (CIENTISTA 25).

Na narrativa da Cientista 27 encontram-se, claramente, traços de famílias pertencentes à “*Classe Dominante*”, marcadas por uma clivagem interna segundo a estrutura de distribuição de seus recursos objetivos, essencialmente, econômicos e culturais. Destaca-se, ainda, por compartilhar um *habitus* de classe que orienta suas disposições segundo o princípio da distinção, que está na base de todas as suas condutas (estilo de vida), de forma consciente ou inconsciente, que consiste na busca por se diferenciar dos demais. As famílias pertencentes a estas classes são propensas a investir mais na educação de seus filhos e, ao mesmo tempo, em práticas culturais, a fim de aumentar sua raridade específica.

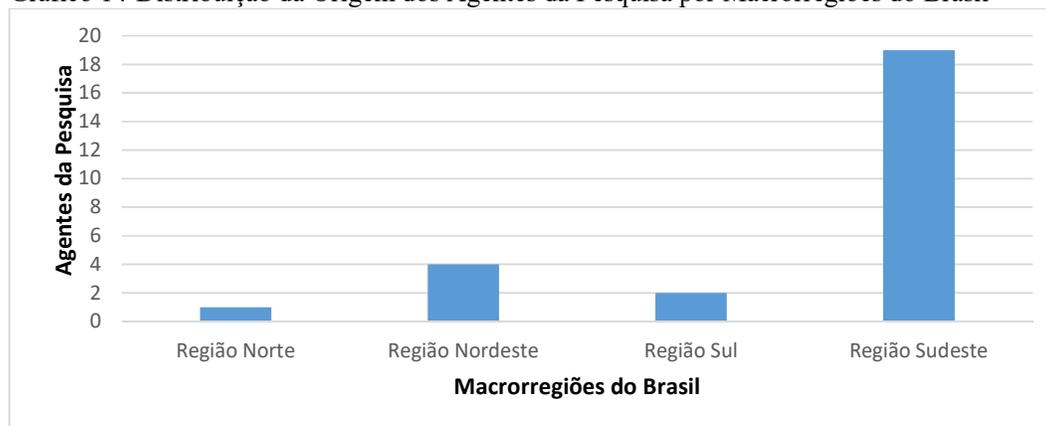
Eu fiquei na fazenda, zona rural de Minas Gerais, com meus pais, até nove anos de idade [...]. As leituras que a gente fazia à noite, é...declamar poemas em volta da lareira [...] Meu pai fez um acordo lá no grupo escolar da cidade, que a gente ia fazer as provas, e tinha que passar em primeiro lugar... acho que minha mãe ficava brava se não fosse. [...] Eu fui à escola pela primeira vez, no Notre Dame, no quarto ano do antigo grupo do ensino primário. E era um padrão de educação das elites colocar no colégio de freira. [...] Eu não queria fazer o normal, eu fui fazer científico... o colégio era obrigado a aceitar mulheres por ser o único colégio científico da região. Tinha 500 homens, mais ou menos, e cinco meninas [...]. Eu descobri uma coisa que foi importante na minha formação: o chamado setor de psicologia social, que juntava pessoas da psicologia e da sociologia [...] que pensava questões ligadas à sociedade [...] Ele foi apresentar a tese de doutorado dele que tem toda uma base Marxista, Foucaultiana e eu havia feito um curso em Moscou sobre “O Capital”

e isso me levou a questionar, também tinha toda a minha vivência e trabalho junto ao Foucault e à literatura dele. Então, eu debati muito com ele durante a exposição dele. E, ao invés de ele achar ruim, no final ele me convidou para trabalhar com ele [...] (CIENTISTA 27).

Após a apreciação das diferentes narrativas, é passível de se observar a desigualdade social abissal brasileira, naturalizada durante todo o processo de modernização do país, e evidente na atualidade. Esta diferenciação social promotora da fragmentação do poder e do saber, através de uma visão comumente economicista e, redutoramente quantitativa, faz parte da realidade social das mulheres cientistas brasileiras.

Esta realidade assenta-se, também, na distribuição desigual de melhores oportunidades educacionais e maiores chances de sucesso no campo profissional às cientistas naturais da Região Sudeste, local majoritário de origem dos agentes da pesquisa. Haja vista que as cientistas naturais da Região Nordeste, onde concentram-se os menores índices de desenvolvimento humano, estão em menor quantidade no estudo, como ilustra o Gráfico 14.

Gráfico 14-Distribuição da Origem dos Agentes da Pesquisa por Macrorregiões do Brasil



Fonte: elaborado pela autora.

Outro fator de importante contribuição para a desvantagem feminina no campo escolar e, em especial, no campo científico, é o estímulo desigual empreendido a meninas e meninos, em idade escolar, fazendo com que os homens sejam designados, ainda em idade tenra, à dominação dos jogos sociais e, sobretudo, pelos ritos de instituição, na qualidade de dominantes. A produção de diferentes *habitus*, masculino e feminino, através do adestramento dos corpos, impõe-lhes as disposições fundamentais, de forma diferenciada, ao desenvolvimento de jogos favoráveis ao aumento de sua virilidade, seja na política, nos negócios, na ciência.

Trata-se da *libido dominandi*, princípio simbólico, violência simbólica suave, por vezes, insensível e invisível aos olhos da vítima. Portanto, faz-se necessário tornar evidente seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural. Consequências deste fato podem ser verificadas através das narrativas dispostas a seguir:

Eu era a única mulher, na época, a ser chefe de um departamento. Eu ainda não tinha muita consciência sobre o feminismo porque, naquela ocasião, também nem existia esse movimento das mulheres, de serem tão fortes. O que eu sentia, que existia sim, da parte de todos meus colegas titulares, uma animosidade incrível quanto à minha pessoa. Isto chegou, assim, ao ponto de ser desagradável, entendeu? Então, acho que a maioria, praticamente, não todos, têm exceções, eram machistas (CIENTISTA 10).

Então, são vários pontos na trajetória e eu me sinto, na verdade, assim, com a vida agraciada, por estar numa instituição como a Fiocruz, por ter participado de vários comitês de biossegurança, comitês de ética, e hoje estar num cargo de diretoria. Mas, eu gostaria de falar que tive incentivo de alguns colegas, porque eu estava no cargo de Vice-Diretora de Pesquisa, mas foi um momento muito difícil decidir em concorrer ao cargo de Diretora de uma Unidade Técnica Administrativa da Fiocruz. Então, foi um passo grande, eu tinha convicção de que eu tinha uma formação dentro da Fiocruz que estava me dando essa possibilidade, mas você fica sempre na dúvida, né? E também tem uma corrente um pouco negativa que vai passando para você essa coisa muito, digamos, é uma coisa que é invisível, mas que você percebe. Eu não sei se vocês, como mulheres, devem estar entendendo o que eu estou falando (algumas participantes se expressam confirmando). Então, foi um desafio grande estar na Diretoria desta unidade. Tem sido um desafio a cada dia porque as mulheres ainda têm que lutar cada dia para provar a sua competência (CIENTISTA 20).

Eu queria chamar a atenção para essa coisa do machismo, do racismo, porque na verdade a ciência não é neutra, não é? Ela é uma construção social exercida, historicamente, por homens, e homens brancos [...] e a gente tem sim que prestar muita atenção, porque são muito sutis, são muito sutis e vão minando a gente, né? A gente vai se sentindo inferior, “*será que é isso mesmo, será que eu estou na carreira certa? Será que eu não deveria estar fazendo outra coisa?*” São muito sutis e a gente só vai aprendendo isso quando a gente presta muita atenção. Então, eu não gosto de ficar dando conselho, mas digo para as meninas ficarem atentas, porque a gente vive muito isso. Mas que vem mudando e avançando, inclusive na participação das mulheres, muito recentemente, se a gente for ver. Se a gente pegar aí alguns indicadores, a gente vai ver que a participação das mulheres mais efetivamente se dá a partir de 2010 na ciência. Como pesquisadoras, como cientistas (CIENTISTA 31).

Eu resolvi fazer medicina. E, na época, não tinha medicina em Viçosa/MG. Então eu fui para Juiz de Fora, onde começou a minha

questão com a universidade, com a faculdade de medicina. E é claro, gente, naquela época, a maior parte do grupo era de homens; somente 25% era de mulheres. Vocês não tenham dúvidas, todos nós que vivemos isso, naquela época, a gente passava por muito constrangimento, principalmente com os professores homens e dentro das questões clínicas. O tempo todo passávamos por muitos constrangimentos (CIENTISTA 18).

Eu acho que nós não podemos desistir quando encontrarmos os obstáculos, porque eles são muitos. Eles são muitos e invisíveis. Essa é uma coisa que Beatriz tocou e que eu gostaria também de reforçar. Às vezes você até duvida que alguma coisa esteja acontecendo, e eu acho que essa percepção a gente tem que ter. Então, assim, não podemos desistir, temos que persistir e ir em frente. Eu falo a palavra que eu aprendi durante toda minha carreira: abstrair. Então eu tenho uma ideia firme, tenho um foco e eu vou abstraíndo o que vai acontecendo no caminho; eu só fico olhando, eu quero fazer isso. Essa foi a maneira que eu achei para me proteger, e cada um escolhe o seu caminho. Esse foi o caminho que eu escolhi (CIENTISTA 20).

Ademais, qualquer que seja a posição das mulheres no espaço social, elas têm um fator simbólico negativo pelo simples fato de serem mulheres ou, ainda, fazerem parte de um grupo estigmatizado, como a cor da pele para as mulheres negras, propiciando incitações com injunções, a fim de lembrar-lhes, de maneira tácita ou implícita, o destino que lhes é indicado.

Eu já tive que escutar de colegas, sabendo de toda a minha trajetória profissional, de tudo aquilo que eu construí, quando já era mestre, já fazia doutorado, era professora universitária também: “*Porque você é professora universitária?*” e, ainda, “*Que bom que você não passou através de cota*”. Então, se eu tivesse em terceiro lugar e se tivesse passado através de cota, parece que todo aquele meu histórico profissional acadêmico teria caído por terra (CIENTISTA 21).

Acrescente-se a este fato a vulnerabilidade das mulheres brasileiras do ponto de vista político e socioeconômico no país. Por isso o aprofundamento de debates sobre a ampliação dos direitos da cidadania feminina, pelos diversos organismos internacionais e governamentais. A ampliação destas discussões busca, ainda, a promoção da reflexão sobre a importância das representações sociais de homens e mulheres na Academia, na qualidade de mediadora para as transformações da sociedade.

O testemunho coletivo, representado nas narrativas seguintes, apresentam a necessidade de formulação de políticas públicas e de incentivos pelos órgãos governamentais, com aplicação prática à participação equitativa das mulheres, de

diferentes classes e raça, ao longo de sua trajetória social, com destaque no campo científico, para que não sejam apenas menções figurativas dos discursos.

Os debates concentram-se na questão do racismo; da maternidade; do incentivo de mais meninas e mulheres na ciência; da necessidade de uma mudança da cultura organizacional das instituições científicas; da questão das cotas nos concursos públicos e, mais recentemente, na Pós-Graduação; a presença de mais mulheres negras nos espaços produtores do conhecimento; da importância da militância na luta por esses direitos; da realização de debates de fortalecimento da equidade de gênero, ao nível institucional, mas que sejam ampliados além dos muros institucionais na promoção de ações e propostas que deem maior visibilidade às mulheres na ciência.

Mas, como é que eu dou exemplo? A questão do racismo, eu acho que a gente vai ter que trabalhar muito para mudar uma cultura já definida, imposta, colocada, que tem muito para mudar, e não adianta só eu ficar no discurso, não é? Eu tenho que ter projetos, programas, e eu acho que a Fiocruz tem feito muito isso. Então, por exemplo, a gente tem a coisa das cotas na pós-graduação, concurso público, tem agora recentemente no Inova, que foi um edital, um edital muito importante na instituição colocando a questão da maternidade que é levada em consideração na análise dos currículos. Todo esse trabalho que vem sendo feito para a equidade, por exemplo, por mais mulheres e meninas na ciência. Essa é uma discussão que a gente está fazendo no conselho deliberativo da Fiocruz. É muito em função, também, do que colocou Nísia (atual Presidente da Fiocruz) como debates que devem ser centrais durante sua gestão (CIENTISTA 31).

É, nós (referindo-se às cientistas negras) ocupamos de uma maneira absolutamente minoritária os espaços formais de produção de conhecimento. Professoras, doutoras negras, o que nos dizem os indicadores sociais de 2010? Joselina da Silva mostra no seu artigo que a presença das mulheres negras nesses espaços produtores de conhecimento diminui gradativamente conforme os anos de escolaridade aumentam. Nós temos apenas em torno de 10,4% de mulheres negras com idade entre 25 e 44 anos que concluem o ensino superior. O percentual de mulheres pretas e pardas, professoras, doutoras de Programas de Pós-Graduação neste país é inferior a 3% e só 7% das bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras [...]. A pergunta que vocês querem me fazer e com muita legitimidade: *“O que você está fazendo aqui?”* E aí posso responder com muita tranquilidade também: *“Eu sou uma exceção!”* Eu não posso, em hipótese alguma ler essa exceção univocamente como mérito meu. O fato de eu ser exceção, ao contrário do mérito que eu posso colocar na minha trajetória individual [...] essa trajetória é coletiva e ela é fundamentalmente esse lugar que ocupo hoje fruto do esforço das vidas mais velhas de mulheres negras, minhas ancestrais (CIENTISTA 26).

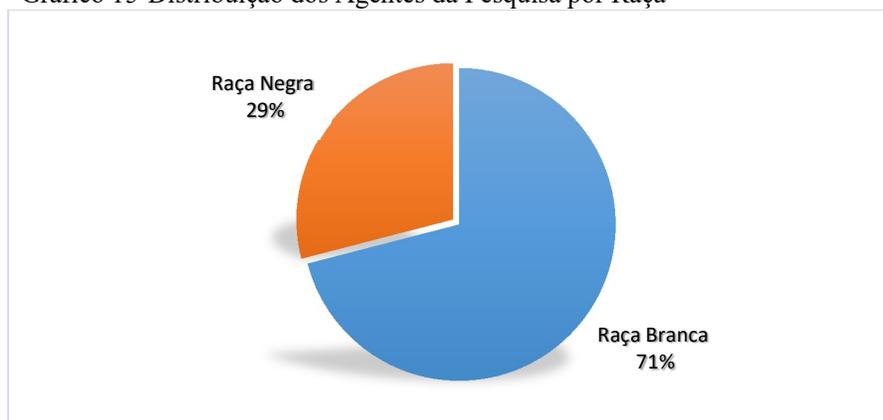
Trajetória como uma menina negra, periférica, de comunidade, que até então não pensava em ser uma cientista. Eu fico muito

emocionada, desde o ano passado, com a criação do projeto mais meninas na ciência, porque eu não tive essa oportunidade. E saber que hoje as meninas oriundas de escola pública, como eu, tiveram essa oportunidade de estar em contato com a gente. [...] Mesmo sendo Presidente do sindicato, eu também tenho a minha atuação profissional, enquanto pesquisadora, e isso foi muito importante porque, às vezes, para a gente que têm pouco acesso, pouco recurso, a gente não sonha em ser cientista, não passa pela nossa cabeça ser cientista, principalmente por falta mesmo de representatividade (CIENTISTA 21).

A gente está fazendo também essa discussão no Conselho Deliberativo, de como é que a gente pode pensar em ações e propostas que deem visibilidade para as mulheres da Fiocruz na ciência. E é um debate que não é só da Fiocruz, é um debate que é importante que seja feito na Fiocruz, e que da Fiocruz ele ecoe. Então essa coisa do exemplo, eu acho que a gente está fazendo do bem, né? Por exemplo, a Tese 11 (canal no Youtube sobre educação política) ela não tá sendo abraçada apenas, o apenas aí com aspas, porque não é apenas no sentido de diminuir pelo comitê pró equidade de gênero. Quando a gente discute lá no ensino com a Cristiane que estava aqui, a coisa mais mulheres e meninas na ciência a gente está trazendo também a Tese 11 quando lá no... na pesquisa lá no programa Inova coloca coisa na matéria também, na análise curricular a gente nem também está trazendo a tese 11. Então eu acho que a Fiocruz está dando um exemplo, é... importante para essa questão, tanto de combate ao racismo e tanto de fortalecimento da equidade, de gênero na instituição (CIENTISTA 9).

Os indicadores de paridade de gênero na educação, no mundo do trabalho, no empoderamento econômico e político das mulheres e, em especial, na maior representação feminina nas ciências, se expressam em maior ou menor grau segundo a variável de raça/cor. Do total de 31 cientistas, 22 se autodeclararam da raça branca e 9 se autodeclararam da raça negra (vide Gráfico 15).

Gráfico 15-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Raça



Fonte: elaborado pela autora.

Haja vista que as relações étnico-raciais ainda hoje são pautadas através da propriedade corporal, inteiramente arbitrária e não predicativa, que é a cor da pele. Violência simbólica que deixa evidenciar os efeitos mais visivelmente negativos de dominação e da exploração através de uma visão universal, que não permite perceber as várias possibilidades de ser mulher; inviabilizando-se, desta forma, outras experiências do conhecimento.

Mas, a única coisa que eu queria fazer era uma graduação, porque olhava o meu entorno e não via nenhuma referência negra, não tinha nenhuma referência negra para nada. Tentava entender por que não tinha ninguém da minha família, nem meus amigos, nem meus vizinhos e demais familiares com a graduação. Tinha graduação e à princípio eu queria fazer Direito porque eu achava, na minha cabeça, que eu fazendo direito eu ia defender minha família. Enfim! (CIENTISTA 21)

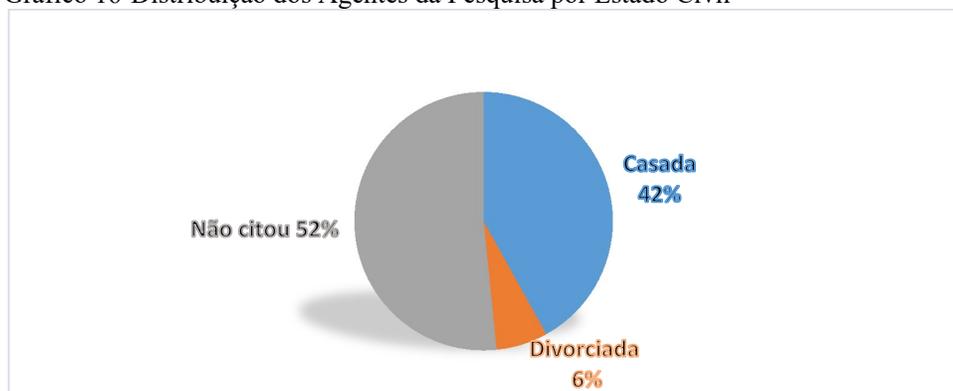
Hoje eu percebo na vida dos meus filhos que isso mudou um pouco. Eu tenho três filhos, dois meninos e uma menina. Todos os três viveram a mesma coisa que eu vivi, do ponto de vista dessa solidão, de não ser escolhido como namorado em primeiro lugar, ou namorada. Sempre são amigos, colegas, pessoas legais. Meus filhos são ótimos seres humanos. Mas, essa escolha fica meio como uma invisibilidade. A minha filha não tem o cabelo crespo como o meu. Mas, até os 11 anos, ela usou o cabelo com trancinha, rabinho de cavalo, coque. Nunca foi preciso nenhum tipo de intervenção química. Mas quando entrou na pré-adolescência, todos os adultos, nossos amigos e familiares, sempre disseram: “*Nossa, como você é linda!*”. E isso é real. Ela fez a seguinte pergunta: “*Mãe, por que os adultos falam que eu sou bonita e os meninos da minha turma falam que eu sou feia?*”. Eu respondi, foi uma resposta que saiu intuitivamente: “*É porque eles não têm olhos para ver*”. Isso é muito difícil para a gente que é mãe, lidar com isso e seguir educando e não apenas abraçar, beijar e falar: “*Ah, calma, isso vai passar*”. Não, quando é a gente que sofre o racismo, a gente acha que resolve, desmancha o sofrimento e o sentimento. Mas, quando acontece com os filhos da gente, é uma situação tão surreal de, por conta da cor da pele, alguém achar você inferior ou superior. E essa é uma crença que está internalizada. As piadas, os olhares, as oportunidades do acesso ou não, infelizmente, ainda são pautadas por essas relações étnico-raciais que o brasileiro ainda não conseguiu resolver. Reconhecimento da diversidade e respeito é bom e a gente exige (CIENTISTA 11).

Tenho 57 anos e eu sou uma mulher negra. Sou professora universitária. Um dia estava dando aula para uma turma de pedagogia, estava de costas para o quadro e a turma toda à minha frente. De repente, alguém bate à porta, coloca a cabeça pra dentro da sala de aula, olha para um lado e para o outro e pergunta: “*Onde está a professora?*”. E eu estava em pé em frente à turma. A turma fica constrangida, ninguém responde. Novamente, ele vira a cabeça para um lado e para outro, era um rapaz branco, e pergunta novamente: “*Onde está a professora?*”. Aí eu olho para ele e pergunto: “*Você quer deixar um recado para a professora?*”. Ele responde: “*É, eu quero falar com ela, quero dar um recado para a turma, mas quero*

*primeiro pedir licença à professora*". Aí eu falei: "Então faz o seguinte, entra, fecha a porta e pode falar". Aí ele: "Mas, a professora está aqui?". E eu falei: "Meu querido, você ainda não entendeu? Eu sou a professora." Então, isso acontece às vezes comigo no meu trabalho. Quando eu marco uma entrevista com alguém por telefone, a pessoa vem, olha para mim e pergunta: "Eu queria falar com a professora". Aí eu digo: "Sou eu". Então a pessoa, em um primeiro momento, fala: "Ah!". Então isso, esse ah, essa dúvida, essa incerteza, é racismo. As pessoas acham que é 'mimimi', que é 'vitimismo', mas a gente vive isso diariamente (CIENTISTA 11).

Das cientistas analisadas, apenas 13 mencionaram serem casadas e 2 mencionaram serem divorciadas. As demais (16), não fizeram menção sobre o seu estado civil, como mostra o Gráfico 16.

Gráfico 16-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Estado Civil



Fonte: elaborado pela autora.

Da interação entre trabalho e família também se entreveem as relações estruturais de dominação sexual, a partir do momento em que se verifica, por exemplo, que as mulheres que assumiram funções de maior responsabilidade na instituição (chefe de laboratório, por exemplo) têm que "pagar", de certo modo, por este sucesso profissional com um menor "sucesso" na ordem doméstica, culminando em conflitos no casamento.

Eu acho que uma das minhas falhas, é que eu ponho o meu trabalho acima de tudo. Às vezes que eu estou falhando aqui (se referindo à sua casa, à família), é porque eu dei prioridade as minhas coisas do Instituto. E isso é o que meu marido, de vez em quando, me chama atenção. Ele acha ruim, e ele tem toda a razão, mas eu sou assim. Eu não posso mudar. [...] O maior desafio da minha vida profissional, eu penso que (pausa para pensar) é que meu marido sempre trabalhou comigo, vocês sabem. Aí surge uma história lá, que eu não estou lembrada bem, que não podia trabalhar marido e mulher e eu era chefe de laboratório. Você já pensou a enrascada que eu fiquei? Eu sendo chefe do laboratório tinha que cumprir aquela determinação (fala devagar, pensativa). E eu pus acima de tudo a

pesquisa, a chefia do laboratório, tudo acima do meu marido (pensativa, com ar de muita tristeza). Foi difícil demais. Isso até hoje me machuca muito (com os olhos marejados). Será que vale a pena a gente fazer uma coisa dessas? (CIENTISTA 1).

Neste contexto, incluem-se as dificuldades na criação dos filhos:

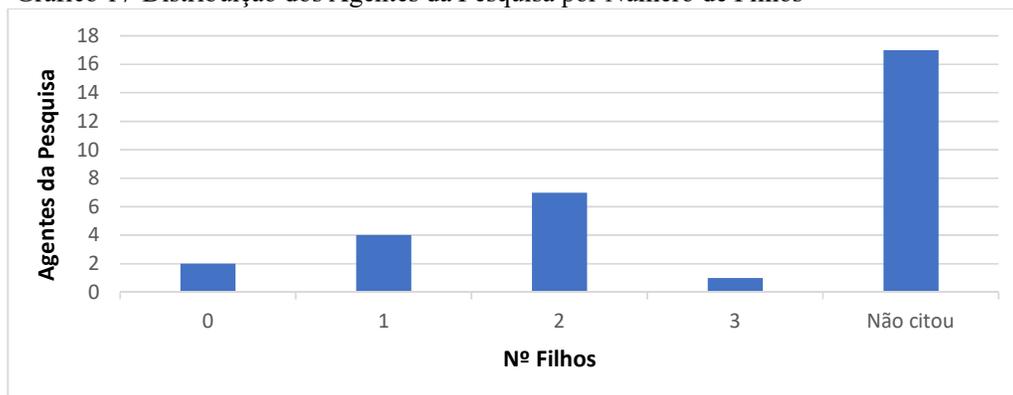
Eu fui uma mãe muito caprichosa, eu tenho certeza disso. Não preciso que ninguém assegure isso para mim, porque eu sei que eu fui. Agora, eu tenho certeza que eu falhei em algumas coisas. Mas todo mundo falha, não é? (CIENTISTA 1).

Eu acho que as coisas só vão mudar quando as pessoas fizerem esse tipo de pergunta para os homens: como é que você coordena sua vida profissional com ter filhos? Porque que a gente só faz esse tipo de pergunta para as mulheres, não é? [...]Filho eu ia ter nem que eu não tivesse marido. Eu sempre dizia isso, né, filho ia ter, daí estava na hora né? Eu acho que uma vantagem é que o meu marido que era músico, na época, antes dele começar o mestrado dele, ele ficou com ela. Mas era assim um sistema, né, a gente está tão malacostumada aqui, né? Quando ela nasceu, depois de dez dias, eu estava de volta no laboratório, sem parente nenhum, sem ajuda nenhuma, mas deu tudo certo (CIENTISTA 30).

Agora, quando a gente pensa nessa coisa de mulheres, nesse meio do caminho tive filhos. Meu marido embarcava, ficava 15 dias fora em uma plataforma de petróleo. Às vezes desembarcava, o tempo virava e ele não desembarcava, por lá ficava. Eu vivi isso tudo com meus filhos pequenos. Vinha fazer mestrado, fazer o doutorado. Quando fui fazer meu doutorado pedi licença. Olharam para mim e falaram assim: “Licença, para você fazer seu doutorado? Claro que não. Faz seu doutorado trabalhando mesmo, porque você dá conta”, e dei (CIENTISTA 16).

Considerando-se o total de 31 cientistas, 14 se declararam mães, duas declararam não possuir filhos, e 17 não fizeram menção sobre este assunto (vide Gráfico 17).

Gráfico 17-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Número de Filhos



Fonte: elaborado pela autora.

O aumento do acesso feminino ao ensino médio e superior e, correlativamente, à independência econômica das mulheres, auxiliaram nas mudanças estruturais familiares trazendo, em seu arcabouço, entre outras consequências, o divórcio:

No meio dessa turbulência toda, você também era mãe. Você conseguia dar conta da família, do movimento sanitário. Nesta história toda, eu separei. Bem, a vida vai, segue, né? Minha filha ia nos lugares comigo. Eu a protegia. Por exemplo, tem uma foto dela com cinco anos numa passeata que naquela época podia dar problema, era uma manifestação, acho que era do Brizola, sei lá. A gente lá no Amarelinho, lá em cima e minha filha comigo. Então, ela teve sempre as duas orientações políticas, do pai, e minha, que não são as mesmas, mas ela sempre definiu o caminho dela da forma que ela quis (CIENTISTA 27).

Estava sendo implementando um projeto para produção de vacina de sarampo, de poliomielite, aqui na Fiocruz. O Presidente queria saber se eu tinha interesse e claro que eu queria. E foi aí que tudo começou e eu acabei indo parar na Fiocruz, quer dizer, me mandaram para o Japão antes de parar na Fiocruz. Só que eu tinha me casado em dezembro, mas falei: “*Olha, eu vou*”. Meu ex-marido disse: “*O cavalo branco passa uma vez na vida. Ou a gente pula em cima e vai ou ele vai embora*”. E aí eu fui (CIENTISTA 17).

O processo de industrialização do país, além de favorecer a construção de uma esfera pública das mulheres em cidades primordialmente da Região Sudeste do Brasil, tais como o Rio de Janeiro e São Paulo, foi precedido pela imigração crescente que se processou no país e pelo vertiginoso crescimento populacional que propiciou a mudança do perfil demográfico da sociedade brasileira, sob os moldes da nova ordem econômica capitalista.

A análise biográfica dos agentes da pesquisa mostra que 29 das 31 cientistas são filhas de pais brasileiros; as demais são filhas de pais poloneses (1), portugueses (1) e venezuelanos (1) que trouxeram em suas bagagens hábitos culturais de incentivos e valorização da qualidade da educação dos filhos, como evidenciado nas narrativas transcritas a seguir:

Nasci em 18 de maio de 1940, no Rio de Janeiro. Meus pais vieram da Polônia, de Varsóvia. Papai tinha aquela preocupação muito grande com a nossa formação. Então a gente sempre teve boas escolas. Eu não podia ter um bom sapato mas tinha uma boa escola. Ele valorizava o básico para ser formada, ter uma cultura, mas não para trabalhar. Eu fui fazer científico, já meio com ele, contrariado. Minha mãe achava formidável, me dava o maior estímulo. Ela trabalhava? Minha mãe era do lar e eu achava aquilo um horror. Então eu sempre disse assim: “*Eu nunca vou depender de um homem*” (CIENTISTA 2).

Minha mãe voltou a Portugal e me trouxe para o Brasil e eu fui morar em São Paulo. Minha mãe era empregada doméstica. Quando foi no último ano científico, eu cismeique eu tinha que trabalhar. Eu até fazia uns bicos, ajudava minha mãe que me arrumava uma faxina, eu

fazia durante no intervalo das aulas, mas ela nunca me deixou parar de estudar (CIENTISTA 17).

Eu sou venezuelana e cheguei aqui no Brasil em 1994, já direto para fazer o Doutorado. Venho de uma família de pais da região Andina da Venezuela, mas que migraram para uma área muito parecida ao Rio de Janeiro chamada Astunita, uma montanha um pouco povoada. Sou filha desse imigrante, de uma cultura digamos, mais europeia [...] mas que eu aproveitei enormemente durante minha vida (CIENTISTA 3).

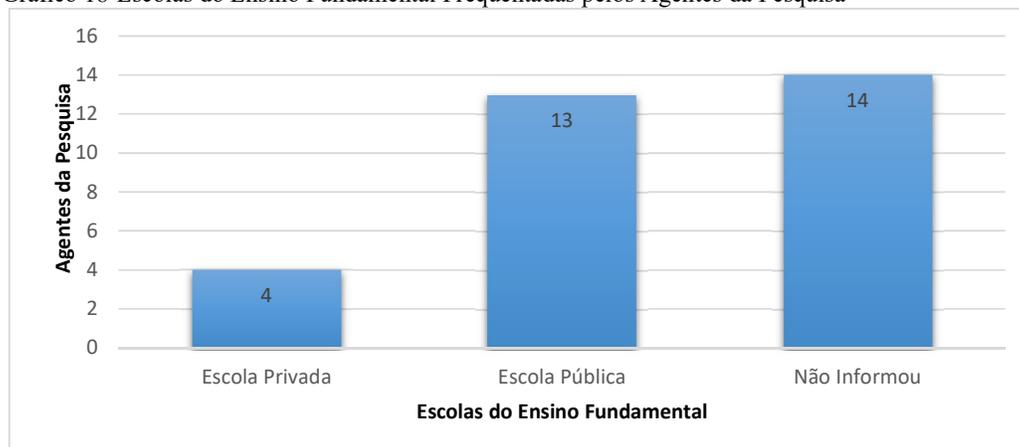
Após um estudo aprofundado sobre a origem social dos agentes da pesquisa, cuja influência se estende a todos os seus domínios, será feita uma análise do processo de escolarização por elas submetidas, permitindo conhecer os efeitos da perpetuação das desigualdades em face da cultura (herdada e adquirida), validada pelos exames e consagrada pelos diplomas adquiridos ao longo de sua trajetória social.

#### 4.2.2 O Campo escolar

As iniquidades sociais estabelecidas pelo sistema de ensino e, ainda, a influência dos modelos tradicionais da divisão do trabalho (e dos dons) entre os sexos, e as hierarquias sociais promovidas ao longo da escolarização, principalmente durante as grandes transições empreendidas no campo escolar, constituem-se em um duplo desafio às mulheres brasileiras, especialmente àquelas que se concentram na parte baixa da escala social.

As 31 cientistas analisadas, em sua totalidade, cursaram o ensino fundamental em escolas públicas ou privadas, inclusive em internatos, conforme mostra o Gráfico 18. Estes dados não puderam ser avaliados, em sua plenitude, pois 14 delas não forneceram informação completa sobre o estabelecimento de ensino fundamental cursado.

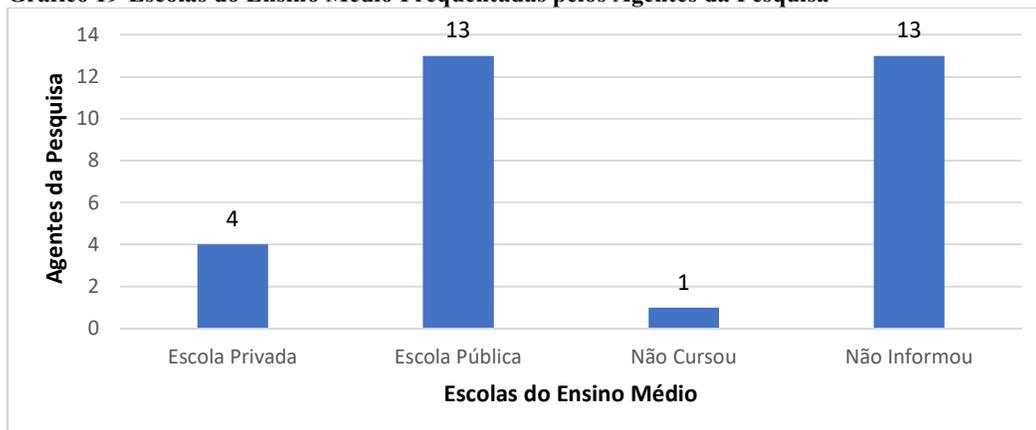
Gráfico 18-Escolas do Ensino Fundamental Frequentadas pelos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Das 31 cientistas analisadas, 13 cursaram o ensino médio em escolas públicas e 4 em escolas privadas, conforme mostra o Gráfico 19. Apenas uma cientista não cursou o ensino médio. Porém, da mesma forma, estes dados não puderam ser avaliados, em sua plenitude, pois 13 delas não forneceram informação completa sobre o estabelecimento de ensino médio cursado.

**Gráfico 19-Escolas do Ensino Médio Frequentadas pelos Agentes da Pesquisa**



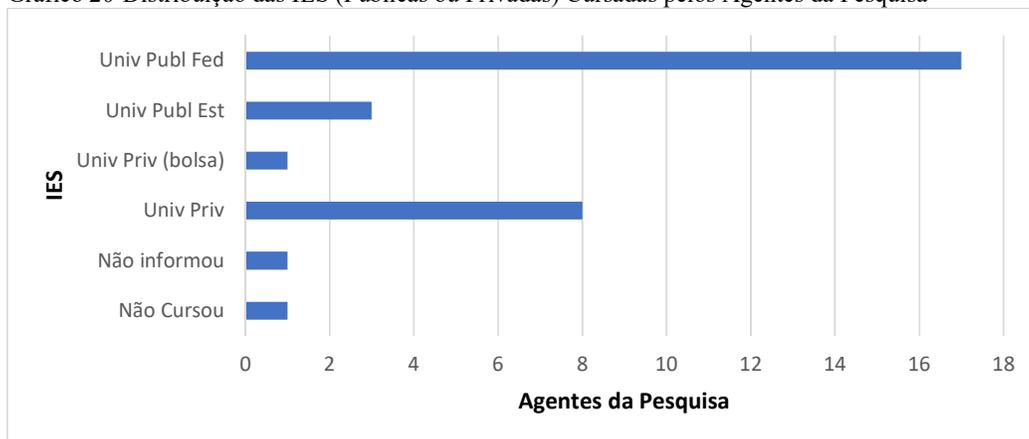
Fonte: elaborado pela autora.

#### 4.2.3 O Campo acadêmico

A aferição das instituições de ensino superior (IES), onde foram realizados os cursos de graduação, está condicionada ao fato de representarem um indicador de capital de poder político ou econômico condicionado às cientistas que frequentaram uma IES de prestígio e qualidade.

Conforme mostra o Gráfico 20, verificou-se que do total de 31 cientistas, 17 cursaram IES públicas federais, 2 cursaram IES públicas estaduais, 9 cursaram IES privadas. Apenas 1 cientista não cursou ensino superior e somente 1 não informou qual IES cursou, não constando esta informação também no currículo *lattes*.

**Gráfico 20-Distribuição das IES (Públicas ou Privadas) Cursadas pelos Agentes da Pesquisa**

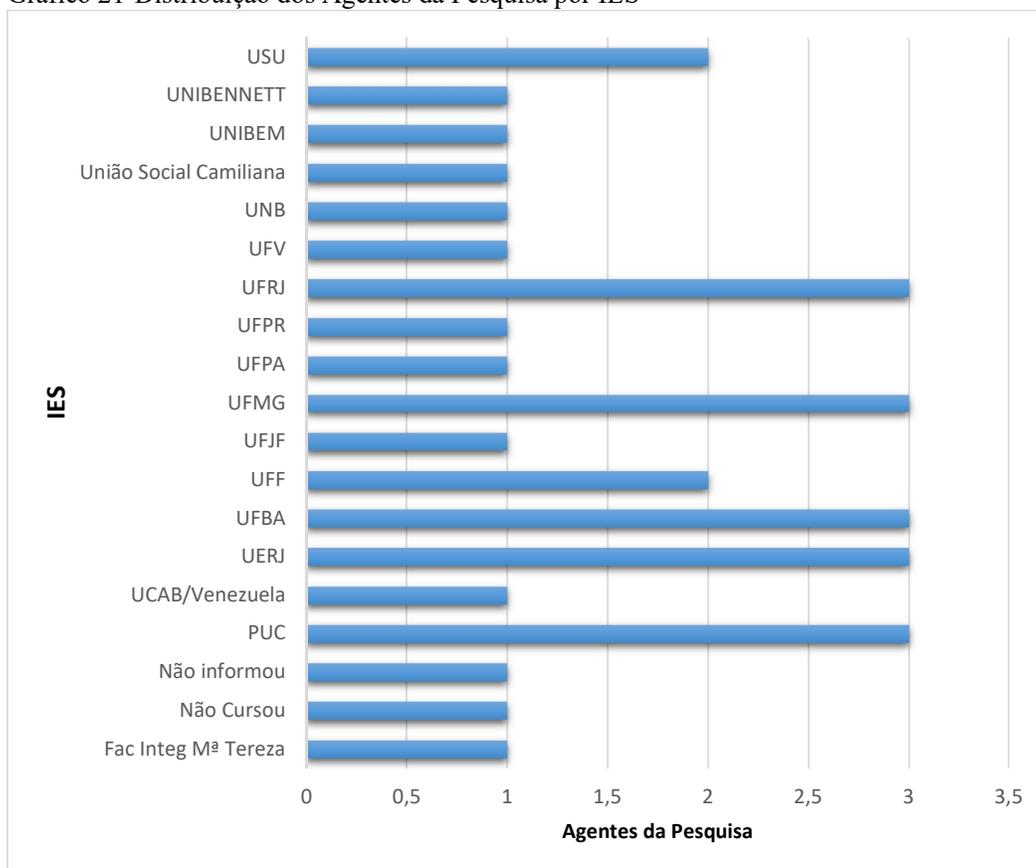


Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 21 apresenta a relação das IES onde foram realizados os cursos de graduação pelos agentes da pesquisa, a saber:

- ✓ Centro Universitário Metodista Bennett (UNIBENNETT)
- ✓ Faculdade Integrada Maria Tereza
- ✓ Pontifícia Universidade Católica (PUC)
- ✓ União Social Camiliana
- ✓ União Social Camiliana, Faculdades Integradas Espírita do Paraná (UNIBEM)
- ✓ Universidade Católica Andrés Bello (UCAB/Venezuela).
- ✓ Universidade de Brasília (UNB)
- ✓ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
- ✓ Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- ✓ Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
- ✓ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- ✓ Universidade Federal de Viçosa (UFV)
- ✓ Universidade Federal do Pará (UFPA)
- ✓ Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- ✓ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- ✓ Universidade Federal Fluminense (UFF)
- ✓ Universidade Santa Úrsula (USU)

Gráfico 21-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por IES



Fonte: elaborado pela autora.

Dentre as 31 agentes da pesquisa, somente 30 realizaram o Curso de Nível Superior, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências da Saúde (12), Ciências Biológicas (9), Linguística, Letras e Artes (1), Ciências Agrárias (1), Ciências Sociais Aplicadas (1), Ciências Humanas (5), Ciências Exatas e da Terra (1), como ilustra o Gráfico 22.

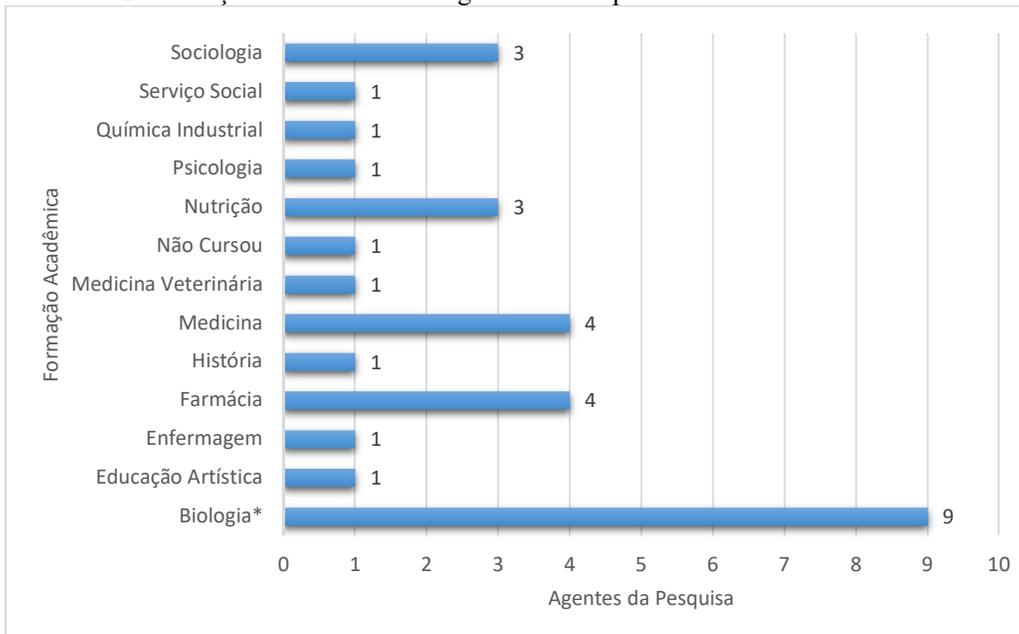
Gráfico 22-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Área de Conhecimento



Fonte: elaborado pela autora.

Apenas 1 cientista não realizou curso de nível superior, as demais obtiveram a formação acadêmica em diferentes cursos, conforme discriminado no Gráfico 23.

Gráfico 23-Formação Acadêmica dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

(\*) O Curso de História Natural (antiga nomenclatura), foi inserido ao Curso de Biologia.

No tocante à formação acadêmica, verifica-se que a limitação de suas escolhas se baseia no destino que é reservado às mulheres em idade escolar, de maneira tácita ou explícita (a partir de um trabalho de inculcação dos pais, professores e colegas) ao princípio que rege a divisão sexual do trabalho, vislumbrando-se às mulheres a imagem acolhedora de mãe, esposa, do lar, protetora dos filhos e cuidadora de seus idosos.

A formação acadêmica funciona, desta forma, como um prolongamento de suas funções domésticas, cujas escolhas inserem-se, majoritariamente, na área de ensino, serviços e atividades paramédicas.

Eu sempre quis atuar na área de saúde pela questão do bem-estar, do cuidado, das pessoas (CIENTISTA 4).

A vontade de ser médica, de fazer faculdade de medicina não teve influência de ninguém. Parecia que já era aquele meu caminho mesmo, tinha algum ideal humanitário de cuidar das pessoas. Então essa coisa me atraía muito... isso de ajudar alguém (CIENTISTA 10).

Eu nasci em uma família muito humilde. Eu tenho mais duas irmãs, todas foram para a universidade, uma é enfermeira e a outra nutricionista. Eu fui ser médica (CIENTISTA 10).

Eu me espelho muito no papel das fêmeas, como mamífero, como seres biológicos que nós somos. E as fêmeas dos mamíferos têm um imenso poder. O poder da criação. E se a evolução é perpetuada, ela é perpetuada pelo papel fundamental que a gente tem de cuidar. De cuidar da prole, de cuidar da família, de cuidar das pessoas. E eu trago isso para mim. Eu não quero, não vou abrir mão de cuidar. Eu não vou abrir mão do meu papel de fêmea biológica como eu sou (CIENTISTA 16).

Eu queria fazer algo na área médica, sempre gostei de cuidar das pessoas, eu resolvi fazer enfermagem (CIENTISTA 5).

A escolha tem ainda mais chances de ser limitada quando as estudantes pertencem a um meio desfavorecido. No entanto, a necessidade (ou o *ethos*) de ascensão social se impõe, determinando um conjunto de estratégias para a obtenção do objetivo almejado, em contraposição aos obstáculos culturais que se impõem a elas.

Agora viveram uma pobreza muito forte durante a infância, mas que se converteu na verdade um desafio para todos nós, para não sete filhos. Quando eu me procurei, nessa e eu acho que isso é uma oportunidade para se procurar pessoalmente acho que tem muito fato também marcador na vida para o estudo da desigualdade, porque eu estudei a única escola, que tinha em \*Astunitas (08:24) que era uma escola pública que reunia a pessoa pobre, claro o filho do dono da padaria, a família portuguesa, enfim, a criança que tinha que trabalhar para comer e etc. Mas nesse contexto, durante o meu onze anos teve um movimento migratório porque foi o aeroporto internacional foi

colocado perto de onde a gente estava e essa corrente migratória muda totalmente a cara delas \*Astunitas (08:53) ela passou de ser de classe baixa urbana e meus pais, claro, em plena ascensão social, da época nos final dos 60 a gente muda para um lugar de classe média e aí foi um fato interessante que eu começo a estudar em um colégio privado São Vicente que foi muito interessante pessoalmente porque passando (CIENTISTA 3).

Quando eu me vi numa situação em que meus pais, infelizmente, se separaram, e eu vi toda a trajetória que minha mãe, e as dificuldades enfrentadas por ela, que abriu mão de uma trajetória, de uma carreira profissional, em função do casamento, dos filhos, e depois de muito tempo se separa; e se depara com uma realidade difícil de inserção no mercado de trabalho, lidando com preconceitos. Enfim, foi aí que eu tomei para mim aquele exemplo; em que eu levaria os meus estudos e a minha carreira profissional até o fim para que eu pudesse de alguma forma mudar a minha realidade e a realidade das pessoas com quem eu convivia (CIENTISTA 4).

Ademais, a escolha dos estudos pode ser também ocasionada por meio da influência do meio familiar, através de conselhos e/ou incentivos para uma determinada formação, cuja inferência cresce, à medida que se eleva a origem social.

Eu queria muito fazer Geografia, achava interessante [...]. Mas aí a minha mãe me fez um pedido [...]. Minha mãe era servidora [...] como auxiliar de serviços gerais [...] e trabalhava numa farmácia. Ela teve contato com uma farmacêutica que ela adorava e com uma assistente social que ela achava muito potente. E eu querendo fazer Geografia, mas ainda um pouco indecisa. Ela disse que queria me pedir para fazer dois cursos: “*E aí depois você faz Geografia*”. Eu falei “Tá, quais?”. Ela queria que eu fizesse Farmácia ou Serviço Social e eu falei “*Mãe, farmácia não dá, né? É química e eu não tenho menor intimidade com química, no máximo eu sei a tabela periódica, não tem menor possibilidade*”, mas falei: “*Não sei o que é o Serviço Social, mas vou procurar saber*”. E aí me inscrevi para fazer Serviço Social, não tentei para Geografia e comecei a fazer o curso (CIENTISTA 9).

Da mesma forma, as escolhas também podem estar relacionadas ao nível de aspiração social (notadamente, as ambições no mercado de trabalho e ao sistema educacional) refletindo o modo como representam e avaliam a realidade, cujas escolhas são realizadas em função das oportunidades, objetivamente, associadas à posição social na qual foi socializada.

Foi quando conheci o professor que se tornou meu futuro e atual marido. Ele estava procurando uma pessoa para ficar no instituto Pasteur e daí eu fui fazer uma entrevista na esperança ainda de conseguir uma bolsa para fazer o meu Doutorado. Depois da conversa, fui convencida de que eu deveria voltar da França para o Brasil e fazer

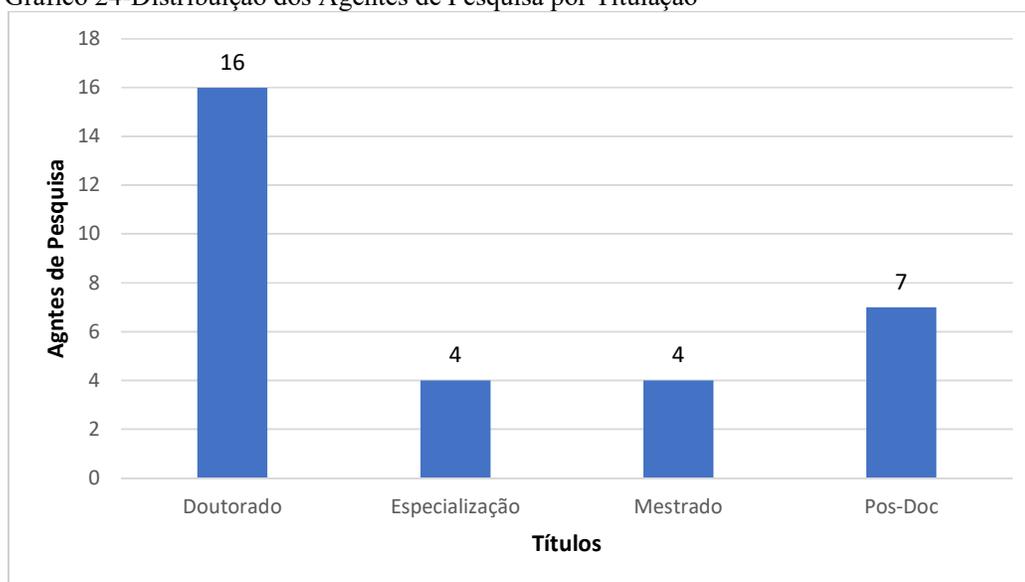
o Curso de Doutorado aqui e depois conseguir uma Bolsa Sanduíche. Eu falei : “*Tá bom*” (CIENTISTA 25).

Por vezes, as escolhas podem estar vinculadas às predisposições socialmente condicionadas.

Tive oportunidade de pensar em fazer ciência quando eu estava no ensino médio. Eu sou completamente oriunda de escola pública [...]. Para fazer um curso técnico em química, era preciso ter um bom desempenho escolar; então, como eu sempre fui boa, principalmente, em exatas, pois eu sempre gostei de matemática, de cálculo, enfim! Eu me inscrevi e fui uma das selecionadas. Eu me lembro que quando eu vim fazer a matrícula, eu falei: “*mãe, se eu não gostar eu não vou continuar*”. Mas, veja como é importante a gente ver e não viver só de teoria, porque quando fui para a prática, foi um amor pela química fora do comum. É como eu falo, não fui eu que escolhi a química, a química é que me escolheu (CIENTISTA 21).

Com vistas ao maior ou menor investimento à capacitação *Stricto sensu* na área de atuação, verificou-se, dentre as cientistas analisadas, que 4 possuem apenas o Curso de Especialização (dentre estes, 2 receberam o título de “Pesquisadora Emérita” concedido pela Fiocruz), 4 possuem o título de Mestre, 15 possuem o título de Doutor e 8 realizaram o Curso de Pós-Doutorado, conforme demonstrado no Gráfico 24.

Gráfico 24-Distribuição dos Agentes de Pesquisa por Titulação



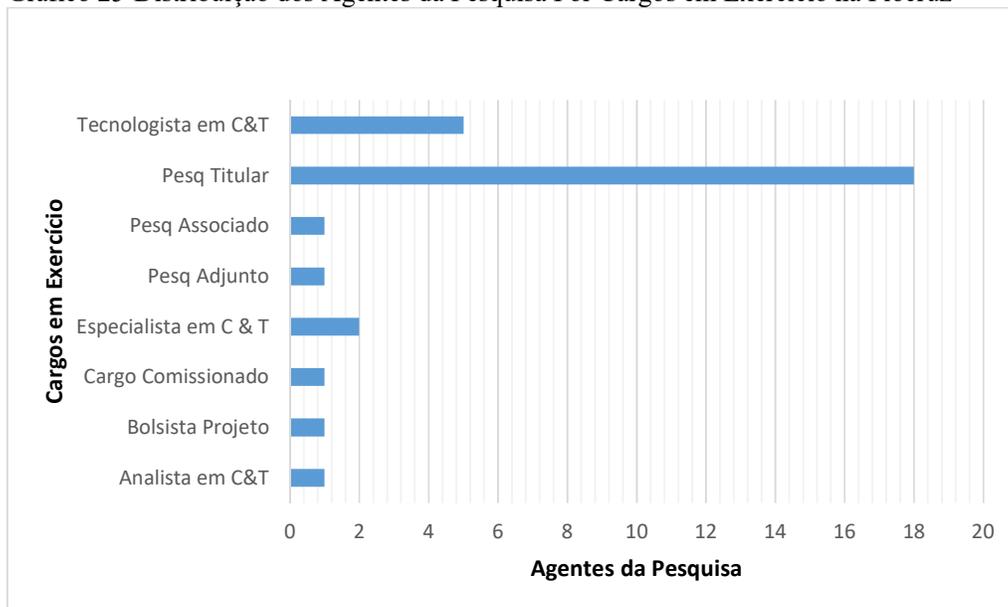
Fonte: elaborado pela autora.

Seguindo a perspectiva bourdieusiana, concebe-se que os títulos e distinções científicas, que refletem o reconhecimento da competência dos agentes da pesquisa, nos dias de hoje, podem modificar a percepção social da capacidade propriamente técnica dessas profissionais, no transcurso de suas carreiras, pelo conhecimento da posição que ocupam nas hierarquias instituídas (considerando a IES de origem).

#### 4.2.4 O campo profissional

Atualmente, das 31 cientistas analisadas, 29 exercem cargos de efetivo exercício na instituição: Analista em C&T, Especialista em C&T, Pesquisadora Titular, Tecnologista em C&T, Pesquisadora Adjunto, Pesquisadora Associada e, as demais possuem Cargo Comissionado e Bolsa de Projeto, como mostra o Gráfico 25.

Gráfico 25-Distribuição dos Agentes da Pesquisa Por Cargos em Exercício na Fiocruz



Fonte: elaborado pela autora.

Todas as cientistas analisadas exerceram (4 já se encontram aposentadas) ou ainda exercem (27 estão na ativa) atividades de ensino, pesquisa e gestão na Fiocruz. Dentre as atividades de gestão administrativa por elas exercidas, destacam-se: Assessora da Presidência, Chefe de Laboratório, Coordenadora de Programa de Pós-Graduação, Diretora de Unidade Técnico-Científica, Vice-Presidente e Presidente da instituição. Esta última, atualmente exercida pela Profa. Dra. Nísia Trindade Lima, primeira mulher a comandar a instituição, em 120 anos de história, a qual observa: “A Fiocruz está completando 120 anos e pela primeira vez é dirigida por uma mulher, mas tem uma

trajetória longa de muitas mulheres valorosas trabalhando junto com os homens da instituição em prol da saúde pública, do direito à saúde, do direito à vida” (LIMA, 2020).

As atividades de gestão administrativa são hierarquicamente definidas na instituição, salvo raras exceções, segregando as mulheres às funções de autoridade, estratégia e poder de decisão.

Pensando nessa questão da Pós-Graduação, apesar de ser uma função de Gestão, e hoje muito se fala na importância da mulher nas funções de Gestão, porquê do ponto de vista quantitativo as mulheres estão, hoje, ocupando muito mais em certos lugares do que os homens. [...] O lugar da Coordenação da Pós-Graduação para mim, hoje, apresenta algumas características como, por exemplo, se um lugar é em relação à pesquisa um lugar menos valorizado, ele é um lugar de menos disputa. O que eu quero dizer, menos pessoas querem ser coordenadores de curso do que pesquisadores, então, é um lugar de menor disputa (CIENTISTA 25).

E o outro detalhe é que hoje as mulheres são as que mais assumem os cargos de coordenação de Cursos de Pós-Graduação. Eu tive a oportunidade de fazer algumas análises, seja nos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu*, seja nos Mestrados Acadêmicos ou Profissionais, as mulheres estão em maior quantidade. E elas são mais Coordenadoras do que os homens são, sendo que a diferença para o Mestrado Profissional é ainda maior. Historicamente, as mulheres assumiram muito mais as Coordenações dos Cursos de Pós-Graduação do que os homens. Apesar de ser um cargo de gestão, que coloca a mulher de alguma forma no espaço de poder, eu fico pensando em que medida chegar a esse lugar de chefia, a esse lugar de gestão implica, realmente, em rupturas com as estruturas de poder e desigualdade de gênero (CIENTISTA 25).

Eu quero viver para ver o momento em que as mulheres terão um tratamento igual a todos os homens e eu quero ver essa equidade de gêneros na pesquisa, em todos os cargos públicos, e eu quero que, também, as mulheres sejam acreditadas pela competência que elas têm. Então porque todas as mulheres possuem uma competência nata para poder dirigir, para poder ser mãe, para poderem ser esposas, mas a mulher sabe chefiar, a mulher sabe mandar também, mas com carinho, com tranquilidade, eu até acho que esse é o nosso maior trunfo o que nós conseguimos lidar com as pessoas de uma maneira que elas, na verdade, elas sejam respeitadas, elas sejam ouvidas, elas sejam atendidas nos seus desejos, mas que elas realmente possam dar o seu melhor. Eu acho que a desse jeito que a gente, na verdade, está estabelecendo junto com toda a diretoria, né, eu tenho duas mulheres também muito fortes ao meu lado na diretoria (CIENTISTA 20).

Por certo, às mulheres são deliberadas muitas responsabilidades administrativas que não estão, necessariamente, circunscritas às funções de decisões estratégicas, promovendo a hierarquia institucional de poderes, caracterizada pela supremacia masculina.

#### 4.2.5 O campo científico

O campo científico é um lugar de lutas, de coexistência de forças desiguais: aos detentores do capital científico, lhes são garantidas posições mais altas na estrutura do campo; aos novatos, lhes é garantido o reconhecimento do capital científico de acordo com os recursos científicos acumulados no campo. À medida que estes se elevam, eleva-se o grau de disputa entre os concorrentes, os pares acadêmicos.

Não obstante o padrão de excelência utilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) na avaliação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto sensu* (PPGS) no país, a partir da década de 1970, as suas mais recentes prerrogativas acabaram auxiliando a promoção da cultura do alto desempenho que, aliada às hierarquias sociais de gênero e raça, fragilizam ainda mais o processo de inserção e ascensão das mulheres no campo acadêmico e científico no país.

Menos pessoas querem ser Coordenadores de Curso do que pesquisadores. É um lugar de menor disputa [...] é um trabalho bastante intenso, principalmente quando a gente está em momentos de se fazer a prestação, vamos dizer assim, prestar contas do Programa para a CAPES. Então, a gente tem um trabalho hercúleo de preenchimento de relatórios, de avaliação de produção de reflexão sobre o programa, é um trabalho de muita sobrecarga, é um trabalho muitas vezes solitário, muitas coordenações trabalham sozinha, as pessoas trabalham sozinhas, coordenadores e coordenadoras trabalham sozinhos, sem apoio, isso não é obviamente a realidade de todos os programas, mas em alguns programas ainda é um trabalho feito por uma única pessoa. É um trabalho que não é remunerado. Vários cargos de gestão recebem o adicional de trabalho, o cargo de coordenação, ele não ele não é remunerado a mais. Quer dizer, é um trabalho a mais que você faz, você desenvolve, mas sem ser mais remunerado. É um trabalho em que você tem relações extremamente hierarquizada e principalmente com as instituições de controle e avaliação, eu digo a CAPES, é um trabalho de muito pouco diálogo de muito pouca possibilidade de intervenção. A relação que a CAPES normalmente têm e principalmente ao demandar a produção do programa para a avaliação é um trabalho de muito pouco negociação e é um... pensando sobre isso, é pensando sobre essas características desse lugar da Coordenação isso me faz muito pensar a proximidade que esse trabalho hoje tem como o trabalho doméstico da invisibilidade do trabalho, da sobrecarga do trabalho, muitas vezes do fato dele ser feito de forma solitária (CIENTISTA 25).

A ênfase dada às linhas de pesquisa e à sua organicidade com as disciplinas, projetos e produtos de pesquisa (especialmente bibliográficos), teses e dissertações; estrutura curricular e publicações funcionariam como uma base importante para a hierarquização dos indivíduos e grupos sociais; considerando-se que as hierarquias

simbólicas reforçam as estruturas de dominação social na medida em que restringem a mobilidade social dos indivíduos.

Se a gente pega as diferentes áreas, a gente vai ver que tem um número muito baixo nas áreas de ciências exatas, ciências da computação, né? É a mesma coisa que a gente vê no CNPq. No CNPq você tem um número maior de mulheres, mas, por exemplo, quando você analisa o indicador que é Bolsa de Produtividade, quando a gente pega lá o mesmo número de pesquisadoras cadastradas no CNPq e compara com os pesquisadores homens, a maior parte deles, quando comparado com a mulheres, tem bolsa de produtividade, não é? Quando a gente vai ver o nível da bolsa, os homens estão com a Bolsa 1A e as mulheres com Bolsa 2. Então a gente vê que existe ainda muita disparidade nesses indicadores que a gente precisa enfrentar (CIENTISTA 31).

Portanto, as estratégias de investimento empreendidas pelas mulheres cientistas brasileiras são o reflexo de um esforço individual e coletivo, exercidas no campo acadêmico e científico, a partir da defasagem entre as aspirações que o sistema de ensino produz e as oportunidades que realmente oferece, como segue:

- ✓ Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq;
- ✓ Investimento no Intercâmbio Acadêmico e Científico;
- ✓ Desenvolvimento e Coordenação de Projetos de Pesquisa;
- ✓ Participação em Bancas de Pós-Graduação *Stricto sensu*;
- ✓ Orientações de Mestrado e Doutorado;
- ✓ Orientações em Iniciação Científica/Monografias;
- ✓ Publicações Acadêmicas (Artigos Publicados em Periódicos, Livros e Capítulos de Livros);
- ✓ Participação em Eventos Científicos (Publicação em Anais de Congressos)
- ✓ Premiações e Homenagens recebidas;
- ✓ Membro do Corpo Consultivo ou Editorial de Revistas Científicas.

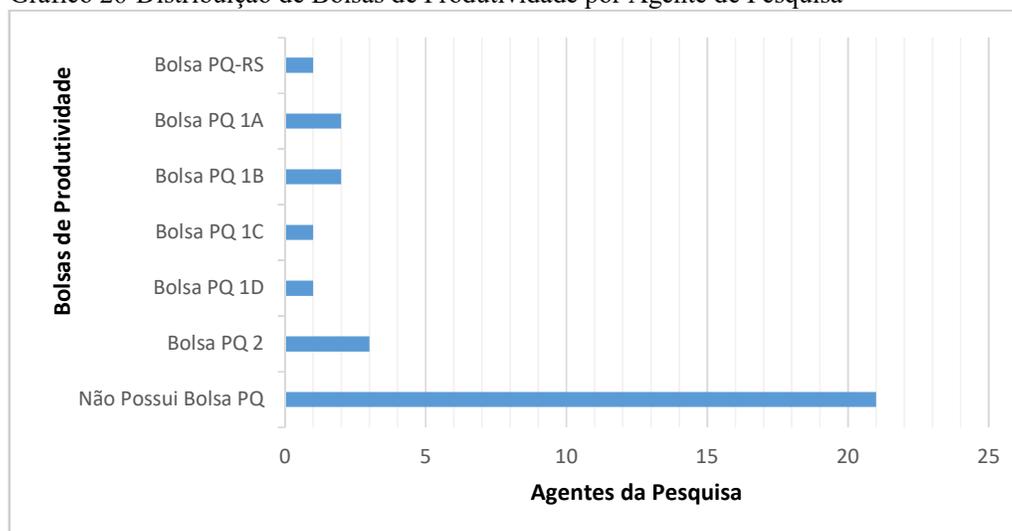
*A Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ) do CNPq* –são as de mais alto nível do CNPq e destinadas a pesquisadores que possuam produção científica, tecnológica e de inovação de destaque em suas respectivas áreas do conhecimento. A concessão da Bolsa PQ obedece a determinados critérios de elegibilidade e são distribuídas de acordo com a seguinte divisão de categorias e níveis: 1A, 1B, 1C, 1D e 2.

Dentre as Bolsa PQ, destaca-se a Bolsa de Produtividade em Pesquisa Sênior (PQ-RS), concedida sob critérios de elegibilidade ainda mais específicos, a fim de

beneficiar ao pesquisador sênior que se destaca entre seus pares como líder e paradigma na sua área de atuação, valorizando sua produção científica e/ou tecnológica.

Das 31 cientistas analisadas, somente 32% declararam receber Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, sob as classificações destacadas no Gráfico 26.

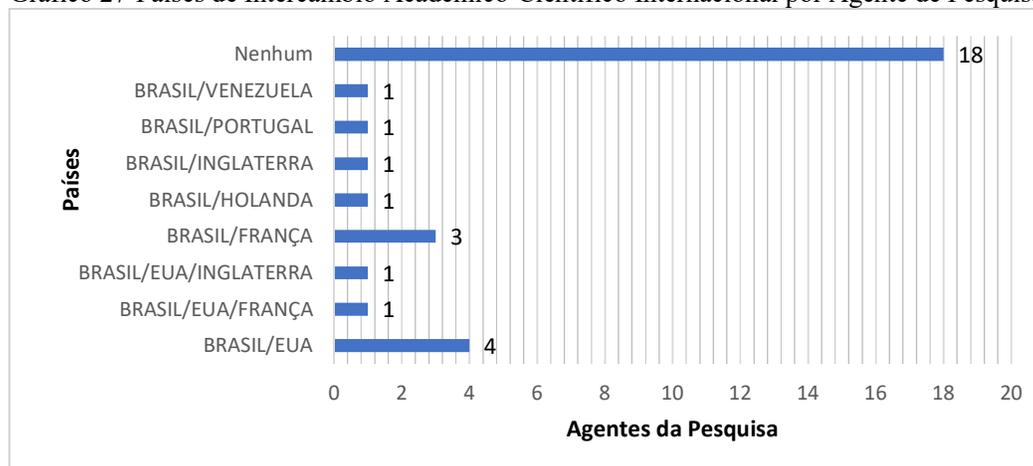
Gráfico 26-Distribuição de Bolsas de Produtividade por Agente de Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

***O Investimento no Intercâmbio Acadêmico e Científico*** - o intercâmbio com outras instituições de excelência no exterior tem por objetivo a capacitação pessoal através do aprimoramento de competências e habilidades na área de atuação, bem como de abertura de oportunidade de contato com idiomas e culturas diversas das do país de origem. Este intercâmbio se fez presente para 40% das 31 cientistas analisadas, com instituições científicas de diversos países, tais como Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Portugal e Venezuela, como mostra o Gráfico 27.

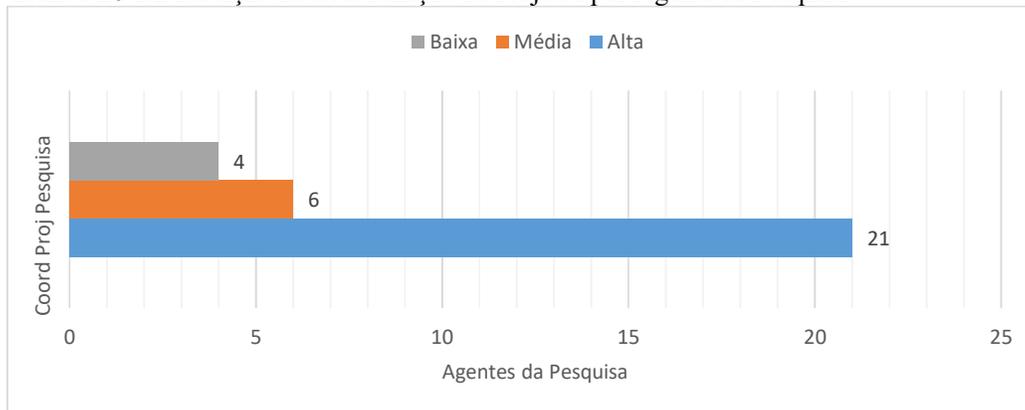
Gráfico 27-Países de Intercâmbio Acadêmico-Científico Internacional por Agente de Pesquisa



Fonte: elaboradora pela autora.

***O Desenvolvimento e Coordenação de Projetos de Pesquisa*** - para checagem deste indicador, adotou-se o seguinte critério de avaliação: alta ( $> 10$ ), média ( $\geq 5 \leq 10$ ) e baixa ( $< 5$ ) participação no desenvolvimento e na coordenação de projetos de pesquisa. O Gráfico 28 apresenta a aferição dos resultados.

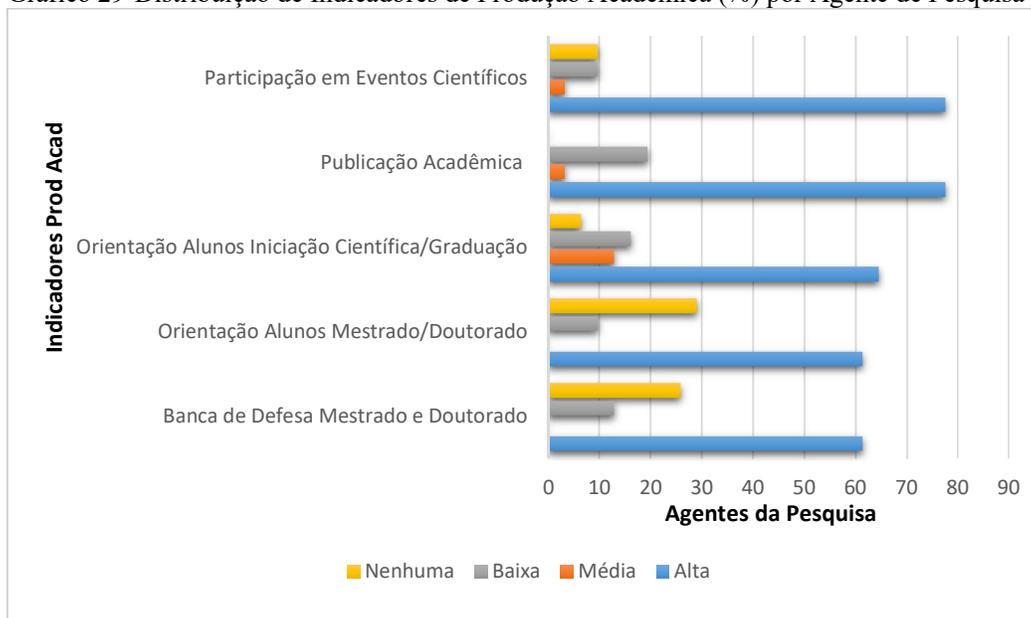
Gráfico 28-Distribuição da Coordenação de Projetos por Agente de Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

A checagem dos indicadores de produção acadêmica, ou seja, Participação em Bancas de Pós-Graduação, Orientações de Mestrado e Doutorado, Orientações em Iniciação Científica/Graduação, Publicações Acadêmicas (artigos publicados em periódicos, capítulos de livros, livros, em Anais de Congressos) e Participação em Eventos Científicos, seguiu o seguinte critério de avaliação: alta ( $> 30$ ); média ( $\geq 10 \leq 30$ ); baixa ( $< 10$ ). O Gráfico 29 apresenta a aferição dos resultados.

Gráfico 29-Distribuição de Indicadores de Produção Acadêmica (%) por Agente de Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

A partir dos dados apresentados, pode-se aferir a grande participação dos agentes da pesquisa nos indicadores de produção acadêmica discriminados.

Algumas cientistas receberam premiações e homenagens pelo desempenho e reconhecimento pelas atividades desenvolvidas na área de atuação. Das 31 cientistas, 50% (16 cientistas) foram premiadas, e apenas 11 foram homenageadas.

Foi aferida, também, a participação das cientistas como membro consultor ou revisor de revistas científicas. Verificou-se que mais de 50% das cientistas (19 cientistas) é membro do corpo consultivo de revistas científicas e apenas 13 cientistas fazem parte do corpo editorial de revistas científicas.

Na seção seguinte, será feita a análise dos dados compilados na pesquisa de campo.

### **4.3 Análise dos Dados**

Nesta seção, será apresentada a análise dos dados obtidos, à luz do referencial teórico constante no Capítulo 2 deste estudo. Observe-se, ainda, que para fins de viabilizar esta análise, deverá ser considerado o pressuposto da pesquisa, descrito no Capítulo 1, seção 1.5 deste estudo.

Pois concebe-se que os novatos do campo trazem consigo disposições previamente constituídas no interior do grupo familiar socialmente situado, o *habitus* primário que, após a transformação através da ação escolar (sobretudo em virtude da auto-seleção vivida como vocação), se torna o princípio de todas as experiências posteriores (BOURDIEU, 1996a).

#### *4.3.1 A origem social*

A problematização proposta por Bourdieu e Passeron (1992), há mais de sessenta anos, na França, destaca a origem social (isto é, as características socioeconômicas das famílias em que os indivíduos crescem) e o sistema de ensino (com vistas ao grau de desigualdade de oportunidades educacionais alcançadas pelos indivíduos), no âmago dos mecanismos de reprodução de práticas e representações, determinando, desta forma, as trajetórias sociais de meninos e meninas, herança cultural (determinada pelo capital cultural herdado e adquirido) que irá direcionar os seus

futuros destinos (ou seja, as condições socioeconômicas que os indivíduos alcançam em sua vida adulta).

Considerando que este debate também faz parte do cenário contemporâneo brasileiro (SOUZA, 2006), pode-se intuir, a partir desta discussão, uma dupla marginalização delegada às mulheres, desde a infância, vinculada às questões de classe social e de gênero (SAFFIOTI, 1984).

Por certo, é através da classe social das famílias de origem que serão empreendidas estratégias educativas, com o fim de proporcionar aos seus filhos e filhas melhores ou menores chances escolares, bem como a aplicação de um sistema de preferências intelectuais que serão determinantes nas escolhas de suas carreiras (BOURDIEU; CHARTIER, 2011b).

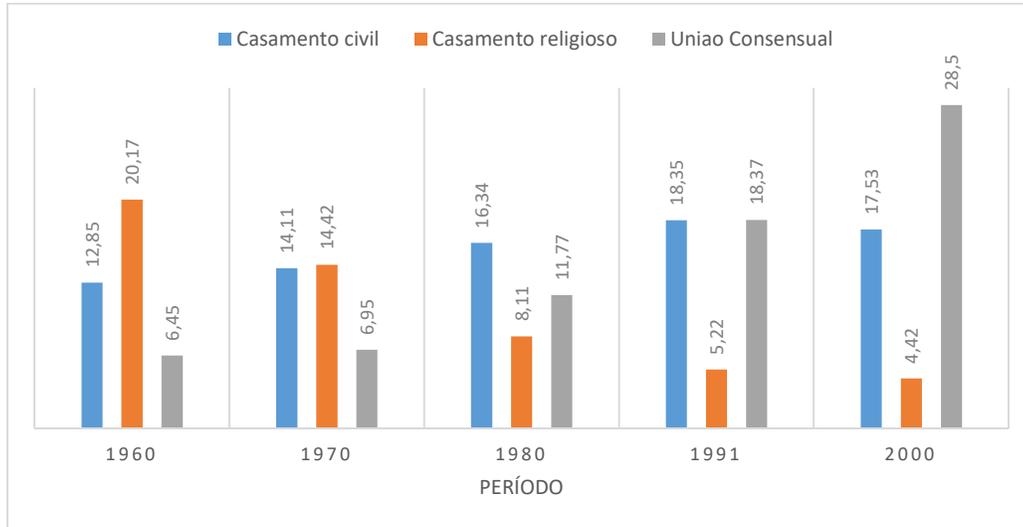
Não obstante, há de se observar que “para compreender o que alguém vai fazer, não basta conhecer o estímulo; existe, no nível central, um sistema de disposições, ou seja, coisas que existem em estado virtual e vão manifestar-se em relação a uma situação” (BOURDIEU; CHARTIER, 2011b, p. 58), isto é, o *habitus*.

A partir deste entendimento e após análise dos condicionantes sociais da realidade social das mulheres brasileiras, verificou-se que, apesar da sua evidente marginalização nas esferas política e socioeconômica no país, houve quebras de paradigmas, contribuindo, desse modo, para a transformação de padrões culturais de gênero no país.

Esta nova realidade inclui aumento do acesso das meninas ao ensino secundário e superior, ao trabalho assalariado e, conseqüentemente, à esfera pública no Brasil. Estes fatores foram determinantes para as mudanças ocorridas nos padrões culturais familiares, que se deu imediatamente após a década de 1950, com a absorção das mulheres nas atividades econômicas, fora da esfera doméstica (BRUSCHINI, 1979).

Dentre os fatores de mudança, inclui-se a natureza da união entre os casais, como mostra o Gráfico 30. Nele, pode-se aferir que, a partir da década de 1960, a primazia do casamento, na qualidade de união oficial, institucionalizada pelo Estado, foi superada pela opção de união estável entre os casais, com a queda vertiginosa do casamento religioso (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000).

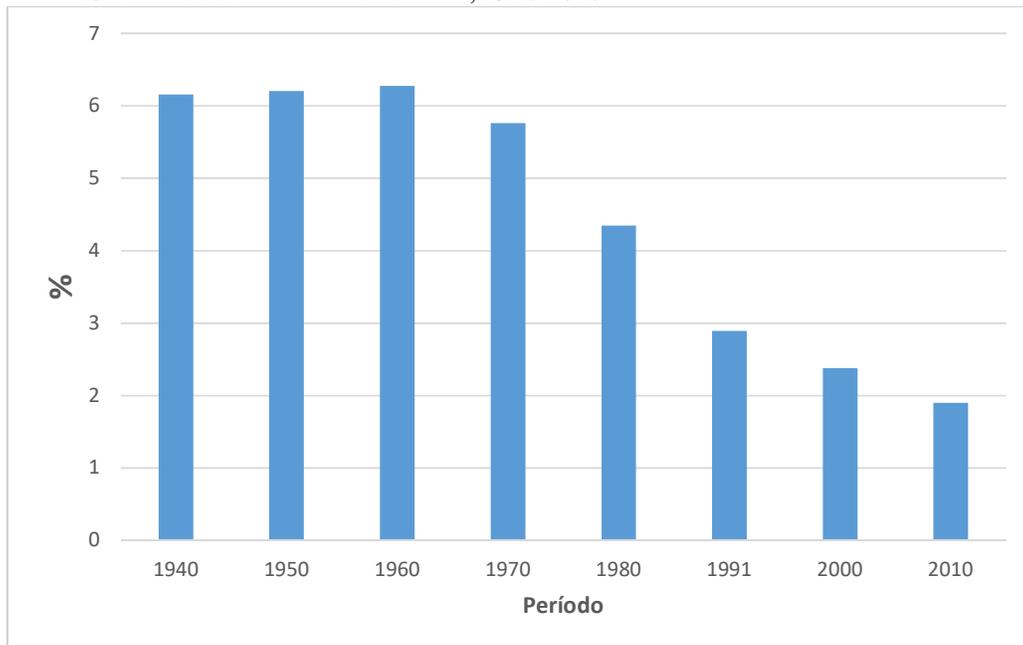
Gráfico 30-Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade Unidas, por Natureza da União no Brasil, 1960-2000



Fonte: IBGE (2000). Elaborado pela autora.

Da mesma forma, pode-se aferir que a queda proeminente da taxa de fecundidade que se processou no país, nos períodos posteriores, como representado no Gráfico 31, aliada a outros fatores, tais como os projetos de educação sexual, planejamento familiar e, inclusive, a utilização de métodos contraceptivos; promoveu um processo de redução evolutiva do número de filhos nas famílias brasileiras (SIMÕES, 2016).

Gráfico 31-Taxa de Fecundidade no Brasil, 1940-2010



Fonte: IBGE (2000). Elaborado pela autora.

Mas, então, questiona-se: por que, em pleno século XXI, o casamento e a maternidade encontram-se tão intrínsecos às mulheres, em especial, à mulher acadêmica, cientista, mãe e esposa?

Neste contexto, insere-se o *habitus* feminino, que “faz da experiência prática do corpo, que se produz na aplicação, ao próprio corpo, de esquemas fundamentais nascidos da incorporação das estruturas sociais” (BOURDIEU, 2014a, p. 81). Desta forma, a representação social do próprio corpo é, assim, obtida através da aplicação de uma taxinomia social cujo princípio é idêntico ao dos corpos aos quais se aplica.

Isto é, os agentes sociais, em particular, as mulheres têm uma história ou, ainda, são o produto de uma história individual, de uma educação associada a determinado meio, além de serem o produto de uma história coletiva; e que os sistemas de percepção, os sistemas de valores, são o produto da incorporação de estruturas sociais (BOURDIEU; CHARTIER, 2011b), como família, igreja, Estado e o sistema de ensino, atribuindo-lhes o estigma primordial de ser mãe e esposa.

A este fato se sobrepõe o questionamento de Bourdieu (2014a), quando indaga: “de que forma uma instituição como o casamento, a família e o Estado, é adaptada? (2014a, p. 215).

[...] as coisas só vão mudar quando as pessoas fizerem esse tipo de pergunta para os homens: “*como é que você coordena sua vida profissional com ter filhos?*” Por que que a gente só faz este tipo de pergunta para as mulheres, não é? (CIENTISTA 30).

As narrativas que expressaram implicações do casamento ou da maternidade na carreira, foram identificadas em duas situações diferentes:

- a) a primeira diz respeito às relações estruturais de dominação sexual implícitas e deterministas do *status* das mulheres na ciência, “cuja implicação é a de que os papéis de gênero e *status* são governados por fatores que dificilmente podem ser alterados social e organizacionalmente” (FERREIRA *et al.*, 2008, p. 46).

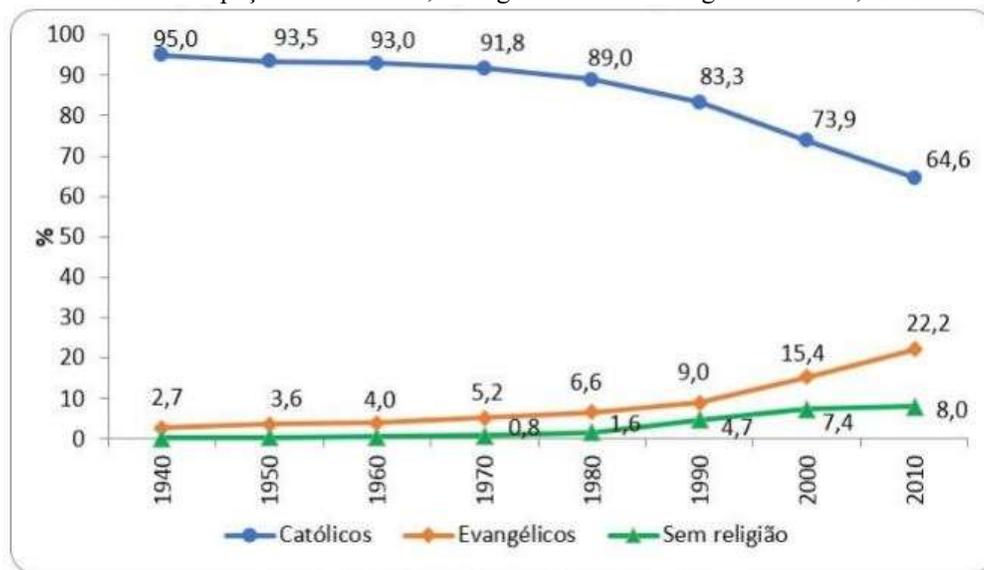
Então quando a gente é mulher, a gente enfrenta situações que muitos homens não enfrentam, mas no meu caso particular tenho enfrentado, não é simples, com muita autoridade. Assim, eu tenho uma característica, às vezes falam que eu sou autoritária, mas eu, sinceramente, autoritária não sou. Eu sou justa e tenho autoridade, e aí eu acho que essa é uma coisa importante na vida da gente, porque não tem essa coisa de mulher tem que ser boazinha, mulher tem que ser mãe, naquele sentido de que tudo tem que concordar (CIENTISTA 31).

b) a segunda refere-se às desigualdades de gênero existentes no campo acadêmico e científico, particularmente, no que tange à implementação de ações necessárias para garantir condições de pleno desenvolvimento profissional das mães cientistas. Contribuindo, dessa forma, para a desconstrução da ideia de que as mulheres devem escolher entre a maternidade e a carreira científica ou, ainda, entre a carreira ou o casamento.

Tem no Inova, um edital muito importante na instituição, colocando a coisa da maternidade, que é levada em consideração na análise dos currículos. Todo esse trabalho que vem sendo feito para a equidade, por exemplo, no dia 11 de fevereiro, por mais mulheres e meninas na ciência, toda essa discussão que a gente vem fazendo no conselho deliberativo, é muito em função, também, do que colocou Nísia (Presidente da Fiocruz), durante a sua campanha... como debates que devem ser centrais, durante a sua gestão (CIENTISTA 31).

A influência direta da religião na trajetória social das mulheres cientistas não foi um fator de investigação desta pesquisa. Contudo, importante observar que a Igreja Católica ainda é legitimada como responsável pelos ritos civis socialmente válidos, possuindo o maior percentual (66%) de religiosos no Brasil, segundo o último Censo realizado pelo IBGE, em 2010, como mostra o Gráfico 32.

Gráfico 32-Participação de Católicos, Evangélicos e Sem Religião no Brasil, 1940-2010.



Fonte: IBGE(2000).

Assim sendo, pode-se aferir que a Igreja Católica, assim como a Igreja Evangélica, em ascensão no país, de certa maneira, continuam fazendo parte da matriz de constituição da esfera pública brasileira, corroborando com a fragilidade da

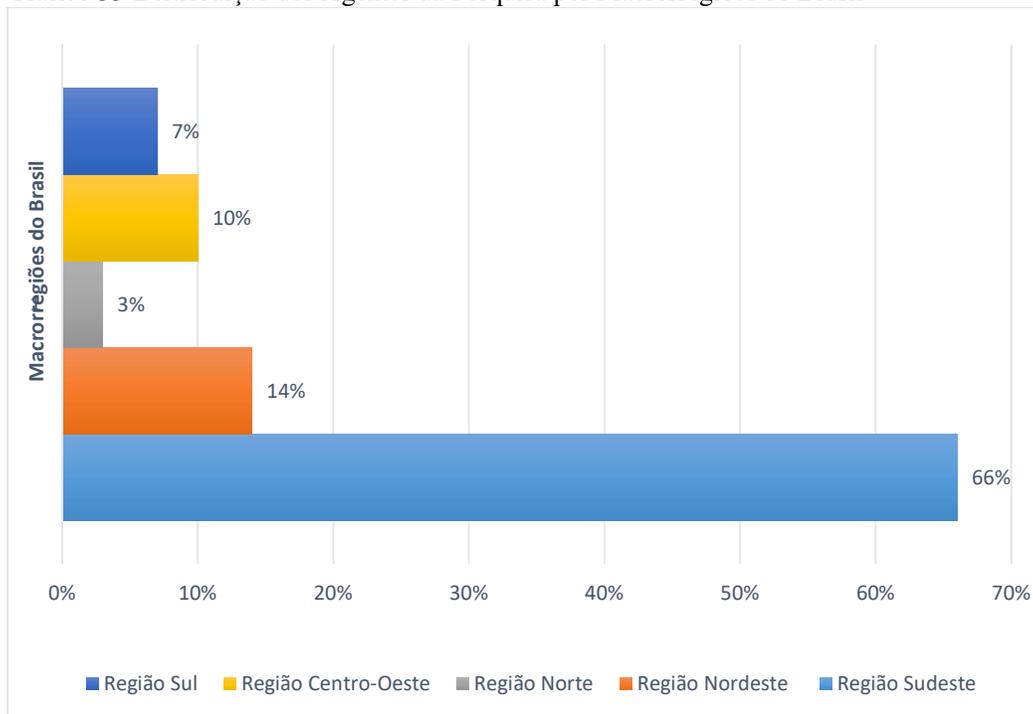
autonomia necessária à ciência, a qual, conforme citado por Bourdieu (BOURDIEU, 2004c) em seus estudos, na França, faz menção ao seu enfraquecimento face a influência dos poderes políticos e econômicos, inclusive, os religiosos no campo científico.

Ademais, esposas amorosas, mães dedicadas e senhoras benevolentes traduzem o papel definido às mulheres do ponto de vista da religião e da filosofia moral, conforme observa Martins (MARTINS, 2012), contribuindo, dessa forma, para a promoção de uma ciência menos feminina e mais androcêntrica.

Por certo, este fato poderia explicar a “tendência ao fiscalismo que, ao tratar o corpo como uma coisa que se pode medir, pesar, contar, pretende transformar a ciência do homem, à exemplo de uma certa demografia, em ciência da natureza” (BOURDIEU; MICELI, 2007b, p. 161).

A aferição dos indicadores demográficos, como o local de nascimento dos agentes da pesquisa, permitiu verificar a desigual representatividade da classe científica feminina nos diversos Estados brasileiros, como pode ser verificado no Gráfico 33.

Gráfico 33-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Macrorregiões do Brasil



Fonte: elaborado pela autora.

Mais da metade (66%) das cientistas são oriundas da Região Sudeste e pertencentes à classe média. A análise da relação das características sociodemográficas

da Unidade Regional de origem das cientistas analisadas e as escolhas realizadas, ao longo de sua trajetória, em função das oportunidades objetivamente associadas à posição social na qual foram socializados, remete aos efeitos do processo desenvolvimentista do país, a partir da década de 1930, os quais beneficiaram, sobretudo, a população feminina das principais metrópoles brasileiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, conforme observam Ferreira *et al.* (2008a).

Por outro lado, as cientistas oriundas das demais macrorregiões do país, em particular, da região nordeste, cabe a restrição de suas escolhas, considerando ser a região mais afetada pelas desigualdades sociais no país, detentora da maior concentração de pobreza do Brasil (IPEA, 2020). Este fato constitui-se num duplo desafio para a população feminina dessa região, pois, como destaca Saffioti (1984) acentua sua condição de vulnerabilidade, por serem mulheres e por serem de origem social menos privilegiada.

De todas as cientistas analisadas, três pertencem a outras nacionalidades, a saber: portuguesa, venezuelana e polonesa; considerando que duas cientistas foram frutos de famílias que fizeram parte do movimento imigratório no Brasil.

A vinda de imigrantes para o país contribuiu para a constituição de novos hábitos comportamentais e uma proposta de estruturação das diretrizes científicas e técnicas nacionais, sob as aspirações das elites burguesas, emanadas da Europa e, ainda, dos Estados Unidos (AZEVEDO; FERREIRA, 2006).

Meus pais vieram da Polônia, de Varsóvia. Papai tinha aquela preocupação muito grande com a nossa formação. Então, a gente sempre teve boas escolas. Eu não podia ter um bom sapato, mas tinha uma boa escola. Ele valorizava o básico para ser formada, ter uma cultura, mas não para trabalhar. Eu fui fazer científico, já meio com ele, contrariado (CIENTISTA 2).

A narrativa apresentada caracteriza-se pela reprodução de estratégias empreendidas por famílias em busca de uma ascensão social caracterizada pela nova classe média, com um nível de instrução elevado, porém desprovida de capital econômico. Este tipo de classe social exerce uma função vanguardista no seio da sociedade e, em especial, na educação das filhas. Desta forma, esta família, tipicamente patriarcal, tenderia através das estratégias educativas, promover as estratégias matrimoniais, por meio dos investimentos econômicos na área da educação.

As estratégias matrimoniais, por sua vez, constituem-se em um caso particular das estratégias de investimento econômico e social, para a garantia da reprodução biológica do grupo, evitando-se colocar em risco as suas futuras gerações, através de uma reprodução social com matrimônios desiguais (BOURDIEU, 2020).

Pois, como afirma Bourdieu (2014a), o peso determinante da economia de bens simbólicos, que organiza toda a percepção do mundo social, através do princípio de divisão fundamental, impõe-se a todo o universo social, assim como à economia da reprodução biológica.

#### *4.3.2 O campo escolar*

Desistiu-se de prosseguir com a análise dos indicadores que compreendem o campo escolar, em sua plenitude, por falta de dados complementares, não compilados, de 45% dos agentes da pesquisa.

Porém, este fato não trouxe prejuízo à investigação proposta. Pois, segundo a premissa estabelecida por Bourdieu (2008b), há estreita relação que une as práticas culturais dos agentes sociais ao capital escolar por eles adquirido e, secundariamente, à sua origem social.

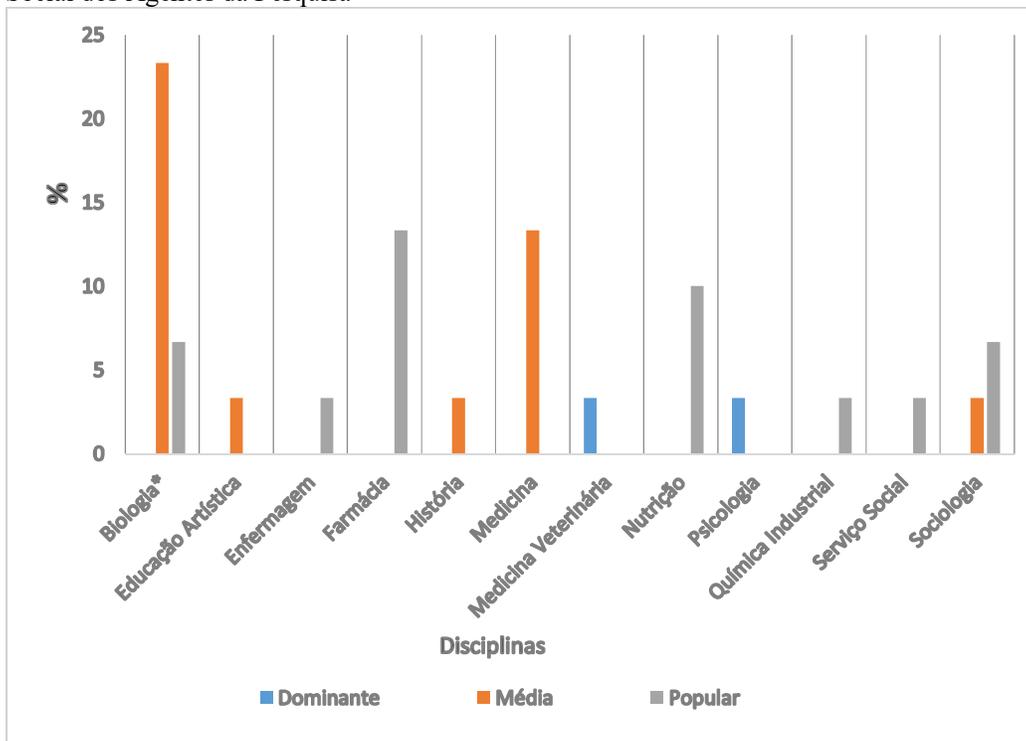
Portanto, esta pesquisa irá proceder com o aumento do peso da origem social no sistema explicativo das práticas culturais dos agentes da pesquisa.

#### *4.3.3 O campo acadêmico*

A sub-representação social das mulheres na Academia evidencia-se não só nos cargos de gestão da alta hierarquia, mas também em face das disciplinas por elas realizadas em seus cursos de formação acadêmica, como evidenciado na pesquisa.

Na análise do campo acadêmico, observou-se a prevalência das escolhas das pelos cursos voltados para a área dos cuidados, como Enfermagem, Nutrição, Farmácia e Medicina. Contudo, a maior concentração das escolhas recaiu no Curso de Biologia, cuja antiga denominação era Curso de História Natural, conforme mostra o Gráfico 34.

Gráfico 34- Relação Proporcional entre as Chances de Escolhas das Disciplinas e a Origem Social dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

(\*) Inclui-se aqui o Curso de História Natural, antiga denominação do Curso de Biologia.

A preponderância das escolhas proferidas pelas mulheres às esferas do cuidado, como prerrogativa para suas carreiras, evidenciam o “longo trabalho coletivo de socialização do biológico e de biologização do social”, como sugere Bourdieu (2014a, p. 9); de incorporação e cognição, fazendo ver uma construção social naturalizada sobre a divisão sexual do trabalho e da eternização do arbitrário cultural, através de um longo processo de transformação da história em natureza.

Além disso, ao relacionar a origem social dos agentes da pesquisa às escolhas pelos cursos realizados, na área dos cuidados, é passível de se verificar que este processo obedece a uma “hierarquia social dos campos científicos - as disciplinas - que orienta fortemente as práticas e, particularmente, as escolhas de vocação” (BOURDIEU, 1983, p. 128), com mais evidência nas classes menos privilegiadas, ou seja, nas classes populares (representando quase 40% de todas as escolhas).

Ademais, Nogueira e Nogueira (2009a) concebem, sob a perspectiva bourdieusiana, que as estratégias de ação utilizadas pelos indivíduos, nas mais diversas esferas da vida social, bem como seu nível de aspiração social refletem o modo como

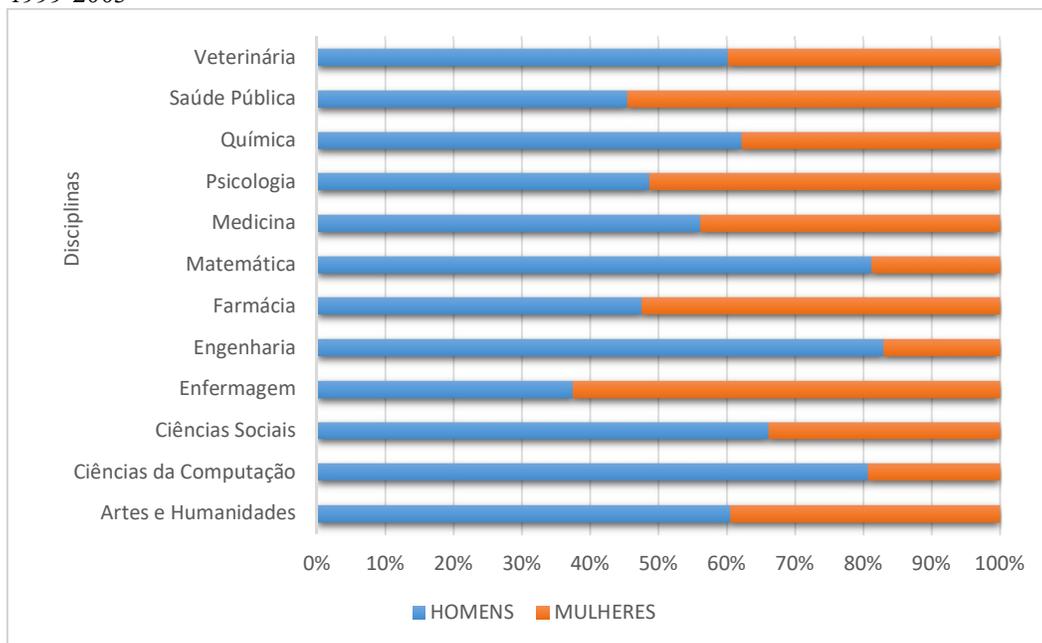
representam e avaliam a realidade, cujas escolhas são realizadas em função das oportunidades objetivamente associadas à posição social na qual foram socializados.

Bourdieu e Passeron (2014c) corroboram com esta assertiva quando citam que é preciso “restituir as tendências que se percebem nas probabilidades condicionais e que, quase sempre, hierarquizam as chances em função da origem social” (2014c, p. 22).

Este fato fica mais evidente quando comparado aos dados estatísticos de gênero publicados pela Elsevier (2020) através do Relatório Global emitido pela Editora, é possível verificar a recorrente feminilização de determinados cursos de nível superior, nos quais as mulheres têm maior representatividade, superando, inclusive, o número de publicações dos homens.

Segundo dados da Elsevier (2020), no período de 1999 a 2003, as mulheres cientistas publicaram mais que os homens nas disciplinas dos cursos de Enfermagem, Farmácia, Psicologia e nos cursos que estão compreendidos à esfera de serviços como, por exemplo, Serviço Social; quase equiparando-se com os homens em Medicina. Contudo, as mulheres possuem pouca representatividade nas áreas que compreendem as disciplinas chamadas “duras” como Ciência da Computação, Matemática e Engenharia, como mostra o Gráfico 35.

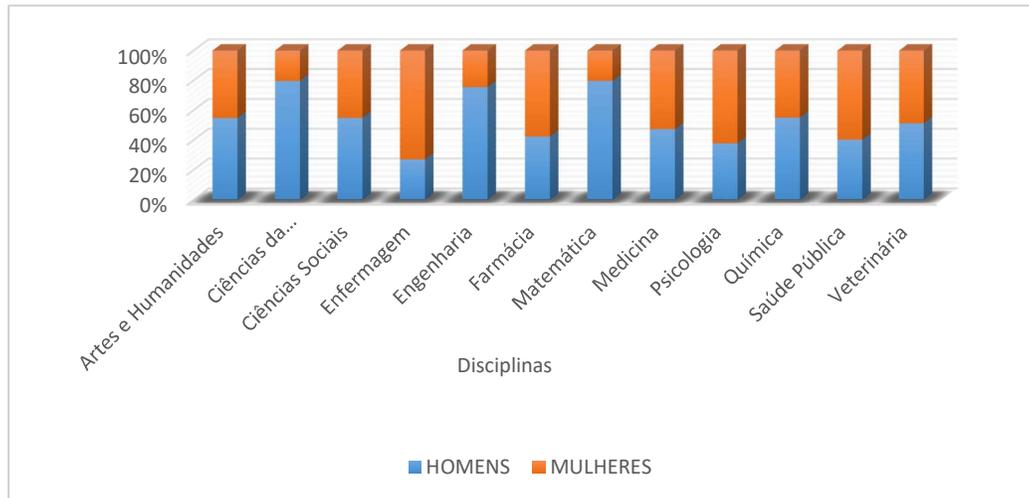
Gráfico 35-Proporção (%) de Publicações por Disciplina entre Homens e Mulheres no Brasil, 1999-2003



Fonte: Editora Elsevier (2020). Elaborado pela autora.

Ainda segundo dados da Elsevier (2020), após quase 20 anos, o cenário de desigualdades diante das escolhas possíveis, não se alterou. Ao contrário, acentuou ainda mais a feminilização de áreas específicas, como a dos cuidados, acentuando ainda mais a sub-representação das mulheres nas disciplinas em que já se encontravam em defasagem, como mostra o Gráfico 36.

Gráfico 36-Proporção (%) de Publicações por Disciplina entre Homens e Mulheres no Brasil, 2014-2018



Fonte: Editora Elsevier (2020). Elaborado pela autora.

Este cenário evidencia que, não obstante o avanço das mulheres no campo acadêmico e científico, “as estruturas antigas da divisão sexual parecem ainda determinar a direção e a forma das mudanças, por estarem objetivadas nos níveis, nas carreiras” (BOURDIEU, 2014a, p. 113); pois atuam sob princípios práticos das escolhas das mulheres, condicionando-as às funções que se situam no prolongamento das atividades domésticas, isto é, compreendidas às esferas do ensino, dos cuidados e dos serviços; bem como ao limitado poder de autoridade das mulheres sobre os homens, limitando-as às funções subordinadas, de auxiliares.

No entanto, advertem Bourdieu e Passeron (2014c) que, adverso a esta tendência, as chances de se fazer o Curso de Medicina (disciplina temporalmente dominante) aumentam de acordo com a necessidade (ou o *ethos*) de ascensão social dos agentes, através da imposição de maior investimento de estratégias educativas pela família. Circunstância esta observável nesta pesquisa quando da prevalência pela escolha do Curso de Medicina pelas cientistas oriundas da classe média e frações, cujo fundamento nutre-se pelas expectativas de elevação social.

Outro importante fator destacado por Bourdieu (2014a) é que, para evitar ratificar o real, aparentando registrá-lo cientificamente, deixa-se passar os efeitos mais visivelmente negativos da dominação e da exploração, que é o racismo; uma forma particular de violência simbólica que, por vezes, impõe-se, de forma oculta, a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Haja vista, a predominância da raça branca entre as mulheres oriundas da classe média, nas diversas áreas do conhecimento nas quais se encontram inseridas, como ilustrado na Tabela 7.

Tabela 7-Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Área de Conhecimento, Raça e Classe Social

CIENTISTA	CLASSE SOCIAL	RAÇA	ÁREA DE CONHECIMENTO
1*	Popular	Branca	Não cursou
2	Média	Branca	Ciências Biológicas
3	Popular	Negra	Ciências Humanas
4	Popular	Branca	Ciências da Saúde
5	Popular	Branca	Ciências da Saúde
6	Média	Branca	Ciências Biológicas
7	Média	Branca	Ciências Biológicas
8	Popular	Negra	Ciências da Saúde
9	Popular	Negra	Ciências Sociais Aplicadas
10	Média	Branca	Ciências da Saúde
11	Popular	Negra	Ciências Biológicas
12	Média	Branca	Ciências Biológicas
13	Média	Branca	Ciências Biológicas
14	Média	Branca	Ciências Humanas
15	Média	Branca	Linguística, Letras e Artes
16	Média	Branca	Ciências Biológicas
17	Popular	Branca	Ciências da Saúde
18	Média	Branca	Ciências da Saúde
19	Popular	Branca	Ciências da Saúde
20	Popular	Negra	Ciências da Saúde
21	Popular	Negra	Ciências Exatas e da Terra
22	Média	Branca	Ciências Humanas
23	Média	Branca	Ciências da Saúde
24	Média	Branca	Ciências da Saúde
25	Dominante	Branca	Ciências Agrárias
26	Popular	Negra	Ciências Humanas
27	Dominante	Branca	Ciências Humanas
28	Média	Branca	Ciências Biológicas
29	Popular	Negra	Ciências da Saúde
30	Média	Branca	Ciências Biológicas
31	Popular	Negra	Ciências da Saúde

Fonte: elaborado pela autora.

(\*) observe-se que uma cientista não realizou curso de ensino superior.

Assim sendo, destacam Bourdieu e Passeron (2014c) que não são só os obstáculos econômicos suficientes para explicar a desigualdade de oportunidades diante da escola. Somam-se a eles, superando-os, os fatores culturais que determinam as escolhas, o prolongamento da escolarização e o sucesso escolar.

Esta realidade representa a trajetória social de quase 50% das cientistas analisadas que, apesar de serem oriundas das classes populares, obtiveram sua inserção no campo acadêmico e científico no país.

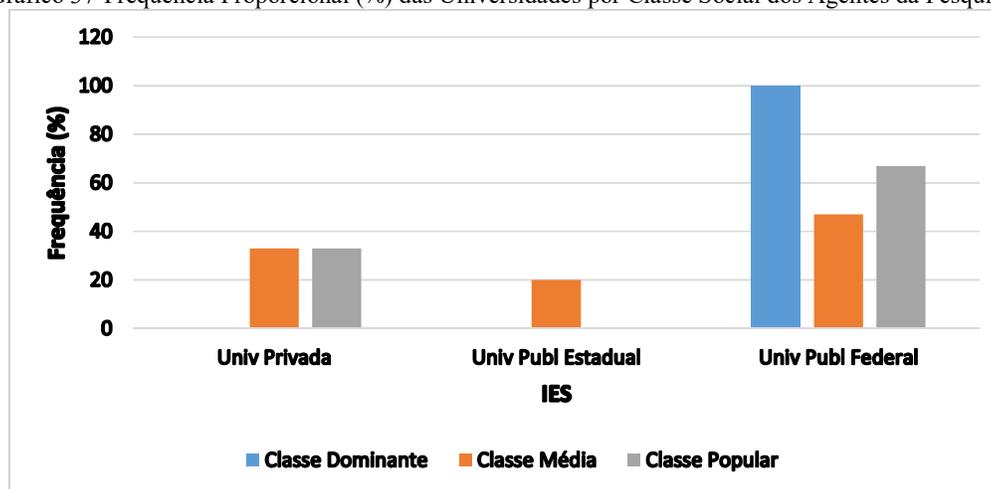
Portanto, vencer os desafios e adentrar o espaço predominantemente masculino, alicerçado sob as estruturas normatizadoras da socialdemocracia; e ir de encontro ao arbitrário cultural imperante no país, faz parte da trajetória social das cientistas analisadas no presente estudo:

[...] Veja como é importante a gente ver e não viver só de teoria, porque quando fui para a prática, foi um amor pela química fora do comum. É como eu falo, não fui eu que escolhi a química, a química é que me escolheu (CIENTISTA 21).

Considerando ser o campo universitário o “reflexo de um estado do sistema econômico ou a expressão direta do sistema de valores da sociedade global” (BOURDIEU; PASSERON, 1992, p. 189), ele contribui, de certa maneira, para a reprodução do espaço das posições diferentes que são constitutivas do campo do poder.

Desta forma, a escolha das universidades seguiu os mesmos parâmetros das escolhas pelos cursos realizados, ou seja, segundo a distribuição dos diferentes indícios mais ou menos diretos do capital econômico e cultural da classe social de origem, conforme demonstrado no Gráfico 37.

Gráfico 37-Freqüência Proporcional (%) das Universidades por Classe Social dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Observe-se que concernente às cientistas oriundas de classe popular há dois casos especiais que não foram incluídos no cálculo (uma cientista não cursou nível superior e a outra não informou a universidade de onde é egressa).

Ao se aferir a frequência proporcional das IES por classe social dos agentes da pesquisa, verificou-se:

- a) cientistas oriundas das classes populares: 33% são egressas de universidades privadas (na maioria bolsistas) e 67% são egressas de universidades públicas federais;
- b) cientistas oriundas da classe média: 33% são egressas de conceituadas universidades privadas, como PUC, USU (custeadas com meios próprios), 20% são oriundas de universidades públicas estaduais e 47% são oriundas de universidades públicas federais;
- c) cientistas oriundas da classe dominante: 100% são egressas de universidades públicas federais.

Mesmo que o acesso às universidades públicas federais pelas mulheres oriundas de classes populares tenha se dado de forma expressiva, o predomínio cultural ainda permanece restrito às classes mais privilegiadas, como as elites e as classes médias ou frações.

Não obstante, para 33% das cientistas oriundas de classes populares, a concretização de realização de um curso superior se deu através de bolsa de estudo concedida pelo Estado, por meio de Programas Nacionais de Financiamento da Educação Superior, sendo submetidas, por vezes, à restrição das suas escolhas, e à incerteza da qualidade do Curso pretendido.

Eu sou fruto do investimento do governo brasileiro. Sempre tive bolsa, tive bolsa no segundo grau, tive bolsa na graduação, no mestrado e no doutorado e no recém doutor, etc, fora as outras (CIENTISTA 14).

[...] o papai trabalhava numa fábrica, ele era operário e ele ficou desempregado porque a fábrica fechou. Mamãe vendia roupas de porta em porta e eu tinha muita preocupação se eu ia conseguir ou não estudar. Como era muito estudiosa eu consegui uma bolsa de estudos, em uma das melhores escolas da minha cidade, e passei no vestibular, mas numa universidade que ficava em outro estado (CIENTISTA 5).

E nessa mesma época, no final de 2010, eu me informo na graduação em nutrição no Instituto Metodista Bennett. E porque que eu já coloco logo aqui o Instituto Metodista Bennett? Eu tinha uma, a partir do

projeto social Educafro, eu tive a possibilidade de ter uma bolsa 100% nessa universidade. Eu passei lá na prova, né, fiquei em primeiro lugar tanto na nutrição, quanto em primeiro lugar geral de todos os cursos da universidade. E logo depois eu passei também para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para o curso de Biologia, mas eu já estava fazendo nutrição então eu dei continuidade aos estudos em relação a nutrição em 2010 (CIENTISTA 29).

A prática de se auto eliminar da competição escolar, objetiva e subjetivamente, é regida pelo senso de realismo que governa suas aspirações e pela necessidade de rápida inserção no mercado de trabalho.

Desta forma, a relação moderada com o sistema de ensino e um envolvimento moderado com os estudos são condicionados, a fim de evitar aquilo que de alguma forma lhes seria negado pela sociedade.

Ademais, cabe aqui ressaltar que os julgamentos aferidos à capacidade científica de um agente estarão sempre contaminados, no transcurso de sua carreira, pelo conhecimento da posição que ele ocupa nas hierarquias socialmente instituídas (BOURDIEU, 1983). Pois, segundo a prerrogativa de Bourdieu (2004c) os sistemas de seleção (como as IES de elite) impulsionam as grandes carreiras científicas, ou seja, “quanto mais conhecidos são os investigadores (pelo sistema de ensino e, depois, pelo mundo científico), mais produtivos são e continuam a ser” (2004c, p. 25).

#### *4.3.4 O campo profissional*

O ingresso na Fiocruz foi feito em diferentes momentos e de diferentes formas, sob os condicionamentos legais em vigor de cada época, a fim de atender as demandas institucionais na área da pesquisa, ensino e, ainda, na área de serviços de saúde. Grande parte das cientistas analisadas, testemunharam ter tido o primeiro acesso na Fiocruz como estagiárias de laboratório de pesquisa.

[...]O sino batia quase que o dia inteiro de tanta gente que morria de malária. E eu fui trabalhar nesse serviço, com a Maria Deane. E depois, o Dr. Deane, nesta ocasião, era o noivo de Maria Deane e ele trabalhava em Imbaúba, uma localidade perto de Aracati e ela trabalhava nesse laboratório central. Eu comecei a trabalhar com ela. Comecei a trabalhar lavando vidro, sabe? [...] (CIENTISTA 1).

[...] Nessas alturas, eu já estava frequentando o laboratório, e nisso, o Travasso, um dia perguntou para mim: - Escuta, você quer estagiar aqui comigo? No dia seguinte, eu estava de armas e bagagens, e nunca mais saí. Em 1961, teve um curso de Especialização em Helmintologia. Durante o curso, nós abríamos, fazíamos necropsias e abríamos peixes. Eu encontrei um parasito e o Travasso virou para

mim e disse: - *Anna, parasitos de peixe é uma coisa muito pouco estudada no Brasil, e é muito interessante.* Aí eu me animei, e comecei a estudar parasito de peixe. Por causa desse primeiro parasito que eu encontrei no curso de helmintologia [...] (CIENTISTA 2).

O processo de inserção no campo científico se deu, em grande parte, através de estímulos e/ou oportunidades concedidas por terceiros. Todos, objetivamente, associados à posição social na qual foi socializada (através de um colega de sala de aula, através de indicação de um professor de ensino médio e até mesmo de ensino superior ou por indicação de um conhecido da família). Haja vista, que “os lucros que o pertencimento a um grupo proporciona estão na base da solidariedade que os torna possível” (BOURDIEU, 2007c, p. 67).

Então, de repente, um colega meu me convidou, na época do colégio, o pai dele era médico legista e me convidou para ir no IML (instituto médico legal) assistir uma necropsia. E aí vi realmente que eu queria fazer (CIENTISTA 19).

O que aconteceu na minha graduação foi muito importante para definir a minha carreira foram as mulheres que eu encontrei. Eu encontrei mulheres muito fortes que já estavam nessa luta antes de eu entrar. Então essas mulheres me incentivaram, me incentivaram muito [...] Esta é uma lição também que eu já tomei na minha vida e eu faço disso, assim, uma lição, né, e eu faço disso no meu dia a dia. Então, apoiar as outras mulheres é muito importante, nós não podemos ser concorrentes das outras mulheres, nós temos que apoiar. Nós temos que ser amigas, nós temos que dar as mãos, eu acho que essa é uma segunda lição que eu passo para vocês [...] (CIENTISTA 20).

A Tabela 8 mostra a distribuição dos agentes da pesquisa por função, ano de ingresso na Fiocruz e Geração.

Tabela 8- Distribuição dos Agentes da Pesquisa por Função, Ano de Ingresso na Fiocruz e Geração

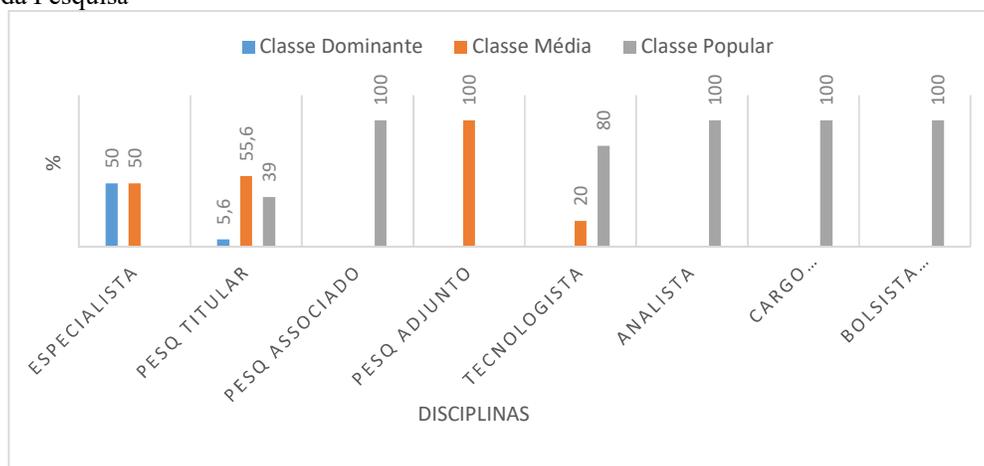
CIENTISTA	GERAÇÃO	INGRESSO NA FIOCRUZ	FUNÇÃO DE INGRESSO
1	1920	1939	Estagiária de Laboratório
2	1940	1960	Estagiária de Laboratório
3	1960	2002	Pesquisadora
4	1970	2003	Estagiária de Laboratório
5	1970	2016	Pesquisadora
6	1930	1961	Estagiária de Laboratório
7	1940	1963	Estagiária de Laboratório
8	1960	1988	Não informou
9	1970	2016	Tecnologista em C & T
10	1940	1986	Pesquisadora
11	1960	2006	Tecnologista em C & T
12	1950	1982	Pesquisadora
13	1950	1996	Estagiária de Laboratório

14	1960	1998	Pesquisadora
15	1960	2002	Bolsista Recém Doutor
16	1960	1987	Pesquisadora
17	1950	1981	Tecnologista em C & T
18	1960	1987	Médica
19	1970	2008	Cargo Comissionado DAS
20	1950	1996	Pesquisadora
21	1980	2006	Técnica de Laboratório
22	1950	1987	Pesquisadora
23	1960	2009	Pesquisadora
24	1950	2019	Especialista em C & T
25	1960	2018	Especialista em C & T
26	1960	1998	Professora/Tutora
27	1940	1975	Pesquisadora
28	1970	2018	Consultora/Bolsa Projeto
29	1980	2010	Estagiária de Laboratório
30	1940	1981	Pesquisadora
31	1960	1986	Pesquisadora

Fonte: elaborado pela autora.

No Gráfico 38 foram relacionados os cargos, todos de nível superior, discriminados de forma hierárquica, e segundo a ordem de complexidade na forma de sua investidura na instituição, a fim de se analisar as chances proporcionais de evolução na carreira, pelos agentes da pesquisa, segundo a classe social<sup>19</sup> de origem.

Gráfico 38-As Chances (%) de Evolução na Carreira Segundo a Origem Social dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

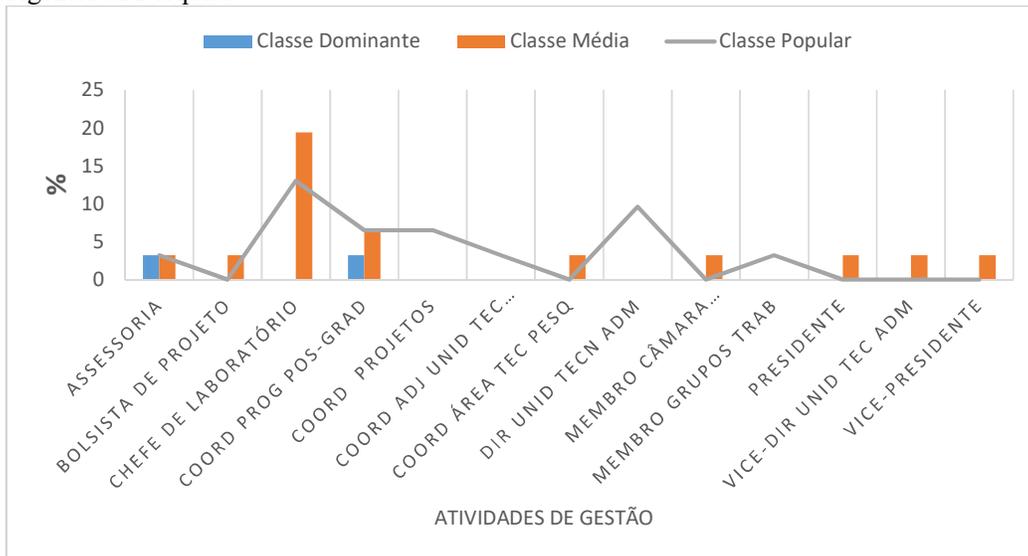
<sup>19</sup> A definição das classes sociais (dominante, média e popular) das científicas analisadas seguiu a perspectiva bourdieusiana, com base na classificação resumida adotada por Nogueira e Nogueira (2009a), referenciada no Capítulo 2, Seção 2.1.3 deste estudo.

Verificou-se que os cargos de maior complexidade, que exigem qualificação especializada e experiência profissional com tempo mínimo na área de atuação, são ocupados por cientistas oriundas de classes dominantes e de classes médias e frações.

A ocupação de cargos de menor complexidade na instituição, pelas cientistas oriundas de classes populares, caracteriza-se tanto pelo pequeno volume do patrimônio da família de origem, tanto pelas condições de existência, as quais acabam por condicionar um estilo de vida marcado pelas urgências temporais. Do senso de realismo que governa suas aspirações e condutas escolares, advém a relação resignada com o sistema de ensino a um envolvimento moderado com os estudos (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a).

De outro modo, as atividades de gestão concentram-se, prioritariamente, nas mulheres oriundas da classe média (48,3%), seguida pelas mulheres oriundas das classes populares (45,2%), contra 6,4% das classes dominantes, como ilustrado no Gráfico 39.

Gráfico 39-Relação (%) das Atividades de Gestão Segundo as Classes Sociais de Origem dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Sobre este aspecto, Bourdieu (1983) sugere que quando o “jovem cientista encontra muito rapidamente responsabilidades administrativas, sua energia está menos disponível para a sublimação no radicalismo de uma pesquisa pura” (p. 20), o que confere uma sobrecarga de trabalho às mulheres, que alia as atividades do Cargo que ocupam, às inumeráveis Atividades de Gestão a elas delegadas.

Pensando nessa questão da pós-graduação, apesar de ser um cargo de Gestão, e hoje muito se fala na importância da mulher nos cargos de

Gestão, porquê do ponto de vista quantitativo as mulheres estão, hoje, ocupam muito mais em certos lugares do que os homens. Por exemplo, na graduação. Na graduação você tem muito mais, tanto em termos de acesso, como em termos de matrícula, como em termos de titulação, mais mulheres hoje se formam no ensino superior do que homens. Também na pós-graduação isso acontece isso é verdadeiro. Então muito se coloca, muito se debate hoje sobre esse lugar da mulher na gestão, assumindo cargos de gestão. E a pós-graduação o lugar da coordenação da pós-graduação, ele para mim, hoje, ela apresenta algumas características, como por exemplo, se um lugar é em relação à pesquisa um lugar menos valorizado ele é um lugar de menos disputa. O que eu quero dizer, menos pessoas querem ser coordenadores de curso do que pesquisadores, então, é um lugar de menor disputa, é um lugar hoje extremamente sobrecarregado (CIENTISTA 25).

Este contexto obedece, ainda, a lógica de hierarquia social existente nos campos científicos, pois, apesar de, dentre as mulheres analisadas, uma exercer a função de Presidente da Fiocruz, esta regra constituiu-se uma exceção, dentre mais de 100 anos de existência da instituição.

Outrossim, o decréscimo da quantidade das atividades de gestão, com o aumento do tempo de serviço na instituição, como é o caso das cientistas que compõem o grupo da classe social dominante, aparentemente se compreende se admitir-se que o crescimento do capital de consagração tende a reduzir a urgência da alta produtividade, a qual foi necessária para obtê-lo, elevando-se o grau de homogeneidade entre os concorrentes-pares (BOURDIEU, 1983).

#### *4.3.5 O campo científico*

Segundo Bourdieu (1983), no campo científico não se encerram somente “as leis da concorrência pura e perfeita das ideias, infalivelmente recortada pela força intrínseca da ideia verdadeira” (1983, p. 123). Mas, considera o autor que o campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas, em lutas anteriores, é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial; e “o que está em jogo, especificamente, nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social” (1983, p. 122). Em outros termos,

quer dizer, a capacidade de agir de maneira autorizada e com autoridade, socialmente<sup>20</sup> outorgada a um determinado agente.

A luta pela autoridade científica (ou de reconhecimento, prestígio, celebridade) é uma espécie de capital social, que assegura um poder sobre os mecanismos constitutivos do campo, e que pode ser reconvertido em outras espécies de capital. Sua característica principal deve-se ao fato de que, quanto maior for a autonomia do campo científico, somente terá como possíveis clientes os próprios pares-concorrentes (BOURDIEU, 1983).

Portanto, “o reconhecimento, marcado e garantido, socialmente, por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem a cada um de seus membros, é em função do valor distintivo de seus produtos” (BOURDIEU, 1983, p. 131).

Melhor dizendo, o que está em jogo é o poder de impor uma definição da ciência (a limitação do campo dos problemas, métodos, teorias), que cada agente deve engajar-se, para impor o valor dos seus produtos e de sua própria autoridade de produtor legítimo. Portanto, a definição mais apropriada da ciência será a que lhe permita ocupar, legitimamente, a posição dominante no campo, e que assegure aos talentos científicos de que é detentor, a título pessoal ou institucional, a mais alta posição na hierarquia dos valores científicos (BOURDIEU, 1983).

Os determinantes do poder e prestígio político, uma espécie de capital social, que legitima a autoridade científica, rege-se pela mediação entre a virtude das aspirações que autorizam e que favorecem as chances objetivas. Ou seja, as pesquisas que empreenderam mais investimentos de dedicação, tempo e trabalho compreendem trajetórias elevadas no campo científico, na qualidade de “palco de disputas entre dominantes e pretendentes, relativas aos critérios de classificação e hierarquização dos bens simbólicos produzidos e, indiretamente, das pessoas e instituições que os produzem” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2009a, p. 37).

Assim sendo, para compreender as transformações das práticas científicas que acompanharam o avanço na carreira, serão relacionadas as diferentes estratégias

---

<sup>20</sup> Faz-se necessário esclarecer que ser socialmente reconhecido no campo científico, como citado no texto, refere-se à outorga deste reconhecimento pelo conjunto dos cientistas (ou concorrentes), à medida que crescem os recursos científicos acumulados e, correlativamente, a autonomia do campo. In: (BOURDIEU, 1983, p. 123).

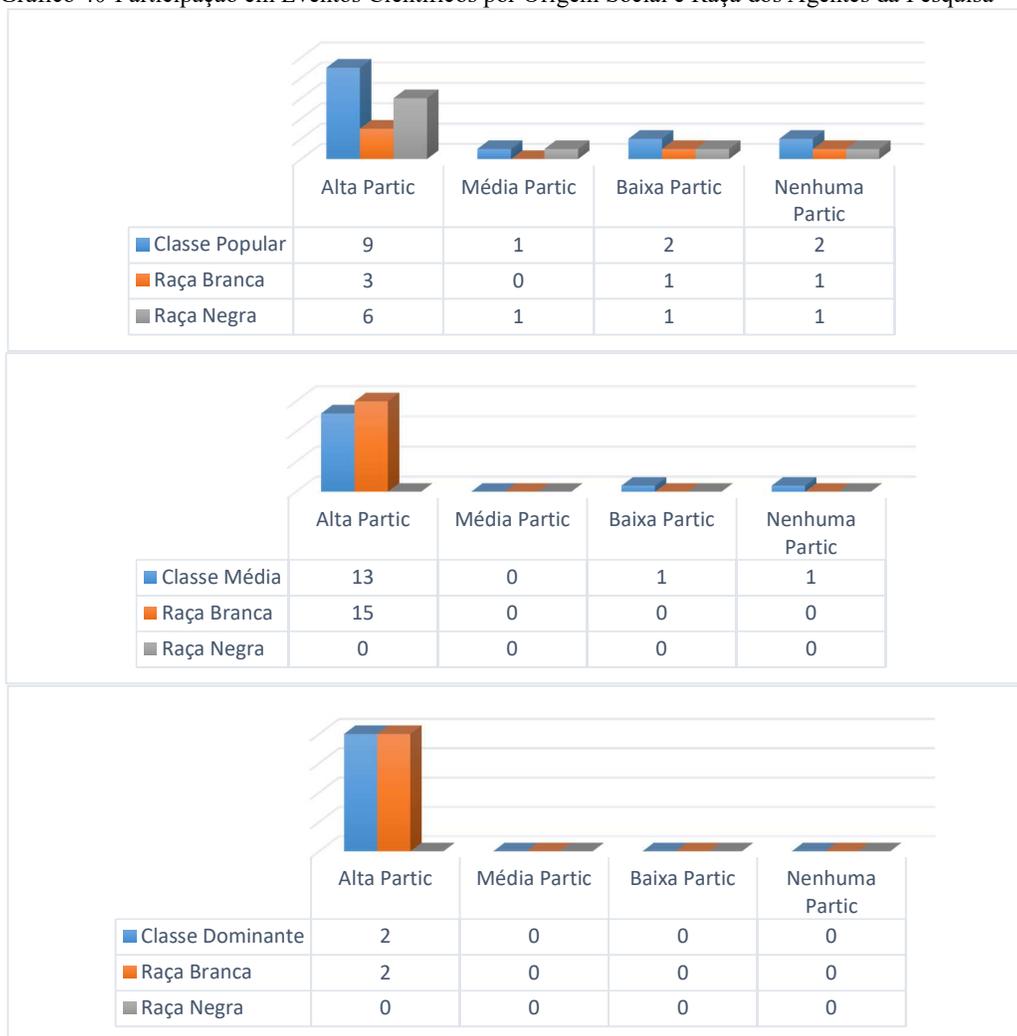
científicas empreendidas pelos agentes da presente pesquisa, sob a lógica das aspirações, isto é, das ambições científicas, as quais são tanto mais altas quanto o capital de reconhecimento é elevado. Pois, “a posse do capital que o sistema de ensino confere, sob a forma de um título raro, desde o começo da carreira científica, implica e supõe - através de mediações complexas - a busca de objetivos elevados, socialmente desejados e garantidos por esse título” (BOURDIEU, 1983, p. 134).

Portanto, considerando ser a hierarquia social existente nos campos científicos produto das disposições dos agentes, legitimada no âmago dos mecanismos de reprodução de práticas e representações, serão avaliadas as chances objetivas das práticas científicas, segundo a classe social de origem e raça dos agentes da pesquisa, como discriminado a seguir:

***a) participação em eventos científicos:*** após a análise da relação deste indicador com a classe social e raça dos agentes da pesquisa, os dados revelam a alta participação do grupo de cientistas oriundas da classe dominante e da classe média, predominantemente da raça branca. Pode-se aferir, ainda, que as cientistas oriundas das classes populares, predominantemente da raça negra, têm menor participação nos eventos científicos, como ilustrado na fala da CIENTISTA 29 e no Gráfico 40.

[...] enquanto nutricionista terceirizada na Fiocruz, eu participei de diversos congressos. Antes eu não tinha este incentivo, as universidades privadas não têm este incentivo. A partir da Fiocruz, eu tive essa possibilidade de colocar aqueles pensamentos da questão da área da ciência em si. E aí vou trazendo aqui algumas memórias, muito importantes, porque você ser protagonista de algo é sempre muito difícil, pelo menos para mim [...] (CIENTISTA 29).

Gráfico 40-Participação em Eventos Científicos por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa



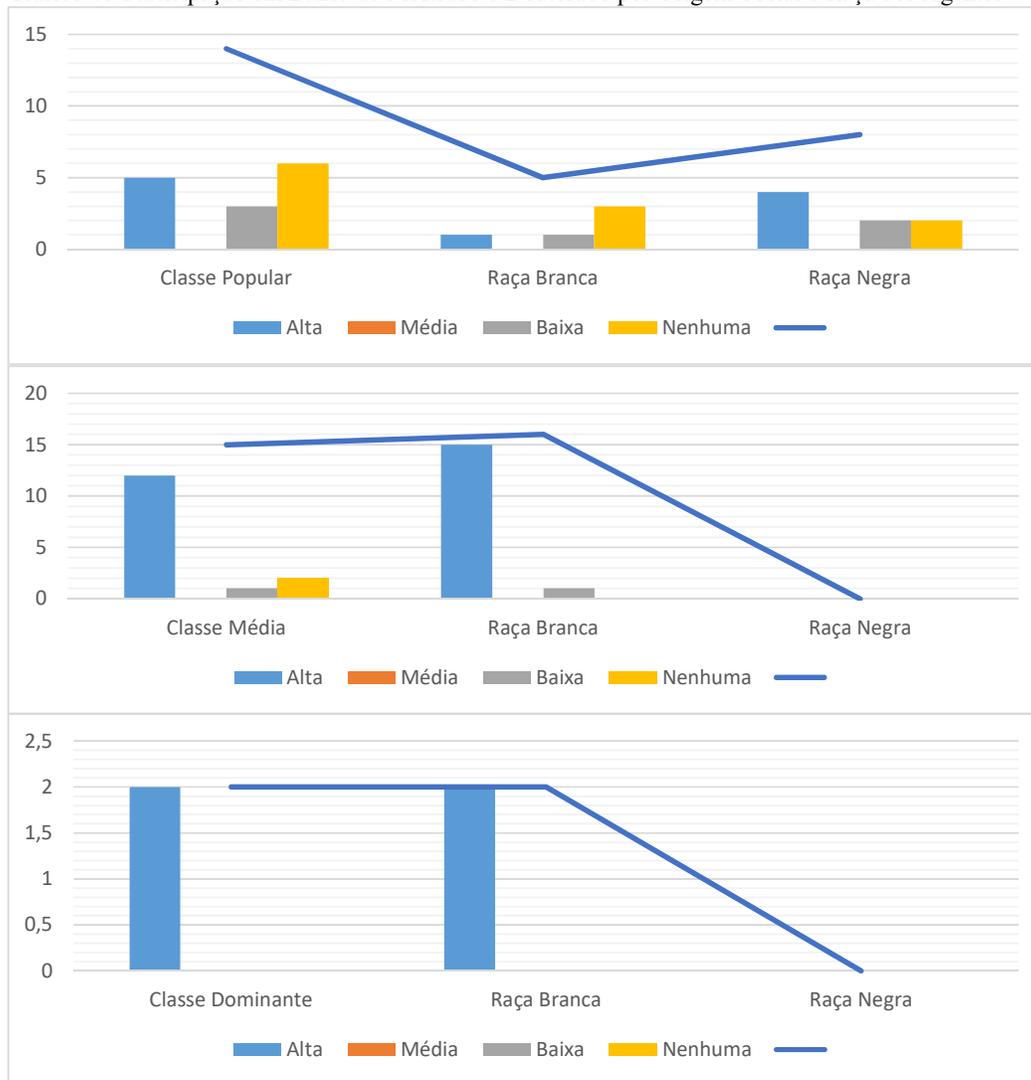
Fonte: elaborado pela autora.

***b) participação em bancas de defesa de pós-graduação (mestrado e doutorado):***

da mesma forma, a análise relativa da participação em Banca de Defesa de Mestrado e Doutorado e a origem social e raça dos agentes da pesquisa, revela a alta participação do grupo de cientistas oriundas da classe dominante e da classe média, predominantemente da raça branca.

No grupo oriundo da classe popular, observa-se uma inexpressiva participação das mulheres da raça branca em Bancas de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), porém, com uma linha de evidência de ascensão na participação deste evento para as mulheres negras, como mostra o Gráfico 41.

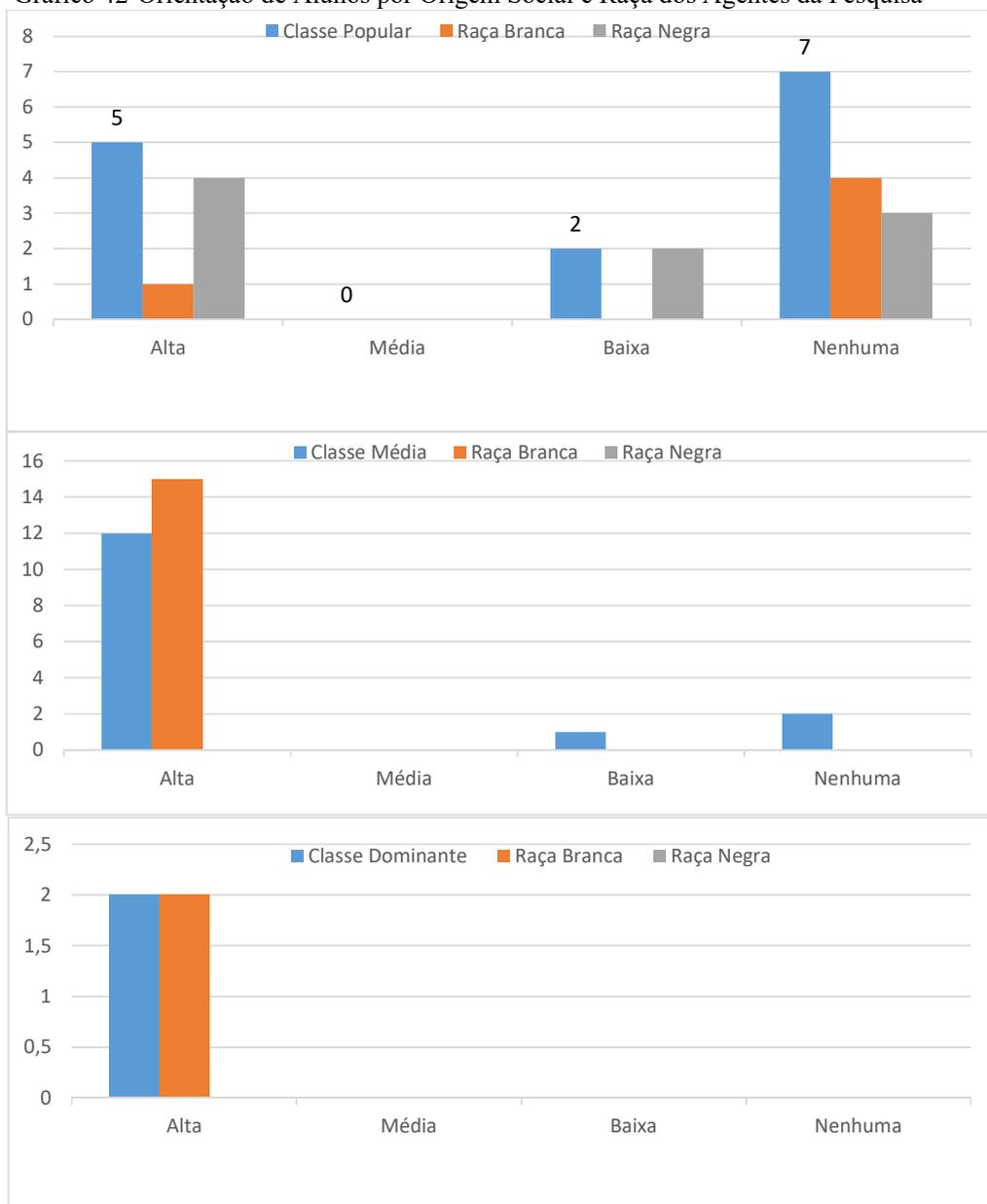
Gráfico 41-Participação em Banca de Mestrado e Doutorado por Origem Social e Raça dos Agentes



Fonte: elaborado pela autora.

- d) **orientação dos alunos dos cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado):** de forma semelhante à aferição anterior, a relação desta prática científica, segundo a origem social e raça dos agentes da pesquisa, verifica-se que há o predomínio desta atividade pelas cientistas oriundas da classe dominante e da classe média, predominantemente da raça branca. As cientistas da raça negra têm maior evidência nesta prática, quando oriundas da classe popular, como ilustrado no Gráfico 42.

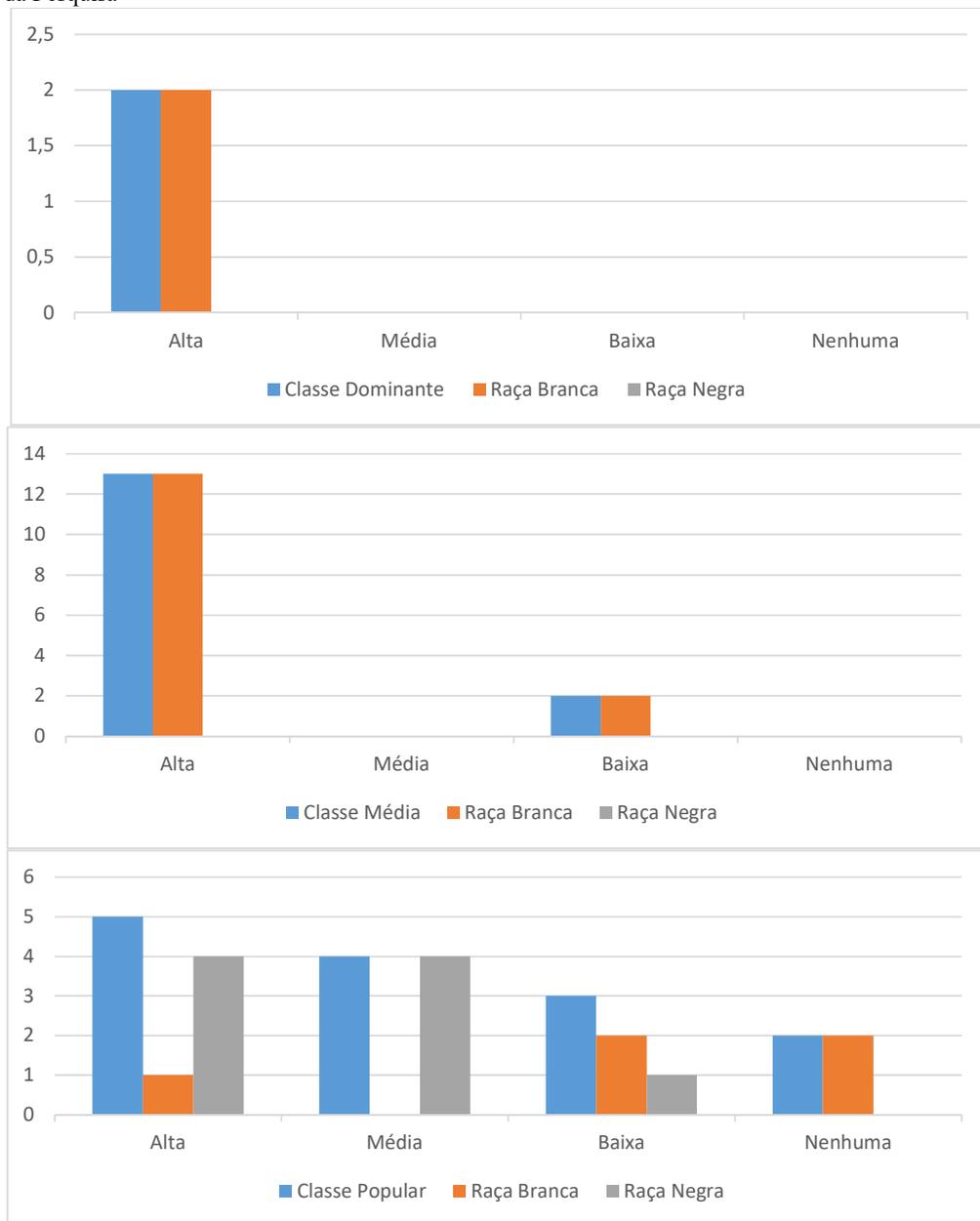
Gráfico 42-Orientação de Alunos por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

**Indicador: orientação dos alunos de iniciação científica** - Esta categoria, ao ser analisada, reagiu de forma semelhante à aferição anterior, verificando-se que há o predomínio desta atividade das mulheres cientistas oriundas da classe dominante e da classe média, predominantemente da raça branca. No entanto, as mulheres cientistas da raça negra têm maior expressão nesta categoria, quando oriundas da classe popular, como mostra o Gráfico 43.

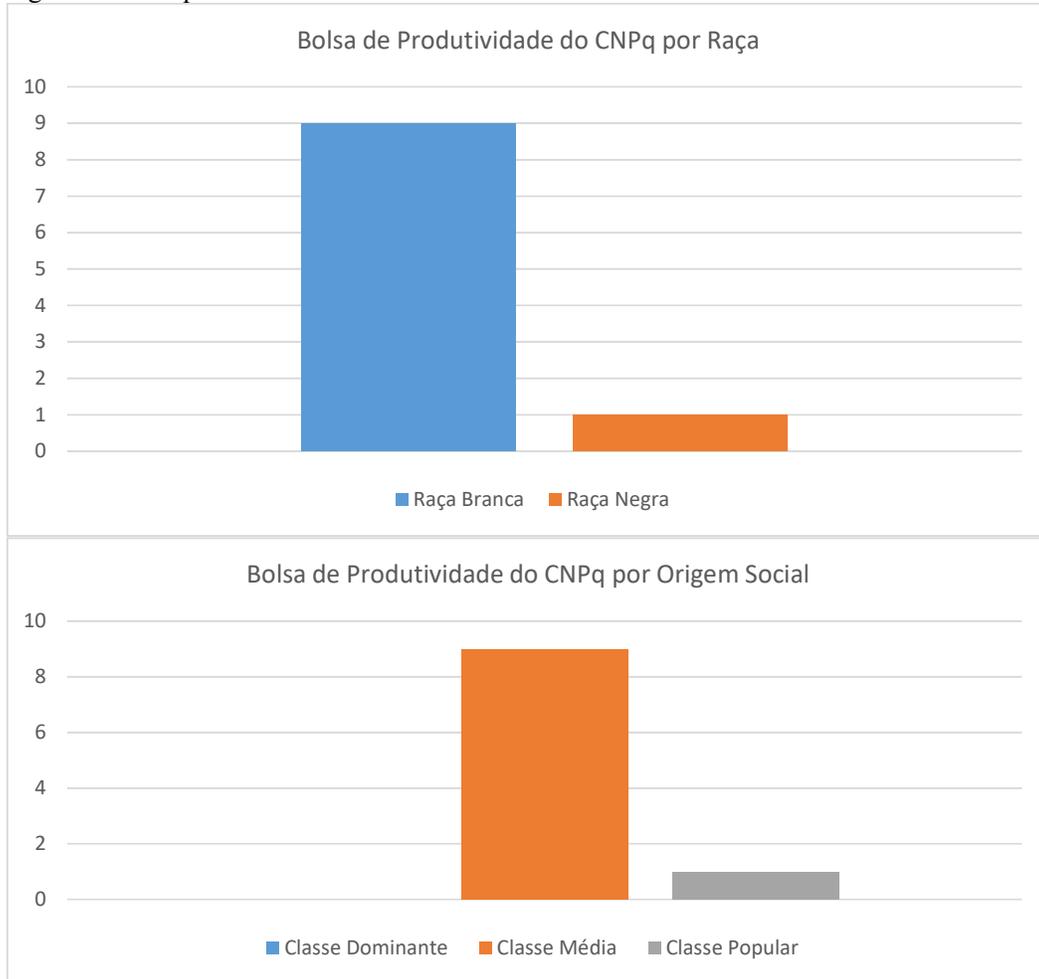
Gráfico 43-Orientação dos Alunos(as) de Iniciação Científica por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

*c) bolsa de produtividade do CNPq* – verificou-se que a concessão de bolsa de produtividade pelo CNPq tem predominância no grupo de cientistas da Classe Média, da raça branca. Aparece, também, de forma singela, no grupo de cientistas da Classe popular, da raça negra, como mostra o Gráfico 44.

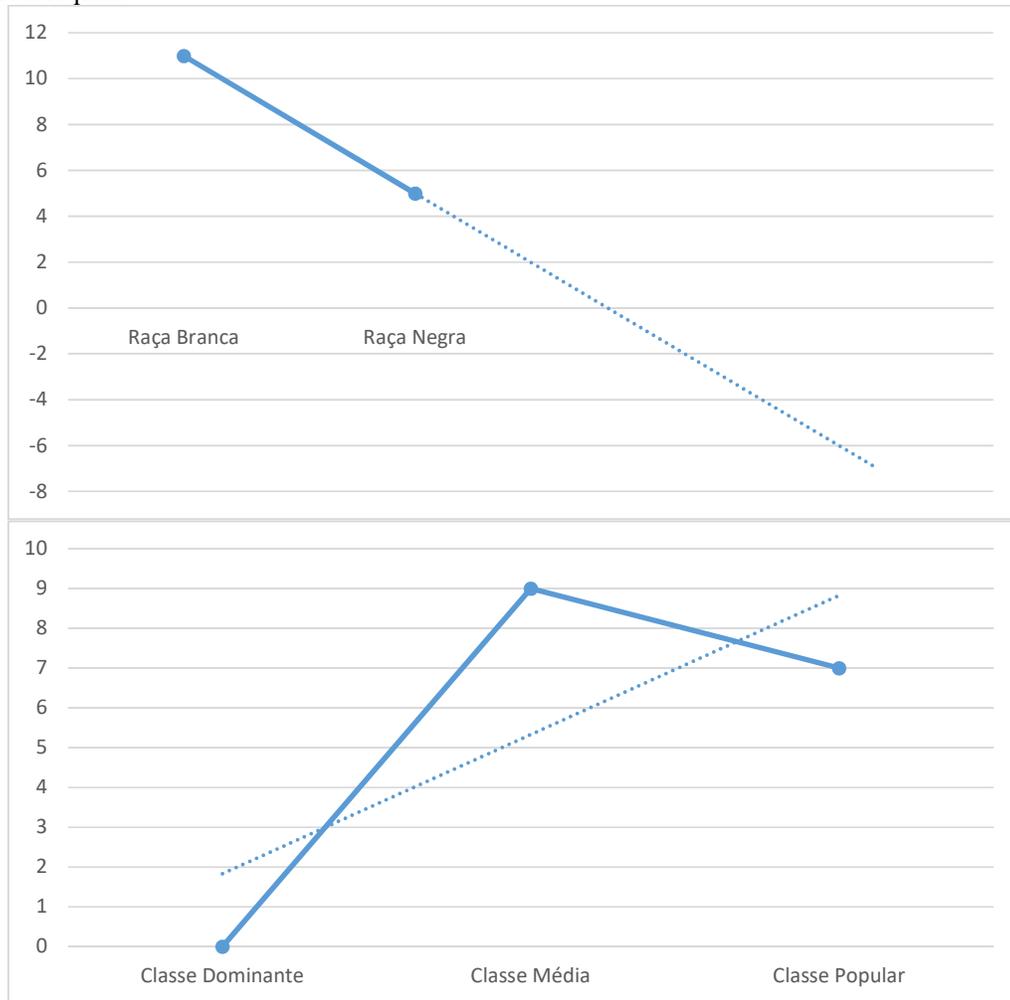
Gráfico 44-Distribuição de Bolsa de Produtividade do CNPq por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

*d) premiações e homenagens:* na qualidade de ser um reconhecimento pelo trabalho, dedicação, como forma de compensação pelos serviços prestados à comunidade tem seu predomínio no grupo das cientistas da classe média, da raça branca. Porém, esta categoria tem perspectiva positiva para as demais classes, ao projetá-la para um cenário futuro. No entanto, o mesmo não ocorre com o grupo de mulheres oriundas da classe popular, da raça negra, cujo projeção tem tendência de queda, como mostra o Gráfico 45.

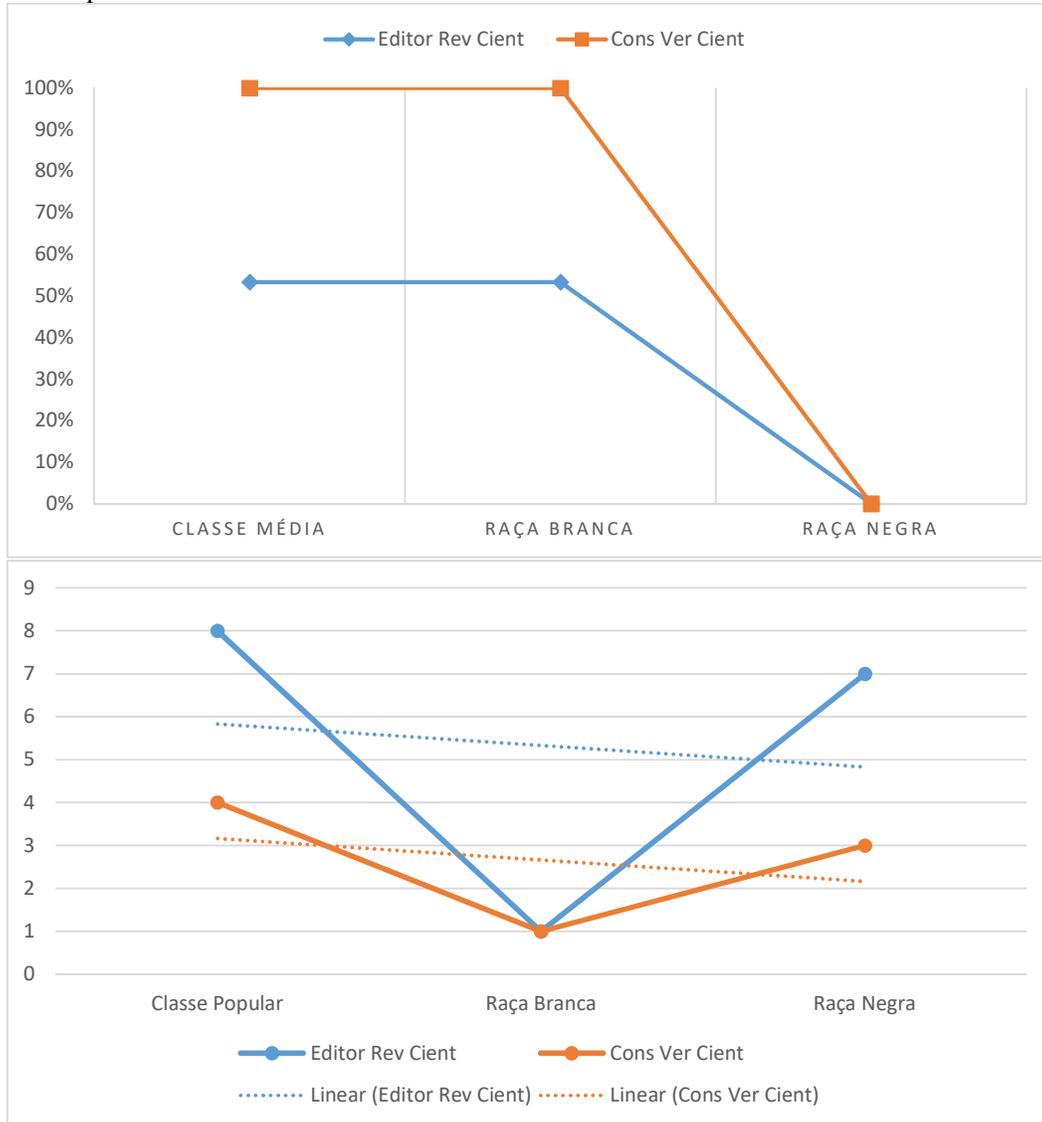
Gráfico 45-Distribuição de Premiações e Homenagens por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

*e)membro do corpo consultivo e/ou editorial de revista científica:* verifica-se, nesta categoria que há uma estabilidade e predomínio de execução desta atividade no grupo de cientistas oriundas da classe dominante e classe média da raça branca. Porém com uma previsão de um sutil declínio quando se analisa este mesmo evento no grupo de cientistas da classe popular, da raça negra, como mostra o Gráfico 46.

Gráfico 46-Consultor e /ou Editor de Revista Científica por Origem Social e Raça dos Agentes da Pesquisa

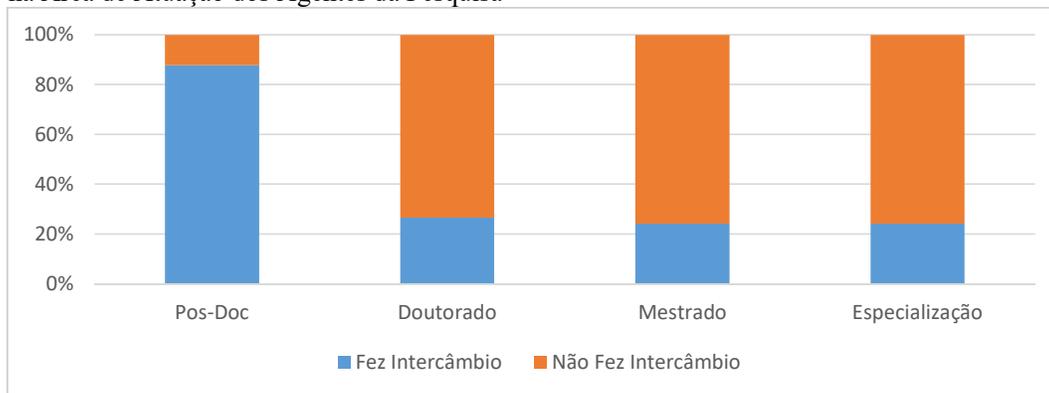


Fonte: elaborado pela autora.

*f) consultoria Ad hoc da FAPERJ e/ou CNPq:* desistiu-se de relacionar este indicador devido ao número inexpressivo de cientistas que informaram executar esta prática científica.

*g) intercâmbio científico:* o intercâmbio acadêmico-científico com outras instituições científicas do exterior se fez presente para 40% das 31 cientistas, com diversos países, tais como Estados Unidos, França, Holanda, Inglaterra, Portugal e Venezuela. Esta prática científica se mostrou mais presente na carreira das cientistas que realizaram o Curso de Pos-Doc, em sua maioria no exterior, como mostra o Gráfico 47.

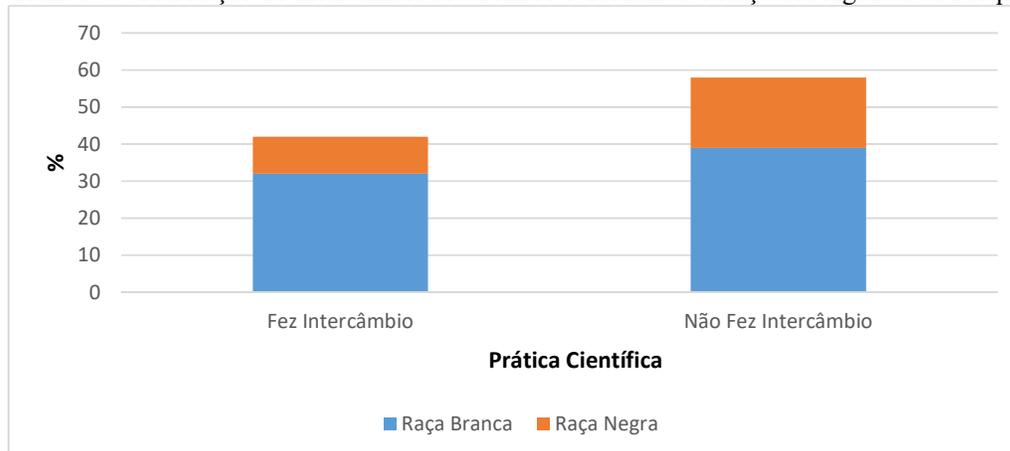
Gráfico 47-A Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científica e a Capacitação Stricto sensu na Área de Atuação dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Ao se verificar a correlação da prática de intercâmbio acadêmico e científico por raça dos agentes da pesquisa, verifica-se que as cientistas da raça negra estão em ligeira desvantagem, em comparação com as da raça branca, como mostra o Gráfico 48.

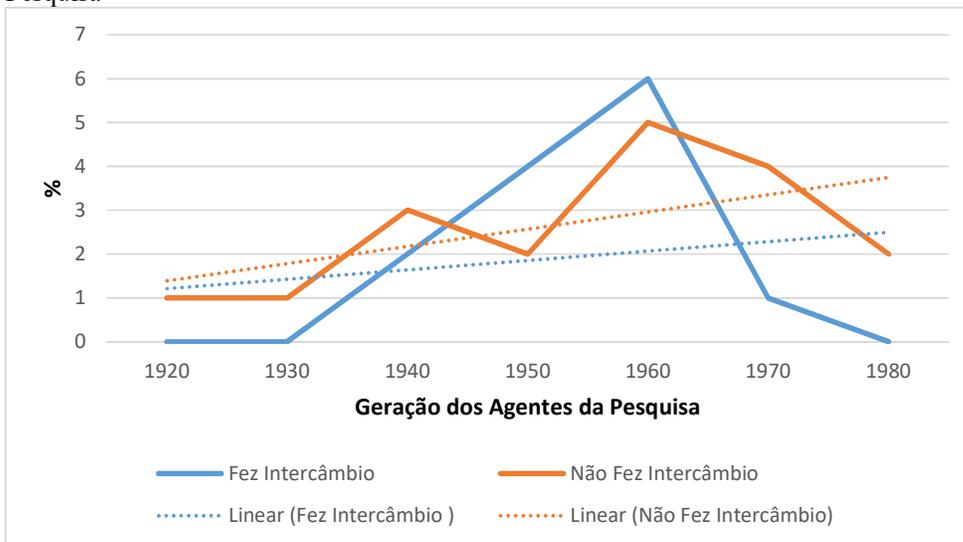
Gráfico 48-Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científico e Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

E, ainda, ao se correlacionar o intercâmbio científico com a geração dos agentes da pesquisa, verifica-se que esta prática está mais presente na trajetória das cientistas com mais tempo de exercício no campo acadêmico e científico (décadas de 1920 a 1950); por conseguinte, este indicador apresenta-se menos presente nas gerações compreendidas entre 1970 a 1980, com uma tendência de queda para as futuras gerações, como mostra o Gráfico 49.

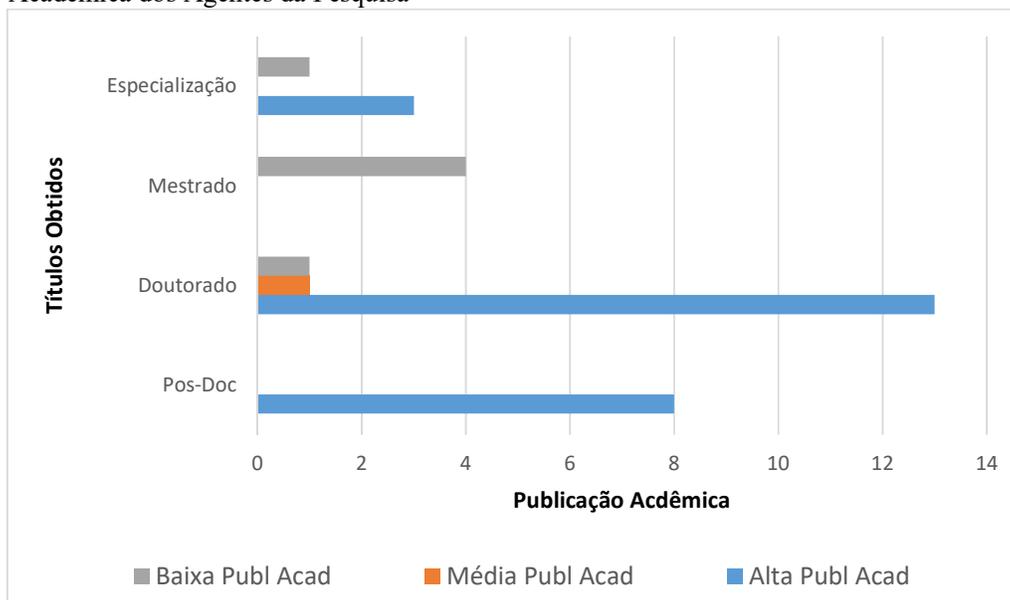
Gráfico 49-Correlação do Intercâmbio Acadêmico e Científico por Geração dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

**h) publicação acadêmica:** na análise desta prática científica, evidencia-se que a mensuração da publicação acadêmica dos agentes da pesquisa (livros, capítulos de livros, artigos em revistas indexadas, Anais de congresso) é proporcional à obtenção de títulos (especialização, mestrado, doutorado e a realização do Curso Pos-Doc), ou seja, no tempo destinado ao investimento na carreira, ao longo de sua trajetória social), como mostra o Gráfico 50.

Gráfico 50-Correlação de Investimento na Carreira (obtenção de títulos) e a Publicação Acadêmica dos Agentes da Pesquisa

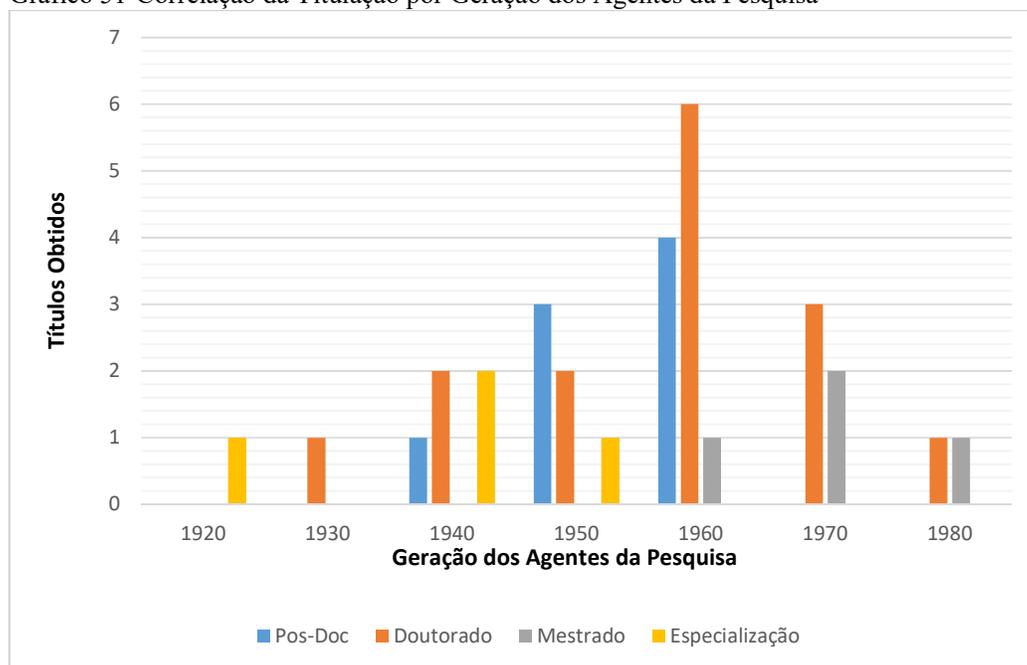


Fonte: elaborado pela autora.

Portanto, pode-se aferir que a publicação acadêmica se encontra correlacionado diretamente ao tempo de investimento dedicado à carreira, considerando que a maior concentração de publicação acadêmica está relacionada às cientistas que obtiveram o Curso de Doutorado e Pos-Doc.

Contudo, não se verifica a mesma situação quando se analisa a relação de proporcionalidade entre o “*investimento na carreira*” (realização de Cursos de Pós-Graduação com vistas à capacitação na área de atuação) e a “*geração*” das cientistas analisadas, como mostra o Gráfico 51.

Gráfico 51-Correlação da Titulação por Geração dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Pode-se aferir que a há maior capacitação (realização de Cursos de Pós-Graduação na área de atuação) entre as cientistas nascidas entre as décadas de 1950 a 1970. Mas este fato pode estar associado a diversos fatores, dentre eles, ao tempo de exercício na carreira, categoria não aferida na presente pesquisa.

Outro fator importante a ser observado é o impacto da maternidade na carreira das mulheres cientistas no Brasil. Dados recentes apresentados pelo Projeto Parent in Science<sup>21</sup> mostraram a queda significativa na taxa de publicação nos primeiros anos

<sup>21</sup> O Projeto Parent in Science composto por cientistas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e demais instituições de ensino e pesquisa, para fins do mapeamento do impacto da maternidade na carreira

após tornarem-se mães, afetam sua competitividade em relação aos seus pares (ANDRADE, 2018).

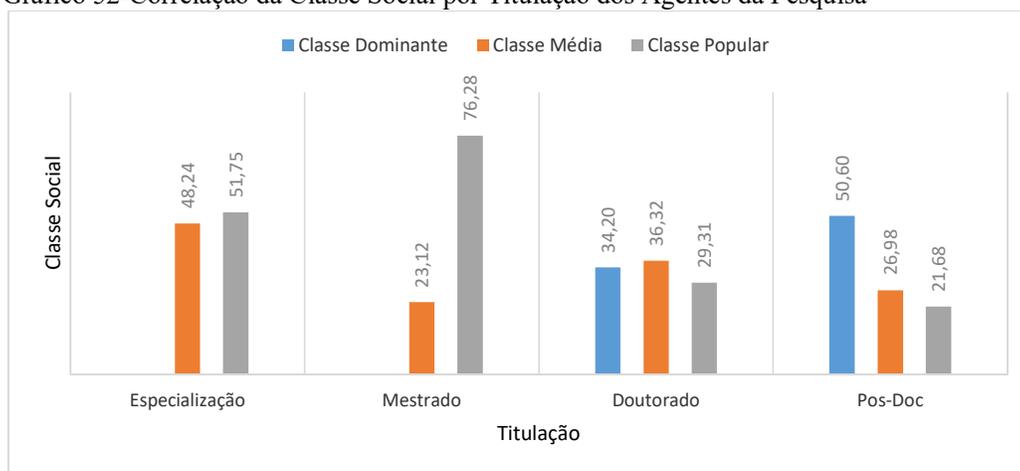
Apesar dos obstáculos apresentados pelas cientistas, em suas narrativas, concernentes à correlação entre maternidade e carreira, já abordados nesta pesquisa, não foi procedente a investigação da relação entre maternidade e publicação, considerando não haver dados suficientes para esta análise (informações sobre período da gravidez, por exemplo).

**i)títulos obtidos:** um dos processos de acumulação de capital científico e as formas de sua reconversão é através da prorrogação dos estudos na área de atuação, onde a carreira científica torna-se um processo contínuo de acumulação no qual o capital inicial é representado pelo título escolar (BOURDIEU, 1983).

Portanto, ao aferir as chances objetivas de realização do curso de doutorado, segundo a classe social de origem, observou-se que pela mediação da causalidade do provável, isto é, pela virtude das aspirações que autorizam e que favorecem esta prática, beneficiam as mulheres cientistas que compõem o grupo da classe média, sendo detentoras de maiores chances de aquisição deste capital, seguidas pelas mulheres cientistas oriundas da classe dominante; e, por último, pelas mulheres das classes populares. Da mesma forma ocorre com o tempo de estudo destinado ao pós-doutorado.

Em suma, à medida que o título aumenta, diminuem as chances das mulheres cientistas das classes populares em adquiri-lo, conforme ilustrado no Gráfico 52.

Gráfico 52-Correlação da Classe Social por Titulação dos Agentes da Pesquisa

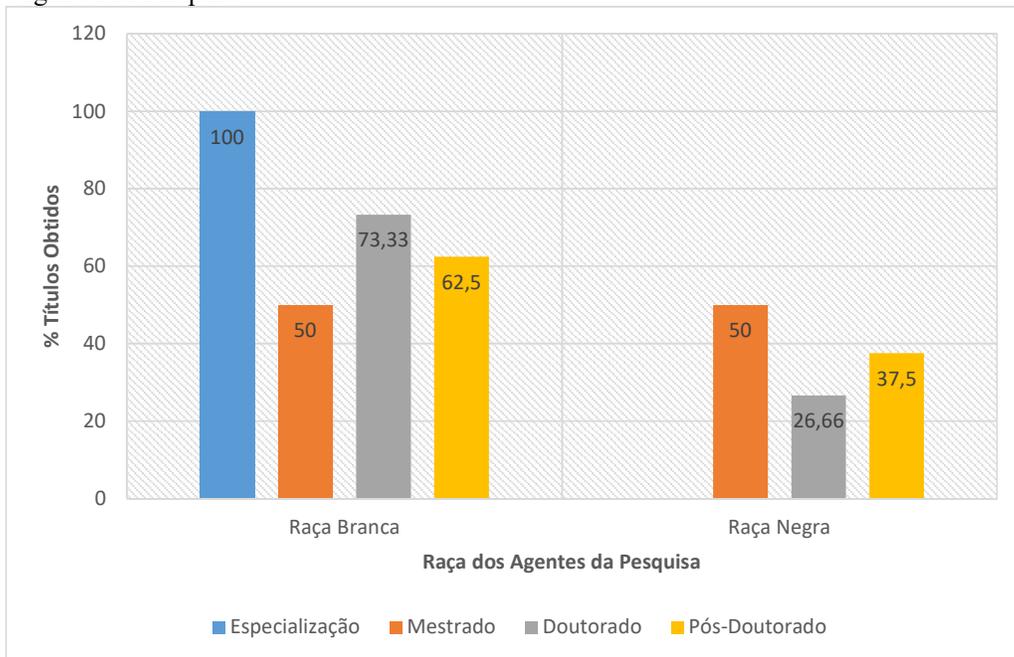


Fonte: elaboradora pela autora.

científica das mulheres brasileiras para conscientização da comunidade científica dos problemas advindos desta relação, bem como para propor políticas afins. In: Relatório de Atividades 2016/2021. Movimento Parent in Science (2021).

Ao se fazer a interação dos resultados apresentados, por raça, verifica-se que mulheres da raça branca superam as expectativas das mulheres da raça negra para a realização do curso de doutorado e pós-doutorado; contudo, são presenças majoritárias no curso de especialização. A exceção apresentada fica por conta do curso de mestrado onde as chances são compartilhadas entre as mulheres negras e brancas, na mesma proporção, como ilustrado no Gráfico 53.

Gráfico 53-Chances de Realização dos Cursos de Pós-Graduação Stricto sensu por Raça dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

A branquitude dos espaços acadêmicos, no Brasil, encontra sua gênese nas condições sociais de construção do *habitus* feminino, cuja experiência feminina do corpo mantém estreita relação com a estrutural social, “sob a forma de esquemas de percepção e de apreciação inscritos nos corpos dos agentes em interação” (BOURDIEU, 2014a, p. 79), como expresso na narrativa de Cientista 29:

A partir da Educafro que eu tive a possibilidade de movimentar, de transformar minha vida. A partir desse momento eu consegui compreender as diversas deficiências educacionais e esse movimento me a possibilidade de compreender um pouco mais do que, inclusive, era ser negra dentro da sociedade. É algo muito difícil da gente tentar se compreender enquanto negros. A gente sabe, como é, mas como você se coloca enquanto negros nessa sociedade? A partir desse

projeto social, eu tive a possibilidade de mergulhar dessa grande temática (CIENTISTA 29).

Assim, o corpo percebido torna-se duplamente determinado socialmente (BOURDIEU, 2014a), como expresso nas narrativas, abaixo transcritas, pertencentes a duas diferentes gerações que compõem o cenário contemporâneo brasileiro, subsequentemente, de 1960 e de 1980:

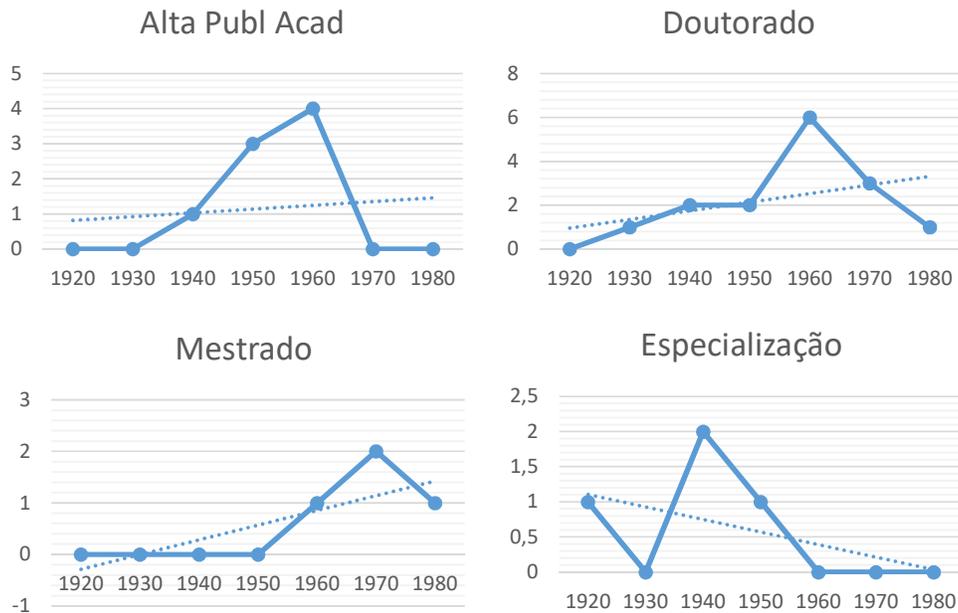
**GERAÇÃO DE 1960:** [...] não é simples essa coisa do preconceito, que a gente vive muito, é invisível. E as pessoas perguntam: “no ambiente onde se faz ciência tem isso? ”. Tem, porque historicamente é construído, é exercido por homens e por homens brancos. E a gente tem sim que prestar muita atenção, porque são muito sutis e vão minando a gente. A gente vai se sentindo inferior, e indaga: “será que é isso mesmo, será que eu estou na carreira certa? Será que eu não devia estar fazendo outra coisa? ”. São muito sutis e a gente só vai aprendendo isso quando a gente presta muita atenção (CIENTISTA 31).

**GERAÇÃO DE 1980:** [...] São momentos importantes, são momentos da minha trajetória, gostaria de falar muito mais dos percalços, do momento dessa transição, sempre levando uma chapinha dentro da bolsa, porque tinha que estar dentro dos padrões de beleza, com aquele cabelo liso e enfim. Por que você não pode se reconhecer enquanto negra, porque que o seu cabelo sempre tem que estar dentro de um padrão? Que padrão é esse? [...] (CIENTISTA 29).

Certifica-se, portanto, o papel preponderante da família na manutenção da ordem social, constituindo-se como o sujeito principal das estratégias de reprodução, não apenas biológica, mas social; isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais, através da naturalização do arbitrário cultural dominante no cenário contemporâneo brasileiro (BOURDIEU, 2014b).

O Gráfico 54 mostra as chances de capacitação na área de atuação, por geração dos agentes da pesquisa.

Gráfico 54-Chances de Capacitação na Área de Atuação por Geração dos Agentes da Pesquisa

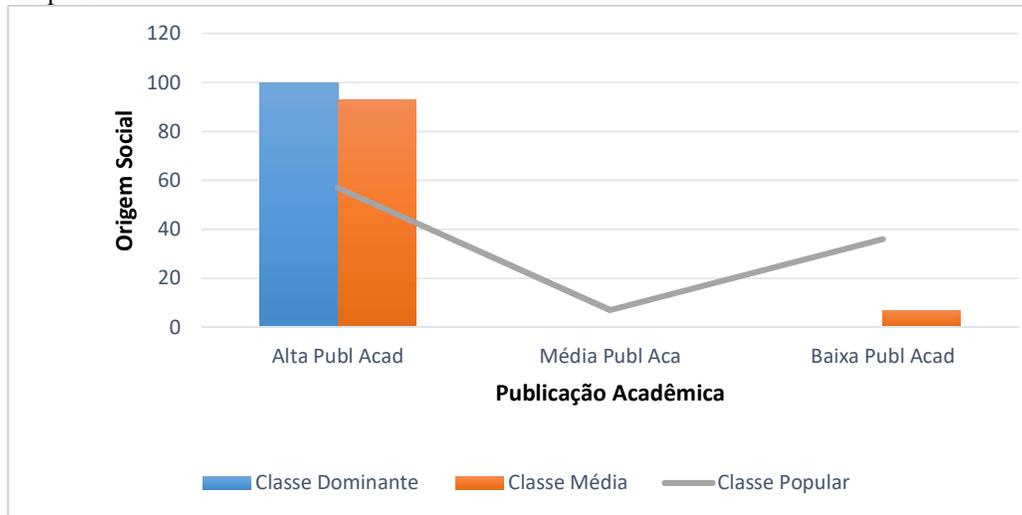


Elaborado pela autora.

Pode-se aferir que há uma discreta tendência de elevação de realização dos Cursos de Pós-Doc e Doutorado, tendo o Curso de Mestrado como opção mais evidente de realização, para fins de progressão na carreira. No entanto, O Curso de Especialização se mostrou ser uma opção de escolha em evidência, no período compreendido entre a década de 1930 a 1960, quando deixa de ser uma opção, apresentando uma tendência de queda significativa para os períodos posteriores.

Por outro lado, ao se correlacionar a prática científica de publicação acadêmica pela origem social dos agentes da pesquisa, verifica-se que há um declínio desta prática para as cientistas pertencentes às classes populares, quando comparada às demais. Considere-se, ainda, que o fato deste grupo ser composto por 14 das 31 cientistas analisadas e compreender maior amplitude de gerações (comportando a década de 1920, 1950, 1960, 1970 e 1980), traz maior fidedignidade para esta apuração, ilustrada no Gráfico 55.

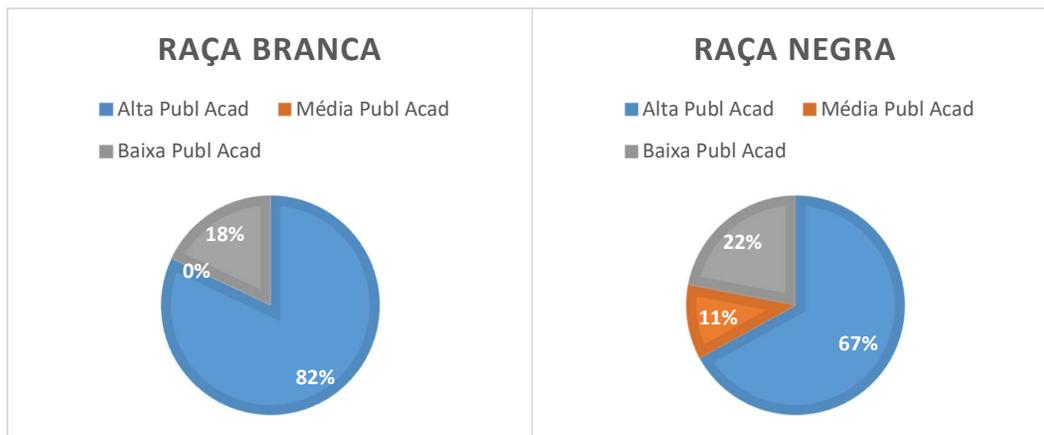
Gráfico 55-Correlação da Publicação Acadêmica Segundo a Origem Social dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Ao se analisar a prática científica da publicação acadêmica segundo a raça dos agentes da pesquisa, verifica-se que as cientistas que pertencem ao grupo da raça branca superam, de forma, sutil, as cientistas pertencentes ao grupo da raça negra, como evidenciado no Gráfico 56.

Gráfico 56-Correlação Publicação Acadêmica e Raça dos Agentes da Pesquisa

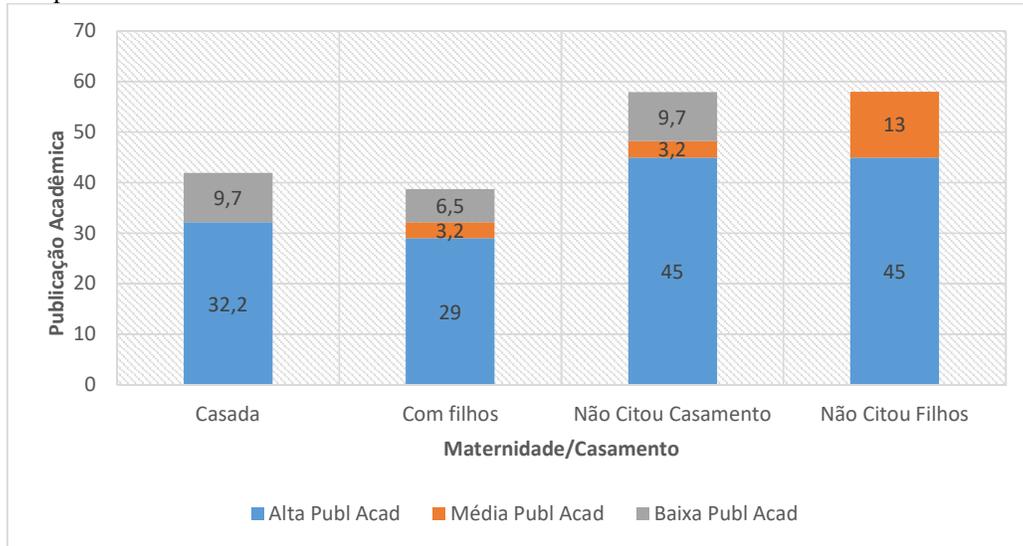


Fonte: elaborado pela autora.

Da mesma forma, ao correlacionar esta prática científica (publicação acadêmica) com as cientistas que se declaram ter filhos e/ou serem casadas, os dados mostram uma diminuição desta prática nestes grupos, em detrimento a uma maior publicação do grupo

de cientistas que não citaram serem casadas ou possuir filhos, como mostra o Gráfico 57.

Gráfico 57-Correlação entre Produção Acadêmica e Maternidade/Casamento dos Agentes da Pesquisa



Fonte: elaborado pela autora.

Em face das análises evidenciadas no presente estudo, e com base na perspectiva bourdieusiana de ação, verificou-se que para cada posição no campo de produção científica, levando-se em conta as chances de escolhas dos agentes, identificada através dos lugares de formação, da graduação, da titulação, da produção acadêmica, há de se considerar também os indicadores mais exteriores, como as desigualdade de oportunidades, origem social e raça, correspondente às disposições dos agentes (o *habitus*) para a implementação estratégica de práticas científicas de conversão e reconversão, e, para fins de adequação à capacidade técnica e poder científico de uma autoridade legítima no campo (BOURDIEU, 1983, 2004a, 2008a).

## 5. CONCLUSÕES

No Brasil, o aprofundamento de discussões sobre a ampliação dos direitos e da cidadania feminina busca a promoção da reflexão sobre a importância das representações sociais de homens e mulheres; em especial, na Academia, na qualidade de produtora e reprodutora da ideologia dominante e de complexos processos de produção cultural e, ainda, como mediadora para as transformações da sociedade.

Desta forma, considerando-se a relevância dos estudos organizacionais críticos para a administração, destacam-se os problemas resultantes da interdependência entre as hierarquias sociais de gênero e o sistema de estratificação da ciência, no cenário contemporâneo brasileiro.

Contudo, julgando que o fenômeno da feminização da ciência no Brasil não pode ser compreendido isoladamente do seu contexto e, ainda, devido à natureza do objeto em estudo, qual seja, a trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, se encontrar inserida em um complexo cenário epistêmico, a realização de uma busca dos principais aspectos históricos que contribuíram para a constituição do *habitus* feminino, segundo a perspectiva de Pierre Bourdieu, teve a intenção de trazer à luz e discussão as abordagens decorrentes dos discursos sob os quais as hierarquias científicas foram estruturadas.

Pois, considera-se ser o *habitus* o produto de toda história individual, através das experiências adquiridas na primeira infância, da família e, em particular, da classe, além de ser o produto de uma história coletiva, tornando-se o princípio gerador de práticas imediatamente ajustadas ao presente, e de respostas adaptadas às exigências dos campos.

Portanto, a perspectiva teórico-metodológica adotada na pesquisa, por meio de uma teoria da prática centrada no conceito de *habitus*, teve, ainda, a finalidade de superar as distorções e os reducionismos associados às formas subjetivistas e objetivistas de conhecimento, opondo-se às rotinas do pensamento corrente no mundo social, ou seja, ao senso comum esclarecido.

Porquanto, a compreensão de que as ações do grupo social da pesquisa, ou seja, as mulheres cientistas brasileiras, têm um sentido objetivo que lhes escapa, isto é, que elas agem como membros de uma classe, mesmo quando não possuem consciência clara

disto, frequentemente, de modo não intencional, constituiu-se em um desafio teórico central para a pesquisa.

Verifica-se, pois, que a participação das mulheres brasileiras na ciência está crescendo, relativamente rápido em termos de resultados acadêmicos. No entanto, o atual panorama reflete sua pouca representatividade nas áreas que compreendem as disciplinas chamadas “duras” como Ciência da Computação, Matemática e Engenharia, seja através do sistema meritocrático de desempenho, de produtividade, de popularidade ou dos papéis de gênero representados na sociedade, moldados pela tradição autoritária do patriarcalismo.

O poder e o *status* acadêmico, daí decorrentes, refletem o senso comum da naturalização das diferenças de gênero na Academia, ocultando e/ou silenciando as reais condições de construção da realidade social das mulheres brasileiras, com reflexos no interior do campo científico.

Assim sendo, por meio da praxiologia utilizada por Bourdieu em seus estudos, na região da Cabília, na África do Norte, ou em Béarn, na França, foi possível analisar como a autonomia das estruturas sexuais, em relação às estruturas econômicas dos modos de reprodução, contribuíram para a constituição desta realidade, perseverando no tempo e no espaço, e impactando, de sobremaneira, a trajetória social das mulheres cientistas no Brasil.

Destaca-se que a incorporação pelas mulheres, desde a mais tenra idade, aos princípios de visão dominante, ocorre sob a forma de esquemas de percepção e de avaliação, dificilmente acessíveis à sua consciência, conforme já mencionado. Mas, importante salientar que a viabilização deste processo se dá, principalmente, por meio da experiência de uma ordem social sexualmente ordenada, e das chamadas à ordem que lhes são dirigidas por autoridades legitimamente instituídas, como pais, professores e colegas; comumente, dotados de princípios de visão que eles próprios adquiriram em experiências de mundo semelhantes.

Em decorrência disto, as meninas são levadas a achar normal ou mesmo natural, o arbitrário cultural a elas imposto; isto é, a ordem social tal como é, levando-as, na fase adulta, a recusar às posições ou às carreiras de que estão sistematicamente excluídas e, por conseguinte, encaminhando-as para áreas que lhes são sistematicamente “destinadas”, como a dos cuidados, ensino ou serviços, tal como observado na presente pesquisa.

Constitui-se este fato, pela constância do *habitus*, transmitido, essencialmente, corpo a corpo, face à representação do normal que cada agente da pesquisa projetou, ao longo de sua trajetória social, nos seus diversos campos de atuação, consistindo em um dos fatores mais importantes da relativa permanência da estrutura da divisão social e sexual do trabalho, na sociedade brasileira e, em particular, no campo científico.

Nesta conjuntura, diante da atual realidade vivenciada pelas mulheres cientistas brasileiras, este estudo trouxe o seguinte questionamento: quais são os obstáculos por elas enfrentados, ao longo de sua trajetória social, que se constituem em desafios ao processo da feminização da ciência no Brasil, considerando a perspectiva praxiológica de Bourdieu de constituição do *habitus* feminino, no cenário contemporâneo brasileiro?

Para responder a esta pergunta, foi preciso dedicar especial atenção à análise da relação existente entre as leis de transformação do campo de produção econômica e as leis de transformação do campo de produção dos produtores, ou seja, o sistema de ensino e a família. Pois, é o jogo entre as mudanças do aparelho de produção econômica e as mudanças do sistema de ensino que está na origem das defasagens entre os *habitus* e as estruturas, impactando o processo de inserção e ascensão das mulheres no campo acadêmico e científico no país.

Haja vista que o sistema de ensino, na qualidade de instância dominante de produção dos agentes, acaba exercendo não só funções de reprodução da força qualificada de trabalho, mas também funções de reprodução da posição dos agentes e de seu grupo na estrutura social, dependendo menos diretamente das exigências do sistema de produção do que das exigências da reprodução do grupo familiar.

Portanto, foi passível de se verificar que a organização do sistema de ensino se dá com vistas à reprodução das desigualdades sociais ou a impor, sem resistência, a ideologia dominante, através da defasagem entre as aspirações que produz e as oportunidades que realmente tem a capacidade de oferecer às populações mais vulnerabilizadas, em especial, às mulheres brasileiras.

Diante destas circunstâncias, a distribuição desequilibrada das chances escolares evidenciou-se no estudo, reafirmando as desvantagens das meninas oriundas de classes populares e, sobretudo, das mulheres da raça negra.

Trata-se da *libido dominandi*, princípio simbólico, violência simbólica suave, por vezes, insensível e invisível aos olhos da vítima. Desta forma, faz-se necessário tornar evidente seu caráter paradoxal e, ao mesmo tempo, demonstrar os processos que

são responsáveis pela transformação da história em natureza. Haja vista, a observância da relação de causalidade que se estabelece entre as relações sociais e a origem social dos agentes analisados, proposta pelo estudo, bem como as implicações advindas desta relação com a raça dos agentes, evidenciadas na pesquisa.

O estudo permitiu trazer à compreensão que qualquer que seja a posição das mulheres no espaço social, elas terão em comum o fato de estarem separadas dos homens por um coeficiente simbólico negativo, agravando-se esta situação quando pertencentes a grupos ou categorias estigmatizadas, assim como a cor da pele para as mulheres negras.

Esta situação de vulnerabilidade social na qual se inserem as mulheres brasileiras, também se reflete no campo científico, considerando que as mulheres são maioria na base, mas os homens dominam o topo da ciência no Brasil. Trata-se do fenômeno social denominado “Teto de Vidro”, face a distribuição desigual entre homens e mulheres, nas funções de poder, de decisão, assim como verificado na instituição em estudo, cujas barreiras simbólicas, estabelecidas através de mecanismos de dominação, impedem as mulheres de chegarem aos mais altos cargos de uma hierarquia organizacional, bem como de ter paridade salarial nas mesmas funções exercidas pelos homens.

Portanto, diante do ora exposto e com base no ajustamento das aspirações às oportunidades, das necessidades às possibilidades, apresentadas pelos agentes da pesquisa através da análise qualitativa implementada neste estudo, sob a perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu, pode-se concluir que o capital cultural (herdado e adquirido), através da família e pelo sistema de ensino, traduzem-se nas velhas e novas faces da violência simbólica, promotora da realidade social das mulheres brasileiras, na contemporaneidade, constituindo-se em um duplo desafio ao processo da feminização da ciência no país.

Contudo, aliado a este duplo desafio, presente na trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, encontra-se o *habitus* feminino, adquirido através deste saber (individual e coletivo), apreendido pelo corpo como um esquema de sistemas de investimento social, enquanto disposições incorporadas, a partir das condições materiais e culturais de existência, em seus diversos campos de atuação (escolar, acadêmico, profissional e científico).

Desta maneira, pode-se aferir que o processo de socialização das mulheres brasileiras foi estabelecido com base nos condicionamentos sociais, culturais, políticos e econômicos de constituição do *habitus* feminino, essencialmente, através de instituições como a família e o sistema de ensino, harmoniosamente orquestrados pelos princípios de divisão social e sexual, institucionalizados pelo Estado. Constituindo-se este, em um poderoso obstáculo à trajetória social das mulheres cientistas brasileiras, na contemporaneidade.

Pois, não obstante o Estado caracterizar-se como o principal produtor dos instrumentos de construção da realidade social dos agentes da pesquisa, ele é o responsável por grandes ritos de instituição que contribuem para produzir e inculcar os princípios de divisão. Haja vista, que o rito de instituição tende a consagrar ou a legitimar, fazendo desconhecer como arbitrário e a reconhecer como legítimo e natural um limite arbitrário, naturalizando a diferença e transformando-a numa segunda natureza através da inculcação e da incorporação sob a forma de *habitus*.

Por conseguinte, assim como as instituições sociais consistem em atribuir propriedades de natureza social como se fossem propriedades de natureza natural (como o *ethos* dominante que determina que as meninas sejam educadas para exercerem o papel de mãe, esposa e dona de casa, concentrando nos meninos o incentivo à educação), os ritos diferenciados sexualmente consagram a diferença entre homens e mulheres, constituindo em distinção legítima, em instituição, uma simples diferença de fato.

Isto posto, e tendo em conta que o fundamento da violência simbólica reside nas disposições modeladas (o *habitus*) pelas estruturas de dominação, que as produzem e reproduzem, a perspectiva bourdieusiana concebe que só se poderá chegar a uma ruptura, de fato, da relação de cumplicidade existente entre dominantes e dominados, estabelecida sob o princípio da inferioridade e da exclusão das mulheres, por meio de uma transformação radical de toda a estrutura do sistema de atividades técnico-rituais, implementadas pelo Estado, e que encontra seu fundamento último na estrutura do mercado de bens simbólicos (qual seja, escolar, matrimonial, econômico, acadêmico, científico, entre outros).

Outrossim, o peso determinante da economia de bens simbólicos na determinação da realidade social das mulheres brasileiras, através de um trabalho ideológico de subordinação da reprodução biológica às necessidades da reprodução do capital simbólico, impõe-se a todo o universo social, manifestando-se também no

campo científico. Pois que, a luta concorrencial impetrada entre seus agentes, homens e mulheres, na aquisição do capital científico, num jogo de relações de dominantes e dominados, tende a negar a capacidade das mulheres, a diminuí-las, de tornar virtudes sua abnegação e seu silêncio; de outro modo, tornam os homens prisioneiros, sem se aperceberem, vítimas da representação dominante.

Portanto, vislumbra-se a conveniência da viabilização de uma pesquisa futura sobre o fenômeno da feminização da ciência no Brasil, a partir de um estudo crítico de gênero, considerando-se a expansão das desigualdades sociais que assolam o país e a lacuna existente na área das ciências sociais aplicadas e, mais especificamente, no campo da administração. Esta proposta tem por objetivo verificar, através dos comportamentos individualizados, entre homens e mulheres, as diferentes maneiras de “se fazer” ciência e de “se tornar cientista” no país, e as implicações advindas deste processo, ao longo das trajetórias sociais de seus agentes, na sociedade contemporânea brasileira.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, R. de O. Maternidade no currículo: projeto de pesquisadoras estima impacto das atividades como mãe na carreira científica. *Pesquisa Fapesp*, n. 269, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/maternidade-no-curriculo/>. Acesso em: 12/12/2021.
- ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsito e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, v. 24, n. 3, p. 739–766, 2009.
- AZERÊDO, S. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, v. especial, p. 203–216, 1994.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L. O. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *Cadernos Pagu*, n. 27, p. 213–254, 2006.
- AZEVEDO, N.; FERREIRA, L.; ROSSI, D. Mulheres no acervo de uma instituição científica: O Instituto Oswaldo Cruz (1930-1970). *Acervo*, v. 33, 2020.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- BEAUVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BECKER, H. S. *Falando da sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2011. v. 20, . Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/36815>. Acesso em: 24/03/2021.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BOURDIEU, P. *A distinção crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2008b.
- BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014a.
- BOURDIEU, P. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996a.
- BOURDIEU, P. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- BOURDIEU, P. *Estratégias de reprodução e modos de dominação*. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 17, n. 33, p. 21–36, 2020.
- BOURDIEU, P. *Homo academicus*. Stanford, CA: Stanford University Press, 2008a.
- BOURDIEU, P. *Les trois étas du capital culturel*, v. 30, p. 3–6, 1979.

- BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Escritos da educação. São Paulo: Vozes, 2007c.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BOURDIEU, P. O senso prático. Petropolis: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P. Os Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004b.
- BOURDIEU, P. Para uma sociologia da ciência. Lisboa: Edições 70, 2004c.
- BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- BOURDIEU, P. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2011c.
- BOURDIEU, P. Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014b.
- BOURDIEU, P. (Org.). You Said Popular? In: BADIOU, A. (Org.). What is a people? New York: Columbia University Press, 2016.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J.-C. A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petropolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P.; CHARTIER, R. O sociólogo e o historiador. Belo Horizonte: Autêntica, 2011b.
- BOURDIEU, P.; DARBEL, A. O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: EDUSP, 2007a.
- BOURDIEU, P.; MICELI, S. Meditações pascalinas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007b.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. Os herdeiros: os estudantes e a cultura. Florianópolis: UFSC, 2014c.
- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. J. D. An invitation to reflexive sociology. Chicago: University of Chicago Press, 1994.
- BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002.
- BOURDIEU, P. Os Usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004b.
- BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 2008a.

BRASIL DE FATO. Machismo na CPI da Covid: a saga das senadoras para participarem e serem ouvidas. 2021. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/31/machismo-na-cpi-da-covid-a-saga-das-senadoras-para-participarem-e-serem-ouvidas>. Acesso em: 3/10/2021.

BRUNER, J. A. A construção narrativa da Realidade, v. 1, (Critical Inquiry, 18), 1991.

BRUSCHINI, C.; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, v. 110, p. 67–104, jul. 2000.

BRUSCHINI, M. C. A. Sexualização das ocupações: o caso brasileiro. Cadernos de Pesquisa, v. São Paulo, n. 28, p. 5–20, mar. 1979.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 537–572, 2007.

BURKE, P. A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CATANI, A. M. *et al.* Vocabulário Bourdieu. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CHARTIER, R. Pierre Bourdieu e a história, p. 139–182, 2002.

CHAUÍ, M. de S. Experiência do pensamento: ensaios sobre a obra de Merleau-Ponty. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CNPQ. Modalidades de bolsas e auxílios. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/estatisticas>. Acesso em: 18/05/2021.

CNPQ. Por liderança e sexo - Plataforma Lattes. 2021. Disponível em: [http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-e-sexo?p\\_p\\_id=tabelasdgpportlet\\_WAR\\_tabelasdgpportlet\\_INSTANCE\\_T1CBEoHWYmt6&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_state\\_rev=1&p\\_p\\_col\\_id=column-3&p\\_p\\_col\\_pos=1&p\\_p\\_col\\_count=2](http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-lideranca-e-sexo?p_p_id=tabelasdgpportlet_WAR_tabelasdgpportlet_INSTANCE_T1CBEoHWYmt6&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_state_rev=1&p_p_col_id=column-3&p_p_col_pos=1&p_p_col_count=2). Acesso em: 4 jul. 2021.

COSTA, M. L. F. Histórias íntimas: família e privacidade na produção literária de Clodoaldo Freitas, p. 10, 2012.

DURAND-DELVIGNE, A.; DURU-BELLAT, M. Co-educação e construção do gênero. In: MURUARNI, M.; HIRATA, H. (orgs.). As Novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Senac, 2003.

EAGLY, A. H.; CARLI, L. L. Through the labyrinth: the truth about how women become leaders. Boston: Harvard Business School Press, 2007.

ELSEVIER. The Researcher Journey Through a Gender Lens: An Examination of Research Participation, Career Progress and Perceptions Across the Globe, mar. 2020. Disponível em: [www.elsevier.com/gender-report](http://www.elsevier.com/gender-report). Acesso em: 12/11/2021.

FEDERICI, S. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, C. A. Menina hoje, cientista amanhã. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2021.

- FERREIRA, E. B. A consolidação do direito à educação como desafio para um Estado de bem-estar no Brasil. In: CASTRO, J. A.; POCHMANN, M. (Orgs). Brasil: Estado de bem-estar social? : limites, possibilidades e desafios. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2020.
- FERREIRA, L. O. *et al.* Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, n. suppl, p. 43–71, 2008a.
- FERREIRA, L. O. *et al.* Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 43–71, 2008b.
- FIELDS, J.; COPP, M.; KLEINMAN, S. Symbolic Interactionism, Inequality, and Emotions. In: STETS, J. E.; TURNER, J. H. (org.). *Handbook of the Sociology of Emotions*. *Manuais de Sociologia e Pesquisa Social*. Boston, MA: Springer US, 2006. p. 155–178. Disponível em: [https://doi.org/10.1007/978-0-387-30715-2\\_8](https://doi.org/10.1007/978-0-387-30715-2_8). Acesso em: 3/04/2021.
- FIOCRUZ. Banco de imagens da Fiocruz, 2021c. Disponível em: <https://www.fiocruzimagens.fiocruz.br/>. Acesso em 12/11/2021.
- FIOCRUZ. Boletim estatístico de Pessoal, 2020, 2021b. . Acesso em: 3/11/2021.
- FIOCRUZ. Manual de Organização de Arquivos Pessoais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021a.
- FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. Disponível em: <http://public.ebib.com/choice/PublicFullRecord.aspx?p=6696528>. Acesso em: 29/12/2021.
- FOUREZ, G. A construção das ciências: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: Unesp, 1995a.
- GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. da. Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2007.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro (RJ): DP & A, 2006.
- HELLER, L. Voces de mujeres actividad laboral y vida cotidiana. Barcelona: Sirpus, 2008.
- HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. São Paulo: FES Publikation, 2015. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>. Acesso em: 18/02/2020.

- IBGE. Agência de notícias. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24/09/2021.
- IBGE. Censo demográfico, 1960-2000. Tendências Demográficas: uma análise dos resultados da amostra do censo demográfico de 2000. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=2&vcodigo=CD104&t=nu> pcialidade-pessoas-15-anos-mais-idade.Acesso em 30/01/2021.
- IBGE. Recenseamento geral do Brasil, 1950. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf). Acesso em 15/01/2021.
- IPEA. Classes sociais, Estado e desigualdades. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 23, 2020.
- IPU. Women in Parliament in 2020. 2021. Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <https://www.ipu.org/women-in-parliament-2020>. Acesso em: 24/09/2021.
- JAGGAR, A. M.; BORDO, S. Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- LAFER, C. A. A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- LDB. Lei de diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15/01/2022.
- LE BRETON, D. A sociologia do corpo. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LIMA, N. V. T. de. Entrevista (primeira parte) realizada por Josier Vilar à pesquisadora Nísia Verônica Trindade de Lima, presidente da Fiocruz. Iniciativa Fis Talks. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/c/IniciativaFIS/search?query=n%C3%ADsia>. Acesso em: 18/02/2020.
- LUZ, N. S. da; CASAGRANDE, L. S. Entrelaçando gênero e diversidade: matizes da divisão sexual no trabalho. Curitiba: UTFPR, 2016.
- MARTINS, A. P. V. Gênero e assistência: considerações histórico-conceituais sobre práticas e políticas assistenciais. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 18, p. 15–34, 2012.
- MATTA, G. C. *et al.* (Org.). Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. [S. l.]: Série Informação para ação na Covid-19 | Fiocruz, 2021. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/r3hc2>. Acesso em: 29/04/2021.
- MATTOS, P. (Org.). A mulher moderna numa sociedade desigual. In: SOUZA, J. Invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- MELLO, J.; MARQUES, D. Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal: visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>. Acesso em: 21/09/2021.

- MIES, M. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. *Revista Direito e Práxis*, [S. l.], v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25360>. Acesso em: 4/08/2021.
- MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2004..
- MONTAGNER, M. Â. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, n. 17, p. 240–264, 2007.
- NEVES, M. de A. Anotações sobre trabalho e gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 43, n. 149, p. 404–421, ago. 2013.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2007.
- NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. Bourdieu & a educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2009a.
- OEI. Quem somos. 2021. Organización de Estados Iberoamericanos. Disponível em: <https://oei.int/es/quienes-somos/oei>. Acesso em: 22/03/2021.
- ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 22/03/2021.
- ORTIZ, R. (Org. ). Sociologia da prática. São Paulo: Ática, 1983.
- PARENT IN SCIENCE. Relatório de atividades. 2021. . Acesso em: 12/12/2021.
- POUPART, J. et al; NASSER, A. C. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- RODRIGUES, J. C. O corpo na história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.
- ROHDEN, F. O império dos hormônios e a construção da diferença entre os sexos. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, p. 133–152, 2008.
- ROHDEN, F. Uma Ciência Da Diferença: Sexo e Gênero Na Medicina Da Mulher. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ [Imprint] Fundação Oswaldo Cruz SciELO [distribuidor, 2001. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8m665>. Acesso em: 27/12/2021.
- SAFFIOTI, H. Mulher brasileira: opressão e exploração. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1a. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, H. I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTI, H.I.B. e MUÑOZ-VARGAS, M. (orgs.). *Mulher Brasileira é Assim*. Brasília: Rosa dos Tempos, 1994.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. de. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

- SANTOS, B. de S. (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SANTOS, B. de S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. Vol. 1: A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência / [Santos, Boaventura de Sousa]. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. Epistemologias do sul. São Paulo: CORTEZ, 2013. Disponível em: <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&scope=site&db=nlebk&db=nlabk&AN=2244579>. Acesso em: 28/12/2021.
- SCHIEBINGER, L. Has feminism changed science? Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P. (Org.). A escrita da história: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- SENADO FEDERAL. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Coordenação de Edições Técnicas, 2020.
- SENNETT, R. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SILVA, F. F. da; RIBEIRO, P. R. C. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 20, n. 2, p. 449–466, abr. 2014.
- SIMÕES, C. C. da S. Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.
- SOUZA, J. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- SOUZA, J. (Org.). Invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- TOLDY, T. M. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 89, p. 171–183, 2010.
- UNESCO. Duas vezes mais meninas do que meninos nunca vão começar a escola - relatório da UNESCO. 2016. UN News. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2016/03/523432-twice-many-girls-boys-will-never-start-school-unesco-report>. Acesso em: 22/03/2021.
- UNESCO. Preservar recursos audiovisuais é um dever. As Nações Unidas no Brasil. 2021c. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/97664-unesco-preservar-recursos-audiovisuais-e-um-dever>, <https://brasil.un.org/pt-br/97664-unesco-preservar-recursos-audiovisuais-e-um-dever>. Acesso em: 15/10/2021.
- UNESCO. Projeto futuros da educação: aprendendo a tornar-se. 2019. UNESCO Futures of Education - LEARNING TO BECOME. Disponível em: <https://en.unesco.org/futuresofeducation/>. Acesso em: 22/03/2021.

UNESCO. Reconstruir com igualdade. Guia para o retorno de meninas à escola. 2021a. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374094\\_por?posInSet=1&queryId=df3288af-3797-4c4a-9158-1ff72f83db45](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374094_por?posInSet=1&queryId=df3288af-3797-4c4a-9158-1ff72f83db45). Acesso em: 22/03/2021.

UNESCO. Relatório de monitoramento global da educação 2020: relatório de gênero. A nova geração: 25 anos de esforços para igualdade de gênero na educação - UNESCO Digital Library. 2021b. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375599>. Acesso em: 23/03/2021.

WACQUANT, L. J. D. O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal, n. 19, p. 95–110, 2002.

WEF. Global Gender Gap Report 2021. 2021. World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2021/>. Acesso em: 2/04/2021.

WEF. Relatório Global de Lacuna de Gênero. 2020. World Economic Forum. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality/>. Acesso em: 22/03/2021.

WOLF, N. The beauty myth: how images of beauty are used against women. New York: W. Morrow, 2018.

YANNOULAS, Silvia C. Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações e renda. Brasília: Editorial Abaré, 2013.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 271–292, 2012.